UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

Desenvolvimento Local e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais: Abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul

David Basso

2004

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições foram decisivas, em momentos e situações distintas, no desenvolvimento deste trabalho, tornando difícil a tarefa de fazer menções sem correr o grande risco de cometer injustiça com muitas delas. Mesmo assim, há que deixar registrado o especial agradecimento a pelo menos parte deste universo de apoiadores.

Esta lista obviamente inicia com o orientador, professor Nelson Giordano Delgado, figura decisiva tanto no estímulo à investigação da temática aqui tratada, quanto na apreciação crítica às versões preliminares que lhe foram enviadas, além de ser um incansável provocador para que o trabalho não fosse interrompido. Por estas razões e pelo companheirismo que marcou o relacionamento durante todo o período de realização da pesquisa e de formalização do documento final registro aqui o meu sincero agradecimento ao professor Nelson.

Também registro meus agradecimentos aos professores do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e aos colegas com os quais tive o prazer de interagir nas disciplinas cursadas no processo de doutoramento.

Um reconhecimento também aos membros da Banca Examinadora pelos seus questionamentos e observações, mas também pelos méritos que destacaram no trabalho.

Quero registrar ainda os meus agradecimentos aos colegas do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijuí pelo estímulo dado tanto para que eu encarasse o desafio da realização do doutorado, quanto para a realização do curso e do trabalho de tese. Agradeço da mesma forma à Unijuí pelo auxílio estudo concedido, sem o qual este processo de formação não teria sido possível.

Registro também o meu mais profundo reconhecimento às famílias de agricultores de Três Passos, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul que tão carinhosa e prontamente me receberam em seus lares e colaboraram fornecendo prestimosas informações. Em sinal deste reconhecimento, dedico-lhes grande parte do êxito deste trabalho. O mesmo também vale para os representantes das muitas entidades com quem tive o prazer de dialogar e aprender nas longas jornadas que envolveram o trabalho de campo na microrregião de Três Passos.

Por fim, o agradecimento muito carinhoso aos meus familiares que sempre prestaram o seu apoio e estímulo, mas que, por outro lado, foram os grandes sacrificados pela quase-ausência, em momentos importantes nestes últimos quatro anos, do esposo, pai, avô, filho, genro, irmão. A vocês não apenas agradeço, mas partilho a alegria da conquista, esperando com isso poder compensar, pelo menos em parte, a dívida acumulada com cada um em termos de atenção, amor, carinho e participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I - NOVOS OLHARES PARA ESTUDAR PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL 8

1.1 O Desenvolvimento Rural na Abordagem dos Sistemas Agrários 8

1.1.1 Principais questões metodológicas da abordagem 9

1.1.2 Questões que a abordagem considera relevantes para a pesquisa .. 12

1.1.3 Recomendações de políticas públicas que resultam da abordagem 18

1.2 O Desenvolvimento Rural na Abordagem das Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais em Função do Acesso a Ativos e Atores 19

1.2.1 Principais questões metodológicas da abordagem 19

1.2.2 Questões que a abordagem considera relevantes para a pesquisa ... 27

1.2.3 Recomendações de políticas públicas que resultam da abordagem .. 42

1.3 Algumas Considerações Sobre as Duas Abordagens 44

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 47

2.1 Características Geográficas da Área de Estudo 47

2.2 Características Históricas da Área de Estudo no Contexto da Historiografia Agrária do Estado do Rio Grande do Sul 49

2.2.1 A evolução da pecuária e dos estancieiros nas áreas de campo do noroeste gaúcho 53

2.2.2 A evolução da agricultura e dos colonos nas áreas de floresta do Noroeste gaúcho 54

2.2.3 Transformações na agropecuária gaúcha em meados do século XX 59

2.3 Um Panorama das Condições Recentes da Região de Estudo 65

CAPÍTULO III - ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL 78

3.1 Olhando o Local com Base na Visão da Teoria dos Sistemas Agrários 78

3.1.1 Análise global da região Noroeste Colonial e microrregião de Três Passos sob as lentes dos sistemas agrários 79

3.2 Olhando o Local a Partir das Estratégias de Reprodução das Famílias

Rurais com Base no Acesso a Ativos de Capital 96
3.2.1 Capital natural e estratégias de reprodução 98
3.2.2 Capital construído e trajetórias de reprodução 113
3.2.3 Capital humano e estratégias de reprodução 122
3.2.4 Capital social e estratégias de reprodução 133
3.2.5 Capital cultural e estratégias de reprodução 139
3.2.6 Algumas considerações sobre acesso a ativos de capital e estratégias de reprodução 142

CAPÍTULO IV - ACESSO A ATORES DO MERCADO, DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS DE APOIO ÀS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS 149
4.1 Estratégias de Reprodução e Acesso ao Mercado, ao Estado e à Sociedade Civil 150
4.1.1 Estratégias de reprodução e acesso ao mercado 151
4.1.2 Estratégias de reprodução e acesso ao Estado 165
4.1.3 Estratégias de reprodução e acesso a organizações da sociedade civil 171
4.1.4 Acesso a atores do mercado, do Estado e da sociedade civil e estratégias de reprodução social 174
4.2 O Processo de Construção de Políticas e Projetos de Desenvolvimento Rural Local 177

CONCLUSÕES 184

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 189

LISTA DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS E MAPAS

Figura 01. Participação relativa (em %) por tipo de atividade produtiva no valor total da produção no Noroeste Colonial (Corede) e na microrregião de Três Passos (TP) – 1980-1997 66
Figura 02. Participação relativa (em %) por setor de atividade econômica no total de estabelecimentos e de empregos na região do Corede Noroeste Colonial/RS – 1987-2001..... 66
Figura 03. Participação relativa (em %) por setor de atividade econômica no total de estabelecimentos e de empregos na microrregião de Três Passos/RS – 1987-2001..... 67
Figura 04. Evolução da área cultivada (em ha) com soja, milho e trigo na região Noroeste Colonial/RS 68
Figura 05. Evolução da área cultivada (em ha) com soja, milho e trigo na microrregião de Três Passos/RS 69
Figura 06. Evolução do rendimento médio (kg/ha) da soja, milho e trigo na microrregião de Três Passos (TP) e na região Noroeste Colonial (Corede), Rio Grande do Sul 70
Figura 07. Evolução das principais produções animais (em número de cabeças e de litros de leite) na região Noroeste Colonial (Corede) e microrregião de Três Passos (TP), Rio Grande do Sul 71
Figura 08. Participação relativa (em %) do número de estabelecimentos por estrato de área (ha) na microrregião de Três Passos – 1960-95 73
Figura 09. Participação relativa (em %) na área agricultável por estrato de área (ha) na microrregião de Três Passos – 1960-1995 73
Figura 10. Participação relativa (em %) do número de estabelecimentos por estrato de área (ha) na região Noroeste Colonial – 1960-1995 74
Figura 11. Participação relativa (em %) da área agricultável por estrato de área (ha) na região Noroeste Colonial – 1960-1995..... 74
Figura 12. Diferenciação social dos agricultores na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul a partir de duas zonas agro-ecológicas originais (campo e floresta) 81
Figura 13. Capacidade de reprodução dos diferentes tipos de explorações familiares da região Noroeste do Rio Grande do Sul (em US$)..... 86
Figura 14. Capacidade de reprodução dos diferentes tipos de explorações familiares da microrregião de Três Passos/RS 93
Figura 15. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 100
Figura 16. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 101
Figura 17. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 101

Figura 18. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 102
Figura 19. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 105
Figura 20. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 106
Figura 21. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 107
Figura 22. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS 107
Figura 23. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões pequenas, na microrregião de Três Passos/RS 108
Figura 24. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões pequenas, na microrregião de Três Passos/RS 109
Figura 25. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho médio, na microrregião de Três Passos/RS 110
Figura 26. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho médio, na microrregião de Três Passos/RS 110
Figura 27. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho grande, na microrregião de Três Passos/RS 111
Figura 28. Exemplo de sala de ordenha num sistema de criação leiteiro na microrregião de Três Passos/RS 116
Figura 29. População rural, urbana e total – microrregião Três Passos/RS, 1960 a 2002 123
Figura 30. População rural, urbana e total – região Noroeste Colonial/RS, entre 1950 e 2002 124
Figura 31. População, por sexo e faixa etária, microrregião Três Passos ... 125
Figura 32. Participação relativa (em %) dos produtores e do volume de produção por faixa de venda média diária de leite (em litros) à Central de Cooperativas Celeiro Ltda de Três Passos – 2002 160

Tabela 01. Municípios que compõem o Corede Noroeste Colonial, o Corede Fronteira Noroeste e a microrregião de Três Passos na região Noroeste do Rio Grande do Sul 49
Tabela 02. Participação de estabelecimentos (em %) por estrato de área (hectare) em relação ao total de estabelecimentos da região do Corede Noroeste Colonial - 1960-1995 75
Tabela 03. Participação da área dos estabelecimentos (em %) por estrato de área em relação à área total da região do Corede

Noroeste Colonial - 1960-1995 75
Tabela 04. Proporção de estabelecimentos (em %) com acesso a trator e colheitadeira no total de estabelecimentos na microrregião de Três Passos e na região Noroeste Colonial – 1970-95 76
Tabela 05. Número de equipamentos e máquinas agrícolas na Microrregião de Três Passos – 1970–1995 117
Tabela 06. Participação relativa da população por faixa etária na Microrregião de Três Passos/RS – 1960 a 2001 124
Tabela 07. Evolução da população urbana, rural e total na região Noroeste Colonial e microrregião de Três Passos/RS 126
Tabela 08. Índice de evolução dos indicadores educacionais – microrregião de Três Passos/RS 127
Tabela 09. Participação relativa dos gastos na Agricultura, Educação e Saúde em relação à Despesa Pública Total da Prefeitura Municipal de Três Passos/RS 129
Tabela 10. Evolução dos gastos na Agricultura, Educação e Saúde em relação à despesa total – Prefeitura Municipal de Três Passos/RS .. 130
Tabela 11 Produtores e área cultivada de fumo no município de Três Passos/RS – 2001-2002 152
Tabela 12. Número de produtores associados e volume de produção (litros de leite) por cooperativa singular integradas à CCCL, referentes ao mês de abril de 2001 160

Quadro 1. Tipos de agricultores por categoria social e sistema de produção de acordo com tipologia formulada por Dudermel – Região Noroeste do Rio Grande do Sul – 1990 84

Mapa 01. Localização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul 48

RESUMO

BASSO, David. **Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais**: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Seropédica: UFRRJ, 2004. 194p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

O trabalho trata do processo de desenvolvimento rural no Noroeste do Rio Grande do Sul a partir da utilização da abordagem de sistemas agrários e da abordagem de acesso a ativos de capital e a atores, assim como do impacto destas abordagens na formulação de políticas de desenvolvimento rural local. O estudo teve como objetivo analisar o processo de desenvolvimento rural local a partir das duas abordagens propostas, bem como analisar o processo de formulação de políticas de desenvolvimento rural local. Para a sua realização utilizou-se tanto da pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias, como de observações e entrevistas semi-estruturadas em pesquisa de campo. Os resultados mostram que, na abordagem de sistemas agrários, a capacidade de reprodução das unidades de produção depende da racionalidade dos tipos de agricultores (familiares ou capitalistas), do grau de capitalização e do grau de intensificação dos seus sistemas produtivos A diferenciação social e a complexidade dos sistemas agrários, por sua vez, dependem das condições agroecológicas do ecossistema e das trajetórias de evolução da agricultura e dos agricultores. Na abordagem de acesso a ativos e atores, as estratégias de reprodução das famílias rurais envolvem as condições de sobrevivência e de melhoria de vida dos membros da família. As estratégias dependem do acesso, controle e combinação de um conjunto de ativos de capital (naturais, materiais, humanos, sociais e culturais) e de atores do mercado, do Estado e da sociedade civil, bem como da forma como estes acessos potencializam os diferentes tipos de ações (instrumentais, hermenêuticas e emancipatórias) das famílias rurais. Os tipos de estratégias de reprodução incluem: famílias com estratégias baseadas na agricultura; famílias com estratégias baseadas na agricultura e na migração; famílias com estratégias baseadas na migração. Dentre as conclusões merecem destaque: - a família é uma unidade de análise mais relevante do que a unidade de produção; - a abordagem de acesso a ativos e atores é mais abrangente do que a de sistemas agrários; - a relevância dos tipos de ativos e atores depende das diferentes estratégias de reprodução das famílias; - as políticas de desenvolvimento rural local devem se basear na identificação e estratificação das estratégias de reprodução das famílias rurais.

ABSTRACT

BASSO, David. **Local development and reproduction strategy of rural families: approaches about the rural development in the Northwest region of Rio Grande do Sul.** Seropédica: UFRRJ, 2004. 194p. (Thesis, PhD in Development, Agriculture and Society).

The work deals with the rural development process in the Northwest of Rio Grande do Sul using the agrarian systems approach and the access to capital assets and actors approach, as well as the impact of these approaches in the formulation of the local rural development policies. The objective of the study was to analyse the local rural development process since the two proposed approaches, as well as analyse the formulation process of the local rural development policies. The bibliographic and the secondary source research, as well as the observation and semi-structuralized interviews in field research were used to its accomplishment. The results show that, in the agrarian systems approach, the reproduction capacity of the production units depends on the rationality of the types of farmers (families farmers or capitalists farmers), the degree of capitalisation and the degree of intensification of their productive systems. The social differentiation and the complexity of the agrarian systems depend on the agro-ecological conditions of the environment and on the trajectory of the evolution of the agriculture and the farmers. In the access to assets and actors approach, the reproduction strategies of the rural families involve the surviving conditions and the improvement of living for the family members. The strategies depend on the access, control and combination of a set of capital assets (natural, material, human, social and cultural) and on the market, the State and the civil society actors, as well as the way how these accesss increase the different kinds of action (instrumental, hermeneutic and the one that emancipates) of the rural families. The types of reproduction strategies include: families with strategies based on agriculture; families with strategies based on agriculture and migration; families with strategies based on migration. Amongst the conclusions, those that deserve emphasis are: - the family is a unit of analysis more relevant than the unit of production; - the access to assets and actors approach is more wide-ranging than the agrarian systems one; - the importance of the types of assets and actors depend on the strategies of reprodofuction of the families; - the local rural development policies must base themselves on the identification and stratification of the reproduction strategies of the rural families.

Key words: Social reproduction, agrarian systems, access to assets and to actors.

INTRODUÇÃO

Duas razões motivaram a realização do presente trabalho, que tem como foco o estudo do desenvolvimento rural local de uma região: a primeira tem a ver com a constatação de que, apesar do crescimento vertiginoso das forças produtivas como resultado do potencial científico e tecnológico alcançado no início do século XXI, a humanidade ainda convive com grandes desigualdades sociais. Se de um lado nunca foi tão fácil para se alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico e social em termos de tecnologias e potencial produtivo, de outro e ao mesmo tempo, este objetivo se encontra muito distante de amplas populações em diversos continentes e regiões. A existência de parte significativa da população em várias regiões do mundo que, por mais que tenha evoluído a capacidade de produção de riquezas, continua enfrentando grandes dificuldades para melhorar suas condições de vida e até mesmo garantir a simples sobrevivência, evidencia que o desenvolvimento ainda é uma questão não resolvida e isso justifica a continuidade de estudos sobre as condições envolvidas nos processos reais de desenvolvimento.

A segunda razão está ligada ao surgimento de novas propostas teórico-metodológicas para estudar realidades concretas que contemplam novos procedimentos para captar e explicar mais coerentemente as situações reais de desenvolvimento, respeitando a complexidade, diversidade, incerteza e contradições presentes nas realidades observadas.

Até mesmo os técnicos diretamente envolvidos com instituições internacionais de apoio ao desenvolvimento reconhecem que é necessário respeitar cada vez mais a complexidade da realidade e de se incluir um número maior de variáveis, além das econômicas tradicionalmente utilizadas pelos modelos econômicos convencionais, em qualquer análise que envolva situações concretas de desenvolvimento.

Variáveis excluídas ou marginalizadas pelos modelos econômicos convencionais, como as questões políticas, institucionais e culturais, exercem fortes influências na realidade e devem, por isso, ser levadas em consideração ao se diagnosticar ou propor ações sobre esta mesma realidade. Além do crescimento econômico, os objetivos a serem perseguidos pelo desenvolvimento devem ser ampliados para incluir a busca da melhoria das condições de vida, com a conseqüente diminuição das desigualdades. Da mesma forma, tais objetivos devem fortalecer a participação da população e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

A mesma preocupação em ampliar o horizonte de análise deve estar presente nos estudos sobre os processos de desenvolvimento rural. Segundo Bebbington (1999), um dos problemas identificados em muitos dos estudos sobre desenvolvimento rural, especialmente aqueles que se debruçam sobre a análise de viabilidade da agricultura familiar, está no fato de se limitarem à análise da contribuição das atividades agrícolas, quando outras atividades ou fontes de renda podem ser relevantes para a composição das estratégias de reprodução das famílias rurais. Outro problema está no fato de avaliarem as condições de reprodução levando em consideração apenas, ou principalmente, critérios meramente econômicos, sem considerar que as famílias rurais podem valorizar outros critérios para avaliar as suas condições de vida, critérios estes relacionados principalmente às suas práticas sociais e culturais. Finalmente, porque fundamentam a avaliação da viabilidade das famílias a partir de uma racionalidade que prevê a remuneração do conjunto dos fatores de produção quando o critério básico

considerado por muitas dessas famílias se restringe às condições de reprodução dos seus membros.

Os processos voltados à formulação e implementação de políticas e de propostas de intervenção visando o desenvolvimento rural também têm merecido muitas críticas e é crescente a constatação de que se deve buscar o desenho de políticas diferenciadas, que levem em conta a heterogeneidade presente no meio rural, derivada tanto de processos históricos distintos, quanto de condições territoriais e ambientais diferenciadas.

O presente trabalho apresenta como temática de fundo a questão do desenvolvimento e a sua forma de materialização local, envolvendo particularmente o mundo rural. Por isso, é importante que sejam explicitados nesta parte introdutória, ainda que de forma bastante resumida, alguns entendimentos sobre estas questões.

O conceito de desenvolvimento tratado aqui é aquele desenvolvido por Amartya Sen (1988, 2000, 2001), particularmente interessado em avaliar o impacto da dinâmica socioeconômica na vida dos seres humanos. Assim, um dos objetivos essenciais da atividade econômica deve ser a busca da melhoria das condições de vida e esta melhoria torna-se parte integrante do conceito de desenvolvimento. Na medida em que o desenvolvimento deve se preocupar com a realização de uma vida melhor, o foco da análise, segundo o autor, deve incluir a natureza da vida que as pessoas vivem (1988, p. 15), para o que se torna necessário incorporar elementos que possibilitem avaliar a qualidade de vida, além daqueles comumente utilizados que oferecem medidas meramente quantitativas.

Para o autor, as pessoas valorizam sua habilidade para fazer certas coisas e realizar certos tipos de estados, como estarem bem nutridas, livres de doenças e da morte prematura, serem capazes de participar da vida na comunidade, dentre outros. A estas ações e estados Amartya Sen chama de funcionamentos. O bem estar ou a qualidade de vida de uma pessoa, então, pode ser avaliada em função das suas condições para a realização de funcionamentos.

A realização de funcionamentos, por sua vez, como estar bem de saúde, estar bem nutrido, estar bem educado, estar bem seguro, sentir-se em condições de participar ativamente na vida da comunidade, etc., podem ser facilitadas pelas provisões públicas de serviços de saúde, atendimento médico, bom sistema educacional, etc. (idem, p. 16). O autor vai mais longe ao propor a distinção entre os funcionamentos efetivamente realizados e a liberdade para realizar ou a liberdade para escolher (2001, p. 67), chamando atenção para o fato de que o desenvolvimento não pode ser observado apenas do ponto de vista dos funcionamentos que as pessoas estão conseguindo realizar, mas que o fundamental é perceber se eles resultam das suas opções, ou seja, se os agentes tiveram ou têm liberdade para escolher, entre diferentes alternativas, aquelas que contribuem para melhorar as condições e a qualidade de suas vidas.

Relacionada intimamente com a noção de funcionamentos, e especialmente com a idéia de liberdade de fazer escolhas, está a noção de capacidade para realizá-los, representada pelas várias combinações de estados e ações que uma pessoa pode realizar. A capacidade, neste sentido, é um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro (idem, p. 79-80). Neste sentido que lhe atribui Amartya Sen, portanto, a capacidade não significa uma simples habilidade para fazer algo, mas envolve oportunidades e liberdades substantivas. É a partir das oportunidades reais, representadas pelos pacotes alternativos de funcionamentos, que as pessoas podem exercer sua liberdade substantiva para realizar, ou seja, sua liberdade de ter e fazer escolhas (idem, p. 234-235). A capacidade, neste sentido, implica em poder e o processo de capacitação, portanto, supõe preparar as

pessoas para exercerem o poder, para serem os atores principais, sujeitos dos processos que envolvem as suas vidas.

Outro ponto que pode gerar controvérsia está relacionado à pertinência de tratar do desenvolvimento a partir de suas manifestações locais numa conjuntura em que as relações se dão num mundo globalizado. Ainda que o presente trabalho tenha como base de referência o estudo de uma situação concreta de desenvolvimento local isto não significa adesão a posturas teórico-metodológicas que fazem oposição entre local e global ou global e local. Assim como se deve tomar cuidado para não considerar que tudo depende da globalização, também é necessário cuidado para não considerar que tudo pode ser feito a partir do local.

O risco de se considerar a globalização como um processo inevitável, ao qual não se pode opor nem resistir e que transforma a busca do crescimento máximo, por meio do aumento da produtividade e da competitividade, no fim último e único das ações humanas, é confundir a discussão pública e a elaboração de políticas, reforçando a visão de que os diferentes atores políticos e econômicos pouco ou nada podem fazer no nível local já que as grandes decisões são tomadas por atores que operam em escala global (HIRST & THOMPSON, 1998).

Por outro lado, isto não significa que se possa cair na simplificação de tratar as questões locais como se fossem completamente dissociadas das questões globais. Ao contrário, qualquer processo de desenvolvimento local deve sempre ser analisado como referido à sociedade global na qual se inscreve. Segundo Arocena (1995), o local e o global devem ser vistos como duas noções relativas e interdependentes, mas ao mesmo tempo com especificidades que lhes são próprias.

Mais do que opostos, segundo Ray (1997), estes dois níveis do desenvolvimento devem ser percebidos como uma relação dialética, na qual cada lado ajuda a definir e reforçar o outro. A dialética do desenvolvimento local, segundo ele, justapõe duas trajetórias e oferece uma solução para sua natureza aparentemente contraditória: um lado da dialética é composto do local, no qual as iniciativas de desenvolvimento aparecem como intervenções no sentido de neutralizar as forças políticas e econômicas excludentes, bem como as forças culturais homogeneizadoras. O outro lado da dialética é dado pelo nível extralocal, isto é, pelo esforço de consolidação de um processo de desenvolvimento global e que se operacionaliza no nível das agendas política e econômica, reforçadas pelas forças estatais e da globalização (idem, p. 345-346).

O desenvolvimento rural local proposto nesta perspectiva caracteriza-se por considerar a atividade de desenvolvimento num modelo analítico mais territorial do que setorial, sendo a economia e outras atividades de desenvolvimento estruturadas para maximizar a retenção de benefícios no território local, valorizando e explorando os recursos físicos e humanos locais e enfocando as necessidades, capacidades e perspectivas da população local. Com estas características, o modelo de desenvolvimento não apenas respeita a variedade cultural e a preservação ambiental, como também enfatiza o princípio e o processo de participação local no desenho e implementação de medidas de intervenção no desenvolvimento rural local (idem, p. 345).

As regiões ou localidades só vão se beneficiar de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento, propostas por forças externas ou nascidas do interior da própria localidade, se a população local puder reagir a tais estímulos. A unidade de análise que Ray propõe para avaliar a capacidade de reação da população de uma determinada região é a identidade, ou seja, as pessoas e a localidade devem possuir uma identidade que, de um lado, possa unificá-las em torno de idéias ou projetos e, de outro, possa diferenciá-las dos demais. A identidade de um grupo ou de uma localidade, no entanto,

não se constrói de uma hora para outra, mas resulta de um processo que precisa ser constantemente reforçado.

A identidade local será mais vibrante e a iniciativa de desenvolvimento será mais forte e produzirá mais recursos e energia para o desenvolvimento local, segundo o autor, se a diferença estiver baseada numa construção étnica, cultural e histórica, sugerindo que as iniciativas de desenvolvimento local podem ser vistas como uma manifestação contrária às tendências propostas pelas forças externas, como a tendência de centralização política e econômica, a tendência de aumento do anonimato e do individualismo que minam a comunidade, a homogeneização cultural, dentre outras. A dialética do desenvolvimento local, portanto, procura demonstrar a igualdade e a diferença e como ambas são necessárias e potencialmente reforçadoras uma da outra (idem, p. 356-7).

Resta dizer, por fim, que as abordagens[1] tradicionalmente empregadas para explicar os processos de desenvolvimento rural apresentam limites semelhantes àqueles do pensamento econômico convencional. Em sua maioria, tais abordagens inspiram-se nas teorias da modernização da agricultura e fazem uma oposição simplista entre agriculturas modernas e agriculturas tradicionais, sendo consideradas modernas aquelas que utilizam em seus processos produtivos quantidades crescentes de insumos de natureza industrial e que para tanto recorrem a fontes públicas ou privadas de financiamento. Para estas abordagens a dificuldade de reprodução enfrentada por famílias rurais é explicada basicamente em função da sua incapacidade ou da sua reação aos processos modernizantes. O agricultor profissional tomado como referência é aquele que mais investe em instalações, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, alimentos e medicamentos para animais, sementes, mudas e animais de altas linhagens produzidos em laboratórios de empresas de abrangência internacional.

A abordagem que se fundamenta na teoria dos sistemas agrários baseia suas análises dos processos de desenvolvimento rural no reconhecimento e na identificação da diversidade e da complexidade dos processos agrícolas e por isto ela apresenta avanços importantes em relação às abordagens relacionadas às teorias da modernização. Um dos limites desta abordagem, no entanto, é que ela se fundamenta quase que exclusivamente na evolução dos sistemas de produção desenvolvidos pelos diferentes tipos de agricultores em suas unidades de produção.

A abordagem proposta por Bebbington (1999) para avaliar as condições de desenvolvimento rural local possui uma abrangência ainda maior que a abordagem dos sistemas agrários, não simplesmente por incorporar na análise atividades e rendas agrícolas e não-agrícolas, mas especialmente por considerar que as estratégias de reprodução das famílias rurais dependem também das condições de acesso que elas conseguem ter e sustentar a um conjunto de recursos, que o autor denomina ativos de capital, bem como das relações que elas conseguem manter com outros atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

O principal objetivo do presente trabalho foi analisar o processo de desenvolvimento rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul com base na abordagem proposta por Bebbington, estudando as condições de reprodução das famílias rurais em função do acesso aos diferentes ativos de capital e aos diferentes atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, tendo como ponto de partida um estudo sobre dinâmica da agricultura realizado na microrregião de Três Passos tendo como referência a abordagem dos sistemas agrários. O trabalho também teve como objetivo analisar o processo de formulação e implementação de políticas de

[1] Sobre estas abordagens ver nota 2 no Capítulo I.

desenvolvimento rural local a partir de processos de concertação ou de orquestração de interesses entre diferentes atores sociais.

O trabalho de investigação orientou-se pelas seguintes suposições básicas: - apesar do peso das rendas derivadas das produções agropecuárias, atividades e rendas não-agrícolas assumem importância crescente na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais, especialmente as mais pobres; - a melhoria das condições de reprodução das famílias rurais depende das suas condições de acesso a ativos de capital e a atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil; - políticas voltadas à promoção do desenvolvimento rural devem, portanto, procurar garantir, sustentar e ampliar as oportunidades de acesso das famílias rurais tanto a ativos de capital, quanto a outros atores políticos, econômicos e sociais.

Em termos metodológicos, o trabalho seguiu dois caminhos: a pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias e a pesquisa de campo para levantamento de dados empíricos da realidade estudada. Para a estruturação do Capítulo I foram utilizadas as obras básicas que sustentam as duas abordagens utilizadas para o estudo do desenvolvimento rural local. A abordagem de sistemas agrários teve como fonte de pesquisa básica os trabalhos de Mazoyer (1992-1993), Mazoyer & Roudart (1998*)* e Garcia Filho (1999). A abordagem de acesso a ativos e atores, por sua vez, teve como referencial básico os trabalhos de Bebbington (1999), de Ellis (2000) e de Franco (2001).

Para a elaboração do Capítulo II foram utilizados alguns estudos que trataram do desenvolvimento da região Noroeste do Estado Rio Grande do Sul, tendo como referência a evolução da agricultura desta região no confronto com a evolução da agropecuária gaúcha, com destaque para os trabalhos de Dudermel (1990), de Frantz (1982) e de Silva Neto (1994). A análise do desenvolvimento recente da região de estudo teve por referência dados secundários produzidos principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela Fundação de Economia e Estatística Siegried Emanuel Heuser – FEE ligada à Secretaria de Coordenação e Planejamento do governo do Estado do Rio Grande do Sul e sistematizados pelo Núcleo de Banco de Dados do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – NBD/IPD, ligado à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene, mantenedora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.

O Capítulo III contém a essência do trabalho e inclui a análise do processo de desenvolvimento rural da região Noroeste Colonial e, em particular, da microrregião de Três Passos. A microrregião de Três Passos integra a região Noroeste Colonial, mas apresenta algumas particularidades importantes na sua trajetória de desenvolvimento, fato que justificou a sua escolha para a realização do trabalho de campo. A análise do desenvolvimento da região sob o olhar da abordagem de sistemas agrários teve como referência o trabalho de tese de Dudermel (1990) e o relatório de pesquisa coordenado por Silva Neto (1998).

A parte mais extensa do Capítulo III e do trabalho como um todo, que buscou analisar o desenvolvimento rural local sob o olhar da abordagem proposta por Bebbington baseada na noção de acesso a ativos e a atores, foi desenvolvida essencialmente com base nas observações e informações reunidas do trabalho de campo, complementadas pelo trabalho coordenado por Bebbington (2002). Foram mais de sessenta dias, distribuídos entre agosto de 2002 e abril de 2003, de um trabalho solitário do próprio investigador, envolvendo observações e entrevistas sobre as condições agroecológicas, as condições da infra-estrutura e as formas de organização dominantes em cada canto da microrregião de Três Passos, no Noroeste do Estado do Rio Grande do

Sul, envolvendo os Municípios de Três Passos, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul que até 1992 integravam uma única municipalidade.

O trabalho de campo compreendeu ainda o levantamento de informações para compor a análise das estratégias de reprodução das famílias, envolvendo entrevistas semi-estruturadas com famílias, representantes de organizações que mantém relacionamentos com as famílias rurais e com representantes do poder público. Ao todo foram entrevistadas 22 famílias, três presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, três representantes do mercado (duas pequenas cooperativas de produtores de leite e uma queijaria), duas equipes de escritórios municipais da Emater (governo estadual) e dois representantes de secretarias municipais de Agricultura.

A elaboração do Capítulo IV também envolveu a avaliação das relações dos atores locais com atores atuantes nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, tendo por base as entrevistas realizadas no trabalho de campo. Para dar conta de novas abordagens para avaliar os processos de concepção e implementação de políticas públicas incorporando as contribuições relacionadas às noções de redes de poder, capital social e sinergia entre atores públicos e privados recorreu-se basicamente ao trabalho de revisão bibliográfica.

Tratando-se de um estudo de desenvolvimento rural local, que toma como referência básica as estratégias das famílias rurais, o trabalho teve a região e a família rural como as duas principais unidades de análise. A região, no caso, envolveu o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Noroeste Colonial, que se localiza no noroeste do Rio Grande do Sul e compreende as sub-regiões da Amuplam (Associação dos Municípios do Planalto Médio, tendo Ijuí como município pólo) e da Amuceleiro (Associação dos Municípios da Região Celeiro, cujo município pólo é Três Passos). Os Coredes são instâncias de articulação e deliberação de prioridades regionais de desenvolvimento, criados pelo governo estadual e suas assembléias são constituídas por representantes de instituições públicas e privadas presentes em cada região. As Associações de Municípios são instâncias de articulação entre municípios de uma microrregião administrativa e reúne representantes do poder público dos municípios que a constituem. O Corede Noroeste Colonial, e dentro dele a microrregião de Três Passos, constituiu-se no espaço territorial referencial para avaliar como se deu o processo de desenvolvimento rural local a partir das estratégias das famílias rurais.

As estratégias de reprodução das famílias rurais, por sua vez, foram analisadas em função do acesso a diferentes ativos de capital (capital natural, capital construído, capital humano, capital social e capital cultural) e a diferentes atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

O trabalho propriamente dito está composto de quatro capítulos. No Capítulo I faz-se uma caracterização dos principais fundamentos das duas abordagens utilizadas para a análise do processo de desenvolvimento rural local na área de estudo, ou seja, a abordagem baseada nos sistemas agrários e, de modo especial, a abordagem baseada nas estratégias de reprodução das famílias em função do tipo e condições de acesso e combinação de ativos de capital e a atores operantes nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. O Capítulo II faz uma descrição do processo de formação histórica e da evolução recente da área de estudo. O Capítulo III apresenta a análise do desenvolvimento rural da região de estudo a partir inicialmente da abordagem de sistemas agrários, focada na dinâmica das unidades de produção dos agricultores da região e, num segundo momento, da abordagem de acesso a ativos e atores, centrada nas famílias rurais e nos atores com os quais as famílias se relacionam para compor suas estratégias de reprodução, numa tentativa de comparação entre os resultados obtidos com a utilização das mesmas. Por fim, o Capítulo IV analisa o acesso dos atores locais a

agentes situados nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, além de explorar o processo de formulação e implementação de políticas públicas como instrumento potencializador das estratégias de reprodução das famílias rurais, especialmente as mais pobres.

CAPÍTULO I

NOVOS OLHARES PARA ESTUDAR PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Existem diferentes formas através das quais se pode proceder à análise e à avaliação de processos de desenvolvimento, particularmente quando se referem ao desenvolvimento rural. Duas abordagens em especial serão utilizadas neste trabalho para a análise de trajetórias de desenvolvimento rural: uma baseada na consideração privilegiada dos sistemas agrários e dos sistemas de produção; a outra fundamentada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a recursos e a atores como estratégia para garantir e melhorar as condições de vida das famílias rurais[2].

A primeira tem como unidade básica de análise a unidade de produção e, por conseqüência, tanto o diagnóstico quanto as propostas de intervenção visando fortalecer a capacidade de reprodução dos grupos sociais, que se limitam ao campo das atividades produtivas para diferentes tipos de produtores, com ênfase especial nas relações econômicas. A segunda tem como unidade básica de análise a família rural e as alternativas concebidas para sua reprodução social envolvem tanto atividades agrícolas como não-agrícolas e seu foco analítico atribui um destaque especial às relações sociais.

No desenvolvimento do capítulo apresenta-se cada uma dessas abordagens, procurando enfatizar as principais questões metodológicas, as principais questões colocadas para a pesquisa e para os pesquisadores e as implicações em termos de definição de políticas públicas de cada uma delas. Demora-se um pouco mais na caracterização da abordagem relacionada a acesso a recursos e a atores, primeiro porque é relativamente recente e, por conseqüência, ainda pouco conhecida no meio acadêmico brasileiro e pouco utilizada em trabalhos empíricos. Segundo, porque existe a intenção de utilizá-la para explicar a dinâmica de uma realidade rural concreta. Além de destacar os seus pontos fortes, busca-se também observar possíveis complementaridades entre as duas que possam qualificar as intervenções de programas e projetos de desenvolvimento local em regiões rurais.

1.1 O Desenvolvimento Rural na Abordagem dos Sistemas Agrários

A teoria dos sistemas agrários é uma referência para o estudo da dinâmica da agricultura. Trata-se de uma forma de abordar as condições e modalidades de produção agrícola em diferentes níveis e em toda a sua complexidade e diversidade, permitindo compreender os mecanismos de reprodução econômica das unidades de produção

[2] Dentre as outras abordagens que foram amplamente utilizadas em estudos sobre desenvolvimento rural pode-se citar aquelas que centraram o seu foco no confronto entre agriculturas modernas versus tradicionais, sendo a modernização envolvida tanto nos processos de gestão como da adoção de novos produtos e novas técnicas de produção onde se pode incluir desde as contribuições de Schultz (1965) e de Hayami & Ruttan (1988), quanto as focadas na economia política como, por exemplo, os trabalhos de Graziano da Silva (1981, 1982) e Lacerda (1985). Pode-se também destacar os muitos trabalhos que associam o desenvolvimento rural à capacidade de integração da agricultura e dos agricultores nas diversas cadeias produtivas ou complexos agroindustriais, onde se podem citar como exemplos as contribuições de Muller (1989), Graziano da Silva (1996), Wilkinson (1986), Batalha (1997), Zylbersztajn & Neves (2000).

agropecuárias ao longo do tempo, tendo em vista as modificações que se processam no ambiente socioeconômico no qual se inserem.

O uso desta abordagem pressupõe o emprego de conceitos como sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação, itinerário técnico, tipologia de agricultores e de sistemas de produção. No Brasil esta abordagem tem sido utilizada nos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Estudos Agrários da Universidade de Ijuí/RS (SILVA NETO, 1994; SILVA NETO et al., 1997, 1998; FRANTZ & SILVA NETO, 2004; DUDERMEL, 1990; LIMA et al., 2001) e pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO do Ministério de Desenvolvimento Agrário (GARCIA FILHO, 1999; FAO/INCRA, 1996). A referência teórica da abordagem são os trabalhos produzidos na cátedra de Agricultura Comparada do *Institut National Agronomique Paris-Grignon – INA-PG* – França (DUFUMIER, 1996; MAZOYER & ROUDART, 1998).

1.1.1 Principais questões metodológicas da abordagem

A teoria dos sistemas agrários foi desenvolvida para servir como um instrumento de análise, constituindo-se numa ferramenta intelectual que permite apreender a complexidade, as transformações históricas e a diferenciação geográfica da agricultura (MAZOYER & ROUDART, 1998, p. 41), podendo ser aplicada com objetivos específicos os mais diversos, que vão desde estudos puramente acadêmicos até a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento.

Como sublinha Mazoyer (1992-93, p. 6), para que projetos, programas, políticas ou qualquer outro tipo de intervenção no processo de desenvolvimento agrícola sejam apropriados às condições, possibilidades e dificuldades particulares de uma dada agricultura é necessário que a identificação, a seleção e a formulação de tais proposições tenham sido precedidas de uma análise-diagnóstico metódica da situação e da evolução desta agricultura. Da mesma forma, destaca este autor, um especialista do desenvolvimento agrícola não pode realizar uma análise-diagnóstico circunstanciada da evolução de uma agricultura e formular proposições apropriadas de desenvolvimento sem se apoiar num corpo previamente constituído de conhecimentos relacionados à estrutura, ao funcionamento e à dinâmica dos sistemas agrários.

Para que se possa compreender o que é um sistema agrário é necessário que se distinga a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise, daquilo que o observador pensa deste objeto. É nesta última categoria que se inclui um sistema agrário, o qual "corresponde a um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituir um verdadeiro objeto conhecido, ou objeto teórico de conhecimento e de reflexão" (MAZOYER & ROUDART, 1998, p. 41). Um sistema agrário, portanto, não é um objeto real, diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado para tornar inteligível a complexidade da agricultura.

Analisar e conceber a agricultura praticada num momento e espaço dado como um sistema agrário implica: a) decompor a agricultura nos seus dois componentes ou subsistemas principais, ou seja, o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo; b) estudar a organização e o funcionamento de cada um destes subsistemas; c) estudar suas inter-relações (idem, p. 42).

O subsistema representado pelo ecossistema cultivado é um fator de complexidade da agricultura. Os ecossistemas podem representar potencialidades ou impor limites às atividades agrícolas. Neste sentido, a forma como as sociedades utilizam o espaço representa um esforço de adaptação ao ecossistema, tanto no sentido

de explorar o seu potencial, quanto minimizar os seus obstáculos. As formas de utilização do espaço evoluem com o tempo em função de fatos ecológicos, técnicos ou econômicos que se relacionam entre si. Os ecossistemas cultivados, portanto, são constituídos historicamente com base na forma da sua exploração e da sua renovação pelas sociedades que os ocupam (GARCIA FILHO, 1999, p 9).

A análise das formas de exploração e de renovação da capacidade de produção de um ecossistema, portanto, constitui-se em um ponto de partida fundamental para o estudo de sistemas agrários.

O subsistema representado pelo sistema social produtivo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, sendo composto por recursos humanos, meios de produção inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e meios vivos (plantas cultivadas e animais domésticos) aos quais a população agrícola tem acesso para desenvolver as atividades de exploração e renovação da fertilidade do ecossistema cultivado, tendo em vista a satisfação direta ou indireta de suas necessidades. O sistema social produtivo constitui-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados (MAZOYER & ROUDART, 1998, p. 43).

Para estes autores, a categoria social de uma exploração define-se pelo estatuto social de sua mão-de-obra, pelo estatuto social do agricultor e o seu modo de acesso à terra e pelo tamanho da exploração. O sistema de produção, por sua vez, define-se pela combinação de suas atividades produtivas e de seus meios de produção (idem, p. 44).

Uma categoria social de agricultores, portanto, é resultado de um processo de acumulação condicionado pelo acesso à terra, pela origem da mão-de-obra e dos meios de produção. Como nem todos apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma forma de acesso à terra, aos recursos naturais, aos financiamentos, aos serviços públicos e tampouco o mesmo modo de se organizar e de se relacionar com os outros agentes sociais, o resultado é que vai se encontrar na agricultura distintos tipos de produtores e de sistemas de produção.

Estas diferenças se traduzem em evoluções distintas e em níveis desiguais de capitalização, assim como em critérios distintos de decisão e de otimização dos recursos disponíveis. Valendo-se de racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere às culturas, às criações, às técnicas, às práticas agrícolas e econômicas, fato que faz com que nem todos adotem o mesmo sistema de produção e as mesmas formas de exploração do ecossistema (GARCIA FILHO, 1999, p.22-3).

Os sistemas de produção correspondem à forma como os agricultores organizam as suas atividades no interior das unidades de produção. A diversidade de situações ecológicas e sociais e a experiência específica acumulada pelos agricultores fazem com que seja muito difícil que duas unidades de produção tenham sistemas de produção perfeitamente iguais. É possível, no entanto, agrupar os sistemas de produção característicos de um sistema agrário segundo certos condicionantes e problemas comuns, de forma a tornar a sua diversidade inteligível, de acordo com os objetivos de cada estudo.

Em função dos recursos disponíveis e dos limites colocados no processo de produção, um mesmo tipo de produtor pode adotar sistemas de produção diferentes, da mesma forma que um mesmo sistema de produção pode ser assumido por diferentes categorias sociais. Daí a importância que assume a definição da tipologia de produtores e da tipologia de sistemas de produção para cada momento histórico e espaço geográfico estudado.

Como diz Garcia Filho (1999, p. 23), não existe uma tipologia padrão, válida para qualquer situação. Cada realidade estudada deve fornecer os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores. Da mesma forma, não existe uma fronteira rígida entre cada tipo de produtor, pois na realidade os produtores estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de produção ou até mesmo passar de uma categoria social a outra em função de uma trajetória de acumulação positiva ou negativa e é por isso fundamental que, ao se definir a tipologia de uma dada realidade, essa dinâmica seja explicitada.

Ainda que não se tenha uma tipologia padrão para as categorias sociais de produtores, os estudos de sistemas agrários desenvolvidos no Brasil, especialmente aqueles realizados no âmbito do Programa de Cooperação Técnica INCRA/FAO, têm identificado três grandes tipos de produtores: a) produtores capitalistas, que não trabalham diretamente na produção, a qual é realizada exclusivamente por trabalhadores assalariados; b) produtores familiares, cujo trabalho é executado quase que exclusivamente por integrantes da família; c) produtores patronais, cuja produção é realizada simultaneamente por membros da família e por trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários (idem, p. 23).

Utilizando os mesmos procedimentos metodológicos, Dudermel classifica as explorações agropecuárias em função de duas categorias sociais básicas, os agricultores familiares e os agricultores capitalistas. Este autor chega a fazer uma distinção das unidades familiares que dependem da contratação de mão-de-obra assalariada, às quais denomina de "empresas familiares", mas mantém o enquadramento destes empreendedores na categoria de agricultores capitalistas[3] (1990, p. 191).

O desenvolvimento de um sistema agrário, segundo Mazoyer & Roudart (1998, p. 45), resulta da dinâmica das suas unidades de produção. Uma situação de desenvolvimento generalizado existe quando todos os tipos de explorações progridem, adquirindo novos meios de produção, expandindo suas atividades, suas dimensões econômicas e seus resultados. Haverá uma situação de desenvolvimento desigual quando todas as explorações expandem, mas a expansão de algumas unidades é maior do que a de outras. Quando algumas unidades progridem enquanto outras unidades regridem a situação será de desenvolvimento contraditório, marcando a convivência simultânea de situações de desenvolvimento e de crise. Somente quando todos os tipos de unidades de produção regridem e tendem a desaparecer é que se pode falar numa situação de crise generalizada daquele sistema agrário.

A capacidade de acumulação, que vai definir a dinâmica das unidades de produção, depende da sua capacidade de reproduzir e, se possível, ampliar a fertilidade do ecossistema cultivado. Dependendo do estado dos diversos condicionantes da evolução de um sistema agrário, só se pode afirmar que este se encontra em desenvolvimento quando os efeitos das práticas de manutenção ou ampliação da fertilidade do ecossistema superam os efeitos das práticas de sua exploração. A sustentabilidade ecológica, por isso, é um dos critérios fundamentais para a análise da dinâmica do desenvolvimento de um sistema agrário.

Com os mesmos critérios que permitem definir as condições necessárias para o desenvolvimento de um sistema agrário, pode-se também definir as condições que o conduzem a uma crise. Um sistema agrário encontra-se em crise quando os efeitos da exploração sobrepujam os efeitos das práticas de manutenção da fertilidade do ecossistema, mesmo quando isto é acompanhado por um aumento da acumulação de capital. Da mesma forma, um sistema agrário encontra-se em crise quando existe um

[3] Sobre este tratamento dado por Dudermel às categorias sociais de agricultores ver item 3.1.1 no capítulo III deste trabalho.

processo de estagnação da acumulação (ou uma desacumulação) de capital no conjunto das unidades de produção, de modo a comprometer a manutenção das condições de vida dos agricultores, independentemente da dinâmica de reprodução da fertilidade do ecossistema.

Talvez a situação mais comum nos sistemas agrários contemporâneos seja uma acumulação de capital desigual e muitas vezes contraditória entre as unidades de produção. Em outras palavras, é comum observar-se sistemas agrários em que alguns tipos de unidades de produção estão num processo de capitalização enquanto outros tipos se debatem com processos de descapitalização, sendo que muitas vezes estes dois fenômenos estão relacionados. Neste caso tem-se um processo em que o desenvolvimento de alguns tipos de agricultores é acompanhado pela crise de outros, demarcando um processo de coexistência de situações de desenvolvimento e de crise na dinâmica de um mesmo sistema agrário.

Em resumo, pode-se dizer que a teoria dos sistemas agrários é uma abordagem: - voltada ao estudo da dinâmica da agricultura de uma dada região; - que tem como pressupostos a complexidade e diversidade das realidades agrícolas; - que centra seu foco de observação na unidade de produção e nas questões do entorno socioeconômico e ecológico que interferem nas condições de produção das explorações.

1.1.2 Questões que a abordagem considera relevantes para a pesquisa

O diagnóstico é a ferramenta básica utilizada para caracterizar diferentes sistemas agrários e seu objetivo "é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos" (GARCIA FILHO, 1999, p. 8).

O diagnóstico, segundo esquema proposto por Garcia Filho, deve permitir: a) fazer um levantamento das situações ecológica e socioeconômica dos agricultores; b) identificar e caracterizar os principais tipos de produtores (familiares, patronais, etc.) e os principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas integradoras, bancos, agroindústrias, poder público, etc.); c) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados por esses diferentes produtores, as suas práticas técnicas, sociais e econômicas e os seus principais problemas; d) caracterizar o desenvolvimento rural em curso, evidenciando as tendências de evolução da agricultura da região; e) identificar, explicar e hierarquizar os principais elementos ecológicos, técnicos, socioeconômicos, políticos, etc. que determinam essa evolução; f) realizar previsões sobre a evolução da realidade agrária; g) sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento e ordenar ações prioritárias; h) sugerir indicadores de avaliação dos projetos e dos programas (idem, p. 8). O autor destaca ainda que o diagnóstico deve ser rápido e operacional para que possa ter aplicabilidade no desenvolvimento rural, mas ao mesmo tempo deve também ter rigor científico, não apenas descrevendo a realidade, mas sobretudo explicando-a.

O diagnóstico de sistemas agrários fundamenta-se num conjunto de princípios gerais. Garcia Filho, por exemplo, destaca que o método deve basear-se em passos progressivos, partindo do geral ao particular, começando pelos fenômenos e níveis de análise mais gerais (mundo, país, região), terminando nos níveis mais específicos (município, localidade, assentamento, unidade de produção) e nos fenômenos particulares (cultivos, criações, etc.), construindo-se, dessa forma, progressivamente uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade observada. Neste processo é importante manter sempre uma visão global do objeto estudado, tomando-se o cuidado para não se perder em detalhes (idem, p. 10-1). Além do princípio da progressividade,

uma preocupação constante do método deve ser a busca da explicação e não somente descrição dos fenômenos observados. Para isso, deve-se manter a perspectiva histórica em todas as etapas, além de realizar uma avaliação econômica dos diferentes sistemas de produção, tanto do ponto de vista do produtor (renda agrícola) quanto do ponto de vista da sociedade (valor agregado). O método deve atentar também para o princípio da diversidade das realidades agrárias e, em função dela, a necessidade de se evidenciar os mecanismos que provocam a diferenciação, sejam eles ecológicos ou sociais (idem, p. 11).

O autor também recomenda o recurso à estratificação da realidade, estabelecendo conjuntos homogêneos e contrastados, definidos de acordo com o desenvolvimento rural. Nessa estratificação cabe, por exemplo, a elaboração de um zoneamento agroecológico, da tipologia de produtores e da tipologia de sistemas de produção. Lembra, ainda, que não basta estudar cada uma das partes ou dos fenômenos da realidade agrária que se quer conhecer, sendo necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que explicam aquela realidade e esta tarefa é facilitada pelo uso do enfoque sistêmico. Por fim, o autor chama atenção que o método trabalha com amostragens dirigidas, orientadas de forma a facilitar a análise da diversidade dos fenômenos mais importantes observados. Com isso, o tamanho da amostra é determinado sobretudo pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada (idem, p. 11).

Seguindo estes princípios gerais, a realização de um diagnóstico de sistemas agrários segue as seguintes etapas: a) análise global da região, feita essencialmente a partir da observação da forma de exploração do meio cultivado; b) definição das categorias de produtores e da tipologia dos sistemas de produção; c) caracterização dos sistemas de produção; d) avaliação econômica dos sistemas de produção; e) a definição de propostas de intervenção.

A análise global da região deve permitir explicar as diferenças ecológicas e históricas que condicionam as formas diferenciadas de desenvolvimento das atividades agrícolas. Tais diferenças podem ser explicadas tanto pela presença de espaços com características ecológicas distintas, ou por formas distintas de ocupação. Dois procedimentos são utilizados para desenvolver a análise global de uma região de estudo: a análise da paisagem e a recuperação histórica.

A leitura da paisagem constitui-se normalmente no primeiro procedimento na realização de um diagnóstico de sistemas agrários. Através da leitura da paisagem busca-se observar: - as principais características dos ecossistemas (relevo, solos, cobertura vegetal, etc.); - os tipos de agricultura praticados na região (tipos de culturas e criações, a disposição destas culturas e criações no espaço, a estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, o grau de intensificação das culturas e criações, as espécies e tamanhos dos rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais); - as infra-estruturas social e produtiva (tipo, localização, estado de conservação, etc.); - os indicadores de nível e de condições de vida (idem, p. 17).

Como a diversidade de exploração dos ecossistemas se explica pela história das transformações ecológicas, das relações sociais e das técnicas agrícolas, a unidade relativa das diferentes zonas estudadas deve ser buscada na recuperação desta trajetória de evolução regional. A análise da evolução da região privilegia, por conseqüência, um conjunto de entrevistas históricas com informantes que vivenciaram as principais transformações acontecidas naquele espaço ao longo do tempo. Nestas entrevistas, segundo Garcia Filho, é importante observar: - as mudanças de longo prazo, ou os incidentes relevantes relativos às condições ecológicas; - as mudanças ocorridas nas técnicas agrícolas; - os fatos socioeconômicos mais significativos, tais como mudanças

nas relações sociais, nas formas de acesso à terra, na estrutura fundiária, nas ações dos diferentes atores sociais, nas políticas públicas ou nas condições socioeconômicas mais gerais (idem, p. 20).

A análise da paisagem e as entrevistas históricas fornecem os elementos essenciais para o desenvolvimento da etapa seguinte do diagnóstico: a definição de uma tipologia de produtores e de uma tipologia de sistemas de produção. Cada tipo de produtor deve corresponder a grupos sociais relativamente homogêneos, mas distintos dos demais grupos do ponto de vista da problemática do desenvolvimento rural em análise (idem, p. 22). Por possuírem racionalidades distintas, é interessante distinguir os produtores familiares dos produtores patronais ou dos produtores capitalistas. No interior mesmo destas categorias sociais podem existir diferenças importantes relacionadas, por exemplo, ao acesso aos meios de produção, diferenças estas que podem justificar a definição de tipos diferentes de produtores. Dentre os produtores familiares, por exemplo, pode ser interessante fazer a distinção entre os capitalizados, aqueles que estão em processo de capitalização e aqueles que estão em processo de descapitalização.

Os "produtores familiares capitalizados" são aqueles que conseguiram acumular algum capital (maquinário e terra) e que dispõem de mais recursos para a produção, além de auferirem uma renda agrícola satisfatória que os mantém relativamente afastados do risco de descapitalização e de serem excluídos do processo produtivo (idem, p. 23). Na análise que faz do perfil da agricultura familiar no Brasil o estudo do Projeto de Cooperação FAO/INCRA (1996), utilizando a renda como critério básico, denomina este tipo de agricultor de "produtor familiar consolidado", incluindo-se nesta categoria aquelas unidades de produção que alcançam uma renda média acima da média da região onde se localizam, garantida em função da regularidade de acesso a mecanismos de comercialização agrícola.

Os "produtores familiares em capitalização" são aqueles cuja renda, em situações favoráveis, pode permitir alguma acumulação de capital, mas não garante ainda uma estabilidade no longo prazo podendo, em condições adversas, tomar o rumo da descapitalização (GARCIA FILHO, 1999, p. 24). Na definição do estudo FAO/INCRA (1996) esta categoria de produtores corresponde aos denominados "produtores familiares em transição", cuja renda média se situa entre a média e a mediana da sua região de localização e sua principal referência é de estarem inseridos no mercado de forma fragilizada.

Por fim, os "produtores familiares em descapitalização" são aqueles cujo nível de renda agrícola é insuficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e a subsistência da família. Além dos produtores tradicionais em descapitalização real, incluem-se nesta categoria de produtores aqueles que recorrem a rendas externas para sobreviver tais como: trabalho assalariado temporário, atividades complementares permanentes, trabalho urbano de alguns membros da família, aposentadorias, etc. (GARCIA FILHO, 1999, p. 24). Este tipo de produtores corresponderiam ao que o estudo FAO/INCRA (1996) chama de "produtores familiares de subsistência ou periféricos", cujas explorações se voltam essencialmente à produção para o autoconsumo e à venda de mão-de-obra.

Como se observa, o enquadramento dos agricultores é feito em função do seu envolvimento nas atividades produtivas na agricultura. Ainda que obtivesse uma renda bem acima da média regional, uma família de agricultores dificilmente seria enquadrada como capitalizada, ou consolidada, se grande parte dessa renda tivesse origem não-agrícola.

Para a teoria dos sistemas agrários, identificar e caracterizar as diferentes categorias sociais de produtores (tipologia de produtores) é fundamental para a definição do público prioritário dos programas e projetos a serem propostos a partir do diagnóstico. Da mesma forma, a identificação dos fatores que determinam a capitalização ou a descapitalização também é essencial para a escolha dos sistemas de produção a serem incentivados pelos projetos de desenvolvimento local (GARCIA FILHO, 1999, p. 24). Entre os fatores que podem provocar uma capitalização destacam-se heranças, subsídios, altas expressivas de preços, etc. Já entre os fatores que podem levar a uma descapitalização merecem destaque problemas de doença, processos de partilha, frustrações provocadas por intempéries, fortes quedas de preços, etc. (idem, p. 27).

Cada categoria social, segundo a disponibilidade de meios de produção e de força de trabalho e a maneira como estes elementos são combinados para a artificialização do ecossistema cultivado, pode desenvolver diferentes sistemas de produção. Daí a necessidade de também se definir uma tipologia de sistemas de produção que os diferentes tipos de produtores costumam desenvolver naquele sistema agrário em estudo. Produtores patronais, familiares ou capitalistas, capitalizados, em capitalização ou descapitalizados, podem desenvolver sistemas de produção diversificados ou especializados, mais intensivos ou extensivos, voltados mais para a produção vegetal ou animal; a produção animal pode estar voltada à bovinocultura de leite ou de corte, aves de postura ou corte, criação de suínos, etc. As diferenças dos sistemas de produção podem resultar tanto das condições socioeconômicas dos agricultores quanto das condições impostas pelo ecossistema cultivado.

A análise dos distintos sistemas de produção dificilmente pode ser feita sem a sua divisão em subsistemas mais simples. Neste sentido, o estudo dos subsistemas de cultivo e dos subsistemas de criação visa especificar, respectivamente, a análise da produção vegetal e da produção animal no conjunto da unidade de produção. Os subsistemas de cultivo são definidos a partir da forma como uma determinada gleba de terra é cultivada ao longo dos anos. Já os subsistemas de criação correspondem à forma como são conduzidas as produções animais.

Sobre cada um dos subsistemas de cultivo e de criação da unidade de produção são aplicados diferentes itinerários técnicos, correspondendo a uma sucessão lógica de operações técnicas. Compreender estes itinerários é fundamental para se perceber a dinâmica de trabalho, o uso dos meios de produção e de insumos e os próprios rendimentos.

A observação das operações e dos itinerários técnicos que compõem os subsistemas de cultivo e de criação permite identificar uma grande variedade de sistemas de produção em um mesmo sistema agrário. A elaboração de uma tipologia das unidades de produção agropecuárias é um procedimento que visa facilitar o estudo dos diferentes subsistemas definidos acima para se poder chegar à análise do funcionamento interno do sistema agrário.

Uma tipologia consiste no agrupamento das unidades de produção de um dado sistema agrário, segundo os grandes tipos de agricultores e de sistemas de produção que elas praticam. Um dos principais objetivos da tipologia é analisar os processos de diferenciação internos ao sistema agrário. De acordo com os recursos naturais, o nível de acumulação e a disponibilidade de mão-de-obra, cada tipo de unidade de produção apresenta maior ou menor possibilidade de assegurar a sua reprodução social ao longo do tempo, assumindo assim um papel específico nas tendências de transformação do próprio sistema agrário.

Como diz Mazoyer (1992-93, p. 13), a estrutura técnica, econômica e social de um sistema agrário possui uma dinâmica que se manifesta pelo desenvolvimento de certos tipos de unidades de produção e pela regressão eventual de outros tipos. O aparecimento de um novo sistema de produção numa parte das explorações e seu desenvolvimento em detrimento de sistemas de produção pré-existentes pode significar uma possibilidade de mudança no sistema agrário atual. Por isso, segundo este autor, o estudo do funcionamento, reprodução e da eventual capitalização ou descapitalização dos diferentes tipos de unidade de produção é indispensável para se poder fazer projeções confiáveis sobre o que poderá acontecer nos próximos anos com a estrutura técnica, econômica e social do sistema e mensurar o impacto que tais transformações poderão causar sobre o ecossistema cultivado se nada for feito para reverter tais tendências.

Este estudo da capacidade de reprodução dos diferentes tipos de unidades de produção deve ser feito a partir de uma cuidadosa avaliação agronômica e econômica dos sistemas de produção. A avaliação agronômica deve permitir a identificação das estratégias adotadas para garantir a reprodução da fertilidade de cada subsistema e da observação das relações (de sinergia, de complementaridade ou de concorrência) que existem entre os diferentes subsistemas desenvolvidos. Isso pode ser feito pela observação dos principais fluxos no uso dos recursos disponíveis por meio de instrumentos como o calendário de trabalho, o calendário de utilização de máquinas e equipamentos e o fluxo monetário (GARCIA FILHO, 1999, p. 33-7).

A avaliação econômica dos sistemas de produção, por sua vez, deve levar em consideração o ponto de vista do produtor, cujo interesse maior está na renda que conseguirá obter a partir do sistema que desenvolve, bem como o ponto de vista da sociedade, cujo interesse está mais voltado para a capacidade de geração de riquezas (valor agregado) dos diferentes sistemas de produção.

A análise econômica dos sistemas de produção é uma etapa essencial do diagnóstico, pois ela permite não só avaliar o potencial de capitalização ou descapitalização das diferentes categorias de produtores, mas também compreender melhor as relações sociais que caracterizam as diferentes unidades de produção e o sistema agrário como um todo, bem como conhecer os fundamentos econômicos que orientam as diferentes combinações de atividades e práticas agrícolas adotadas pelos produtores (idem, p. 38).

O valor agregado (VA), portanto, mede a capacidade de geração de riquezas líquidas de um sistema de produção e ele é igual ao valor do produto bruto (PB), menos o valor de tudo o que foi consumido para se obter esta produção e aqui denominado de consumo intermediário (CI), menos a depreciação ou amortização do capital fixo (D), cujo cálculo pode ser feito a partir da fórmula:

$$VA = PB - CI - D \quad (1)$$

O produto bruto (PB) corresponde ao valor total do que é produzido, seja para a venda, seja para o consumo da família, devendo incluir produtos das culturas, dos pomares, das hortas, das criações, do extrativismo, além de receitas obtidas da prestação de serviços envolvendo o uso de equipamentos do sistema de produção (idem, p. 38).

O consumo intermediário (CI) inclui tudo o que é consumido e transformado durante o processo de produção, incluindo adubos, sementes, agrotóxicos, óleo diesel, alimentos e medicamentos para os animais, peças de reposição, etc. Deve, ainda, compor o consumo intermediário o que for gasto com o pagamento de serviços que correspondem a bens que também se transformem ao longo do processo produtivo, tais como o pagamento de serviços para o preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita, etc.

A depreciação do capital fixo (D) deve considerar aquilo que é parcialmente consumido anualmente no processo de produção envolvendo o desgaste das máquinas, equipamentos e instalações.

Quanto maior o valor agregado produzido por um tipo de unidade de produção melhor será o aproveitamento dos recursos disponíveis. A comparação entre os resultados dos diferentes sistemas de produção exige que se adote uma unidade comum. Neste sentido, o critério básico para avaliar o impacto do valor agregado do ponto de vista da sociedade é a produtividade do trabalho (valor agregado por unidade de trabalho) por superfície de área explorada por trabalhador.

No plano estritamente econômico, segundo Mazoyer & Roudart (1998, p. 402), para que uma determinada unidade de produção possa se reproduzir é necessário que a produtividade líquida do trabalho (o valor agregado por unidade de trabalho) seja maior ou igual ao rendimento necessário para satisfazer as necessidades deste trabalhador e de sua família. Há que se considerar, certamente, que tais necessidades podem variar de uma exploração a outra e mesmo de um período a outro e estas variações podem ser explicadas tanto por razões objetivas (famílias mais ou menos numerosas, etc.) quanto por razões subjetivas (as necessidades podem variar de uma pessoa/família a outra).

A capacidade de reprodução de um sistema de produção, portanto, deve ser avaliada pela relação da produtividade do trabalho por unidade de área explorada com o que Mazoyer & Roudart (1998, p. 14-5) chamam de nível de reprodução ou o que Garcia Filho (1999, p. 42) chama de patamar de reprodução social. O nível de reprodução ou patamar de reprodução social deve representar o rendimento necessário para satisfazer as necessidades de um trabalhador e sua família. Particularmente para as categorias de agricultores familiares, este nível de reprodução normalmente é associado ao custo de oportunidade do trabalho, associado na maioria das vezes ao salário mínimo local.

Considera-se que um nível mínimo de produtividade é necessário para assegurar um desempenho satisfatório dos sistemas de produção no curto prazo (para garantir a compra de insumos e a manutenção dos equipamentos e das instalações) e no longo prazo (para garantir a reposição dos próprios equipamentos e instalações) e ainda permitir a realização de investimentos que garantam o crescimento das unidades de produção.

Se a produtividade do trabalho em função da área explorada por trabalhador for maior do que o nível de reprodução, garantindo a reposição do capital fixo e dos bens consumidos no processo de produção, a unidade de produção dispõe de uma capacidade de investimento suplementar por trabalhador, graças à qual ela pode ampliar sua capacidade de produção e/ou sua produtividade (MAZOYER, 1992-93, p. 14), aperfeiçoando ainda mais seus sistemas de produção. Se a produtividade do trabalho for igual ou muito próxima do nível de reprodução a exploração pode renovar os seus meios materiais e humanos, mas não terá recursos para investir (idem, p. 14), mantendo-se numa situação de estagnação. Já se a produtividade do trabalho for menor do que o nível de reprodução, a unidade de produção não apenas não terá condições de realizar investimentos, como também não conseguirá renovar completamente seus meios de produção e sua força de trabalho aos preços de mercado, podendo manter-se apenas sacrificando um ou mais destes recursos produtivos. Tais sacrifícios, no entanto, não são ilimitados, podendo apenas manter-se por curtos períodos. Para que a unidade de produção possa sobreviver ela dependeria de que a produtividade do trabalho atingisse pelo menos um nível mínimo de sobrevivência (idem, p. 14-5), obviamente menor do que o preço de mercado da força de trabalho, mas num nível que possa garantir pelo menos a reprodução das suas necessidades biológicas.

A análise econômica considerando o ponto de vista dos agricultores tem na renda agrícola o indicador privilegiado. A renda agrícola é a parte do valor agregado que fica com o produtor após remunerar outros agentes que também contribuem fornecendo algum tipo de recurso que o produtor não possui a propriedade (salário para os trabalhadores permanentes ou eventuais, arrendamento para proprietários da terra, juros para os que emprestam recursos financeiros, impostos aos diferentes níveis do Estado).

1.1.3 Recomendações de políticas públicas que resultam da abordagem

A análise-diagnóstico de sistemas agrários é considerada uma ferramenta para o desenvolvimento rural, um procedimento utilizado visando conhecer a agricultura de uma determinada região com o objetivo de contribuir na elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento rural, definindo políticas públicas, programas de ação e projetos envolvendo agentes públicos, privados e da sociedade civil.

A análise da capacidade de reprodução dos diferentes tipos de unidades de produção pode permitir o estabelecimento de prioridades em termos de pesquisa de alternativas tecnológicas numa tentativa de diminuir a intensidade do processo de diferenciação social dos agricultores, evitando a eliminação daqueles que historicamente enfrentam maiores dificuldades.

Com base no nível mínimo de produtividade deve-se procurar especificar as condições técnicas mínimas (rendimentos físicos das culturas e criações, nível de equipamento, disponibilidade de terra e mão-de-obra) para que cada tipo possa assegurar a sua reprodução. Em seguida, analisam-se os subsistemas de cultivo e de criação praticados por cada tipo, avaliando-se as possibilidades técnicas de se atingir as condições de reprodução para cada tipo. A partir disso, pode-se determinar as possíveis alternativas para os tipos de agricultores em dificuldade. Muitas vezes, porém, as possibilidades técnicas dos sistemas de produção praticados por certos tipos, mesmo nas condições mais favoráveis, não permitem que estes alcancem o patamar mínimo de produtividade que possa lhes garantir a reprodução. A viabilização dos agricultores representados por estes tipos passa então por uma mudança de sistema de produção, o que pode significar em muitos casos investimentos significativos e a realocação de recursos cuja execução só pode ser assegurada por políticas públicas de longo prazo.

Como enfatiza Garcia Filho (1999, p. 51), o diagnóstico deve fornecer subsídios para a elaboração de propostas que solucionem os problemas enfrentados pelos diferentes tipos de agricultores e isto é importante quando se pensa em políticas diferenciadas para públicos diferenciados. Do ponto de vista da sociedade, enfatiza o autor, o importante é maximizar a riqueza criada pelo processo produtivo sem comprometer a sustentabilidade do sistema. O valor agregado deve ser maximizado em função dos recursos mais importantes e normalmente mais escassos, tais como a terra e o trabalho, devendo ser privilegiados pelas políticas públicas aqueles sistemas produtivos que mais contribuam para isso. Do ponto de vista do agricultor é importante saber que ele somente vai implementar determinado sistema produtivo ou adotar determinadas práticas tecnológicas se corresponderem ao seu interesse, suas condições objetivas e suas estratégias.

A capacidade de reprodução, na abordagem de sistemas agrários, leva em conta apenas as atividades produtivas desenvolvidas ou passíveis de virem a ser desenvolvidas na unidade de produção, em função da disponibilidade de fatores de produção (terra, trabalho e capital). Ainda que por vezes citadas nos diversos trabalhos que discutem esta abordagem, pouca ênfase é dada para outras possibilidades de garantir condições de

reprodução no meio rural, como por exemplo, atividades não-agrícolas, o acesso a outros ativos de capital e a interação com outros atores sociais.

1.2 O Desenvolvimento Rural na Abordagem das Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais em Função do Acesso a Ativos e Atores

Outra abordagem que vem sendo utilizada para avaliar e propor intervenções em processos de desenvolvimento rural é a que centra o foco da observação nas estratégias adotadas pelos grupos familiares para buscarem garantir as condições de vida assegurando a sobrevivência ou reprodução de seus membros. Tendo a unidade familiar como a unidade básica de análise, a abordagem procura identificar as várias atividades e fontes de renda que as famílias rurais normalmente acessam para alcançar condições de sobrevivência ou melhorar o padrão de vida em função do acesso e da capacitação para o acesso a recursos e atores sociais.

A referência básica utilizada para dar conta desta abordagem é uma literatura recente[4] voltada para o estudo do desenvolvimento rural, tendo especialmente por base as noções de *rural livelihoods* (condições de vida no meio rural) e *livelihood strategies* (estratégias adotadas para garantir as condições de vida)[5], podendo envolver ocupações e rendas agrícolas e não-agrícolas.

1.2.1 Principais questões metodológicas da abordagem

Para avaliar a capacidade de reprodução ou as condições de vida no meio rural, Bebbington (1999) fundamenta sua análise no acesso que as pessoas ou famílias têm a um conjunto de ativos de capital, bem como a outros atores que se situam nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Sustentando que se deve ter uma concepção ampla de recursos que as pessoas ou famílias precisam acessar no processo de composição de suas estratégias de reprodução, Bebbington (1999, p. 4) observa que as condições de reprodução no meio rural, que se baseavam especialmente na agricultura e em recursos naturais, passam a depender crescentemente de uma variedade de ativos, fontes de renda, mercados de produtos e de trabalho. Por isso, o autor passa a considerar as condições de reprodução das famílias rurais em função do seu acesso a um conjunto de ativos de capital (capital produzido, capital humano, capital natural, capital social e capital cultural) e a outros atores políticos, econômicos e sociais.

De maneira muito semelhante, Ellis (2000, p. 7) diz que uma característica importante da definição das condições de vida no meio rural, tendo por base a noção de *rural livelihoods,* é a atenção direta ligando os ativos às opções que as pessoas possuem na prática para perseguir atividades alternativas que possam gerar o nível de renda requerido para a sobrevivência. Para ele, então, as condições de vida no meio rural dependem dos ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), das atividades e do acesso (mediado por instituições e relações sociais) a estes ativos e atividades, que

[4] Esta abordagem está centrada particularmente no trabalho de Bebbington (1999), trabalho este que foi também publicado pelo autor, sob o mesmo título, na revista *World Development*, Vol. 27, n. 12, 1999, p. 2021-44. Além deste, também foram utilizadas as contribuições de Bebbington (1996), Bebbington et al (1997, 2000, 2002) e de Ellis (2000).

[5] O termo *livelihood* significa "ganha-pão", "meios de vida" e as estratégias representam, portanto, as ações que as pessoas ou famílias empreendem de modo a garantir os meios de vida. Pode-se então traduzir *livelihood strategies* como as ações empreendidas para garantir/melhorar as condições de vida, ou seja, para garantir a reprodução. No texto é atribuído o mesmo sentido às expressões estratégias de vida e estratégias de reprodução.

juntos determinam a forma de ganhar a vida pelos indivíduos ou pelas famílias (idem, p. 10).

Antes de caracterizar cada um dos tipos de ativo de capital convém destacar, seguindo Bebbington, que o mais importante nem sempre é a posse em si dos diferentes tipos de ativos de capital e sim a forma como eles são combinados e utilizados para capacitar as pessoas nas suas ações em busca da sobrevivência e, na medida do possível, da melhoria das condições de vida. Neste sentido, segundo este autor, os ativos devem ser vistos como veículos para viabilizar desde ações instrumentais, relacionadas às condições de vida materiais, como também ações hermenêuticas que dão sentido à vida das pessoas e ações emancipatórias que desafiam e buscam mudar as estruturas que regem as condições de reprodução vigentes (1999, p. 5).

Os ativos de capital, portanto, não podem ser vistos meramente como meios com os quais as pessoas ganham a vida (ação instrumental); eles também dão sentido ao mundo das pessoas e das famílias, influenciando as decisões na composição de suas estratégias de sobrevivência (ação hermenêutica). Por outro lado, tais ativos não são simplesmente recursos que as pessoas usam para garantir sua sobrevivência ou reprodução; eles também capacitam e são fontes de poder por meio dos quais as pessoas e famílias conseguem reagir e, se necessário, insurgir-se contra as condições que impedem a melhoria das condições de vida (ação emancipatória).

O processo de capacitação, segundo Bebbington (1999, p. 32), deve ser entendido no mesmo sentido do conceito de *capability* de Sen (1997, 2000), representando a melhoria da capacidade de um grupo social ou de um indivíduo para agir, transformar a sua condição de vida, enfrentar as condições que geram pobreza e desigualdade. Capacitar pessoas ou grupos sociais significa empodeirá-los, atribuir-lhes poder para que sejam capazes de participar ativamente nas discussões e nas ações que se relacionem com a composição das suas estratégias de reprodução. A capacitação então deve qualificar as pessoas para que se tornem agentes de mudança, questionando, desafiando, propondo, buscando novas maneiras de fazer as coisas, mudando, enfim, as próprias regras que orientam o processo de desenvolvimento.

O marco conceitual deste tipo de abordagem, portanto, está centrado nos ativos que as famílias rurais dispõem e nas estratégias de reprodução entendidas como as formas sob as quais as pessoas ou famílias podem combinar estes ativos de maneira sinérgica, transformando-os em resultados de níveis e de formas de vida (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4). Segundo estes autores, as pessoas e famílias rurais tendem a compor aquelas estratégias de vida ou de reprodução que: - sejam mais consistentes com o rol de ativos que controlam num determinado momento, - reflitam suas aspirações mais imediatas, mas também aquelas de médio e de longo prazo, - pareçam ser as mais viáveis em função das oportunidades e restrições impostas pelas circunstâncias econômicas do contexto sob o qual convivem (idem, p. 4).

Da mesma forma, Ellis (2000, p. 15) considera que a diversificação de ativos, de atividades e fontes de renda faz parte da estratégia de reprodução de grupos familiares rurais, devendo ser entendida, portanto, como o processo pelo qual as pessoas ou famílias buscam construir um leque crescentemente diverso de atividades e ativos de modo a sobreviver ou melhorar seu padrão de vida.

a) Os tipos de ativos de capital

Bebbington (1999) destaca cinco tipos de ativos de capital cujo acesso exerce influência na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais: o capital natural, o capital construído, o capital humano, o capital social e o capital cultural. Ellis

(2000) utiliza praticamente a mesma classificação de capital, apenas desdobrando o que Bebbington chama de capital construído em capital físico e capital financeiro e inclui o que Bebbington classifica como capital cultural na mesma categoria de capital social. É importante ressalvar mais uma vez que cada um destes tipos de ativos pode assumir significados distintos para os diferentes grupos familiares, dependendo do que é mais fundamental para compor as suas estratégias de reprodução no contexto histórico e geográfico em que convivem.

Capital natural: inclui ativos na forma de qualidade e quantidade de recursos naturais aos quais as famílias têm acesso. Nesta categoria de ativo destacam-se particularmente a quantidade e a qualidade da terra (relevo, solos, vegetação), a disponibilidade e qualidade de água para o consumo humano, dos animais e plantações (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4). Para facilitar a análise das condições de vida e das estratégias de reprodução das famílias rurais, Ellis (2000, p. 32) recomenda que se pense os diferentes ativos de capital natural em função de seu mais elevado ou mais baixo potencial agroecológico, como também se distinga, dentre os recursos naturais envolvidos nas principais estratégias de reprodução das famílias rurais, aqueles que são renováveis ou cuja renovação pode ser administrada (recuperação e conservação dos solos, reflorestamento, etc.) e os não-renováveis.

Capital produzido: inclui especialmente: i) ativos físicos na forma de infra-estrutura, como estradas, redes de energia elétrica, de telefonia e de abastecimento de água, barragens, canais de irrigação e drenagem, bem como na forma de meios de produção, incluindo máquinas, equipamentos, ferramentas, insumos, animais, tecnologia, instalações; e ii) ativos financeiros na forma de dinheiro e as várias formas de acesso a ele, como sistemas de crédito e até mesmo ativos físicos que podem ser facilmente transformados em dinheiro (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4). O nível ou tipo de acesso a poupanças, empréstimos ou outras formas de financiamento ou crédito faz uma grande diferença para as escolhas na definição das condições de reprodução de um indivíduo ou família (ELLIS, 2000, p. 8)[6]. Dentre os ativos físicos que atuam positivamente sobre as condições de vida estão os ativos infra-estruturais, tais como estradas, redes de energia, oferta de água, linhas telefônicas (idem, p. 33). Os ativos financeiros, por sua vez, não são formas de capitais diretamente produtivos, mas possuem um papel no rol de ativos das famílias pela sua conversibilidade em outras formas de capital ou mesmo diretamente na forma de consumo, sendo a fungibilidade ou facilidade de serem transformados em outros usos uma de suas principais características (idem, p. 34). Por isso, podem-se incluir como ativos financeiros, além de poupança financeira própria e aquela passível de ser obtida via empréstimo, outras formas de ativos que podem ter conversibilidade em dinheiro ou mesmo em consumo, particularmente nos momentos ou períodos de dificuldades, como animais de produção e de trabalho, produtos estocados, recursos naturais, etc.

Capital humano: inclui os ativos como conhecimento, saúde, destrezas ou habilidades, etc. (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4). Na classificação de Ellis (op cit, p. 33), o capital humano relaciona-se ao trabalho disponível pela família, envolvendo sua educação, habilidades e saúde. O capital humano pode ser aumentado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pelas habilidades conseguidas no desempenho de uma ou mais ocupações. Da mesma forma, o trabalho como um ativo pode tornar-se

[6] Na tipologia de Ellis, estes dois subgrupos de ativos são classificados como tipos distintos de capitais, destacando como um tipo o "capital físico", correspondendo aos ativos gerados no processo econômico de produção e aos quais as famílias têm acesso e, como um outro tipo, o "capital financeiro ou substitutos", correspondendo ao estoque de dinheiro e as formas de acesso a dinheiro das famílias (ELLIS, 2000, p. 32-34)

mais efetivo quando livre de doenças ou de debilidades provocadas por problemas de saúde. Por isso o fator saúde, junto com o fator educação, são importantes para avaliar o capital humano das famílias rurais. Ainda segundo Ellis, a composição do capital humano de uma família muda constantemente devido a razões demográficas internas (nascimentos, mortes, casamentos, migração, crianças que viram adultos), por reestruturações deliberadas como resultado de eventos inesperados (divórcio, separações), ou ainda por pressões externas (idem, p. 33). Assim como os ativos físicos relacionados à infra-estrutura, também a densidade e a qualidade dos serviços de educação e de saúde, fundamentais para aumentar o nível de capital humano, dependem essencialmente de políticas e de recursos públicos. O capital humano, portanto, possui uma forte dependência com as políticas macroeconômicas e setoriais, particularmente aquelas relacionadas à educação e saúde públicas. Uma oferta desigual deste tipo de serviço entre regiões e dentro delas entre áreas urbanas e rurais pode resultar em tendências de ampliação das desigualdades no acesso de capital humano, especialmente nas áreas rurais e regiões mais pobres.

Capital social: Narayan & Pritchett[7] (1997, p. 2-3), entendem o capital social como a quantidade e qualidade de vida associativa e as normas sociais correspondentes, enfatizando a participação em grupos ou associações voluntárias, a característica destes grupos e associações, a existência e o papel de normas sociais e cívicas, bem como as atitudes dos indivíduos para com os outros, evidenciando principalmente o grau de confiança das pessoas nos grupos sociais locais, tais como a família e associações comunitárias, e nas autoridades públicas locais, regionais e nacionais. Segundo Bebbington et al. (2002, p. 4), a principal característica dos ativos de capital social é que eles facilitam o acesso a outros recursos ou ativos.

Putnam (1996), por sua vez, relaciona o capital social ao grau de confiança e de valores partilhados, associados à natureza das estruturas e redes sociais. Na busca de explicações para as desigualdades de desenvolvimento existentes entre as diferentes regiões italianas ele conclui que, nas áreas onde as estruturas sociais são de tipo vertical e baseadas em relações de autoridade, a capacidade dos cidadãos para a ação coletiva é limitada e o acesso e influência que estes cidadãos exercem sobre os atores do Estado e do mercado são mais fracas. Já onde o governo e a economia são mais eficientes, eficazes e inclusivos são áreas caracterizadas por relações sociais de tipo horizontal, baseadas em valores compartilhados e confiança e com mais elevados níveis de participação em organizações sociais e redes que ultrapassam as fronteiras entre diferentes instituições e grupos sociais.

O capital social também é visto como uma função da capacidade de cooperar de uma sociedade (FRANCO, 2001, p. 24), não se tratando, portanto, de uma simples soma das virtudes humanas dos indivíduos, mas do padrão de organização e do modo de regulação adotados por uma dada sociedade que podem favorecer (ou não) a geração, a acumulação e a reprodução do capital social em escala ampliada. O capital social então "é, de fato, social; não é pessoal ou apenas interpessoal" (op cit. p. 55) e, neste sentido, é algo que só pode florescer plenamente em comunidades ou sociedades de parceria, ou seja, em coletividades que adotam um padrão de organização em rede e que regulam seus conflitos democraticamente (op cit, p. 25). A capacidade de viver em comunidade, por sua vez, consiste num conjunto de interações sociais que promovem: o

[7] Este trabalho também pode ser encontrado na revista *Economic Development and Cultural Change* 47 (4), p. 871-897, 1999.

reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade e a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação (op cit, p. 54). Quanto mais comunidades[8] existirem numa sociedade, mais capital social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente (op cit, p. 59), estando por conseqüência a produção, acumulação e reprodução de capital social associada à "capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos" (idem, p. 67).

Capital cultural: inclui recursos, valores e símbolos apropriados pelas pessoas como resultado da cultura da qual fazem parte (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4). Segundo Bebbington existe uma conjunção entre o lugar e a reprodução de práticas culturais que se constituem, de um lado, em insumos importantes para a composição das estratégias de reprodução das pessoas ou famílias e, de outro, são também o resultado destas mesmas estratégias (1999, p. 32). Estas práticas exercem influência nas próprias percepções ou significados que as pessoas e famílias vão ter sobre as questões que os envolvem, incluindo o próprio significado atribuído à noção de condições de vida, de pobreza e de desenvolvimento. Além de contribuírem para criar e sustentar certas formas de identidade e padrões particulares de interação, certas práticas culturais constituem-se em fontes de capacitação, de inspiração e de poder, possibilitando formas de ação e de resistência que os outros tipos de ativos de capital, independentes, teriam dificuldades de oportunizar (idem, p. 31-2). Por estas razões, Bebbington propõe incluir tais práticas como ativos de capital cultural, com ênfase aos costumes e tradições que decorrem de relações de parentesco, vizinhança, étnicas e religiosas.

Kliksberg (2001, p. 33), por sua vez, diz que a cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e de comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas e das nações, incidindo marcadamente sobre o estilo de vida dos diversos grupos sociais. Para os grupos mais pobres, principalmente, que não possuem riquezas materiais, considerar e valorizar a sua bagagem cultural pode ser útil tanto para a sua identidade coletiva quanto para sua auto-estima. Como diz Kliksberg (idem, p. 50), os pobres sentem que, somando-se a suas dificuldades materiais, existe um processo silencioso de desprezo cultural frente a seus valores, tradições, saberes e formas de relacionamento. Ao se desvalorizar a cultura, debilita-se definitivamente a identidade e uma identidade debilitada gera sentimentos coletivos e individuais de baixa auto-estima. Por isso considera que as políticas sociais deveriam ter como um objetivo relevante a reversão deste processo, buscando elevar a auto-estima pessoal e grupal das populações desfavorecidas. Uma auto-estima fortalecida, pela mediação da cultura, pode transformar-se num motor potente de construção e de criatividade. Por fim, Kliksberg (idem, p. 52) ainda destaca que a cultura é o âmbito básico no qual uma sociedade gera - e transmite de geração em geração – valores como o da solidariedade, da cooperação, da responsabilidade de uns para com os outros, a preocupação conjunta com o bem estar coletivo, a superação das discriminações (sociais, étnicas, religiosas, gênero), a erradicação da corrupção, atitudes favoráveis à equidade em regiões marcadamente desiguais, bem como atitudes democráticas, contribuindo para o processo de desenvolvimento, bem como para melhorar o perfil final da sociedade.

Feita a caracterização dos principais tipos de ativos de capital é importante reforçar a idéia de que nem todos eles são usados da mesma forma e ao mesmo tempo pelas famílias rurais, sendo por conseqüência importante destacar o aspecto temporal das estratégias de reprodução das famílias. O que as famílias consideram importante no

[8] Entendidas por Franco como unidades sociais onde existam: a) valores compartilhados; b) sentido de identidade e pertencimento; c) cultura e atividades econômicas e políticas comuns; d) coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos; e) algum grau de autogoverno (2001, p. 59).

curto e no longo prazo depende muito das suas estratégias de reprodução e dos significados que elas atribuem aos diferentes ativos. O uso intensivo de certos ativos no curto prazo pode inviabilizar o estabelecimento de estratégias de médio ou de longo prazo, como o esgotamento da capacidade produtiva da terra, por exemplo. Em suas opções as famílias podem sacrificar um ou outro desses ativos de forma a armazenar aquele(s) mais apropriado(s) para a sua respectiva estratégia de reprodução ou de sobrevivência.

Se as condições de reprodução das famílias dependem de uma ampla variedade de ativos, os tipos de ativos mais importantes e, em particular, a forma como eles vão ser combinados para dar conta das suas estratégias de reprodução, variam em função do espaço e também das diferenças sociais, étnicas, de gênero, etc. Por isso Bebbington (1999, p. 27) considera fundamental captar o mais fielmente possível quais são os ativos mais importantes para as diferentes pessoas ou famílias em diferentes lugares, de modo a identificar os tipos de intervenções mais úteis naquelas áreas e para aquele público.

Assim, nos casos em que as famílias tenham acesso a terra e onde as condições do mercado agrícola sejam favoráveis, existe uma grande possibilidade de que as pessoas/famílias possam perseguir estratégias de vida baseadas na agricultura. Em outras situações, nas quais as famílias possuam pouca terra, mas tenham habilidades que são demandadas no mercado de trabalho, assim como redes de relações que facilitem seu acesso a este mercado, será mais provável que pelo menos alguns dos membros da família persigam estratégias de vida baseadas em emprego não-agrícola (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4-5).

Também é importante levar em conta a questão do tempo ao se avaliar as estratégias de reprodução das famílias rurais, no sentido de que o que as famílias podem estar fazendo para garantir a sobrevivência no presente pode diferir de suas estratégias com relação ao futuro. Ou seja, não necessariamente aquilo que no momento consome maior envolvimento em termos de tempo e esforço reflete o que as pessoas ou famílias aspiram para o futuro. Pode ser que uma estratégia de reprodução contemple tanto ações orientadas ao acesso e utilização de recursos com a preocupação de satisfazer as necessidades mais imediatas da família quanto a ações dirigidas à obtenção daqueles ativos que, acumulados no tempo, poderão permitir que a família, ou pelo menos parte dela, possa algum dia conseguir formas e níveis de vida diferentes (idem, p. 5). Isto pode explicar o esforço que num dado momento pode estar sendo direcionado para algumas atividades agropecuárias que exigem uma cota razoável de sacrifício por parte de alguns componentes do núcleo familiar, mas que são cruciais porque elas bancam outras ações voltadas, por exemplo, à capacitação dos filhos como estratégia para garantir a reprodução futura fora da agricultura.

b) O acesso a atores das esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil

Além do acesso aos diferentes tipos de ativos de capital, o esquema de análise que Bebbington propõe também considera as relações entre a população rural e outros atores que operam nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil (1999, p. 35). É através destas relações, segundo o autor, que as pessoas e suas organizações buscam reafirmar ou renegociar as regras que regem o acesso a recursos na sociedade e, com isso, poder influenciar nas condições que lhes permitam garantir as condições de reprodução.

O desenvolvimento de redes e organizações desempenha um papel importante para ajudar a ação das pessoas não apenas no sentido de buscarem melhorar as suas condições de vida, mobilizar e defender ativos, mas também para facilitar-lhes o acesso

aos demais atores situados nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, abrindo caminho para mudar as relações e, por conseqüência, as próprias condições de acesso.

Cada uma dessas esferas tem sua própria lógica e influencia ao seu jeito a distribuição, o controle e a transformação de ativos (idem, p. 35). Assim, as possibilidades de melhorar as condições de vida e as condições de acesso a recursos através de relações na esfera do mercado estão limitadas pela lógica que prevalece nas trocas comerciais. O que pode ser obtido das relações com o Estado vai depender da operacionalidade das várias agências estatais nos vários níveis de governo. Da mesma forma, o que pode ser realizado pela ação coletiva e do engajamento com outros atores da sociedade civil depende da variedade de benefícios e limites deste tipo particular de relação. Isto significa que, para garantir melhorias das condições de vida, uma das exigências fundamentais é a competência ou habilidade que as pessoas precisam ter para administrar as relações e as transações dentro de cada uma das esferas, aproveitando-se do que pode ser obtido numa esfera e complementando com ações nas outras esferas (idem, p. 36).

O papel das instituições públicas (esfera do Estado), privadas (esfera do mercado) e civis (esfera da comunidade ou da sociedade civil) nos processos de desenvolvimento está longe de ser uma questão tranqüila e resolvida na literatura que trata do desenvolvimento em geral e do desenvolvimento rural e das estratégias de reprodução das famílias rurais em particular.

Para fundamentar esta questão do acesso a atores que operam nas três esferas é oportuna e adequada a contribuição de Offe (2001), para quem o Estado, o mercado e a comunidade representam os modos ideais típicos nos quais as pessoas vivem e interagem, bem como os modos de coordenação dos indivíduos e de suas ações. Cada um destes componentes da ordem social ativa e se baseia em uma das três capacidades humanas coletivamente relevantes, por meio das quais os seres humanos podem intervir no mundo social: o Estado movido pela razão, o mercado movido pelo interesse e a comunidade movida pela paixão. Segundo o autor, a paixão humana (representada por amor, honra, orgulho ou um sentimento de crença) é o cimento que integra os membros das comunidades concretas e "é dessas comunidades, sejam elas famílias, grupos religiosos, ou aquelas definidas por tradições étnicas compartilhadas, que nós derivamos nossa identidade, nosso sentimento de pertencimento e o compromisso com um modelo ético que informa nossos projetos de vida" (idem, p. 128-9).

O mesmo autor defende um "arranjo institucional complexo e composto" no qual cada uma das três esferas desempenha um papel importante compreendendo que, em primeiro lugar, qualquer desenho institucional monístico tende a ignorar (no plano teórico) e destruir (em suas aplicações práticas) as contribuições que os outros dois componentes da ordem social têm para dar e, por isso, a provisão de ordem social e estabilidade, através de instituições, não pode se basear somente ou exclusivamente a partir do Estado, do mercado, ou da comunidade. Em segundo lugar, esse tipo de desenho não pode se basear nem mesmo na combinação de apenas dois desses padrões, sejam sínteses mercado-Estado, Estado-comunidade, ou comunidade-mercado, devendo, por conseqüência, envolver os três fundamentos da ordem social numa combinação que consiga evitar que cada um deles se sobreponha aos outros e os elimine (idem, p. 129-30).

Em síntese, segundo Offe, desenhar e defender relações Estado-sociedade não é uma questão de simplesmente escolher um dos três padrões de forma simplista, mas de se engajar ou até mesmo tolerar um processo de desenho processual, de reajustamento e sintonização fina de uma mistura rica e adequada na qual os três blocos da ordem social

tenham papéis variáveis que se limitem entre si (idem, p. 130). Considerando que "a relação e a demarcação da linha entre mercado, Estado e comunidade é ela própria uma questão política" (idem, p. 132), Offe conclui que "a sintonia fina, processual, crítica e flexível, junto com a recomposição imaginativa destes três componentes da ordem institucional, deve ser conduzida pelo capital social disponível no interior da sociedade civil", destacando o importante papel que desempenha o capital social para "fazer a democracia funcionar" (idem, p. 144).

Tanto Bebbington quanto Offe destacam a importância do capital social, seja para explicar o acesso a recursos e a outros atores na abordagem do primeiro, seja para tratar da "mistura correta" de padrões institucionais envolvendo as esferas do Estado, do mercado e da comunidade para o segundo.

Bebbington considera que o acesso a recursos e a outros atores é a questão central para que as pessoas ou famílias rurais possam alcançar e manter condições de vida sustentáveis. Como o capital social está incorporado nos tipos de relações que oportunizam e facilitam o acesso, ele se torna um ativo precursor chave para que o acesso a outros recursos e atores seja possível. Em função disso, a dotação ou o acesso a ativos de capital social pelas famílias torna-se vital para o seu bem estar, atual e futuro (1999, p. 44). Offe, por sua vez, considera que instituições do governo, do mercado e da comunidade podem contribuir para a formação e acumulação de capital social no interior da sociedade civil, pois são as forças associativas as mais capazes para definir e redefinir de forma constante a melhor combinação de padrões institucionais (2001, p. 144). Como as situações existentes nestas três esferas normalmente são de conflitos, a mistura ou a combinação de padrão institucional vai depender das alianças que são estabelecidas no interior de cada uma e entre as diferentes esferas.

A habilidade ou competência das pessoas para ter acesso a atores que atuam na esfera do mercado, do Estado ou da sociedade civil, segundo Bebbington, é fortemente afetada pelas suas dotações iniciais dos diferentes tipos de ativos de capital (1999, p.36). Como exemplo, diz que pessoas com dotações significativas de terra (capital natural), ou de recursos financeiros e materiais (capital produzido), ou fortes redes sociais (capital social), ou níveis de educação e saúde mais elevados (capital humano) são geralmente mais capazes para ter acesso às instituições do Estado, do mercado e da sociedade civil e, assim, exercer mais influência sobre os padrões de acesso subseqüentes.

Por isso, ao se avaliar as condições de reprodução e a definição de estratégias de reprodução para as famílias rurais, é importante compreender as condições sob as quais as pessoas que possuem menos dotações podem ser capacitadas para poder melhorar o seu acesso aos atores que operam nessas diferentes esferas, bem como as formas pelas quais as organizações podem orientar suas ações em benefício das famílias que se debatem com dificuldades devidas à sua menor dotação inicial de recursos (idem, p. 36).

Também é fundamental perceber a direção das principais ações de intervenção sobre o desenvolvimento rural, concebidas e implementadas por diferentes instituições das três esferas do arranjo social, se tais ações estão mais voltadas para incrementar diretamente a base de ativos (proporcionando sementes, treinamento, etc.), ou se elas estão mais orientadas para mudar as estruturas e instituições responsáveis pela capacitação das pessoas para acessar tais ativos e transformá-los em estratégias de vida (BEBBINGTON et. al., 2002, p. 5). Ambas as ações tendem a produzir resultados no processo de desenvolvimento, com a diferença de que as famílias tendem a ser meras coadjuvantes nas ações de primeiro tipo, enquanto nas de segundo tipo elas podem estar no papel de sujeitos das transformações.

Em síntese, a abordagem proposta por Bebbington para avaliar a capacidade de reprodução das famílias rurais, principalmente numa perspectiva voltada à redução da pobreza e diminuição das desigualdades, deve levar em conta: - os diversos ativos que os grupos familiares rurais utilizam para garantir a sua sobrevivência; - as formas e meios pelos quais os grupos familiares são capacitados para acessar, defender e manter estes ativos e; - a capacidade que os grupos familiares possuem para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade (1999, p. 21).

Isto implica, como adverte Bebbington (1999, p. 15), desviar um pouco a direção das lentes dos observadores pa que se possa ver menos a agricultura em si e prestar mais atenção aos tipos de recursos e aos tipos de esferas institucionais e de mercado que as famílias têm acessado no processo de composição de suas estratégias de reprodução sustentáveis, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. Para isso, torna-se importante olhar mais detalhadamente para os vários tipos de estratégias de sobrevivência que estão emergindo nas diferentes regiões para melhor compreender as formas através das quais as famílias têm tido acesso a recursos e buscado melhorar as suas capacidades, assim como os fatores econômicos e políticos sob os quais tais estratégias têm se baseado e as condições que poderão torná-las mais sustentáveis e redutoras da pobreza e das desigualdades.

1.2.2 Questões que a abordagem considera relevantes para a pesquisa

Existem várias questões relevantes que a abordagem coloca para a pesquisa e os pesquisadores. Uma delas é o próprio entendimento do que seja o desenvolvimento rural na perspectiva das estratégias de reprodução. Outra, diretamente ligada à anterior, está na escolha da família e não a unidade de produção como unidade básica de análise. Uma terceira questão relevante diz respeito a uma possível tipologia de estratégias de vida, tomando as famílias como células. Uma quarta questão está relacionada ao peso relativo do capital social e cultural, especialmente em função do que significam para as pessoas e famílias e do que representam enquanto fonte de poder para os agentes. Uma quinta questão diz respeito às relações de sinergia entre o Estado e a sociedade e as iniciativas de desenvolvimento de nível micro e de nível macro. Estas questões são explicitadas e discutidas a seguir.

a) Uma abordagem centrada nos atores

Olhar os processos de desenvolvimento privilegiando o enfoque das formas e estratégias de vida *(livelihoods)* implica centrar a análise nos atores, focando a atenção nos indivíduos ou nas famílias, diferente de outros enfoques centrados mais nas unidades de produção e nas atividades produtivas.

Uma análise centrada nos atores, ainda assim, pode ter diferença de ênfase, com implicações metodológicas e de interpretação. Assim, é possível observar o desenvolvimento, tendo como base as estratégias de vida, empregando um enfoque que põe forte ênfase nas percepções e intenções do(s) ator(es) e nos detalhes etnográficos de suas práticas e estratégias, com longos períodos de trabalho de campo e em coleta detalhada de informações. O resultado do uso deste tipo de enfoque é que se pode chegar a descrições mais ricas e exaustivas sobre os processos, ainda que a um custo elevado, por exigir períodos demorados e sistemáticos de trabalho de campo, e correr o risco de gerar um volume de informações tão grande que às vezes não permite que se vá além de uma análise meramente descritiva.

Alternativamente, pode-se empregar um enfoque que tenda a ser mais formal, a partir de sondagens ou diagnósticos menos demorados, enfatizando mais as formas pelas quais o(s) ator(es) busca(m) acessar, controlar e combinar diferentes tipos de ativos para viabilizar suas estratégias de vida. Os estudos com base neste último enfoque também lidam com as intenções e as preocupações das pessoas, mas eles tendem a dar mais atenção às mudanças na base de ativos e nas estruturas políticas e econômicas. Por serem metodologicamente menos etnográficos, tais estudos produzem uma descrição menos elaborada, com menos informações sobre as percepções e identidade dos atores, mas em compensação apresentam a vantagem, pelo menos potencial, de serem mais focados e precisos (BEBBINGTON et al., 2002, p. 3-4).

Ainda que possa parecer simples afirmar-se que a família rural é a unidade de análise básica para avaliar as condições de vida e as estratégias de reprodução nos diferentes processos de desenvolvimento rural, a realidade que se observa nos diversos contextos exige que se explicite um pouco melhor esta unidade de análise. Os próprios autores tomados como referência costumam referir-se ora às pessoas ou indivíduos, ora à população rural, ora à família ou grupo familiar. Quando se fala em condições de vida e capacidade de reprodução no meio rural relacionam-se estes indicadores a que unidade de análise?

Mesmo reconhecendo que o grupo familiar é uma arena social infinitamente variável, difícil de definir em muitos contextos culturais, Ellis (2000, p. 18) o toma como a unidade social mais apropriada para a investigação das condições de vida e avançar o entendimento das implicações políticas das formas tão diversas de como se manifestam as estratégias de vida no meio rural. O grupo familiar *(household)* é para ele um *lócus* no qual ocorrem interdependências sociais e econômicas particularmente intensas entre um grupo de indivíduos e isto é visto como uma razão suficiente para que o grupo familiar seja tomado como uma unidade de análise econômica e social relevante, numa perspectiva que a ação individual não pode ser interpretada separadamente do espaço social e residencial que ele habita.

É comum pensar-se um grupo familiar como um grupo social que mora num mesmo local, partilha as mesmas refeições e costuma tomar decisões de forma conjunta e coordenada sobre a alocação de recursos e aplicação de rendas comuns. A realidade contemporânea da grande maioria das áreas rurais, no entanto, aponta para uma crescente divisão dos grupos familiares. Parte da família permanece no meio rural enquanto alguns de seus membros, normalmente jovens, buscam outras atividades no meio urbano. Pode haver situações em que, apesar do afastamento físico e das atividades diferenciadas, o grupo continue mantendo uma relação típica de um núcleo familiar. Noutras situações, entretanto, as relações entre as duas partes do núcleo familiar (os que permanecem e os que saem), envolvendo questões relacionadas a acesso a recursos e atores sociais, podem tornar-se completamente independentes, o que dificulta o enquadramento como um grupo familiar.

Este tipo de dificuldade não impede que se mantenha a família rural ou o grupo familiar rural como unidade básica de análise para o estudo das formas e estratégias de vida no meio rural, com a possibilidade de desdobrá-la em subgrupos analiticamente tratáveis para poder dar conta das especificidades. Ellis, por exemplo, propõe que se mantenha o grupo familiar como unidade de análise principal, ampliando-o quando necessário para incluir migrantes e outras pessoas que contribuem, de maneira regular ou intermitente, para o bem-estar do grupo familiar (idem, p. 21).

b) Desenvolvimento rural, agricultura e estratégias de reprodução das famílias rurais

Uma das principais dificuldades para o desenvolvimento de estudos voltados à avaliação das estratégias de reprodução das famílias rurais está no forte viés agrícola que predomina na concepção e implementação de projetos de desenvolvimento voltados para o meio rural.

Grande parte dos estudos que se ocuparam em explicar o desenvolvimento da agricultura buscou descrever a evolução do papel do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico[9]. Ainda que na fase inicial o foco das discussões sobre o desenvolvimento da agricultura esteve centrado na dualidade da chamada agricultura tradicional e da agricultura moderna, ao longo do período que vai dos anos 1970 até 1990 o foco central destas abordagens esteve voltado ao aumento da produtividade das pequenas explorações agrícolas (ELLIS, 2000, p. 21). Da mesma forma, o aumento do produto e da renda agrícola passou a ser visto como um pré-requisito dos setores não-agrícolas na medida em que o aumento da produtividade agrícola estimula a demanda de insumos e serviços não-agrícolas, bem como cria um mercado interno de consumo para os produtos industriais[10].

Estas idéias em torno do desenvolvimento da agricultura produziram efeitos diretos sobre as políticas e as práticas de desenvolvimento rural no período que vai da década de 1960 até o final da década de 1980. A questão do crescimento e da equidade nas regiões rurais passava pelo fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para atacar o problema da pobreza, tanto no setor agrícola, já que grande parte dos pobres rurais é constituída por pequenos agricultores, quanto nos setores não-agrícolas, na medida em que o crescimento da economia não-agrícola é dependente da vitalidade da economia agrícola (idem, p. 22).

Segundo Ellis, questões relacionadas com a diversidade das condições de vida e a diversidade de estratégias de reprodução das famílias rurais não figuram entre as preocupações dos teóricos do desenvolvimento agrícola, talvez porque estes pensadores tenham enfatizado a especialização e a divisão do trabalho como atributos centrais do aumento da eficiência e da renda na agricultura (idem, p. 22).

O contexto que se segue aos anos 1990 marca uma mudança de foco nas discussões sobre desenvolvimento rural. O reconhecimento de que muitos dos pobres nos países em desenvolvimento estavam localizados nas áreas rurais fez com que o desenvolvimento rural passasse a ser encarado como a forma principal de organização de políticas de combate à pobreza dos países de baixa renda (idem, p. 25). Estas novas ênfases poderiam incluir mais do que simplesmente mudança técnica e aumento de produtividade da pequena agricultura. Por muitos anos, no entanto, a ênfase das políticas e projetos de desenvolvimento rural esteve mais voltada ao aumento do produto e da renda de pequenos agricultores pobres.

Ainda que outros aspectos relacionados ao bem estar rural, como educação, serviços de saúde, suprimento de água e outros, tenham sido alvo de planos e projetos, públicos e privados, não existem dúvidas de que o crescimento do produto e da renda agrícola dos pequenos estabelecimentos foi a estratégia dominante utilizada para

[9] O objetivo aqui não é discutir o processo de desenvolvimento da agricultura e sim relacionar o tema com a questão das estratégias de reprodução das famílias. É por isso que se faz referência basicamente à contribuição de Frank Ellis que em seu trabalho (2000) faz uma breve recuperação das teorias que explicam o desenvolvimento da agricultura e como elas perceberam a ligação do setor agrícola com o processo de desenvolvimento econômico. Dentre os autores brasileiros que podem ser consultados para aprofundar esta questão sugere-se GRAZIANO DA SILVA (1981, 1982, 1996), MULLER (1989), WILKINSON (1986), ABRAMOVAY (1992), LACERDA (1985).

[10] Ver por exemplo FABIANI (1995).

melhorar o bem estar rural. Conseqüentemente, as estratégias de reprodução daqueles pobres rurais cujas atividades agrícolas eram insuficientes para garantir condições dignas de vida receberam muito pouca atenção por parte do núcleo hegemônico dos formuladores das políticas e projetos de desenvolvimento rural (idem, p. 26).

A mesma mudança das políticas e projetos de desenvolvimento rural é detectada nos estudos de Bebbington et al. (2002, p. 25). Segundo eles, do início até meados dos anos 1990 tem lugar uma crescente desconfiança e incerteza se a economia camponesa era uma possibilidade em todos ou pelo menos na maioria dos lugares e se as estratégias orientadas a reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento rural deveriam estar orientadas para o fortalecimento da pequena agricultura.

Esta mudança de ênfase pode ser explicada tanto por mudanças do contexto político, marcado pelas reformas econômicas neoliberais, como também por mudanças de humor decorrente de um certo derrotismo de antigos defensores da economia camponesa. Em alguns casos este derrotismo vem expresso em termos empíricos pelo reconhecimento de que uma parte significativa da economia camponesa não seria mais viável diante das mudanças macroeconômicas em curso. Em outros casos ele se manifesta em termos normativos pelo reconhecimento de que, diante de um contexto de recursos públicos escassos, a economia camponesa não deveria ser alvo de investimentos públicos (BEBBINGTON, 1999, p. 11). Essas circunstâncias dão origem a uma linguagem que começa a diferenciar os agricultores viáveis dos não-viáveis, sendo a viabilidade ou inviabilidade definida principalmente em função dos ativos terra e água por eles controlados. Com estes ativos limitados, suas unidades de produção não se tornariam competitivas e com capacidade para acumular capital. Por outro lado, passou-se a defender que os agricultores considerados "não-viáveis" não deveriam ser objeto de programas voltados à melhoria de sua capacidade produtiva e sim, deveriam ser alvos de programas sociais voltados ao alívio da sua situação de pobreza, incluindo sua transição para fora da agricultura e inserção na economia urbana (idem, p. 12). A difusão deste tipo de discurso para vários países latino-americanos foi reforçada pela adoção de abordagens de políticas agrícolas e macroeconômicas influenciadas por agências multilaterais que estimularam e financiaram políticas de transição nestes países.

Bebbington destaca três equívocos que normalmente estão presentes nas análises sobre a viabilidade da pequena agricultura familiar. O primeiro equívoco é restringir a análise da viabilidade apenas às atividades agrícolas, desconsiderando outras atividades que também podem compor as estratégias de reprodução das famílias rurais. O segundo equívoco é restringir a análise a critérios de avaliação das condições de reprodução meramente econômicos, quando as famílias rurais valorizam outros critérios para avaliar as suas condições de vida, relacionados principalmente às suas práticas sociais e culturais. Finalmente, o terceiro equívoco é levantar uma barreira impermeável entre os que são considerados "viáveis" e "não viáveis", quando na verdade tal barreira pode tanto ser permeável quanto móvel (1999, p. 43).

A constatação de Bebbington et al. (2002, p. 20), ao analisar os elementos da economia rural e camponesa da região andina, é de que existem evidências indicando que aquela economia é cada vez mais complexa e as estratégias de vida da população rural, ainda que a agricultura permaneça sendo importante, são também crescentemente diversas, implicando que as intervenções de desenvolvimento rural focadas apenas na agricultura provavelmente estejam deixando de lado partes importantes da economia rural local.

Com base na crescente complexidade presente nas realidades rurais estudadas, Bebbington e seus colaboradores extraem duas mensagens importantes das discussões

sobre viabilidade ou inviabilidade da pequena agricultura. A primeira alerta para o cuidado que se deve ter para não igualar estratégias de vida rurais com estratégias de vida agrícolas. A segunda é que se deveria pensar mais ampla e cuidadosamente sobre os diferentes papéis que joga a agricultura nas formas de vida rural, tanto no presente como nos planos futuros que a população rural tem para suas vidas e a de seus filhos. Pensar desta forma mais desagregada pode significar várias vantagens ao ampliar as bases sobre as quais seriam discutidos os temas relacionados à viabilidade rural, com a inclusão de um amplo feixe de possibilidades e não apenas aquelas relacionadas à intensificação agrícola e, ao mesmo tempo, permitir uma reflexão mais cuidadosa a respeito dos contextos nos quais o desenvolvimento agrícola poderia ser – ou não ser – um elemento fundamental nas estratégias de desenvolvimento rural (idem, p. 26).

Das suas observações sobre a realidade andina, Bebbington e seus colaboradores apontam algumas tendências: primeiro, ainda que a agricultura tenha importância em praticamente todas as estratégias de vida, é somente em algumas delas que se constitui uma fonte significativa de renda ou de acumulação; segundo, a agricultura é uma fonte importante de renda apenas naquelas localidades com bom sistema viário, com boa infra-estrutura e fortes relações institucionais; terceiro, em todas as localidades a migração é extremamente elevada e, por conseqüência, não pode ser excluída dos estudos sobre estratégias de vida das famílias rurais. Isto significa que, para certos tipos de famílias e sob certos contextos, a agricultura pode ser uma base viável para estratégias de vida viáveis, mas para outras famílias (com menos ativos) e outros contextos (com maiores restrições) pode não ser (idem, p. 27-8).

Por fim, vale lembrar que as pessoas ou famílias normalmente têm percepções diferentes sobre o que significa desenvolvimento rural, condições de vida e pobreza (BEBBINGTON, 1999, p. 31). Além de influir na composição das estratégias de reprodução, essas percepções também indicam que não se deve pensar em estratégias únicas ou padronizadas ao se conceber ações de intervenção no desenvolvimento rural, especialmente quando voltadas à diminuição da pobreza e redução das desigualdades sociais.

c) Uma tipologia de estratégias de reprodução

Baseando-se especialmente nas condições de vida da população, vários estudos têm evidenciado que as estratégias de reprodução das famílias rurais são múltiplas e mutáveis, tendo sempre significativos, quando não dominantes, componentes não-agrícolas (BEBBINGTON, 1999; BEBBINGTON et al., 2002; ELLIS, 2000)[11]. As tipologias definidas a partir destes estudos têm destacado exatamente os componentes das estratégias de vida.

Ellis (2000, p. 10-12), por exemplo, monta uma tipologia de estratégias de vida a partir das diferentes fontes de obtenção de renda por parte das famílias. Embora destacando que condições de vida e renda não podem ser tomadas como sinônimos, o autor chama atenção que elas são inextricavelmente relacionadas porque a composição e o nível de renda individual ou familiar é o resultado mais direto e a forma mais fácil de mensurar o processo de reprodução num momento dado. Renda compreende as

[11] Ainda que com preocupações distintas, Carneiro (1999, 2000) propõe uma reflexão interessante ao privilegiar a família como unidade social, e não apenas como unidade de produção, enfatizando que o significado das atividades não-agrícolas deve ser buscado na posição que elas ocupam no conjunto das estratégias familiares de reprodução social e, sobretudo, no contexto socioeconômico em que se insere. As várias atividades que vão compor suas estratégias de vida, portanto, devem ser vistas como constitutivas da própria dinâmica social das famílias rurais.

contribuições, em dinheiro e em espécie, destinadas ao bem-estar material dos indivíduos ou famílias, originadas do conjunto de atividades nas quais os membros da família estão engajados. A renda em dinheiro pode originar-se da venda de produtos agrícolas ou animais, salários, rendas pela locação de ativos e transferências recebidas de parentes, governo, etc. O componente de renda em espécie inclui o consumo de produtos de produção própria, pagamentos em produto e transferências ou trocas de bens de consumo que ocorrem entre as famílias no meio rural ou entre famílias urbanas e rurais.

Na sua classificação, Ellis distingue três tipos de fontes de renda a partir das quais as famílias podem constituir suas estratégias de reprodução: a) renda agrícola, gerada a partir das atividades da agricultura; b) renda agrícola fora do estabelecimento, envolvendo atividades de prestação de serviço para outras unidades de produção na agricultura (trabalho assalariado, troca de trabalho); c) renda não-agrícola, envolvendo atividades, no meio rural ou urbano, fora da agricultura.

Da classificação proposta por Ellis pode-se pensar numa tipologia de estratégias de reprodução no meio rural em que: a) o grupo familiar garante sua reprodução envolvendo seus membros apenas com atividades agrícolas na unidade de produção; b) parte dos membros do grupo familiar envolve-se com atividades agrícolas na unidade de produção familiar enquanto outros se envolvem com atividades agrícolas fora do estabelecimento; c) parte dos membros do grupo familiar envolve-se com atividades agrícolas na unidade de produção familiar enquanto outros se envolvem com atividades não-agrícolas ou possuem fontes de renda externas à agricultura.

Uma tipologia simples para descrever as principais estratégias de vida com base em Bebbington (1999) e Bebbington et al. (2002) teria a seguinte configuração:

a) Transição para a agricultura familiar capitalizada: as famílias camponesas capitalizadas surgem mais do extrato de produtores de tamanho médio do que entre os mais pobres e são a manifestação empírica das chamadas "unidades viáveis". Dentre os fatores que explicam o êxito de muitas destas famílias camponesas capitalizadas Bebbington destaca: sua habilidade para acesso à terra, a financiamentos e mão-de-obra; sua capacidade de acessar nichos de mercado para produtos de maior valor e, por fim, a presença de diferentes tipos de apoio via política pública. Muito embora as famílias camponesas capitalizadas tenham sua origem dentre os produtores médios, tendo seu acesso a recursos principalmente através do mercado e de redes familiares, estilos similares de intensificação e capitalização têm sido possíveis também para pequenos produtores.

O acesso ao conhecimento, crédito, irrigação, assistência técnica e novos mercados, fundamental para a acumulação dos pequenos agricultores, tem sido possível muitas vezes como conseqüência de suas estruturas organizacionais, mais formais e relativamente fortes, e do apoio que recebem de atores externos, sinalizando que, sob certas condições, podem-se criar as bases que permitem a "viabilidade" da agricultura camponesa. Estes mecanismos diferenciados de acesso a recursos por parte dos pequenos agricultores evidenciam o importante papel desempenhado pelas organizações do Estado, do mercado e da sociedade civil para a composição das estratégias de vida das famílias rurais camponesas (BEBBINGTON, 1999, p. 16-7; BEBBINGTON et al, 2002, p. 28). Neste mesmo sentido merecem destaque os estudos que relacionam a capacidade de reprodução da agricultura familiar às várias iniciativas de consolidação de unidades cooperativas, associativismo rural e empreendimentos solidários (BROSE, 1999; CAMPOS, 1998; FRANTZ, 1982, SINGER, 2000; CORAGGIO, 2000).

b) Emprego rural: a presença de unidades agrícolas "não-viáveis" não necessariamente implica na eliminação de outras possibilidades para garantir as

condições de vida no meio rural. O surgimento em algumas regiões de um proletariado rural que trabalha para empresas agrícolas capitalizadas é uma dessas possibilidades. Ainda que em muitos casos esta proletarização não leve a estratégias de vida melhores e mais sustentáveis, especialmente quando os salários são baixos e os riscos à saúde são altos devido ao uso às vezes exagerado de agroquímicos, este tipo de emprego tem se convertido num meio pelo qual as pessoas podem permanecer em suas terras, complementando suas rendas agrícolas com outras fontes de renda. Antes de simplesmente criticar este tipo de opção, portanto, o mais apropriado talvez seria encontrar formas para melhorar sua contribuição para a sustentabilidade das condições de reprodução no meio rural (BEBBINGTON, 1999, p. 17; BEBBINGTON et al., 2002, p. 28). Um dos fatores que diminui a oferta de emprego agrícola por parte das explorações capitalistas é a oferta crescente de novos recursos tecnológicos para os vários sistemas produtivos que elas desenvolvem e que são altamente poupadores de mão-de-obra.

c) Migração: nas regiões ou localidades em que a intensificação agrícola e outras formas de emprego rural têm sido limitadas, a principal adaptação das estratégias de vida tem se dado por meio da migração temporária ou permanente. Muitos têm sido, e em várias partes do mundo rural, os projetos que tentaram – e falharam – evitar o processo migratório, em especial a migração rural-urbana. Em parte, este fracasso pode ser explicado porque a migração tem se constituído, ao longo do tempo, um elemento importante das estratégias da população rural. Mesmo que muitas vezes a migração possa ser vista como um simples componente de sobrevivência, em algumas situações ela tem contribuído para níveis significativos de acumulação familiar. Para se ter uma idéia mais clara dos diferentes tipos de estratégias de vida que as famílias rurais estão compondo para melhorar e tornar mais sustentáveis suas condições de reprodução é importante observar os casos em que a migração, temporária ou permanente, envolvendo mais ou menos membros do grupo familiar, deixa de ser apenas uma forma de sobrevivência para se tornar parte de uma estratégia de acumulação, considerando suas implicações no processo de desenvolvimento rural (BEBBINGTON, 1999, p. 17-18; BEBBINGTON et al., 2002, p. 29). Neste caso pode-se inscrever várias experiências brasileiras como é o caso do processo de migração temporária envolvida na colheita de maça em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

d) Indústria rural: em algumas regiões tem se observado o desenvolvimento da indústria rural, merecendo até maior destaque para a composição das estratégias de vida para as famílias rurais do que a agricultura capitalista. Dentre o tipo de indústrias rurais merecem destaque os segmentos ligados a confecções, tratamento do couro e produção de calçados, produção de queijos e vinhos, processamento de outros alimentos como salame, pães, bolos, bolachas, derivados da cana, produtos de artesanato, etc. Estas oportunidades abertas pela presença de atividades industriais nas proximidades representam a possibilidade para as famílias poderem combinar trabalho industrial com a agricultura, permitindo que as pessoas possam permanecer no campo, apesar do avançado processo de fragmentação fundiária. A possibilidade de incorporar tais estratégias de vida depende da habilidade das famílias para realizar o trabalho requerido (capital humano) e também da sua capacitação para acessar os intermediários que fazem a ligação das famílias rurais com as cadeias de produção e mercados mais amplos, sejam eles industriais, comerciantes ou organizadores de redes de produção (BEBBINGTON, 1999, p. 18-9; BEBBINGTON et al., 2002, p. 29).

e) Comércio rural nas periferias urbanas: algumas famílias rurais têm tido competência para construir estratégias de vida em torno de atividades comerciais. Isto pode acontecer pelo deslocamento de algum membro da família, por alguns períodos do

ano ou de forma permanente, para colocar no mercado os produtos produzidos pela família ou então pela prática do comércio nas zonas próximas aos centros urbanos. Para que tal comércio seja possível e rentável é importante tanto o acesso a um montante inicial de capital de giro para dar início à atividade comercial como a participação em redes (étnicas, de parentesco, etc.) que facilitam o acesso aos mercados (BEBBINGTON, 1999, p. 19; BEBBINGTON et al., 2002., p. 29-30).

f) Agricultura de subsistência: em todos estes tipos de estratégias de reprodução a agricultura de subsistência permanece desempenhando um papel e, com freqüência, continua a ser a base do fornecimento de alimentos para o consumo familiar enquanto as outras atividades (emprego rural, industria rural, migração ou comércio) garantem a geração de renda e a acumulação. Não obstante, existem muitas famílias e localidades em que predomina um lento processo de involução agrícola e a agricultura de subsistência, mesmo assim, constitui-se na base material principal para as estratégias de vida. Estas famílias e localidades tendem a sofrer as restrições externas mais severas (estão normalmente muito afastadas das estradas e caminhos, possuem uma limitada infra-estrutura, são pouco integradas ao mercado e possuem muito pouca ou nenhuma presença institucional). Além disso, estas áreas tendem a ser aquelas de maior persistência de instituições e práticas tradicionais (BEBBINGTON et al., 2002, p. 30).

Como os contextos são dinâmicos e, por conseqüência, as tipologias podem tornar-se inadequadas e serem alteradas, torna-se importante compreender as condições sob as quais estes diferentes tipos de estratégias de vida podem ser mais eficientes na configuração das condições de reprodução das famílias rurais e contribuir mais eficazmente para a diminuição das desigualdades sociais e da pobreza. Ao revisar os estudos que buscaram explicar a efetividade de diferentes estratégias de vida, Bebbington et al. (2002) identificam algumas tendências comuns:

i) nos casos em que as famílias têm conseguido manter uma trajetória de acumulação com base numa produção agrícola intensiva, o acesso à irrigação e ao mercado têm sido de suma importância. Quando vêm combinadas, estas duas formas de acesso têm facilitado mudanças nos sistemas de produção nos quais os pequenos produtores intensificam aquele produto com maior demanda e maior valor no mercado (gado de leite, horticultura, etc.);

ii) nos casos em que as famílias têm sido capazes de diversificar suas rendas não-agrícolas (especialmente com atividades mais lucrativas), o acesso à educação e ao crédito têm sido muito importante. Significa que a educação e especialmente o crédito não podem ser valorizados apenas como meios que facilitam inversões nas atividades agrícolas, mas também para sustentar um conjunto de estratégias diversificadas;

iii) o papel das rodovias é muito importante para compor várias estratégias de vida, facilitando o acesso aos mercados tanto de produtos como de trabalho, o acesso à informação, os fluxos temporários de migração e também a presença de instituições nas comunidades;

iv) parece, por fim, segundo os autores, existir uma relação entre capital social (em forma de organizações e redes) e as estratégias de vida e de alívio à pobreza, facilitando o acesso aos mercados, a capacidade de negociação, o acesso a serviços e a informação (idem, p. 30-1).

Este tipo de reflexão não deve levar, segundo Bebbington e seus colaboradores, a concluir que a agricultura já não seja mais importante ou que não tenha papéis estratégicos a desempenhar na composição de estratégias de vida das famílias rurais. Para algumas localidades e famílias rurais a agricultura certamente permanecerá desempenhando papel central para as estratégias de vida e a acumulação. Em outras localidades, a agricultura continuará sendo essencial para garantir a segurança alimentar

das famílias e, portanto, um componente estratégico das suas estratégias de vida, ainda que não o mais dinâmico ou a fonte de sua viabilidade. Onde a agricultura não seja mais a base da acumulação para grande parte dos pequenos agricultores, outras estratégias de vida rurais podem se constituir em meios viáveis que garantam não só condições de vida, mas até mesmo dinâmicas de acumulação. O importante, segundo eles, é buscar outra maneira para enfrentar a noção de inviabilidade, tentando fazer com que um conjunto variado de estratégias de vida rural seja mais eficaz e viável. Isto requer, por sua vez, uma análise desagregada e cuidadosa: - das muitas estratégias de vida rural que já existem; - dos fatores que impõem obstáculos à produtividade de cada uma delas; - da potencialidade de diferentes tipos de intervenção para enfrentar tais obstáculos. Requer, por fim, um entendimento das aspirações dos diferentes segmentos da população rural: os mais capitalizados e os mais pobres; homens e mulheres; jovens e velhos; crianças e adultos (idem, p. 32).

d) Aplicabilidade do conceito de capital social para explicar estratégias de vida

Outro desafio colocado para a pesquisa diz respeito a como tornar útil o conceito de capital social para analisar o desenvolvimento rural na perspectiva de melhoria das condições de vida das famílias rurais, especialmente as mais pobres, a partir da noção de acesso a recursos e acesso a outros atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. Ou seja, como relacionar um conceito que vem sendo utilizado de forma crescente tanto por pesquisadores quanto por representantes de instituições internacionais voltadas ao fomento do desenvolvimento[12] com as possibilidades de ampliação das oportunidades de acesso às famílias rurais.

Bebbington et al. (1997) fazem referência ao trabalho de Stewart (1996) para mostrar que dotações de capital social podem ser um meio através do qual as famílias ou grupos podem ser tanto mais eficientes na construção e uso de outros tipos de capital, quanto mais eficazes para promoverem suas reivindicações sobre outros atores. Estas reivindicações, por sua vez, devem capacitá-los para ter acesso mais facilitado a outros recursos e usá-los de forma mais eficaz. Esta forma de conceber o capital social sugere que a proteção e acumulação das outras formas de capital entre grupos sociais tradicionalmente marginalizados podem ser realçadas através da construção de certos tipos de relações e organizações sociais.

Bebbington tem analisado o papel desempenhado por organizações rurais em estratégias de desenvolvimento local e em estratégias de redução da pobreza rural a partir de vários estudos na região dos Andes (ver em especial, BEBBINGTON, 1996; BEBBINGTON et al., 1997; 2000; 2002). As discussões sobre capital social geralmente não distinguem suficientemente entre os diferentes tipos de organizações e os diferentes papéis que elas podem desempenhar. Podem existir "organizações de caráter econômico", mais voltadas para a produção e a geração de renda, e "organizações de caráter reivindicatório", mais voltadas à representação política. Da mesma forma, existem organizações que operam em diferentes escalas (comunidade, região, federação,

[12] Muitos trabalhos relacionando o conceito de capital social com os processos de desenvolvimento podem ser acessados no endereço eletrônico do Banco Mundial disponível em www.worldbank.org – *Social Capital Initiative – Working Papers Series*. Na apresentação destes trabalhos, Ismail Serageldin, Vice Presidente de Programas Especiais do Banco Mundial, afirma que "existem crescentes evidências empíricas de que o Capital Social contribui de forma significativa para o desenvolvimento sustentável". Por capital Social ele se refere à "coerência social e cultural interna da sociedade, as normas e valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições nas quais elas estão enraizadas". Para ele, o desafio das agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial, é operacionalizar o conceito de Capital Social e demonstrar como e quanto ele afeta os resultados do desenvolvimento.

confederação) e com diferentes graus de força e poder de pressão (BEBBINGTON, 1996).

Para contribuir com o desenvolvimento e a melhoria das condições de reprodução das famílias rurais, além de oportunizar a interação nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil, as organizações rurais também precisam ser capazes de ajudar seus membros a tornar efetivo o uso do capital natural, do capital humano e do capital produzido que eles conseguem acessar por meio de suas reivindicações. Para isso, Bebbington (1996) sugere que é útil fazer a distinção entre as "capacidades externas" que as organizações possuem para negociar com o Estado e outros atores na demanda por direitos e acesso a recursos, e as "capacidades internas" que elas têm não só para gerir os recursos de maneira eficaz e eficiente, mas também para se relacionar com os seus membros, sendo que as duas formas de capacidade precisam ser construídas e disponibilizadas aos usuários de recursos locais.

A distinção entre capacidade interna e externa tem também implicações práticas em vários sentidos. Para se construir os dois tipos de capacidade (interna e externa) pode-se recorrer ao trabalho com diferentes tipos de organizações de natureza política e econômica simultaneamente, ou então forçar que uma organização desloque-se de sua "razão de ser" inicial para assumir novos papéis e nova identidade (uma instituição sindical que num determinado momento inclui novas funções ligadas, por exemplo, ao fomento ou à comercialização). Pode também ser que alguns tipos de organizações possuam mais capacidade e mais tradição para fazer reivindicações, enquanto outras têm mais capacidade e tradição para reforçar a eficiência e a eficácia na administração de recursos.

Segundo Bebbington & Carroll (2000), as organizações de populações pobres personificam uma forma particular e importante de capital social estrutural, constituindo-se um ativo potencialmente importante para as estratégias de reprodução, podendo desempenhar papéis significativos nas estratégias de redução da pobreza. A natureza dessas organizações, no entanto, varia muito, seja em função da escala, do seu papel, da sua eficácia e do seu grau de inclusão ou exclusão. Essa diversidade faz os autores advertirem contra os perigos de se invocar concepções unitárias de capital social e de se falar de maneira genérica e romântica sobre o universo de organizações populares rurais.

Mesmo assim, os estudos de Bebbington têm destacado a importância de organizações populares rurais que funcionam em escala regional, formas federadas de organizações ou organizações de segunda ordem (BEBBINGTON & CARROLL, 2000). Este tipo de organização funciona numa escala meso ou intermediária, fazendo a mediação entre as formas de organização da comunidade local e as organizações que atuam em nível mais amplo (nacional e internacional). Isto é importante na perspectiva da capacitação das famílias rurais para acessarem recursos e atores sociais, uma vez que as organizações comunitárias, ainda que mais enraizadas com as demandas das populações rurais, apresentam baixa capacidade de representação política diante das instituições nacionais. As organizações nacionais, por sua vez, podem ter mais poder político, mas em compensação podem ter dificuldades para captar as demandas e aspirações das populações carentes de localidades distantes.

Apesar da diversidade existente entre as organizações de alcance mais amplo, como são as organizações de segunda ordem, o seu impacto sobre o desenvolvimento local normalmente tende a ser grande. Este impacto depende muito da capacidade destas organizações, tanto no sentido de criar vínculos entre seus membros (capacidade interna), quanto para construir ligações externas (capacidade externa).

Em seus estudos sobre as organizações populares rurais nos Andes, Bebbington e seus colaboradores constataram que estas instituições, particularmente as organizações de segunda ordem, atuando em escala regional, representam uma manifestação clara de capital social, com impactos importantes sobre o desenvolvimento local e a pobreza rural, seja para ajudar as pessoas a acessar mercados e recursos naturais, como para revitalizar aspectos culturais locais e até mesmo provocar mudanças nas formas de governar em muitos municípios de sua região de abrangência. Apesar de prevalecerem relações marcadas por situações de conflito dentro e entre as esferas, o capital social pode tanto contribuir para potencializar relações de sinergia entre atores públicos e privados como também pode ser potencializado por elas. Além do mais, e mais importante, o capital social nesta perspectiva é passível de ser construído, reforçando estudos como os realizados por Evans (1996) e Tendler (1998) sobre relações de sinergia entre atores públicos e privados e por Fox (1996) sobre a possibilidade de construção política de capital social.

e) As relações Estado-sociedade e o desenvolvimento rural local

Outro desafio colocado para a pesquisa centrada na ótica das estratégias de vida das famílias rurais é encontrar mecanismos que identifiquem e realcem os campos possíveis de relações sinérgicas entre atores e organizações locais e atores e organizações externas, sejam elas da esfera estatal, da esfera do mercado ou da esfera da sociedade civil. Dizendo de outra forma, trata-se de visualizar formas que permitam uma análise mais integrada entre os níveis micro e macro, ou ainda, das ações que emergem a partir de baixo *(botton-up)* com as ações que se originam a partir de cima *(top-down)*.

Grande parte das discussões envolvendo relações Estado-sociedade pressupõe que os três pólos do tripé Estado-mercado-sociedade civil devem atuar de forma articulada de modo que uma instância possa contribuir para o bom funcionamento das demais, assim como o bom funcionamento de cada uma seja influenciado pelo bom funcionamento das demais.

Se para Putnam (1996) o bom funcionamento do governo e do mercado resulta de uma forte e articulada sociedade civil, o trabalho de Tendler (1998) sustenta que o bom governo pode emergir como um efeito de liderança e habilidade administrativa do próprio Estado (seja ele local, regional ou nacional), tornando-se assim um veículo para a construção de capital social pelo estabelecimento de um clima de confiança entre servidores públicos e comunidades e pelo estímulo à criação de organizações de agricultores e outros tipos de organizações.

A construção de capital social e de relações de sinergia entre várias esferas, particularmente relevantes para os processos de desenvolvimento rural e de gestão de recursos naturais, pode depender de fatores contextuais e históricos adicionais, para além das simples formas históricas de governar, que ajudam a explicar tanto os níveis de dotação de capital social, quanto seus impactos sobre o desenvolvimento. Como destaca Fox (1996), fatores como as condições agroecológicas, os tipos de recursos, os padrões de migração, a história político-econômica, as questões étnicas, etc., todos podem influir para que haja mais ou menos sinergia nas relações Estado-sociedade, para que haja maior ou menor acesso a recursos, maior ou menor estoque de capital social. Se o objetivo então for desenvolver estratégias para construir capital social como estímulo para o desenvolvimento rural, deve-se prestar atenção nas restrições, nas oportunidades e nas potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto local-regional.

Estudando as trajetórias de reprodução dos camponeses mexicanos, Fox (1996) sugere que o capital social aparentemente facilita formas de ação que fortalecem as condições de vida das pessoas. Em geral, essas ações são capazes de aumentar a capacidade das pessoas para acessar e defender recursos transformando-os em renda, bem como acessar instituições e organizações nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil de maneira a facilitar o acesso, defesa e transformação dos recursos. E, o que é importante, isso pode acontecer tanto por meio de ações das famílias rurais a partir de suas comunidades (de dentro para fora), quanto por meio de ações de organizações externas (de fora para dentro).

Considerar que é possível existirem relações de sinergia e não apenas de conflito entre as esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil é importante para a análise das estratégias de desenvolvimento rural local. De acordo com Evans (1996), a sinergia Estado-sociedade pode ser um catalisador para o desenvolvimento, sugerindo que agências públicas poderiam promover normas de cooperação e redes de engajamento cívico entre cidadãos e usá-las para fins de desenvolvimento.

Mesmo que as relações entre as três esferas não sejam naturalmente sinérgicas, sendo ao contrário usualmente conflituosas, a abordagem insiste em considerar que as sinergias podem ser construídas e é neste sentido que se pode dizer que as condições de desenvolvimento tornam-se mais efetivas quando existe uma maior interação entre os agentes locais, os servidores públicos, os representantes do setor privado e da sociedade civil. Se esta interação é frágil ou inexistente a questão é identificar formas e ações para que sejam progressivamente construídas relações mais consistentes, para o que o estabelecimento de relações de confiança entre os atores envolvidos é fundamental. Para que a sinergia floresça e qualifique as ações de desenvolvimento, portanto, os representantes do Estado, da sociedade civil e do mercado precisam em primeiro lugar querer ou desejar relações sinérgicas e, em segundo lugar, envolverem-se na construção destas relações intra e inter-esferas.

Questões políticas e conflitos de interesses estão normalmente presentes nas relações envolvendo pessoas, organizações e instituições estatais e privadas e, portanto, não podem ser relegadas a um segundo plano. Ao contrário, deve-se assumir que tanto os atores estatais quanto os atores privados não são homogêneos, existindo aqueles que são contra e aqueles que são a favor da participação e da construção de capital social e de relações de sinergia. Mesmo concordando com Evans (1996) de que o jogo democrático contribui positivamente para as possibilidades de construção de relações sinérgicas entre Estado e sociedade, não se pode esquecer que o enfrentamento das questões políticas e dos conflitos de interesses na maioria dos países em desenvolvimento normalmente não se dá pelo uso da via democrática. Por isso é importante compreender a questão das alianças políticas com segmentos progressistas, como se refere Fox (1996), que podem estar tanto na burocracia estatal como nas organizações privadas.

Além da falta de democracia também pode ser mais difícil estabelecer relações de sinergia em estruturas sociais em que predominam fortes desigualdades sociais. Mesmo nestas situações, entretanto, é possível detectar grupos que interagem entre si e com o Estado em função de circunstâncias e problemas comuns. É também para este tipo de situação, com dificuldades aparentes maiores, que é importante resgatar a idéia defendida dentre outros por Evans e Fox de que é possível construir relações e de que é fundamental capacitar-se para tanto. Ainda que o contexto social e político não sejam propícios, a criatividade cultural e inovações organizacionais podem produzir resultados interessantes. Se às vezes a construção de sinergia pode depender de mudanças de caráter estrutural, outras vezes pode envolver pequenas mudanças organizacionais ou

simplesmente uma redefinição dos problemas a serem enfrentados. Estes processos dependem do contexto sócio-político de cada região ou sociedade e, por isso, como alerta Evans, não podem ser transportadas diretamente de um ambiente para outro.

Admitindo que as teorias convencionais de desenvolvimento não conseguem explicar porque existem sociedades em que a infra-estrutura e as condições de vida da população são melhores do que em outras, Woolcock (1998) analisa as implicações do uso da noção de capital social para entender o desenvolvimento econômico e a formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento. Segundo este autor (idem, p. 153), as unidades de análise nos estudos contemporâneos do desenvolvimento são ou Estados-nação e corporações transnacionais ou indivíduos racionais e firmas. A contribuição da sociedade civil e outros arranjos institucionais mediando o espaço entre Estado e mercado tem merecido pouca atenção, não sendo incorporadas nem num coerente corpo de conhecimento, nem em prescrições políticas adequadas. A idéia de capital social torna-se tão atraente e promissora precisamente porque oferece uma estratégia potencial para dar conta destas questões. O autor tenta formular um esquema de análise coerente para incorporar o capital social na teoria e política de desenvolvimento, examinando estudos conduzidos tanto no nível micro (de baixo para cima) quanto macro (de cima para baixo), explorando tanto as condições sob as quais o capital social ajuda quanto aquelas em que atrapalha o avanço econômico.

No nível micro, segundo Woolcock, o capital social se manifesta de duas formas distintas: como um processo de *integração*, representando os laços no interior da comunidade, e como *ligação*, representando as relações externas à comunidade. No nível macro, da mesma forma, o capital social manifesta-se como um processo de *sinergia*, envolvendo as relações entre Estado e sociedade, e como *integridade organizacional e institucional*, representando a coerência, competência, capacidade e credibilidade das organizações e instituições, estatais e privadas, que mantêm relações entre si e com as famílias rurais e suas organizações sociais (1998, p. 168, grifos do autor).

Estas quatro dimensões em que pode se manifestar o capital social – integração e ligação no nível micro, integridade e sinergia no nível macro – podem produzir diferentes combinações, produzindo uma variedade de resultados em termos de desenvolvimento, podendo num extremo gerar uma situação em que estariam ausentes as quatro dimensões de capital social ou, no outro extremo, uma situação na qual as quatro dimensões estariam presentes. Entre tais extremos, várias combinações dos quatro componentes de capital social podem gerar distintas possibilidades de desenvolvimento.

Iniciativas de desenvolvimento *de baixo para cima* são aquelas que emergem ou acontecem em nível local, baseadas numa comunidade. Este tipo de desenvolvimento funciona por meio de relações sociais entre pessoas que possuem laços de vizinhança, étnicos, religiosos ou familiares em comum, ou seja, relações com altas dotações de integração social. Como tal, a integração constitui-se uma importante fonte de capital social, capacitando os participantes a prover um ao outro com uma variedade de serviços e recursos.

Uma situação de capital social marcada pelo excesso de integração dentro da comunidade, com pouca ou nenhuma ligação com o seu exterior, pode significar mais danos do que benefícios em termos de desenvolvimento, identificadas por Woolcock (idem, p. 171) como situações de "familismo amoral" ou de "excesso de comunidade", implicando na existência de confiança generalizada, porém restrita a "grupos fechados" e construída em cima de lealdades étnicas ou por relações de parentesco. Este tipo de situação tem sido utilizado para explicar o atraso relativo de certas regiões, como a

região sul da Itália, bem como para explicar o desapontamento relativo da transição para uma economia de mercado de países da ex-URSS, dentre outros.

Outra situação de relações no nível micro, bastante rara de ser verificada empiricamente, é aquela na qual não existe nem integração e nem ligação, identificada por Woolcock (idem, p. 172) por "individualismo amoral", na qual não existe confiança e toda a atividade social e econômica é literalmente permeada pelo egoísmo e pelo interesse próprio.

Outra possibilidade de combinação dos componentes integração e ligação é quando existe ligação sem integração, envolvendo uma situação que Woolcock (idem, p. 173) chama de "anomia", ou seja, de ausência generalizada de respeito a normas sociais. Os indivíduos podem ter a liberdade e a oportunidade de participar de várias atividades, mas falta-lhes uma base social estável para lhes fornecer orientação, apoio e identidade. O grande desafio em situações como esta é ter condições e capacidade para criar instituições no âmbito da sociedade civil, que possam ajudar a evitar a anomia e a alienação dos cidadãos.

Para produzir resultados desenvolvimentistas, o autor (idem, p. 174-5) sugere que a integração precisa estar combinada com a ligação. Fortes laços intracomunidade ou altos níveis de integração podem ser altamente beneficiados pela forma com que eles são complementados por algum tipo de ligação. Para potencializar o desenvolvimento, os benefícios iniciais da integração intensiva na comunidade devem dar lugar, com o passar do tempo, para ligações extensivas fora da comunidade. Uma gradual mudança na força e na direção dos laços sociais quando as trocas econômicas tornam-se mais complexas é, com certeza, uma transição bastante problemática e isto é muito importante para se entender as perspectivas de médio e longo prazo, principalmente onde as estratégias de desenvolvimento estimulam a constituição e fortalecimento de pequenos grupos.

Um estoque de capital social da comunidade na forma de integração pode ser a base para o lançamento de iniciativas de desenvolvimento, mas com o tempo este estoque deve ser complementado, de forma incremental, com a construção de novas formas de capital social pela construção de ligações com atores e instituições de fora da comunidade.

Iniciativas de desenvolvimento *de cima para baixo* são aquelas que surgem de fora para dentro, particularmente a partir de instituições do Estado, mas também podendo resultar de iniciativas de instituições do mercado ou da sociedade civil (via ONG's, por exemplo). A natureza das relações Estado-sociedade é crucial para entender as perspectivas dos grupos econômicos nas comunidades e, ao mesmo tempo, a eficácia de tais grupos para estimular a boa vontade e a capacidade do Estado e de outros atores corporativos para agirem de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento. A efetividade desenvolvimentista das relações Estado-sociedade, portanto, depende da articulação dos interesses, necessidades e recursos de ambas as partes (idem, p. 176).

Segundo Woolcock, uma efetiva complementaridade e cooperação entre o Estado e a sociedade civil, ou entre os setores estatais e privados, ajuda a forjar um caminho para uma teoria de desenvolvimento situado entre os rígidos modelos socialistas, as prescrições comunitárias de isolamento e as doutrinas simplistas do livre mercado. Este caminho pede um entendimento mais sofisticado do papel das relações Estado-sociedade no desenvolvimento, argumentando que é possível chegar-se a uma variedade de resultados desenvolvimentistas, dependendo das combinações que prevalecem da capacidade das instituições (integridade) e do seu engajamento e receptividade junto à sociedade civil (sinergia).

Os dilemas do desenvolvimento *de cima para baixo* são vistos a partir das diferentes combinações entre os componentes de capital social em nível macro, ou seja, baixa ou alta sinergia (relações Estado-sociedade), com baixa ou alta integridade (organizações e instituições coerentes, transparentes e capazes).

Num extremo, Woolcock (idem, p. 176) descreve uma situação em que o "Estado entra em colapso", na qual não existe nem integridade nem sinergia. Neste caso, o Estado, e com ele a lei e a ordem, praticamente deixa de existir.

Outra situação que pode resultar da combinação dos componentes sinergia e integridade é a de "Estados predatórios" ou ainda "estados vigaristas ou impostores", nos quais a ausência de uma burocracia estatal competente e coerente e de normas e regras claramente definidas leva a situações de corrupção desenfreada, de ameaça à propriedade privada e de violação dos direitos humanos. Caracterizados normalmente por regimes políticos ditatoriais, os Estados predatórios esbanjam ajuda monetária com gastos militares e mercadorias de luxo. Esta é uma situação em que prevalece um baixo nível de integridade com um modesto, mas presente, grau de sinergia (idem p. 176-7).

Uma situação que combina a presença de integridade sem sinergia, ou seja, muita burocracia e pouca inserção na sociedade, é caracterizada pela presença de "Estados fracos ou frágeis". Neste tipo de situação, o governo e suas instituições até podem estar comprometidos a manter a lei e a ordem para todos e a preservar os bens privados, mas na prática tornam-se indiferentes à situação difícil de grupos vulneráveis (mulheres, idosos, pobres e incapazes), estimulam a produção de bens com baixa qualidade e não necessariamente voltados ao atendimento de necessidades básicas, respondem muito lentamente, quando respondem, às demandas dos cidadãos (idem, p. 177).

Uma quarta situação possível de relacionamento entre Estado e sociedade é aquela que resulta da presença de integridade e de sinergia e que Woolcock (idem, p. 178) denomina de "Estados desenvolvimentistas", na qual uma estrutura coerente, capacitada e coesa emerge como resultado de um conjunto de laços sociais que unem o Estado à sociedade e fornece canais institucionalizados para a negociação e renegociação contínua de objetivos e políticas.

Para Woolcock (idem, p. 180), estratégias de desenvolvimento sustentáveis e equilibradas devem contemplar iniciativas de nível micro, ancoradas nas comunidades, com iniciativas mais amplas, de nível macro que surgem a partir de cima. Para o desenvolvimento econômico sustentado, a integração entre iniciativas de baixo para cima e de cima para baixo deve ser dinâmica: no caso de iniciativas de desenvolvimento de baixo para cima, os laços intensivos intra-comunidade (integração) devem começar a coexistir com redes mais extensivas, ainda que mais fracas, extra-comunidade (ligação); ao mesmo tempo, nas iniciativas de desenvolvimento de cima para baixo, as relações Estado-sociedade (sinergia) devem coexistir com instituições coesas e competentes (integridade). A presença, ausência ou integração destes quatro tipos de relações sociais - ou quatro tipos diferentes de capital social – têm conseqüências fundamentais para os resultados do desenvolvimento.

De acordo com Woolcock & Narayan (2000, p. 236) três amplas conclusões podem ser destacadas dos estudos sobre relações de sinergia entre Estados e sociedades: a primeira é que nem o Estado nem as sociedades são inerentemente bons ou maus, de tal forma que governos, corporações e grupos cívicos podem provocar impactos distintos no atendimento de objetivos coletivos; a segunda é que Estados, firmas e comunidades, quando isolados, não possuem os recursos necessários para promover desenvolvimento local sustentado e, por isso, estes diferentes segmentos devem buscar estabelecer complementaridades e parcerias. Identificar as condições sob as quais estas

sinergias emergem (ou deixam de emergir) torna-se, portanto, uma tarefa central para a pesquisa e para a prática do desenvolvimento; a terceira é que, destes diferentes segmentos, o papel do Estado em facilitar resultados positivos para o desenvolvimento é o mais importante e problemático, pois o Estado não apenas é o último supridor de bens públicos (moedas estáveis, saúde pública, educação universal) e o árbitro final e executor da legislação vigente (direitos de propriedade, liberdade de expressão e de associação), mas é também o ator com melhor capacidade para facilitar alianças que perpassem os limites de classe, de origem étnica e de raça, de gênero, políticos e religiosos. Comunidades e firmas, no entanto, também têm um papel importante a desempenhar na criação das condições que produzem, reconhecem e recompensam a boa governança.

Para Woolcock & Narayan (idem, p. 238), quando representantes do Estado, do setor empresarial e da sociedade civil estabelecem fóruns comuns, através dos quais eles podem perseguir objetivos comuns, o desenvolvimento tem tudo para acontecer. Nestas situações, o capital social tem um papel de variável de mediação que é moldada por instituições públicas e privadas. Esta moldagem é um processo inerentemente litigioso e político, no qual o papel do Estado é crucial.

No entanto, como diz Woolcock (1998, p. 186), o bom ou mau desempenho dos Estados é uma questão empírica e o resultado que prevalece nas diferentes situações tem a ver com a coerência, credibilidade e capacidade do Estado, a natureza e a extensão de seu engajamento com a sociedade civil e, mais importante, as características organizacionais da própria sociedade civil. O mesmo raciocínio vale também para outras grandes instituições, especialmente aquelas que possuem uma agenda desenvolvimentista.

O desafio para os teóricos e formuladores de políticas de desenvolvimento, desta forma, é identificar os mecanismos que criam, alimentam e sustentam os tipos e combinações de relações sociais que estimulem a construção de sociedades participativas e dinâmicas, economias eqüitativas e sustentáveis e Estados desenvolvimentistas e controláveis.

Em conclusão, Woolcock considera que os resultados do desenvolvimento são moldados pela forma segundo a qual os dilemas sociais básicos nos níveis micro e macro são resolvidos. Resultados positivos são atingidos na medida em que prevaleçam relações sociais enraizadas e autônomas em ambos os níveis. Todas as quatro dimensões de capital social devem estar presentes para que se possam alcançar resultados ótimos de desenvolvimento. Quando uma ou mais das quatro dimensões – integração, ligação, sinergia, integridade - não estão presentes, o resultado do desenvolvimento não será ótimo. A estrutura do Estado, a natureza e a extensão de seu envolvimento na vida cívica e corporativa, juntamente com a organização da sociedade, constituem os fatores-chave para se identificar as possibilidades de desenvolvimento de um país ou região.

1.2.3 Recomendações de políticas públicas que resultam da abordagem

O desenvolvimento da agricultura, com raras exceções, não tem sido uma estratégia suficiente para garantir as condições de vida e a redução da pobreza dos mais pobres, podendo ter mais êxito entre as famílias que possuem áreas agrícolas de tamanho médio e que apresentam uma certa potencialidade de acumulação. Por outro lado, numa mesma região e provavelmente dentro de uma mesma comunidade, existe uma grande variedade de estratégias de vida e, portanto, de formas como as pessoas ou famílias encontram para garantir as suas condições de vida e enfrentar o problema da pobreza (BEBBINGTON et al, 2002, p. 31).

Uma política pública derivada deste tipo de abordagem, portanto, deve assumir muito mais uma perspectiva de desenvolvimento local ou territorial do que simplesmente a perspectiva de desenvolvimento agrícola e até mesmo rural. Neste sentido, as políticas de intervenção sobre um determinado espaço ou território devem levar em conta um leque mais amplo possível de estratégias que as pessoas ou famílias adotam ou poderiam adotar para garantir e melhorar as suas condições de vida. Na concepção e implementação de políticas de intervenção no meio rural deve-se entender as comunidades como sociedades diferenciadas, com estratégias de vida também diferenciadas e, por conseqüência, as políticas também devem ser necessariamente diferenciadas, com abertura suficiente para dar conta da variedade de estratégias de reprodução e de formas para melhorar as condições de vida. As causas e conseqüências da variedade de estratégias de reprodução e formas para melhorar as condições de vida são diferenciadas na prática, segundo Ellis (2000, p. 6), em função da localização, dos ativos, do nível de renda, das oportunidades, das instituições e relações sociais de cada situação considerada.

É por isso que Bebbington (1999, p. 27) propõe pensar o investimento público para um dado espaço ou território a partir da identificação dos ativos mais importantes para as diferentes pessoas ou famílias, devendo o tipo de apoio adequar-se ao que elas consideram mais importante naquele momento e naquele lugar. Assim, os programas e políticas diferenciadas devem incluir objetivos voltados ao estímulo de atividades agropecuárias, tanto para promover as explorações agrícolas que ainda conseguem desenvolver-se por meio da intensificação agrícola, como também para garantir a segurança alimentar das pessoas ou famílias que permanecem no meio rural e que já não conseguem mais ter sua reprodução social garantida apenas da venda de produtos derivados da exploração da agricultura, pecuária ou de atividades extrativistas. Além do fomento às atividades produtivas e de ações de caráter compensatório como a concessão de cestas básicas, bolsa-escola, renda mínima, etc., os programas e políticas diferenciadas devem incluir também outros objetivos destinados a melhorar a efetividade das estratégias de reprodução das pessoas e famílias baseadas em atividades e rendas não-agrícolas.

Dentre estes outros objetivos Bebbington et al. (2002) incluem esforços para melhorar a capacidade das pessoas (capital humano) por meio de investimentos em educação, saúde e nutrição, além de esforços que contribuam para o fortalecimento organizacional e do poder local (capital social). Ellis (2000) sugere esforços para garantir a oferta de capital físico ou produzido na forma de bens públicos (estradas, saneamento básico, habitação, redes de água, energia elétrica e telefonia, etc.). Kliksberg (2001), por sua vez, propõe que as políticas deveriam ainda incluir um objetivo voltado à recuperação e fortalecimento da auto-estima individual e grupal, especialmente entre as populações desfavorecidas.

Analisar processos de desenvolvimento em regiões rurais marcadas pela complexidade e diversidade pode ser uma tarefa facilitada pelo uso de uma abordagem como a que é proposta por Bebbington, baseada na avaliação das estratégias de reprodução das famílias rurais a partir das suas condições de acesso a recursos e a atores/instituições que operam nas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

As dificuldades que normalmente surgem no uso deste tipo de abordagem, enfrentadas particularmente por investigadores que já possuem alguma tradição no estudo de processos de desenvolvimento rural, estão relacionadas especialmente à mensuração e tratamento de informações que dêem conta das percepções e sentimentos das pessoas envolvidas, das relações sociais, das questões relacionadas ao poder dos agentes para mudarem as condições que impedem o avanço das suas estratégias de

reprodução, todas tão importantes para grande parte das famílias quanto a área de terra, a quantidade de materiais, o montante de produtos, mais fáceis certamente de serem quantificados e valorados na análise.

Este tipo de dificuldade pode ser superado com o tempo pela reprodução de estudos e a familiarização com os procedimentos, mas antes de tudo pela ampliação do foco de observação para poder incorporar novos conceitos e perspectivas mais abrangentes sobre os processos de desenvolvimento em regiões rurais.

1.3 Algumas Considerações Sobre as Duas Abordagens

Sem a pretensão de tirar conclusões definitivas, pode ser interessante fazer uma síntese das duas abordagens descritas neste capítulo, tentando encontrar possíveis pontos de convergência e de complementaridade que poderiam potencializar a análise de processos de desenvolvimento rural, em especial no que diz respeito à qualificação de intervenções via propostas de política pública.

A abordagem dos sistemas agrários tem como objeto específico de análise a dinâmica da agricultura. Coerente com isso, o conceito de reprodução social desenvolvido no âmbito desta abordagem tem a ver com a reprodução dos agricultores enquanto uma categoria social específica, reprodução esta dependente da capacidade de seus sistemas produtivos (culturas e criações) gerarem uma renda suficiente.

Isso explica a importância que esta abordagem confere à análise técnica e econômica das unidades de produção, separando cuidadosamente a renda gerada pelo sistema de produção de outras fontes de renda. Os estudos de sistemas agrários, portanto, procuram destacar a dinâmica específica de uma agricultura (local, regional, nacional...), a partir dos processos de diferenciação social entre os agricultores determinados, segundo a abordagem, pela capacidade de acumulação dos diferentes tipos que compõem aquela agricultura em estudo.

Esse destaque atribuído ao desempenho econômico das atividades produtivas desenvolvidas pelos diferentes tipos de agricultores não significa que a abordagem dos sistemas agrários desconheça ou negue a importância que as atividades não-agrícolas desempenham no desenvolvimento rural, ou sua grande influência na dinâmica da própria agricultura. Embora reconhecendo a influência de outras atividades sobre a agricultura, a abordagem concentra com absoluta prioridade o seu esforço analítico nas atividades agropecuárias. Conseqüentemente, o conceito de desenvolvimento rural adotado pela abordagem dos sistemas agrários apresenta especificidades importantes, na medida em que se relaciona mais diretamente com um desenvolvimento a partir da agricultura.

A ênfase em pensar o desenvolvimento rural a partir do desenvolvimento da agricultura está associada à crença de que existe margem de manobra nos projetos de desenvolvimento para melhorar a capacidade de geração de renda, especialmente para os tipos de agricultores que se encontram com dificuldades para reproduzirem-se socialmente, mediante ajustes relativamente modestos nos seus sistemas de produção. Estas possibilidades não são captadas se não se avaliar objetivamente as condições sob as quais acontecem as atividades produtivas.

Para a abordagem dos sistemas agrários, então, uma agricultura pode proporcionar desenvolvimento para uma sociedade na medida em que suas condições de reprodução sejam satisfeitas. Tais condições evidentemente não se restringem aos aspectos econômicos da atividade agropecuária, ou seja, à sua capacidade de proporcionar renda e acumulação de capital, mas também engloba aspectos ecológicos - como a reprodução da fertilidade do ecossistema - e aspectos sociais mais amplos –

como a sua capacidade de proporcionar uma efetiva melhoria no padrão de vida do conjunto da população.

A abordagem desenvolvida por Bebbington, baseada no acesso a ativos e atores, envolve um esquema analítico apropriado tanto para investigar as estratégias de reprodução social das famílias rurais como para analisar o desenvolvimento rural, na perspectiva dos atores sociais envolvidos, com destaque para os agricultores familiares. Esta abordagem transcende a análise da unidade de produção agrícola, na mesma medida em que não restringe, metodologicamente, o estudo da dinâmica social das famílias rurais ou da agricultura familiar ao exame das atividades agrícolas que desempenham. A renda gerada pelas famílias rurais ou pela agricultura familiar tem múltiplas fontes, agrícolas e não-agrícolas, e todas são consideradas na análise das estratégias de reprodução social e do desenvolvimento rural. Uma hierarquização das fontes de renda só pode ser feita com base em observações empíricas assim como as possíveis combinações de fontes de renda dependem dos diferentes contextos estudados.

Na perspectiva de Bebbington, as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar ou de reprodução social das famílias rurais dependem da disponibilidade de recursos materiais, naturais, técnicos, culturais, intelectuais, organizacionais, etc. que elas possuam, da possibilidade que elas tenham para diversificar, incrementar e melhorar a qualidade desses recursos e, por fim, da capacidade que tenham para transformar tais recursos em ativos de capital, de modo a reposicionar e transformar a sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil. Para esta abordagem, portanto, concentrar as energias sociais e políticas na consolidação e melhoria dos sistemas produtivos na agricultura não é suficiente para garantir a sustentação de um processo de desenvolvimento rural, particularmente nos contextos de fortes desigualdades sociais. A garantia de processos sustentáveis de desenvolvimento rural, ao contrário, supõe que os grupos sociais envolvidos se capacitem para poder transformar suas relações com o mercado, com o Estado e com a sociedade civil. A política pública, por isso, deve estar orientada, de forma significativa, para o desenvolvimento dessa capacitação, por excelência, fonte de poder dos atores sociais e de suas organizações representativas.

Pelo que se pode observar, a abordagem baseada no acesso a ativos e atores e a abordagem dos sistemas agrários têm alcance e objetivos diversos. A abordagem dos sistemas agrários circunscreve sua análise às atividades agropecuárias e à caracterização dos tipos de sistemas de produção enquanto elementos explicativos principais da dinâmica dos agricultores. Seu objetivo acaba sendo a caracterização das estratégias de reprodução das distintas unidades de produção agropecuárias.

A abordagem baseada no acesso a ativos e atores, por sua vez, tem como objetivo a análise das estratégias de reprodução social das famílias rurais. Sua ótica não se restringe à consideração dos aspectos econômicos da dinâmica da agricultura familiar, nem concebe as estratégias de reprodução social como sendo estruturadas basicamente em função das atividades agropecuárias da unidade de produção. Sua ênfase é posta na capacidade que as famílias e suas organizações possuem para acessar, acumular e melhorar a qualidade de diferentes tipos de recursos, transformando tais recursos em ativos de capital que se tornam, então, veículos para a sua ação instrumental, hermenêutica e emancipatória. O desenvolvimento rural, por conseqüência, torna-se o resultado do processo de empoderamento das famílias ou grupos sociais que lhes permite transformar, de forma mais qualificada, sua relação com o Estado, o mercado e a sociedade civil.

O âmbito mais restrito do objetivo da teoria dos sistemas agrários por certo a torna mais maneável e, por isso, bastante poderosa metodologicamente na sua

operacionalização em estudos de casos reais. O oposto ocorre com a abordagem centrada no estudo das estratégias de reprodução das famílias rurais a partir do acesso a ativos e atores que, por sua maior abrangência e complexidade, aliado ao fato de ser relativamente recente, ainda está numa fase de experimentação em estudos de situações concretas e, por conseqüência, ainda é uma ferramenta em construção (BASSO et al., 2003).

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo está voltado à descrição das principais características da região que serve de base para o estudo empírico sobre o desenvolvimento local, envolvendo o Conselho Regional de Desenvolvimento da região Noroeste Colonial, situada no noroeste do Rio Grande do Sul e que compreende as regiões administrativas da Amuplam (Associação dos Municípios do Planalto Médio, tendo Ijuí como município pólo) e da Amuceleiro (Associação dos Municípios da Região Celeiro, cujo município pólo é Três Passos).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede) são instâncias criadas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul com a função de promover a articulação e deliberação de prioridades regionais de desenvolvimento, sendo suas assembléias constituídas por representantes de instituições públicas e privadas presentes em cada região. As Associações de Municípios são instâncias de articulação entre municípios de uma região administrativa, sendo estes representados pelos respectivos prefeitos.

O capítulo inicia com uma apresentação de referências geográficas da região. Busca-se em seguida fazer uma recuperação da evolução da região de estudo tendo por base alguns trabalhos que trataram da história agrária do Estado do Rio Grande do Sul. Por fim apresenta-se um conjunto de informações secundárias, a partir das quais se pretende dar uma idéia da situação mais recente da região Noroeste Colonial e, em particular, da microrregião de Três Passos na qual se concentraram os levantamentos que forneceram a base empírica do trabalho.

2.1 Características Geográficas da Área de Estudo

A região destacada no mapa do Rio Grande do Sul (ver mapa 01) corresponde aproximadamente à região Noroeste do Estado e comporta dois dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede): o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial e o Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste. Esta também é a região de atuação prioritária da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene), mantenedora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

As referências utilizadas nas discussões sobre o desenvolvimento da região referem-se a um dos Conselhos Regionais (o Corede do Noroeste Colonial) e particularmente, dentro deste Corede, o espaço territorial aqui denominado "microrregião Três Passos", representada na parte destacada do mapa do Estado pelos municípios de Três Passos (45), Tiradentes do Sul (46) e Esperança do Sul (47). Para uma maior visibilidade sobre a constituição da área de estudo a tabela número 01 detalha cada um dos municípios que integram os dois Coredes e a microrregião em que foi desenvolvido o trabalho de campo.

Mapa 01. Localização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul

Pode se observar no mapa 01 que a microrregião está localizada numa área de fronteira internacional, fazendo limite com a República da Argentina tendo como linha divisória o Rio Uruguai. Há um ponto de ligação por via terrestre entre os dois países na localidade de Porto Soberbo, município de Tiradentes do Sul, sendo a ligação feita por meio de barcas.

Tabela 01. Municípios que compõem o Corede Noroeste Colonial, o Corede Fronteira Noroeste e a microrregião de Três Passos na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

REGIÃO COREDE NOROESTE COLONIAL	MICRORREGIÃO TRÊS PASSOS	REGIÃO COREDE FRONTEIRA NOROESTE:
1. Jóia	45. Três Passos	13. Independência
2. Augusto Pestana	46. Tiradentes do Sul	15. Alegria
3. Coronel Barros	47. Esperança do Sul	20. São Martinho
4. Ijuí		21. Boa Vista do Buricá
5. Dr. Bozano		22. São José do Inhacorá
6. Pejuçara		23. Três de Maio
7. Panambí		24. Santa Rosa
8. Condor		25. Cândido Godói
9. Ajuricaba		26. Campina das Missões
10. Nova Ramada		27. Porto Lucena
11. Chiapeta		28. Porto Vera Cruz
12. Catuipe		29. Santo Cristo
14. Inhacorá		30. Alecrim
16. São Valério do Sul		31. Tuparendi
17. Santo Augusto		32. Porto Mauá
18. Coronel Bicado		33. Novo Machado
19. Campo Novo		34. Tucunduva
38. Crissiumal		35. Dr. Maurício Cardoso
39. Humaitá		36. Horizontina
40. Sede Nova		37. Nova Candelária
41. Bom Progresso		
42. Braga		
43. Redentora		
44. Miraguaí		
45. Três Passos		
46. Tiradentes do Sul		
47. Esperança do Sul		
48. Derrubadas		
49. Barra do Guarita		
50. Vista Gaúcha		
51. Tenente Portela		

Fonte: NBD/IPD/FIDENE/Ijuí - Núcleo de Banco de Dados (NBD) do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (IPD) da Fundação de Educação, Integração e Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE), Ijuí/RS.
Obs.: o número que consta no mapa em destaque corresponde ao número de ordem dos municípios na tabela.

2.2 Características Históricas da Área de Estudo no Contexto da Historiografia Agrária do Estado do Rio Grande do Sul

Os estudos sobre o desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, de maneira geral, e da região Noroeste, em particular, normalmente se confundem com o estudo da dinâmica da própria agricultura. A descrição do desenvolvimento da agricultura, por sua vez, leva em conta muito freqüentemente a forma como as características físicas de solo, clima e vegetação condicionaram o comportamento humano sobre os territórios ocupados.

A ação humana nos diferentes territórios por certo introduziu inúmeras modificações nas características físicas originais a ponto de ter conseguido apagar traços geofísicos que tornavam visíveis as diferenças regionais originais. A introdução das culturas mecanizadas de trigo e soja, por exemplo, faz praticamente desaparecer as diferenças anteriormente visíveis entre áreas originariamente de mato e de campo.

Vários estudos sobre o desenvolvimento da agricultura gaúcha (BERNARDES, 1997; ZARTH, 1997; SILVA NETO, 1994, FRANTZ, 1980, 1982; DUDERMEL, 1990) fazem uma primeira e ampla regionalização do estado em função das duas grandes formações vegetais dominantes no Rio Grande do Sul: a região de florestas ou de matas com predomínio na metade norte e a região de campo com prevalência na metade sul do estado.

A prática da agricultura nestas distintas regiões vai se apresentar de forma diversa e com particularidades internas de organização da produção que só podem ser explicadas em função de razões históricas e socioeconômicas, moldadas pelas condições de clima e de relevo, que atuam como elementos que potencializam ou limitam a ação humana.

Antes da chegada dos europeus, o atual território do Rio Grande do Sul era ocupado por várias nações indígenas. Nas regiões de mato dominavam os Guaranis e Kaingangues, enquanto nas regiões de campo natural viviam os Minuanos e Charruas.

A agricultura que os índios praticavam utilizava as técnicas da derrubada e da queimada, dedicando-se especialmente ao cultivo da mandioca, milho, batata-doce, feijão, abóbora, fumo, mate e algodão, complementando sua alimentação com a caça e a pesca (FRANTZ, 1980).

Segundo Pebayle (1974) e Roche (1959), citados em Frantz & Silva Neto (2004), a derrubada e queimada caracterizaram os principais sistemas de produção dos agricultores nas regiões de florestas do Rio Grande do Sul até meados do século XX, sendo estes sistemas desenvolvidos a partir da agricultura indígena, passando pela agricultura dos caboclos e finalmente pela agricultura praticada pelos colonos europeus.

Os caboclos são constituídos de contingentes humanos que participaram desde o início do processo de ocupação do território gaúcho sem, no entanto, disporem de recursos financeiros e nem posição militar para receber, tomar posse e ocupar um território que lhes assegurasse o direito a receber a concessão de um título de propriedade. Frente à impossibilidade prática de acessar a propriedade da terra, os caboclos entram de forma subordinada e dependente no processo de formação da sociedade agropastoril do Rio Grande do Sul. Quanto à sua origem, pode-se dizer que os caboclos são descendentes: a) de bandeirantes e tropeiros paulistas que se ligaram a mulheres índias; b) de colonos açorianos que, por razões diversas, perderam suas terras ficando à mercê de atividades agrícolas em terras devolutas ou nas estâncias; c) de estancieiros com mulheres escravas que se ocupavam da agricultura de subsistência nas terras do senhor; d) de encontros fortuitos e quase sempre violentos entre militares com a população civil durante os conflitos pelo controle da região; e) de índios sobreviventes e aculturados; f) de desempregados das estâncias após o cercamento e o advento das estradas de ferro; g) de desempregados das charqueadas após o desenvolvimento da indústria frigorífica; h) de colonos europeus empobrecidos (FRANTZ & SILVA NETO, 2004). A agricultura dos caboclos sempre esteve mais voltada ao atendimento do estritamente necessário para a sobrevivência do núcleo familiar e sua inserção ao mercado, por conseqüência, sempre foi frágil ou até mesmo inexistente.

Pela descrição de Waibel (1955, apud FRANTZ & SILVA NETO, 2004), na primavera o caboclo queimava uma clareira da floresta derrubada alguns meses antes e, em seguida, plantava entre os galhos calcinados, utilizando-se de um bastão (saraquá) para fazer o plantio. A cultura principal era o milho e as atividades de controle de invasoras eram mínimas. Muitas vezes, no mesmo buraco junto com o milho, ele plantava o feijão preto, que amadurecia mais devagar. Também plantava árvores frutíferas. O caboclo normalmente possuía pelo menos um cavalo, uma vaca ou uma cabra, alguns porcos e galinhas. Os animais alimentavam-se diretamente na floresta

próxima e na capoeira e apenas ocasionalmente eram alimentados com milho. Como os caboclos praticavam uma agricultura itinerante, a mesma terra era cultivada uma ou duas vezes, sendo então abandonada e uma nova área era então aberta para desenvolver o mesmo sistema, pelo menos enquanto havia a possibilidade de avançar sobre parcelas virgens na floresta próxima.

Conforme Frantz & Silva Neto (2004), a ação dos caboclos foi importante para o desenvolvimento da agricultura posterior dos colonos, seja como desbravadores iniciais das terras de mato ainda não apropriadas privadamente, seja como fornecedores de força de trabalho para as obras de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento das colônias agrícolas públicas ou privadas já instaladas. O espaço de atuação do caboclo e da sua agricultura reduziu-se de forma significativa na última metade do século XX, período em que praticamente todas as terras ainda devolutas no estado foram apropriadas privadamente, fato que tem levado muitos descendentes dos caboclos a se juntarem na luta pela terra para, enfim, se inserirem na economia nacional como agricultores familiares proprietários.

O caboclo (muitas vezes também chamado de agricultor nacional ou simplesmente brasileiro) raramente foi considerado nestes projetos. Normalmente ele era desalojado como intruso quando se encontrava como posseiro em áreas delimitadas para um novo projeto de loteamento. Embora pudessem ter sido beneficiados com a Lei de Terras[13], poucos foram os caboclos que registraram suas posses, na maioria das vezes por absoluta falta de informação, pois contrariamente ao que acontecia com os colonos, que eram orientados por funcionários públicos, quando o projeto de colonização era oficial, ou por empregados das companhias de colonização, quando o projeto era privado, o caboclo era visto apenas como um intruso a dificultar o processo de mercantilização das terras.

Apesar da longa tradição da agricultura indígena e cabocla, é comum relacionar-se as origens da agricultura gaúcha nas regiões de floresta aos processos de colonização, de iniciativa tanto pública quanto privada, que acontecem no estado a partir dos anos 1820, privilegiando especialmente imigrantes europeus num sistema de pequenas propriedades familiares.

A demanda por imigrantes no Rio Grande do Sul inscreve-se no quadro da antiga preocupação de tornar mais denso o povoamento do território brasileiro na região de fronteira com os países do Prata, por tratar-se de região estratégica do ponto de vista geopolítico. Por outro lado, havia a preocupação das autoridades políticas brasileiras de estimular a produção de alimentos para abastecer as regiões dedicadas às produções especializadas e voltadas à exportação, em particular São Paulo e Minas Gerais. Finalmente, a colonização através de imigrantes europeus alinhava-se à política de valorização das terras, principalmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850 (ZARTH, 1997, p. 71). Para Frantz (1982, p. 18-9) a política de imigração também se inscreve no contexto da desagregação do sistema escravocrata no Brasil, implicando na necessidade de preparação de mão-de-obra livre e de produtores de alimentos para o mercado interno.

A política de colonização das terras na região de florestas do Rio Grande do Sul era do interesse do governo federal, tanto por razões geopolíticas (ocupação de áreas de baixa densidade populacional, particularmente em regiões de fronteira internacional), quanto por razões econômicas (garantir o abastecimento de gêneros alimentícios para

[13] A Lei de Terras, editada em 1850, determinava que a única forma de acesso à terra no país seria através de sua compra, integrando-se ao conjunto de medidas tomadas para preparar o país para um mercado de trabalho livre (ZARTH, 1997).

outras regiões brasileiras, especialmente a região sudeste, que se dedicavam mais à produção industrial e produtos primários para exportação). Além do governo central, também os governantes gaúchos e as elites locais desejavam e reivindicavam a colonização da região de mata da metade norte do estado via imigrantes de origem européia como forma de dinamizar e desenvolver as economias locais, mas também como forma de valorização das terras de mata, muitas delas apropriadas por estancieiros, de início para se beneficiar da extração da erva-mate e posteriormente prevendo ganhos com a venda de lotes para projetos de colonização (DUDERMEL, 1990, p. 55-6).

Os estancieiros gaúchos nunca se opuseram à instalação de projetos de colonização utilizando agricultores familiares de origem estrangeira, pois além de contribuírem para o desmatamento naquelas áreas por onde transitavam os tropeiros que levavam os animais para o centro do país, este processo não ameaçava o suprimento de mão-de-obra barata para as estâncias, pois os ocupantes das terras viriam de fora. Além do mais, uma das conseqüências da colonização em terras antes devolutas era a expropriação dos produtores diretos da floresta (caboclos) e a sua conseqüente proletarização, ampliando o mercado de trabalho disponível para os estancieiros.

A expansão da agricultura nas regiões de floresta na metade norte do estado, potencializada pelos projetos de colonização, pode ser dividida em três períodos (SILVA NETO, 1994). O primeiro período vai de 1824 até 1890, época em que se implantaram as chamadas "Colônias Velhas" num raio de 200 quilômetros em torno de Porto Alegre. O segundo período tem início em 1890 com a instalação do que se convencionou chamar de "Colônias Novas" a partir da fundação da Colônia de Ijuí e vai até 1920, quando o governo do Rio Grande do Sul suspende sua política de colonização por falta de recursos para financiar a infra-estrutura necessária. O terceiro período tem início em 1920 e é marcado pelo predomínio da colonização privada, incorporando à agricultura as últimas áreas remanescentes de floresta na região do Alto Uruguai. Na região Noroeste, portanto, a expansão da agricultura vai acontecer a partir do final do século XIX, no segundo e no terceiro períodos.

A maior parte das Colônias Velhas foi constituída por imigrantes vindos diretamente da Europa. O tamanho dos lotes recebidos pelos imigrantes na fase inicial era de 77 hectares, tamanho este reduzido para 48 hectares a partir de 1850. Estas colônias foram bastante prósperas graças ao tamanho dos lotes e a proximidade de Porto Alegre. O seu sistema de produção permitia o cultivo anual de apenas 10 a 20% de sua área total, assegurando uma razoável reprodução da fertilidade. As facilidades de transporte e a proximidade do mercado consumidor asseguraram a estas colônias valiosas alternativas de diversificação da produção, sendo que o milho e a banha, a partir de 1870, tornaram-se as produções predominantes. Algumas colônias, no entanto, especializaram-se em outros produtos, como foi o caso de Santa Cruz do Sul na produção do fumo ou Bento Gonçalves e Caxias de Sul em torno da vitivinicultura. As especializações foram sendo alteradas ao longo do tempo em função das relações com o mercado e a agroindústria. É o caso de São Leopoldo, Estrela e São Sebastião do Caí que, a partir de 1930, voltaram-se para a produção de leite e, em menor escala, para a produção da acácia negra. Lajeado e Encantado, em anos mais recentes, passaram a se dedicar à produção de frangos e suínos (SILVA NETO, 1994).

O tamanho dos lotes nos projetos de colonização das Colônias Novas, começando pela Colônia de Ijuí fundada em 1890, era de apenas 25 hectares. Numa área menor o colono era forçado a cultivar uma superfície maior da área agricultável, acelerando a queda da fertilidade e o parcelamento das propriedades, antecipando o

processo de migração para as terras próximas ainda disponíveis. Nos projetos privados[14] de colonização a partir de 1920 o tamanho dos lotes vendidos aos colonos era ainda menor (SILVA NETO, 1994). Em grande parte da região Noroeste, em particular nas áreas mais próximas à região de fronteira (Grande Santa Rosa e região Celeiro), o processo de colonização e desbravamento das terras aconteceu nestas condições, sendo bastante freqüente a instalação de colonos em lotes com tamanho variando de 10 a 20 hectares.

Os dois processos de desenvolvimento da agricultura em função da divisão básica a partir da paisagem original marcada de um lado por uma região de campos naturais, em que os estancieiros desenvolvem principalmente a pecuária, e de outro por uma região de florestas na qual inicialmente índios e caboclos e posteriormente agricultores familiares desenvolvem a agricultura, não podem ser tomados como processos exclusivos. Assim como existem áreas de floresta na denominada metade sul do estado, também existem áreas de campo natural na metade norte. Da mesma forma, a história registra a prática da agricultura em regiões de campo (ZARTH, 1997) e o desenvolvimento da pecuária em áreas de floresta (FRANTZ, 1982, DUDERMEL, 1990). No Planalto gaúcho e na região Noroeste do estado pode-se observar ao longo do processo histórico a convivência destas duas situações, com grande predomínio de áreas de floresta, mas com presença de áreas de campo natural e áreas de transição campo-floresta.

É isto que leva Dudermel (1990), Silva Neto (1994), Frantz (1982), dentre outros, a abordar o processo de desenvolvimento da metade norte do estado, em particular na região das chamadas Colônias Novas, identificando trajetórias distintas na área de campo e na área de florestas. A formação histórica dessa região assume características de duas formações geofísicas distintas que condicionaram a ocupação humana no sentido de uma interação que ora é de oposição, ora de complementaridade entre o campo e o mato, entre o pecuarista (estancieiro) e o agricultor (colono), resultando por conseqüência um processo de ocupação econômica não homogênea (FRANTZ, 1982, p. 14).

2.2.1 A evolução da pecuária e dos estancieiros nas áreas de campo do noroeste gaúcho

Desde a ocupação dos campos naturais da região Noroeste do Rio Grande do Sul, no início do século XIX, as atividades produtivas baseadas na pecuária extensiva pouco se modificaram até por volta dos anos 1950, provocando poucas alterações na paisagem da região de campo.

Antes mesmo de os colonos se instalarem nas áreas de florestas, via projetos de colonização, os estancieiros serranos, como os denomina Frantz (1982), constituídos especialmente por antigos chefes de milícias, tropeiros e comerciantes, ocuparam grandes extensões de terras de campo do Noroeste gaúcho, recebidas como concessão das autoridades portuguesas após a conquista do território completada em 1801. A criação de novas estâncias se prolonga até por volta de 1850 quando praticamente todas as terras de campo do noroeste gaúcho estão apropriadas (DUDERMEL, 1990, P. 38). Estes estancieiros inicialmente especializam-se na produção de mulas, que eram vendidas na feira de Sorocaba em São Paulo para uso como animais de carga na

[14] A colonização por meio de projetos privados desenvolveu-se principalmente após 1850, com a edição da Lei de Terras, e foi numericamente mais importante que a colonização por meio de projetos oficiais. Segundo Willems (1946, apud FRANTZ & SILVA NETO, 2004), entre 1824 e 1918 foram implantadas 51 colônias oficiais e 213 colônias privadas no Rio Grande do Sul.

cafeicultura e nas minas nos mercados de São Paulo e Minas Gerais (idem, p. 39), e apenas secundariamente à criação de gado e a uma agricultura voltada apenas à subsistência (FRANTZ, 1982, p. 17).

No início do século XIX, segundo Frantz (1982, p. 17) os estancieiros serranos vão se debater com problemas bastante sérios. A criação de mulas, que até então havia sido o melhor negócio, vai decrescer enormemente em função principalmente do desenvolvimento do transporte ferroviário. A queda dos preços das mulas torna esta atividade pouco atrativa e então os estancieiros do noroeste gaúcho passam a se dedicar exclusivamente à criação bovina, ainda que em condições desfavoráveis relativamente aos criadores da região Sul do estado que, além de possuírem pastagens melhores, encontravam-se mais próximos das charqueadas, onde se dá o processo de transformação, e do principal porto de exportação de couros e charques que é o porto de Montevidéu (FRANTZ, 1982, p. 18). Tentativas de aumentar a lotação de animais, sem investimentos adicionais, acabam provocando uma exploração excessiva dos pastos e uma degradação dos recursos forrageiros naturais, provocando uma crise das estâncias da região que se estende até por volta de 1945 (DUDERMEL, 1990, p. 44-7).

As dificuldades com as quais se debateram as estâncias serranas na primeira metade do século XIX fez com que alguns estancieiros conseguissem introduzir melhorias tanto em relação à raça do gado quanto aos pastos, tendo como resultado uma concentração ainda maior em terras. Outros não tiveram a mesma sorte, sendo obrigados a vender suas terras ou parte delas. A maior parte dos estancieiros, no entanto, conseguiu apenas se manter durante o período (FRANTZ, 1982, p. 18).

2.2.2 A evolução da agricultura e dos colonos nas áreas de floresta do noroeste gaúcho

A ocupação das áreas de floresta, a partir da instalação dos projetos de colonização no noroeste gaúcho, vai gerar, ainda que de forma progressiva, transformações mais significativas na paisagem desta região. No período de instalação das colônias há uma certa homogeneidade na exploração dos seus lotes por parte dos colonos. Os primeiros comerciantes só vão se estabelecer na região a partir do momento em que se abrem as primeiras estradas com passagem para as carroças que vão transportar tanto os bens de produção e de consumo para os colonos, como também os produtos agrícolas excedentes[15] (DUDERMEL, 1990, P. 60). A mesma parcela é cultivada por dois ou três anos seguidos, sendo então abandonada e deixada em descanso e uma nova área é formada seguindo o mesmo sistema de derrubada e queimada de uma clareira na mata.

Os primeiros anos de implantação das colônias caracterizaram-se pela falta de capital e pela necessidade de obtenção dos meios de sobrevivência biológica. Além da necessidade de pagamento das parcelas anuais pela compra das terras, os colonos também tinham de acessar recursos para construir suas casas e implantar um capital de exploração inicial (instalações, animais de trabalho, ferramentas, sementes, porcos e aves, etc.).

Segundo Frantz, a adoção de certas culturas comerciais em detrimento de outras resulta de uma seleção imposta pelas características de clima e solo, das relações de produção dominantes na agropecuária em geral e da situação do mercado. Estes condicionantes implicaram na adoção por parte dos colonos ocupantes das florestas do

[15] Conforme registro de Dudermel (1990, p. 64), em 1899 já existiam 31 comerciantes na colônia de Ijuí, fundada que foi em 1890, em sua maioria originária das colônias velhas de onde vinham com alguma experiência e alguns fundos para empreender atividades comerciais nas colônias novas.

noroeste gaúcho de um sistema baseado numa policultura extensiva, com predominância da rotação de culturas comerciais, terras em pousio e fraca associação à pecuária, prática que se estende até por volta da década de 1950 (1982, p. 22). A agricultura colonial, portanto, foi levada a optar pelas produções de milho, trigo, feijão preto, mandioca, soja e porco por força de limites de ordem física (impostos pelas condições de clima e solo), social (devido ao acesso limitado à propriedade da terra comparativamente aos estancieiros) e econômica (pela concorrência imposta pelos sistemas extensivos praticados nas estâncias que condicionaram a forma de inserção no mercado por parte dos colonos).

Dado o reduzido tamanho das terras coloniais, este sistema só se manteve porque esteve associado à existência de uma fronteira agrícola bastante elástica e acessível. Aos filhos, portanto, restava a opção de comprar uma colônia nova ainda que em localidades mais distantes. Como nem todas as famílias tinham condições de adquirir novas terras para colocação dos filhos, muitos lotes foram precocemente divididos. Como salienta Frantz, são raros os colonos que conseguem capitalizar, seja através da compra de mais terras ou através de outros investimentos. Em geral, o colono conseguia apenas manter-se e criar os filhos às custas da depredação das terras (idem, p. 24-5). A existência de terras devolutas, portanto, fazia parte da possibilidade de reprodução da agricultura colonial. O esgotamento destas terras entre os anos 1950 e 1960 coloca-se como um limite para a reprodução dos colonos da região Noroeste do Rio Grande do Sul (idem, p. 25).

Até por volta de 1910 as principais diferenças que se manifestam entre os colonos devem-se mais à forma do loteamento posto em prática pela companhia colonizadora do que às formas de exploração do meio cultivado e dos sistemas de produção implantados. A opção nos primeiros loteamentos, típicos da colônia de Ijuí, foi pela demarcação de lotes regulares, cada um formando um retângulo de 25 hectares (1000 metros no sentido leste-oeste por 250 metros no sentido norte-sul), sem levar em conta a topografia e, em especial, o acesso à água (idem, p. 58). Em avaliações posteriores, as autoridades ligadas aos projetos de colonização vão se convencer de que a delimitação dos lotes de forma estritamente retangular não era a forma mais interessante, pois aqueles que não tinham nenhum ponto de acesso a água, quase não tiveram compradores interessados (idem, p. 64). Nos loteamentos posteriores a 1910 optou-se por delimitar os lotes de forma menos regular, podendo ser mais estreitos e mais compridos de forma a ter algum tipo de acesso a um curso de água. Nos últimos projetos de colonização, organizados principalmente por empresas privadas, os loteamentos retangulares foram totalmente abandonados, assumindo formas bastante irregulares (idem, p. 65).

Com a melhoria das formas de acesso (estradas, caminhos) e a instalação de casas comerciais nas sedes distritais os colonos vão aos poucos aumentando o volume e a variedade de produtos comercializados, sendo agregados ao milho também o feijão preto, o fumo e a banha suína.

Isto vai determinar uma fase de relativa prosperidade nas colônias no período que vai de 1911 até os anos 1940, marcada por uma inserção crescente da agricultura nos mercados e à exportação de produtos agrícolas para outras regiões do país, com grande destaque para a banha de porco. Dudermel (1990, p. 67) aponta várias razões para destacar o ano de 1911 como uma data que marca o início desta nova fase da agricultura colonial. Foi neste ano, por exemplo, que a rede ferroviária chegou até Ijuí, fato que introduz mudanças qualitativas em toda a economia regional. Outras colônias da região vão ser atendidas pela extensão da linha férrea entre os anos 1910 e 1920 ou então pela abertura de caminhos por onde podiam passar as carroças, outro importante

meio de transporte deste período na região. Duas conseqüências imediatas da chegada da estrada de ferro à região são destacadas por Dudermel: a primeira é que ela facilitou o afluxo de população vinda das colônias mais antigas e a segunda é que ela oportunizou um crescimento muito rápido das relações econômicas da colônia com o exterior.

Outro fator destacado por Dudermel é que entre 1910 e 1911 a população da colônia de Ijuí, por exemplo, passou de 15.000 para 22.500 habitantes, representando um crescimento de 50%. Isto repercute no preço das terras que praticamente dobra e no surgimento de um considerável mercado imobiliário. Em 1911 praticamente todos os lotes da colônia estão ocupados, com exceção apenas de alguns poucos que não encontram compradores porque suas terras eram impróprias para a prática da agricultura em função das condições naturais, ou então pelas dificuldades de acesso à água. Isto significa que os novos colonos que chegam só vão poder se instalar na colônia de Ijuí por meio da compra de um lote de colonos já instalados e isto vai elevar os preços das terras em até cinco vezes comparativamente ao preço inicial[16].

Muitos colonos, dispondo de menos capital, vendem seus lotes para então se reinstalarem em condições um pouco melhores nas colônias mais distantes, dando origem a um novo fluxo migratório da colônia de Ijuí para as novas colônias que se abrem na região do Alto Uruguai[17]. Os novos colonos, por sua vez, chegam dispondo de meios de produção mais importantes, principalmente animais de trabalho e de produção, e ainda se beneficiam das obras de infra-estrutura já edificadas pelos seus antecessores, tanto internas como externas às propriedades. Aparecem, assim, os primeiros sinais de um processo de diferenciação econômica no interior da colônia (idem, p. 68).

A diferenciação econômica ou a acumulação diferenciada que começa a ser percebida entre os agricultores vai se traduzir em termos de modificações na estrutura fundiária dos colonos e das técnicas agrícolas que eles utilizam (idem, p. 76). Cruzando informações de recenseamentos oficiais sobre a agricultura colonial do sul do Brasil com alguns outros estudos realizados tratando desta mesma agricultura, em especial aqueles realizados por Roche (1959) e Zarth (1988) e das informações recolhidas em entrevistas com agricultores mais antigos que conviveram com as transformações porque passaram as famílias de colonos na primeira metade do século XX na região Noroeste do Rio Grande do Sul, Dudermel (idem, p. 76-8) estima que a estrutura fundiária na colônia de Ijuí, que em 1900 era praticamente uniforme com lotes de 25 hectares, vai se apresentar em meados da década de 20 já com uma sensível diferenciação, com aproximadamente um quarto das explorações concentrando em torno de dois lotes de colonização (50 hectares), enquanto os outros três quartos permanecem com o lote inicial de 25 hectares. Muitas destas explorações de 25 hectares, no entanto, podem estar suportando nessa época mais de uma família pela incorporação de filhos que se casam e não têm condições de comprar um lote de terras para se estabelecerem como produtores independentes.

A diferenciação social vai se apresentar ainda mais acentuada em meados dos anos 50. Pelas suas simulações, Dudermel (idem, p. 99-103) estima que

[16] A partir de informações de Zarth (1988), Dudermel (1990) calcula que o preço de um lote de 25 hectares neste período chegou a valer 1.250 mil réis, enquanto que na fase de implantação da colônia o mesmo lote era vendido por 250 mil réis.

[17] Isso pode ser confirmado durante as entrevistas realizadas na região de Três de Maio (SILVA NETO et al., 1997) e na região de Três Passos (SILVA NETO et al., 1998) como também no trabalho de campo realizado agora para levantamento de informações para este trabalho de tese. Muitos colonos que se instalaram naquelas regiões entre 1920 e 1950 haviam saído da região de Ijuí.

aproximadamente 40% das explorações passam a dispor de lotes com menos de 25 hectares (com tamanhos variando de 10 a 20 hectares), como resultado do fracionamento das terras por processos de herança. Outros 40% conseguem manter-se com lotes próximos do seu tamanho inicial (25 hectares) e aproximadamente 20% das explorações são de colonos que conseguiram acumular na forma de terras e nesse momento possuem lotes que se aproximam de dois lotes de colonização (50 hectares).

O principal fator de diferenciação apontado por Dudermel neste período, entretanto, não está relacionado tanto à estrutura fundiária e sim à adoção progressiva e diferenciada de novas técnicas agrícolas caracterizadas pela introdução da mecanização leve dos processos produtivos via tração animal. Os principais instrumentos tracionados por juntas de animais (cavalos ou bois) são o arado e a plantadeira. Com o avanço da abertura de caminhos também passa a ser utilizada a carroça para o transporte de produtos e as charretes (chamadas na região de jardineiras ou aranhas) para o transporte de pessoas. O que explica porque alguns colonos incorporam mais ou menos estas novas técnicas é a combinação de fatores associados às condições agroecológicas de suas explorações, ao seu capital de exploração e à disponibilidade de trabalho.

O uso da tração animal, que de forma progressiva vai se tornar acessível a praticamente todas as explorações, permite o aumento da produtividade do trabalho, especialmente pela ampliação da superfície cultivada. O tamanho da superfície passível de ser cultivada numa exploração colonial torna-se então dependente das condições do meio físico (maior ou menor presença de pedras no solo, maior ou menor declividade dos terrenos, maior ou menor presença de raízes de árvores derrubadas que precisam de operações de destocamento), do capital de exploração (quantidade de arados e plantadeiras, número e capacidade de força dos animais de tração) e finalmente do número de pessoas em idade e condições de trabalho. O que vai determinar como as diferentes explorações coloniais vão se inserir neste processo de diferenciação, portanto, é a forma como cada uma dá conta destas condições.

Como o principal produto comercial da agricultura colonial neste período é a banha suína e o rebanho suíno de cada agricultor depende essencialmente do volume de milho que ele consegue produzir, o aumento da área cultivada torna-se um importante fator de capitalização e, por conseqüência, de diferenciação entre os colonos.

De 1940 até o final da década de 1960 a agricultura colonial enfrenta uma forte crise causada pela redução dos rendimentos físicos das principais culturas praticadas pelos colonos devido à perda de fertilidade das terras, provocando uma redução das rendas agrícolas (DUDERMEL, 1990, p. 88-92). Na colônia de Ijuí, por exemplo, os dados do recenseamento agrícola do IBGE de 1920 e 1950 registram os seguintes rendimentos médios em 1920 e em 1950: o rendimento médio do milho passa de 2,3 para 0,6 toneladas; do feijão preto passa de 1,2 para 0,2 toneladas; da batata passa de 10,0 para 3,3 toneladas. Quedas semelhantes foram observadas nas colônias de São Leopoldo e de Erechim (SILVA NETO et al., 1997, p. 9).

As informações recolhidas das entrevistas com os agricultores, segundo Dudermel (idem, p. 88), confirmam os dados oficiais, deduzindo que a queda do rendimentos físicos do milho, principal cultura cultivada pelos colonos, foi da ordem de 50% entre os anos 20-30 e os anos 50-60, passando de pouco mais de duas toneladas para aproximadamente uma tonelada. Esta queda de rendimentos, segundo ele, deve ser imputada sem nenhuma dúvida à exploração praticamente contínua das áreas agricultáveis sem a necessária recomposição da fertilidade. Esta crise de fertilidade tem um caráter cumulativo, pois para compensar a baixa dos rendimentos e ao mesmo tempo preocupados em manter seus níveis de produção e de renda, os agricultores aumentam a área cultivada, especialmente para o cultivo de milho para alimentação dos suínos,

diminuindo cada vez mais o período de descanso das terras. O período de crise de rendimentos é, portanto, concomitante com a generalização da agricultura mecanizada por meio da tração animal.

Por mais paradoxal que seja, o uso de um padrão tecnológico representado pela introdução da tração animal que de início vai ser um fator fundamental para explicar a grande expansão da agricultura colonial, ainda que de forma diferenciada entre os agricultores, no período de 1911 até 1940, agora vai se constituir num dos elementos que contribui para a aceleração da crise da mesma agricultura colonial. A recuperação dos solos desgastados por meio de dejetos de animais (suínos e bovinos), prática usual entre os colonos, era inviável em função da baixa quantidade produzida pelos reduzidos planteis mantidos em cada exploração. O pouco de adubo orgânico produzido nestas condições era normalmente utilizado nas hortas e pomares para a produção de bens de subsistência, em pequenas áreas de pastagens (alfafa principalmente) e, dependendo de cada caso, de um a dois hectares de milho.

Os colonos poderiam enfrentar o problema de deficiência química dos solos por meio da utilização de adubos químicos, mas estes teriam que ser importados e custavam caro. Outro procedimento técnico seria via adubação verde, particularmente com o uso do tremoço, mas esta prática tem pouca receptividade principalmente por causa da exigência de trabalho.

Tanto Dudermel (1990, p. 91) quanto Frantz (1982, p. 22-3) sustentam que, para assegurar a reprodução social dos agricultores de forma sustentável, garantindo a reposição da fertilidade do solo, os seus sistemas produtivos deveriam incluir a pecuária como uma atividade chave. Ambos sustentam que uma criação bovina, a partir de uma importante base forrageira, permitiria fazer a reposição mineral. Ambos também concordam, entretanto, que isso não foi possível para os colonos por duas razões principais: o reduzido tamanho das suas terras e a concorrência com as estâncias próximas às colônias e aquelas da região Sul do estado, cujos produtos tinham custos mais baixos, devido à sua característica de atividade extensiva, enquanto a produção colonial teria características intensivas e, por conseqüência, custos mais elevados.

A existência e manutenção da pecuária extensiva sobre as grandes propriedades são apontadas por Frantz (1982, p. 25) como um fator limitante da acumulação na economia colonial e talvez um dos maiores responsáveis pela prática de uma agricultura predatória no Rio Grande do Sul.

Razões não necessariamente técnicas, segundo Dudermel, explicam porque os colonos, que no início dos anos 40 dispunham de uma notável capacidade de acumulação graças ao uso da tração animal, não conseguiram reverter e sequer interromper o processo de degradação da fertilidade do meio cultivado, conformando-se de certa maneira com a queda dos rendimentos das suas principais produções. Segundo ele, os excedentes monetários obtidos das suas explorações, muitas vezes obtidos graças a um processo de superexploração das reservas minerais dos solos de seus lotes de origem, são prioritariamente aplicados na compra de terras na fronteira agrícola, especialmente para a instalação da geração familiar seguinte (durante os anos 40 e início dos anos 50 ainda na direção do Alto Uruguai e posteriormente na direção das novas colônias da região oeste de Santa Catarina e do Paraná). O pressuposto aqui é que a reprodução ampliada da unidade de produção familiar pela ampliação da sua superfície agrícola, mesmo que a quilômetros de distância, era um caminho mais fácil a ser seguido do que aumentar as performances técnicas das produções pelo enfrentamento da questão da reposição de fertilidade dos solos dos lotes originais (1990, p. 92).

Já os colonos que permanecem em seus lotes de origem vão viver o período de crise da agricultura nas colônias novas que vai dos anos 40 até os anos 60 assumindo

uma atitude mais de adaptação do que de enfrentamento. A produção de suínos permanece como o principal produto comercial dos colonos e a banha permanece como o produto de maior interesse. Com o surgimento dos frigoríficos muda a forma como os colonos vão se relacionar com o mercado: em vez de venderem a banha, abatendo os animais na própria propriedade, agora os porcos são vendidos vivos. A menor exigência em trabalho facilita a ampliação da escala de criação. Duas ordens de problemas dificultam, no entanto, as possibilidades de ampliação da escala: de um lado, os limites de oferta de alimento aos animais causados pela queda dos rendimentos devido à exaustão da fertilidade natural dos solos e, de outro lado, o volume de investimento exigido para a ampliação das instalações (chiqueiro), num momento em que, como vimos, a prioridade na aplicação dos recursos disponíveis não era essa.

A substituição progressiva do milho, cultura mais exigente em termos de fertilidade química dos solos, por outras menos exigentes vai se constituir no principal recurso da estratégia de adaptação dos colonos ao problema de queda dos rendimentos. Baseando-se nos estudos sobre a agricultura colonial, em especial no trabalho de Roche (1969), e nos recenseamentos oficiais do IBGE, Dudermel (1990, p. 93) observa que a mandioca, por ser bem menos exigente e para a qual a queda de rendimentos é bem menos acentuada, torna-se o principal produto utilizado em substituição ao milho[18]. Pelos dados oficiais, a área cultivada de mandioca cresce quase na mesma medida que diminui a área cultivada de milho. Para evitar as carências protéicas da alimentação fornecida aos porcos, baseada principalmente na mandioca, os agricultores aumentam a área cultivada com soja, especialmente a partir dos anos 50.

Para manter a renda familiar diante de um quadro de queda generalizada de rendimentos verificada no período que vai dos anos 40 até praticamente final dos anos 60, Dudermel destaca que os agricultores familiares das regiões coloniais passam a desenvolver novas culturas para fins comerciais. Dentre elas cita a produção de cana-de-açúcar que era vendida aos alambiques[19] que se instalaram na região para a fabricação e venda da cachaça (idem, p. 93). Outra cultura que muitos colonos passaram a desenvolver foi a alfafa, que era vendida sob a forma de feno em fardos para atender um mercado em expansão nos anos 40 e 50, visando suprir a demanda representada pela alimentação da cavalaria dos vários quartéis do exército brasileiro instalados na região. Com a motorização do exército nos anos 60 este mercado reduz-se drasticamente (idem, p. 94-5).

2.2.3 Transformações na agropecuária gaúcha em meados do século XX

Pelo visto até aqui, as duas grandes trajetórias que aconteceram no noroeste gaúcho, uma pela via do ecossistema das áreas de campo natural, capitaneada pelos estancieiros e sua pecuária extensiva e a outra pela via do ecossistema das áreas de mata, capitaneada pelos colonos e sua agricultura baseada num sistema policultural, chegam nos anos 40 numa situação de relativo impasse. Registre-se que nem todos, entre os estancieiros e os colonos, estão na mesma situação para enfrentar esta situação de impasse.

[18] Com base em dados do Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Dudermel chama atenção para a ampliação da área cultivada com mandioca no estado: de poucos hectares ocupados com a cultura da mandioca no início dos anos 40, muito provavelmente voltada basicamente para a subsistência, passa para 10.000 hectares em 1950 e para 12.000 hectares em 1960. Em 1970, quando os fertilizantes químicos já estão disponíveis no estado, a área cultivada com mandioca regride para 5.000 hectares.

[19] De acordo com o recenseamento do IBGE (1950) existiam 92 alambiques na colônia de Ijuí em 1940.

Há que se registrar também que, além dos estancieiros e dos colonos, novos atores socioeconômicos surgem na região, com destaque entre eles para os comerciantes, os ferreiros e carpinteiros que assumem funções manufatureiras na fabricação dos instrumentos, ferramentas e instalações que vão permitir avanços nas técnicas agrícolas no campo da mecanização via tração animal. Cooperativas mistas, além de instituições religiosas, educacionais e sociais, também já se fazem presentes no contexto regional. Instituições e funcionários públicos também são presenças marcantes desde os primórdios da colonização (ZARTH, 1997; FRANTZ, 1982).

O que interessa mostrar aqui é a maneira como as transformações que vão ser introduzidas na dinâmica regional a partir do final dos anos 40 e com maior ênfase nos anos 50 vão atingir os diferentes atores envolvidos direta (estancieiros e colonos) ou indiretamente (comerciantes, profissionais autônomos, etc) com a agropecuária do noroeste do estado. Fala-se de transformações introduzidas na dinâmica regional já que elas resultam especialmente da intervenção estatal no fomento à cultura do trigo como se verá a seguir.

Conforme Frantz (1982, p. 26), a expressão mais significativa das transformações na paisagem e na dinâmica regional, com especial destaque para a região do Planalto Gaúcho, são as granjas de trigo e soja. Segundo Frantz, as granjas são filhas da moderna produção de trigo, cujo desenvolvimento no Planalto Gaúcho só foi possível graças a uma ação muito particular do estado no pós-guerra, somada a condições endógenas da região amadurecidas ao longo dos anos em cada um dos dois sistemas socioeconômicos que se desenvolveram na área de campo e na área de floresta. Pela natureza das transformações, que envolvem principalmente a ampliação das áreas cultivadas por meio da mecanização motorizada, o palco inicial onde elas se manifestam é a área de campo do Planalto Médio, começando na região de Passo Fundo e Carazinho em 1946 e em Ijuí e Santo Ângelo em 1950 (idem, p. 31-2). Estas manifestações vão se fazer sentir na agricultura colonial mais lentamente, repercutindo mais no final dos anos sessenta e início dos anos setenta.

Ainda que a ação do Estado para fomentar a cultura do trigo no Brasil remonte ao século XVIII, interessa resgatar aqui, ainda que rapidamente, algumas ações do poder público federal e estadual que ajudam a entender melhor estas transformações de meados do século XX, em particular na região Noroeste do Rio Grande do Sul, a partir basicamente da contribuição de Frantz[20] (1982, p. 26-31).

Em 1928 Getúlio Vargas, então governador do estado do Rio Grande do Sul, lança as bases para uma produção tecnicamente avançada de trigo criando as estações fitossanitárias nas quais os técnicos brasileiros deram origem a novas variedades melhor adaptadas ao meio. Em 1930, já como presidente do Brasil, Getúlio cria uma comissão para estudar medidas para limitar as importações de trigo.

A Lei 199 de 1936 autorizava o Ministério da Agricultura a abrir créditos especiais para a compra e venda de máquinas e equipamentos agrícolas. A Lei 470, por sua vez, institui um percentual mínimo (5% neste caso) de trigo nacional sobre o trigo estrangeiro no processamento da farinha, conferindo poder ao Ministério da Agricultura para estabelecer de quanto deveria ser este percentual a cada ano.

[20] Telmo Rudi Frantz estudou as transformações na agricultura do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, em particular aquelas relacionadas com a emergência das granjas de trigo e soja, durante o seu processo de doutoramento realizado na Universidade de Paris I. Em seu trabalho monográfico preparatório ao doutorado (DEA) escreveu sobre "as camadas sociais na evolução da agricultura dos municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana - RS – Brasil" (1979), enquanto a sua tese de doutorado versou sobre "as granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no Planaldo do Rio Grande do Sul – Brasil"(1980).

Pelo Decreto-lei 6.170 de 5 de janeiro de 1944 o Governo Federal cria o Serviço de Expansão do Trigo (SET), ligado ao Ministério da Agricultura, encarregado não só de centralizar e de coordenar a política do setor, mas também de distribuir gratuitamente sementes, de promover a criação de cooperativas e de fiscalizar o comércio e a industrialização do cereal. A partir de 1951 o SET também passa a assumir a responsabilidade de estabelecer as cotas de compra do trigo nacional para a indústria moageira. Também em 1951 o trigo passa a compor a lista de produtos vegetais com preços mínimos definidos.

Em 1957 é criada a Comissão de Organização da Triticultura Nacional – Cotrin, com a função de: a) dividir as regiões produtoras de trigo do país em zonas geoeconômicas; b) encorajar a constituição de uma cooperativa tritícola em cada zona; c) orientar e supervisionar as cooperativas criadas; d) promover a construção de silos e entrepostos. Em 1959 a Cotrin é transformada passando a se chamar Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenagem Geral – Cotrinag, com as mesmas funções, porém agora estendidas também a outros setores da produção agropecuária. Segundo Frantz, tanto a Cotrin como a Cotrinag tiveram papel importante na constituição de várias cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul entre 1957 e 1958, dentre as quais a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda – Cotrijuí que nos anos setenta torna-se referência como instituição cooperativa no estado e no país[21].

Além do apoio estatal externo, vindo por meio de políticas específicas de apoio ao trigo nacional, também as condições endógenas à região foram fundamentais para que aquelas políticas tivessem êxito. Como diz Frantz (1982, p. 31), "se ao país interessava desenvolver uma produção tritícola em grande escala e mecanizada, era preciso que em algum lugar se constituíssem as condições necessárias para mobilizar um grupo de pessoas a investir neste sentido".

Quem são estas pessoas e em que condições vão se estabelecer as granjas de trigo na região do Planalto Gaúcho? Esta é uma questão intrigante sob vários aspectos. O desenvolvimento da triticultura mecanizada começa e se difunde primeiro nas terras de campo, mas não por obra dos estancieiros que até então ali reinavam absolutos, ainda que mais em função do tamanho de suas estâncias do que dos rendimentos da pecuária extensiva que não apenas eram baixos, mas declinantes. Esta triticultura também não se desenvolve por obra dos colonos imigrantes da Europa central ou seus descendentes, atores sociais que se destacaram no florescimento de uma agricultura importante nas terras de mata da região, já familiarizados com a cultura do trigo, mesmo que utilizado mais para fins de subsistência. Também não resulta de descendentes de imigrantes açorianos que já em meados do século XVIII desenvolveram uma importante produção de trigo na região Sul do estado.

Estas pessoas que se organizaram em empresas agrícolas para a produção de trigo no Planalto do Rio Grande do Sul conformam uma nova categoria social denominada por Frantz de "granjeiros" e é constituída principalmente por pessoas originárias das cidades das regiões coloniais, tais como os comerciantes que haviam conseguido um nível de acumulação de capital com as suas operações comerciais com os colonos; profissionais liberais e pequenos industriais também se integraram a este grupo de pessoas (idem, p. 32).

Para Falkembach (1985, p. 118), os granjeiros eram produtores rurais capitalistas que investiam em máquinas e equipamentos, utilizavam trabalhadores assalariados e se dedicavam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado. A categoria dos granjeiros de trigo era constituída por antigos colonos ou descendentes

[21] Sobre a constituição e trajetória da Cotrijuí ver Frantz (1982).

de colonos capitalizados, por profissionais liberais urbanos como médicos, advogados, agrônomos, dentistas, etc., intelectuais com residência próxima aos antigos núcleos coloniais, bem como alguns pecuaristas que mantinham concomitantemente atividades comerciais, industriais ou mesmo políticas.

Muito do êxito destes novos personagens da agropecuária gaúcha na promoção da produção de trigo no Planalto Gaúcho se explica pelo fato de eles terem conseguido se constituir enquanto um grupo social. Segundo Falkembach, mesmo com origens diferenciadas e sem lastro histórico comum, a partir de um certo momento e de maneira circunstancial os granjeiros do trigo viram-se integrados numa mesma atividade produtiva, deparando-se com problemas comuns que os levaram a definir um projeto político e lutar por ele, tendo como alvo principal tornarem-se beneficiários das benesses públicas que o Estado brasileiro estava a disponibilizar e ainda forçar este mesmo Estado a ir além do que inicialmente estaria disposto a fazer (idem, p. 120).

Inicialmente, os granjeiros do trigo reúnem-se em torno das associações municipais de triticultores. Em março de 1957 foi criada a Featrigo, uma federação de âmbito estadual para congregar o conjunto das associações municipais. Essas associações e sua federação vão servir de base para o surgimento do cooperativismo[22] empresarial ligado à triticultura (idem, p. 143). Segundo depoimentos de líderes dos triticultores citados por Falkembach, as associações de triticultores não tinham meios para receber produtos, não tinham armazéns, silos, não podiam fazer a fiscalização dos produtos, faltava-lhes, enfim, lastro econômico. Foi por isso que as associações municipais de triticultores e sua federação acabaram sendo extintas e em seu lugar surgiram as cooperativas tritícolas e sua nova federação: a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul - Fecotrigo[23].

Por conhecerem a agricultura, em função dos seus vínculos diretos ou indiretos com os colonos e especialmente pelos seus vínculos urbanos e sua capacidade de organização, os granjeiros tornam-se o grupo social capaz de beneficiar-se dos incentivos e favorecimentos propiciados à época pelo governo brasileiro. Para tanto, os granjeiros deveriam dispor de dois elementos essenciais para viabilizar a sua iniciativa: o acesso a áreas de terra relativamente grandes e aptas à mecanização e a existência de trabalhadores dispostos a trabalharem como assalariados nas granjas.

Os granjeiros em sua maioria não eram proprietários de terras, então o caminho para tornarem-se produtores de trigo era o arrendamento. Como os estancieiros, apesar de serem proprietários de grandes extensões de terras, passavam por uma conjuntura financeira crítica, viam na possibilidade de arrendamento de parte de suas terras aos granjeiros uma alternativa não só de manter o nível de seus rendimentos como também de aumentá-los. Em relação à mão-de-obra, da mesma forma, os granjeiros tiveram poucas dificuldades já que existiam pessoas disponíveis tanto nas áreas de pecuária, cujos peões se viam sem perspectivas de trabalho diante da crise das estâncias, como também nas áreas de colônia, resultantes do processo de parcelamento de muitas propriedades e o conseqüente surgimento de um excedente populacional.

Este conjunto de condições internas, resultantes da situação socioeconômica da região ao longo dos anos 50, aliado ao conjunto de fatores externos representados pela

[22] O cooperativismo já era uma prática comum entre os colonos desde os primórdios do século XX, mas aquelas cooperativas, denominadas de cooperativas mistas, eram de porte relativamente pequeno e mantinham uma variedade muito grande de atividades, seja como fornecedora de bens de produção e de consumo aos colonos ou como facilitadora para o transporte e o comércio dos produtos coloniais diversificados.

[23] A Fecotrigo foi fundada em outubro de 1958 com a subscrição de 30 cooperativas tritícolas singulares, em sua maioria constituídas a partir de 1957 amparadas pelas normas da Cotrin.

política pública do Estado brasileiro e pela crescente oferta por parte do mercado de um conjunto de insumos químicos, máquinas e equipamentos, explicam o surgimento de uma produção capitalista na agricultura e a constituição do granjeiro como um novo ator na dinâmica do desenvolvimento rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Estas transformações por que passou a agricultura regional a partir dos anos cinqüenta vão de forma progressiva alterar a paisagem tanto da área dos campos naturais, como a área das florestas e de forma mais intensiva e abrangente a partir do final dos anos sessenta e início dos anos setenta, quando a cultura da soja passa a ser cultivada em sucessão ao trigo, constituindo o chamado binômio trigo/soja. É interessante tecer algumas rápidas observações sobre as repercussões da emergência da nova categoria social (os granjeiros) e da sua forma particular de organização da agricultura (agricultura empresarial) para as duas categorias sociais dominantes no cenário da agropecuária do Planalto Gaúcho na primeira metade do século XX: os estancieiros e os colonos os quais, como foi visto, passavam por dificuldades em função dos baixos rendimentos de suas atividades produtivas[24].

De imediato, os estancieiros conseguiram recompor o nível de suas rendas[25] graças ao arrendamento de partes de suas terras, preferidas pelos granjeiros por serem mais baratas e mais adequadas para o uso de tração motorizada. A venda de parte de suas terras para os próprios granjeiros[26], que as tomavam em arrendamento, também representava uma alternativa que os estancieiros dispunham para fazer caixa visando enfrentar suas dificuldades financeiras.

Muitos estancieiros, observando a rápida acumulação que a triticultura proporcionava aos granjeiros, ainda que de forma tímida e utilizando apenas uma pequena parte de suas terras, também começam a se envolver com a produção de trigo. Como tinham menos tradição para lidar com os bancos, os estancieiros são mais reticentes do que os granjeiros para assumir compromissos financeiros via empréstimos bancários. Em função disso, sua acumulação em máquinas e equipamentos é bem mais lenta do que a dos granjeiros (SILVA NETO et. al., 1997, p. 10), sendo este tipo de investimento normalmente realizado com recursos provenientes da alienação de terras e da venda de animais.

As alterações também aconteceram no interior da agricultura colonial, só que de forma mais lenta e diferenciada. Ainda que as cooperativas tritícolas tenham sido criadas entre 1957 e 1958 e que grandes volumes de crédito a taxas de juros negativas tenham sido liberadas particularmente a partir de 1964 com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), as grandes mudanças na natureza das produções e na maneira de produzir de uma grande parte dos agricultores familiares do Planalto Gaúcho somente vão se fazer sentir de forma mais efetiva nos primeiros anos da década de 1970, quando a soja vai se constituir no principal produto comercial das granjas de soja e trigo.

Por ser uma cultura muito sensível às variações climáticas, o trigo quase nunca passou do limite das necessidades relacionadas à subsistência para as famílias da

[24] Vale lembrar que em decorrência da implantação e expansão da agricultura colonial com imigrantes europeus e seus descendentes e pela forma como agiu o Estado para implantá-la e consolidá-la, dois grupos sociais preexistentes, representados pelo índio e pelo caboclo, foram excluídos do acesso à terra e, por conseqüência, condenados à marginalização (FRANTZ, 1982, p. 25).

[25] Segundo Dudermel, a renda por hectare que os estancieiros conseguiam com o arrendamento de suas terras representava praticamente quatro vezes mais do que receberiam em condições normais com o produto da pecuária extensiva (1990, p. 111).

[26] Com o resultado de duas ou três safras muitos granjeiros conseguiram comprar as terras que exploravam como arrendatários, tornando-se rapidamente em grandes proprietários fundiários (DUDERMEL, 1990, p. 114).

agricultura colonial. A expansão do mercado para a soja, no entanto, abriu aos colonos a possibilidade de incluí-la como uma alternativa nos seus tradicionais sistemas de culturas consorciadas. Em vez de utilizar a soja em alternância com o trigo, como faziam os granjeiros, os colonos introduziram a soja, em substituição ao feijão preto, na consorciação com o milho. O milho permanecia como um produto importante, associado a uma produção animal (normalmente a suinocultura) e a soja passa a ser comercializada por meio das próprias cooperativas mistas até que estas são incorporadas às cooperativas tritícolas, ou então simplesmente liquidadas. Até o início dos anos setenta este sistema é desenvolvido pelos colonos via utilização da tração animal.

No final dos anos sessenta e ao longo da década de setenta os principais instrumentos utilizados para transformar a paisagem dos campos naturais implantando ali a moderna agricultura voltada à produção comercial de grãos em grande escala vão ser fortemente orientados para transformar a paisagem da região de matas. Seguindo o movimento dos granjeiros, muitos dos colonos que haviam acumulado suas rendas em terras também buscam recursos oficiais do crédito rural e iniciam um processo intenso de desmatamento e de preparação das terras para implantarem a cultura da soja intercalada com a cultura do trigo. Os primeiros financiamentos foram aplicados no destocamento e na melhoria da fertilidade do solo, o que implicava a incorporação de um pacote tecnológico representado por um conjunto de produtos químicos industriais, como calcário, fósforo e potássio. Até para levar a cabo estas operações, os financiamentos também incluíam a aquisição de máquinas e um amplo conjunto de equipamentos.

O aumento do volume de recursos para financiamentos subvencionados, aliado ao forte aumento dos preços da soja são apontados por Dudermel como fatores explicativos para o fato de que, a partir de 1973, um grande número de colonos tenha conseguido comprar os equipamentos da primeira fase de moto-mecanização e os insumos que lhes permitiram enfrentar os problemas de fertilidade química dos solos e, com isso, melhorar sensivelmente o nível de rendimentos físicos obtidos (1990, p. 143).

As transformações na agricultura colonial, no entanto, não ocorrem de maneira uniforme. A diferenciação que já estava presente entre as explorações familiares da colônia vai se aprofundar ainda mais em função do momento e da forma de acesso aos recursos subvencionados do sistema nacional de crédito rural. Aquelas explorações coloniais que na passagem dos anos 70 possuíam 50 hectares ou mais não só foram as que tiveram acesso mais cedo aos benefícios como também foram as que conseguiram a maior amplitude em termos de capital de exploração que incluía, além de um ou dois tratores e equipamentos de tração, colheitadeira automotriz e construção de instalações como armazém para depósito de cereais, guarda de insumos e da maquinaria (idem, p. 144).

Muitas das explorações que mantiveram uma superfície agricultável em torno de 25 hectares também tiveram acesso aos benefícios do crédito rural subsidiado, porém com uma defasagem de no mínimo dez anos em relação aos granjeiros e de cinco anos em relação aos colonos mais fortes. Além disso, como suas garantias eram menores, tiveram acesso a apenas uma parte dos recursos oportunizados pela moto-mecanização, restringindo-se à compra de um trator com equipamentos básicos de tração, ficando na dependência de terceiros para os serviços de colheita e armazenamento. O acesso deste segmento de agricultores familiares ao crédito rural foi amplamente beneficiado graças à intermediação exercida pelas cooperativas tritícolas às quais eles acabam se

associando para terem acesso facilitado a recursos financeiros, insumos agrícolas, armazenagem e mercado para a soja[27] (idem, p. 154).

Outro amplo segmento de explorações coloniais que, por terem passado por processos de subdivisão de seus lotes, possuem áreas com superfície agrícola inferior a 20 hectares (em média 12,5 ou meia colônia), permanecem praticamente alijadas dos incentivos oficiais, mantendo um sistema de produção baseado na tração animal. Estes colonos conseguem, quando muito, acesso a algum financiamento de custeio para a compra de fertilizantes e corretivos do solo e, com isso, garantir a recuperação da fertilidade química e melhorar o rendimento das culturas consorciadas de milho e soja (idem, p. 150-1).

Segundo suas estimativas, Dudermel conclui que em meados dos anos setenta aproximadamente 40% das explorações coloniais poderiam ser incluídas na categoria das pequenas explorações que permaneciam utilizando a tração animal (idem, p. 152). Em torno de outras 40% das explorações coloniais pertenceriam ao segundo segmento composto de pequenas explorações com uso de tração moto-mecanizada apenas parcial (idem, p. 155). Os 20% restantes das explorações coloniais representariam os colonos ricos com moto-mecanização completa (idem, p. 155 e 161).

Este processo de diferenciação se intensifica a partir do início dos anos 1980 com a drástica redução dos subsídios oficiais e a extinção do sistema nacional de crédito rural. Para fazer frente às dificuldades, a partir de meados dos anos oitenta muitos agricultores familiares da região colonial buscam novas alternativas para seus sistemas produtivos, com destaque para a pecuária leiteira.

2.3 Um Panorama das Condições Recentes da Região de Estudo

O objetivo neste item é fazer uma caracterização da situação socioeconômica da região de estudo a partir de um conjunto de informações secundárias do período mais recente, envolvendo especialmente os anos oitenta e noventa. A caracterização inicia-se com a partir da participação relativa dos principais setores de atividade econômica na microrregião de Três Passos e na região compreendida pelo Corede Noroeste Colonial, com informações referentes ao período 1980-1997, como se pode conferir na figura número 01.

Considerando-se o valor da produção de cada um dos três setores, observa-se na figura número 01 que as tendências gerais do período apontam para um aumento na participação relativa da atividade industrial acompanhada por uma diminuição tanto da participação relativa das atividades primárias, quanto das atividades terciárias. Na microrregião de Três Passos, em particular, observa-se um aumento bastante significativo na participação relativa do setor industrial, passando de pouco mais de dez por cento em meados dos anos oitenta para mais de trinta por cento do valor bruto da produção local a partir dos anos noventa. Este aumento da atividade industrial é acompanhado por um decréscimo também importante da participação relativa da atividade agropecuária que, entre 1985 e 1990, passa de 42 para 23% do valor bruto da produção local. A instalação do grupo Sadia neste período na microrregião, por meio da aquisição de um frigorífico e de uma planta de processamento de oleaginosas[28], é um

[27] Muitos dos pequenos agricultores acabaram se tornando sócios de cooperativas tritícolas a partir de processos de incorporação da maioria das cooperativas mistas às quais eram associados originalmente.

[28] No final dos anos noventa a planta de processamento de oleaginosas é vendida para o grupo norte-americano ADM e a Sadia passa a incrementar seus investimentos na área de abate e processamento de carne suína.

dos principais elementos que explicam o surto de desenvolvimento industrial mais intenso na microrregião do que no restante da região Noroeste Colonial.

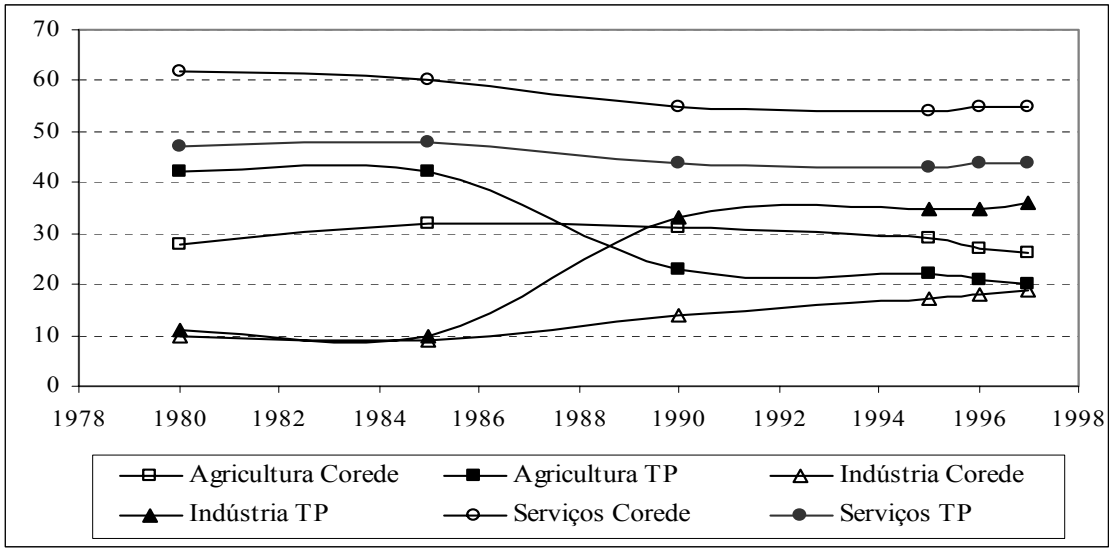

Figura 01. Participação relativa (em %) por tipo de atividade produtiva no valor total da produção no Noroeste Colonial (Corede) e na microrregião de Três Passos (TP) – 1980-1997.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.
OBS.: O NBD estrutura um conjunto de informações para os municípios e regiões do Estado do Rio Grande do Sul tendo por base dados originados por outras Instituições, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE) ligada à Secretaria de Planejamento do RS.

Nas figuras 02 e 03 pode-se observar a evolução da participação relativa dos diferentes setores de atividade econômica no período 1987 a 2001, considerando-se o total de estabelecimentos e o total de empregos, na região Noroeste Colonial e na Microrregião de Três Passos, respectivamente.

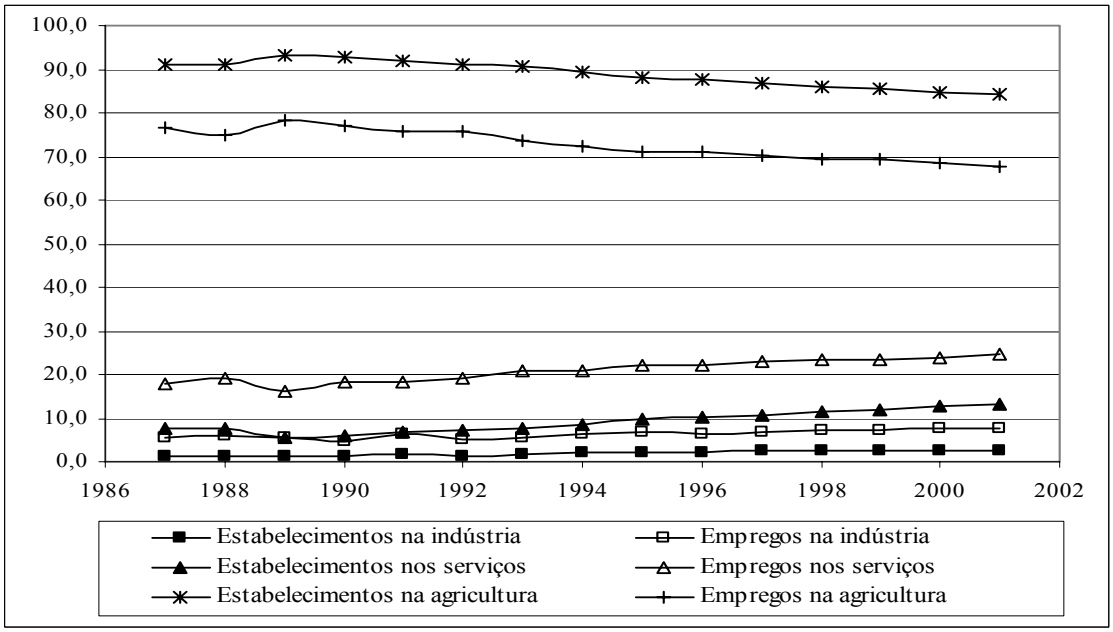

Figura 02. Participação relativa (em %) por setor de atividade econômica no total de estabelecimentos e de empregos na região do Corede Noroeste Colonial/RS – 1987-2001.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Ainda que expressando uma tendência de diminuição de sua participação relativa ao longo do período, em especial a partir de 1990, a agricultura da região Noroeste Colonial ainda mantém-se como uma atividade importante tanto em termos de número de estabelecimentos como em termos de pessoal ocupado. O setor de serviços e o setor industrial, ao contrário, apresentam uma tendência de aumento de suas participações relativas tanto em relação ao número de estabelecimentos quanto em relação ao pessoal ocupado nos respectivos setores de atividade.

Constata-se na figura número 02 que enquanto em 1990 a agricultura representava 92,6%, os serviços 6,1% e a indústria 1,4% do total dos estabelecimentos (100%) existentes na região Noroeste Colonial, em 2001 esta mesma relação indicava uma participação relativa da agricultura em 84,2%, dos serviços em 13,2% e da indústria 2,6%. O mesmo comportamento pode ser observado em relação à participação relativa no número de empregos nos três setores de atividade. Se em 1990 a agricultura concentrava 76,9%, os serviços 18,2% e a indústria 4,9% dos postos de trabalho, em 2001 a situação indicava que a participação relativa da agricultura havia diminuído para 67,8%, e aumentado nos serviços para 24,6% e na indústria para 7,6%. Tanto a tendência de diminuição (agricultura) quanto de aumento (serviços e indústria) na participação relativa de ambos os indicadores são constantes ao longo de todo o período.

As informações da figura número 03 mostram que a participação relativa no total de estabelecimentos na microrregião de Três Passos apresenta um comportamento muito semelhante ao observado na região Noroeste Colonial, indicando uma tendência de diminuição relativa da agricultura e uma tendência de aumento relativo dos serviços e da indústria, tendências estas que se mostram bastante regulares ao longo do período.

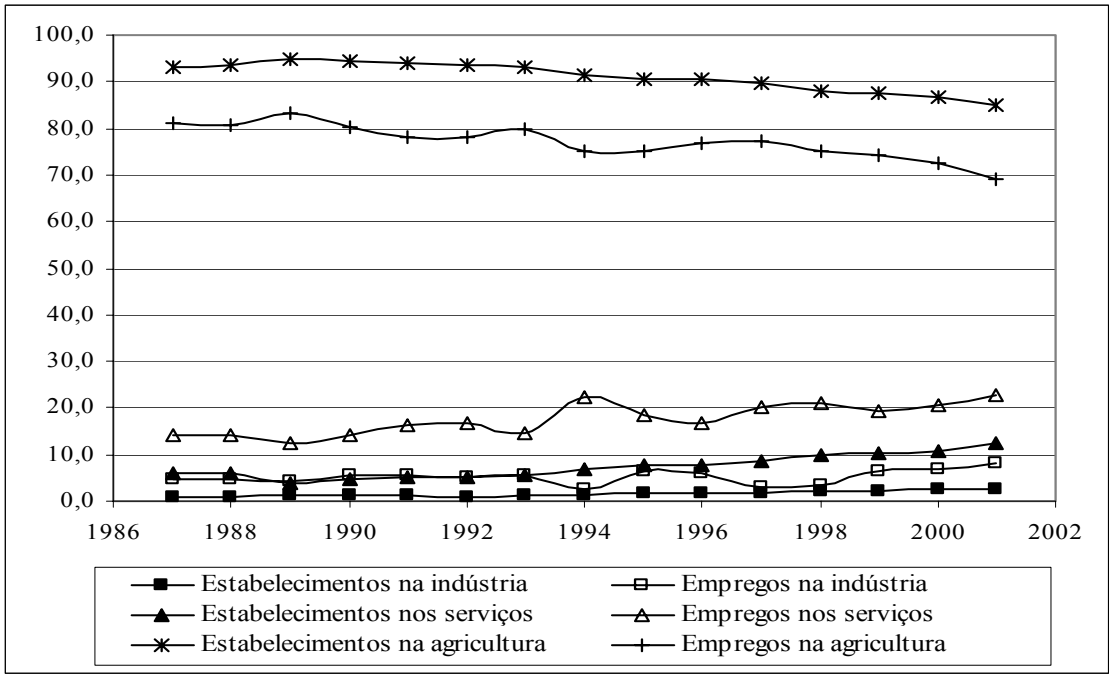

Figura 03. Participação relativa (em %) por setor de atividade econômica no total de estabelecimentos e de empregos na microrregião de Três Passos/RS – 1987-2001.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

As especificidades observadas na figura número 03 se referem à participação relativa no total de empregos dos três setores, cuja evolução se apresenta de forma mais irregular, expressando a sensibilidade das crises, na atividade industrial, que têm que ser

absorvidas na própria microrregião. Assim, as quedas relativas observadas no pessoal ocupado na indústria, nas conjunturas de 1994 e 1997-8, vão significar aumento na participação relativa de ocupação nos demais setores de atividade (serviços e agricultura).

A perda de espaço relativo das atividades agropecuárias na região Noroeste Colonial, em especial na microrregião de Três Passos, pode ser avaliada a partir da evolução das principais culturas e criações, processo que pode ser observado com o auxílio das figuras 04, 05, 06 e 07. A produção de grãos ocupa a maior parte das terras agricultáveis, com destaque para a cultura da soja que nos últimos oito anos ocupam em média pouco mais de 50% das terras agrícolas na microrregião de Três Passos e 60% na região Noroeste Colonial. Já o milho ocupa uma área bem mais destacada na microrregião de Três Passos, alcançando cerca de 35% da área total em média nos últimos oito anos, do que na região Noroeste Colonial onde esta média é de apenas 10%.

A área cultivada com as principais produções vegetais na região Noroeste Colonial no período que vai de 1983 a 2000 pode ser conferida na figura número 04.

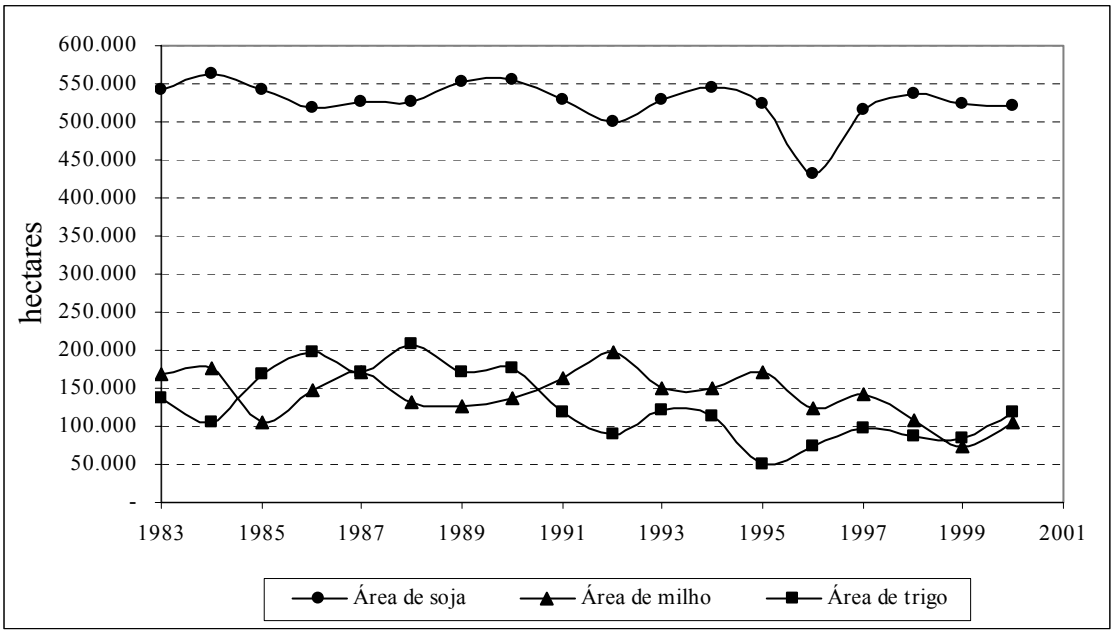

Figura 04. Evolução da área cultivada (em ha) com soja, milho e trigo na região Noroeste Colonial/RS. Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Os dados referentes às produções vegetais na região Noroeste Colonial confirmam a preferência dos produtores rurais pela cultura da soja que, como foi visto na caracterização histórica da região Noroeste do Rio Grande do Sul, observa-se a partir dos anos setenta. A cultura do milho concorre diretamente com a soja pelo uso da terra na safra de verão e, por isso, ambas oscilam em sentido inverso: um aumento da área de soja normalmente ocorre em detrimento da área de milho. Olhando para a figura número 04 percebe-se muito claramente o amplo domínio da cultura da soja. Ao longo do período, a área cultivada com milho na região Noroeste Colonial representa em torno de 20 a 30% da área cultivada com soja. Já o trigo é a principal cultura de inverno e, mesmo não concorrendo em área nem com o milho nem com a soja, tem uma área média ocupada que representa apenas um quarto da área média ocupada com a soja, confirmando a sua baixa preferência pelos agricultores em função, principalmente, da alta sensibilidade da triticultura às condições climáticas.

A microrregião de Três Passos, por sua vez, apresenta particularidades importantes em relação ao uso da área agrícola, em especial na safra de verão, como pode ser observado na figura número 05.

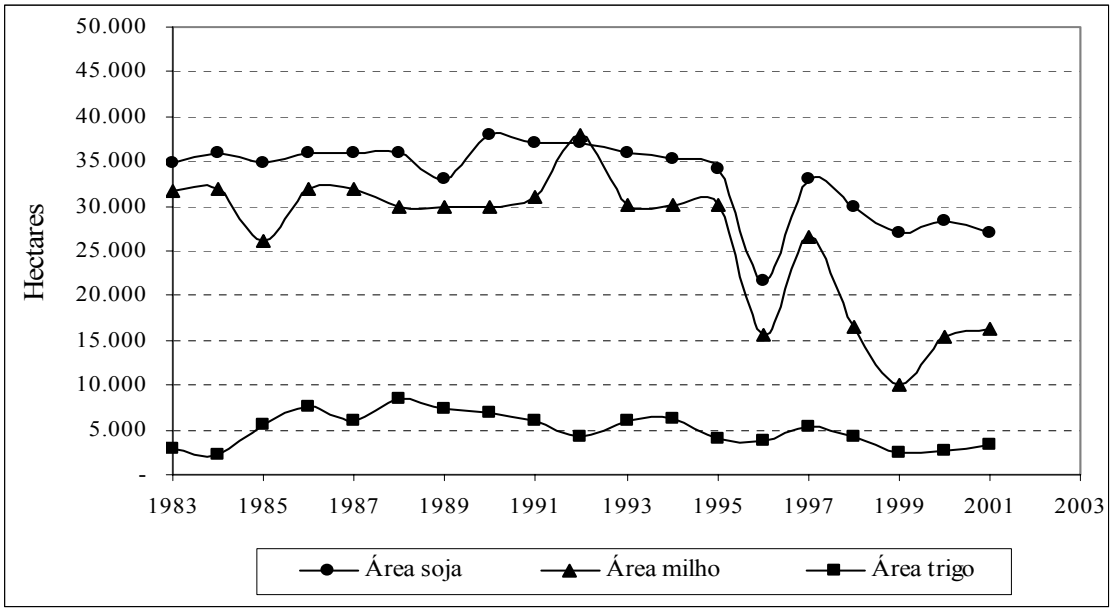

Figura 05. Evolução da área cultivada (em ha) com soja, milho e trigo na microrregião de Três Passos/RS.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Observando a figura número 05 percebe-se de imediato que no período em referência a cultura do milho ocupa uma área muito próxima àquela cultivada com a soja, com uma inversão desta tendência manifestando-se apenas no final dos anos noventa. No período entre 1983 e 1997 a área média ocupada com a cultura do milho é muito próxima a 85% da área cultivada com a soja, chegando em um ano da série a ultrapassá-la. Já no período que vai de 1998 a 2001 a área média cultivada com milho baixa para praticamente a metade da área média ocupada com a cultura da soja (52%). Apesar desta tendência de diminuição na área cultivada com o milho que se verifica no período mais recente, ainda assim os dados indicam uma presença e importância maior desta cultura na microrregião de Três Passos comparativamente à região Noroeste Colonial. Mesmo no ano em que o milho teve sua menor área cultivada na microrregião, ainda assim ela foi equivalente à área ocupada nos períodos de seu maior cultivo na região Noroeste Colonial (37% da área da soja).

Desconsiderando-se os anos atípicos da série, também pode ser observada na figura 05 uma estabilidade da área cultivada com soja muito próxima de 35 mil hectares até o ano de 1995, momento em que se percebe uma tendência de redução no cultivo desta oleaginosa. O milho, por sua vez, tem sua área cultivada estabilizada ao redor de 30 mil hectares também até o ano de 1995, registrando uma tendência ainda mais forte de redução de área a partir de então do que a observada em relação à cultura da soja. A área média cultivada de trigo é pouco expressiva na microrregião, representando em torno de 15% da área destinada ao cultivo da soja no período 1983-2001.

A observação conjunta das figuras 04 e 05 põe em evidência uma tendência à redução na área plantada para as três principais produções vegetais - soja, milho e trigo - a qual pode ser percebida em ambas as regiões, porém de forma mais acentuada para o caso da microrregião de Três Passos e de forma muito especial, no final dos anos noventa, para o caso da área destinada ao cultivo do milho. O novo sistema de criação

proposto aos parceiros suinocultores pela unidade da Sadia de Três Passos, desvinculando o sistema de alimentação do rebanho suíno da produção de milho pelos próprios criadores[29], pode explicar a redução mais drástica na área destinada à produção de milho nesta microrregião.

Já no que diz respeito aos volumes produzidos, percebe-se em ambas as regiões uma variação muito grande tanto nas produções de soja quanto de milho e de trigo, sendo a variabilidade dos rendimentos destas três culturas bem maior do que a variabilidade observada nas suas respectivas áreas de cultivo. Pode se ter uma idéia da variação dos rendimentos físicos por unidade de área cultivada para cada uma destas culturas em ambas as regiões a partir da observação da figura número 06.

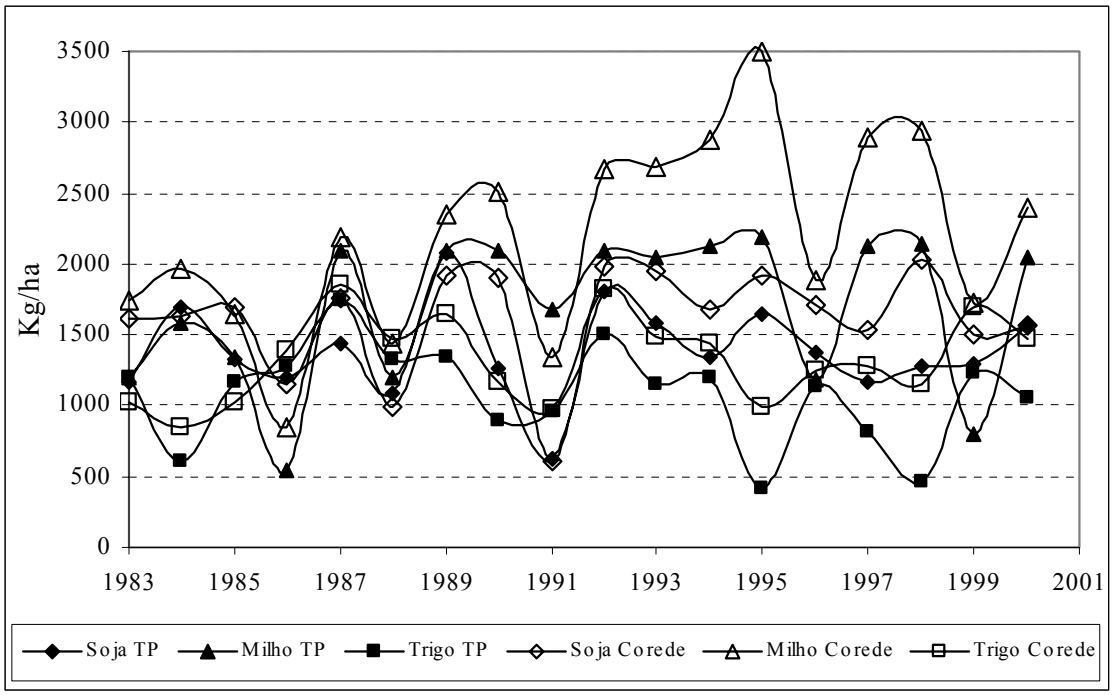

Figura 06. Evolução do rendimento médio (kg/ha) da soja, milho e trigo na microrregião de Três Passos (TP) e na região Noroeste Colonial (Corede), Rio Grande do Sul.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Duas coisas ficam evidentes da observação da figura número 06: a primeira é que a variação de rendimentos é bastante semelhante para cada uma das três culturas em ambas as regiões e a segunda é que os rendimentos médios das três culturas consideradas em praticamente todos os anos do período são maiores na região Noroeste Colonial como um todo do que na microrregião de Três Passos (17% para a soja, 29% para o milho e 23% para o trigo). Em relação à cultura da soja, por exemplo, apenas em três dos dezoito anos da série os rendimentos médios foram inferiores a 1.500 quilos por hectare na região Noroeste Colonial, enquanto que na microrregião de Três Passos apenas em seis anos os rendimentos médios foram maiores do que 1.500 quilos por

[29] No novo sistema de criação na forma de parceria a empresa integradora, no caso a Sadia, fornece os leitões, a alimentação e medicação, cabendo ao criador entrar com as instalações (chiqueiro e silo para depósito da ração), o trabalho, água e energia elétrica. Neste caso, todo o sistema de alimentação é externo à unidade de produção. Nos sistemas mais antigos, uma forma de o agricultor reduzir seus custos na produção de suínos era trabalhar com lotes de animais (número de matrizes) que se adequassem à sua disponibilidade de área agricultável para a produção própria de milho, um dos principais componentes de custo naquele sistema. No novo sistema, o agricultor praticamente não necessita de terra para ser um parceiro suinocultor da Sadia.

hectare. No caso da cultura do milho observa-se que em nenhum ano da série os rendimentos médios foram superiores a 2.200 quilos por hectare na microrregião, enquanto no Noroeste Colonial esta marca foi superada em dez dos dezoito anos considerados.

Tomando como referência apenas os anos noventa, não se percebem tendências gerais de incremento da produtividade física por unidade de área. A única exceção poderia ser a cultura do milho na região Noroeste Colonial, mas mesmo neste caso, a melhoria dos rendimentos alcançada na primeira metade da década é comprometida com uma tendência de queda nos anos seguintes.

O comportamento das produções animais - suínos e bovinocultura de leite - no Noroeste Colonial e na microrregião pode ser observado na figura número 07, a qual sugere que pelo menos parte da redução na área agricultável destinada à produção de grãos em ambas as regiões está sendo destinada ao incremento da bovinocultura de leite.

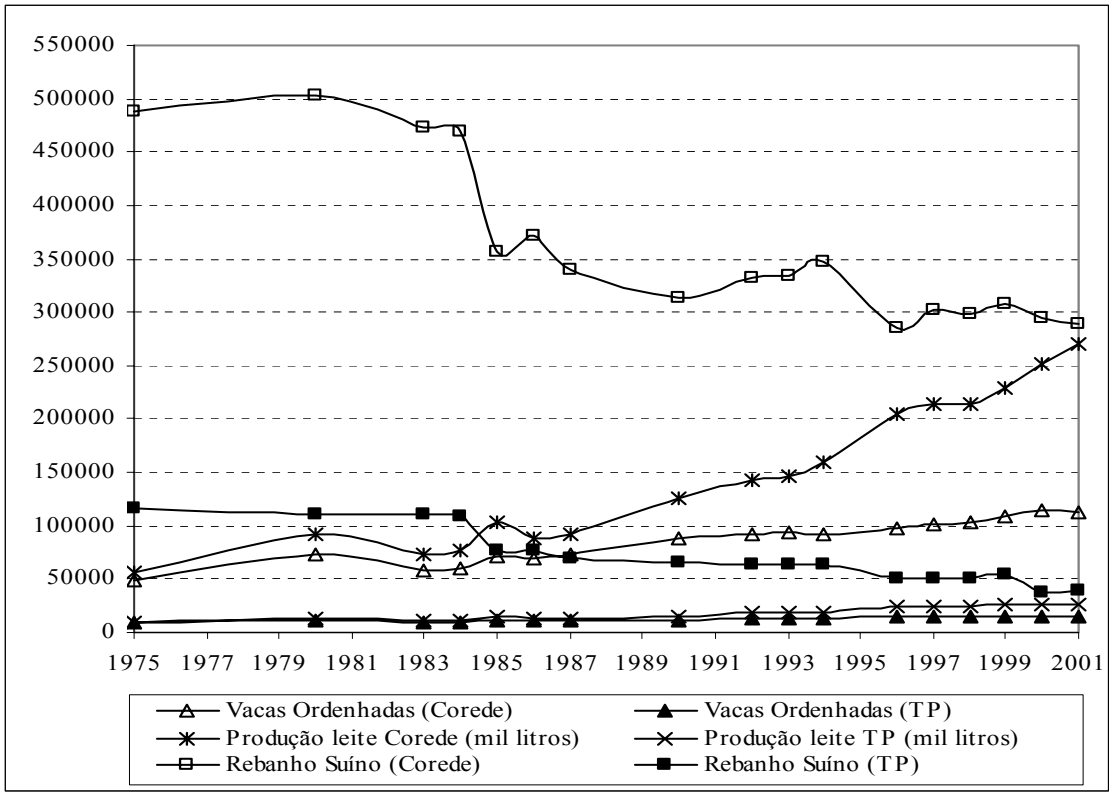

Figura 07. Evolução das principais produções animais (em número de cabeças e de litros de leite) na região Noroeste Colonial (Corede) e microrregião de Três Passos (TP), Rio Grande do Sul.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Após uma forte queda no rebanho suíno, verificada entre 1984 e 1985, observa-se na figura número 07 uma clara tendência de diminuição da importância relativa da suinocultura, tanto na microrregião quanto no conjunto da região Noroeste Colonial. Nem mesmo os ganhos de produtividade decorrentes das transformações introduzidas no sistema de criação pelos programas de integração que foram estimulados por cooperativas e, em particular, por empresas privadas, foram suficientes para reverter esta tendência, sinalizando que os volumes produzidos por uma quantidade menor de estabelecimentos especializados não foram suficientes para anular o efeito do decréscimo da produção provocada pela redução e pelo abandono da atividade por parte de um grande número de produtores.

Muitos agricultores afirmam que a partir da instalação da Sadia na região ficou mais difícil para eles manterem a produção de suínos em seus sistemas de produção, tanto em função de exigências técnicas quanto de exigências de escala. A atual política da empresa prevê a especialização dos produtores, alguns como produtores de leitões e a grande maioria como parceiros terminadores. Nestes casos, a principal barreira à entrada de produtores é mais de natureza financeira, representada pela implantação das instalações, do que tecnológica, já que o fornecimento tanto de leitões quanto da alimentação e medicamentos é de responsabilidade da empresa integradora.

A redução na área cultivada de soja, milho e trigo e no rebanho suíno em ambas as regiões é parcialmente compensada com um acréscimo na atividade leiteira. Percebe-se na figura número 07 que há um aumento constante do número de vacas ordenhadas, acompanhado de um incremento ainda mais significativo no volume de produção de leite. Estas mudanças nos sistemas de produção, com um maior destaque para a produção leiteira, são mais visíveis na região Noroeste Colonial como um todo, na qual desde o início dos anos oitenta o processo de intensificação do sistema de criação é mais significativo do que na microrregião de Três Passos, processo este que se diferencia ainda mais a partir dos anos noventa. Enquanto o volume de leite produzido no âmbito do Corede Noroeste Colonial praticamente se multiplica por três entre 1980 e 2001, este incremento na microrregião de Três Passos é de aproximadamente duas vezes. O aumento da produção de leite neste período em ambas as regiões é explicado tanto pela expansão de animais em produção (154% no Corede e 142% na microrregião) quanto do rendimento por animal (192% no Corede e 142% na microrregião). Destaque-se que na região Noroeste Colonial as iniciativas para melhorar a produtividade por animal, via qualidade do plantel e do sistema de alimentação, foram mais representativos do que o aumento do tamanho do rebanho.

Os dados de produção e animais ordenhados indicam que o nível de rendimento por animal é muito semelhante para as duas regiões até o início dos anos noventa, comportamento este que vai se alterar de forma significativa e favoravelmente ao conjunto da região Noroeste Colonial que, no período posterior a 1994, passa a apresentar um rendimento médio 25 a 30% superior em relação àquele observado na microrregião de Três Passos[30].

Vale lembrar que a grande expansão da atividade leiteira na região, especialmente a partir de meados dos anos noventa, tem uma associação muito próxima com o desconforto sentido por muitos agricultores em relação aos níveis de renda obtidos com a cultura da soja. Este desconforto vai representar em muitos casos a utilização de parte da área antes cultivada com soja para a produção de alimentos para o gado leiteiro. Uma eventual retomada da soja, seja por uma melhoria de seu preço relativo ou então pelo efeito da liberalização do cultivo de sementes geneticamente modificadas, pode causar um impacto mais significativo para uma eventual redução na atividade leiteira na região Noroeste Colonial do que na microrregião de Três Passos, já que nesta as condições agroecológicas e a estrutura fundiária tornam mais difíceis a especialização e intensificação na produção de grãos[31].

[30] Segundo os dados levantados, o rendimento médio diário por vaca em lactação no início dos anos 2000 na região Noroeste Colonial era de aproximadamente oito litros contra seis na microrregião de Três Passos.

[31] Ainda não se dispõe de dados oficiais, mas é possível observar, a partir de contato com produtores, sindicatos, cooperativas, secretarias de agricultura, que especialmente entre os médios e grandes produtores tem havido uma diminuição da atividade leiteira e uma retomada na área cultivada com soja, fato que é explicado pela melhora dos preços da oleaginosa e, segundo dizem os agricultores, pela diminuição de custos proporcionada pelo cultivo de variedades transgênicas. Os baixos preços pagos ao produtor pelo litro de leite também explicam este movimento.

Isto confirma que atividades mais intensivas em agregação de valor por unidade de área são muito mais necessárias, para não dizer indispensáveis, em localidades que apresentam as características da microrregião, apesar da maior penosidade do trabalho que este tipo de atividade impõe. Nestes casos, as trajetórias de reprodução não necessariamente representam o exercício da liberdade de escolha[32] por parte das famílias rurais que muitas vezes se sentem, como dizem alguns moradores, "escravos das vacas, dos porcos ou do fumo".

Outra informação importante para se ter uma idéia das condições recentes da região é a que se refere à evolução da estrutura fundiária. As figuras 08 e 09, 10 e 11 mostram a participação relativa de estabelecimentos e da área entre diferentes estratos de área[33] na microrregião de Três Passos e na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul.

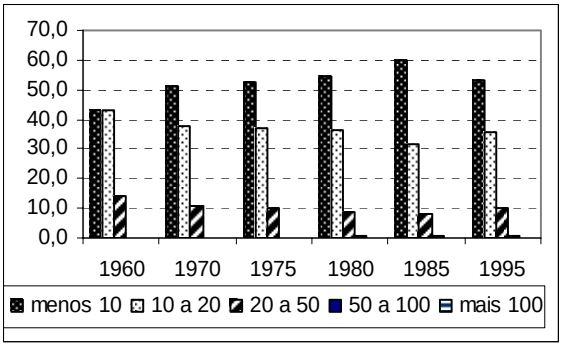

Figura 08. Participação relativa (em %) do número de estabelecimentos por estrato de área (ha) na microrregião de Três Passos – 1960-1995.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

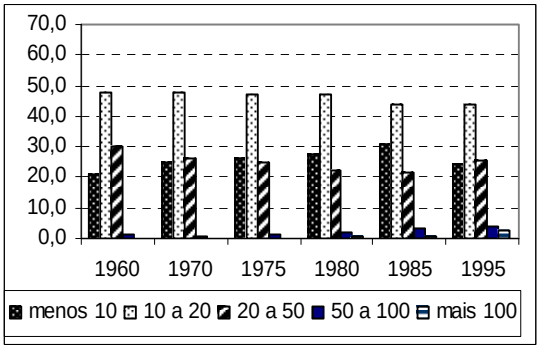

Figura 09. Participação relativa (em %) na área agricultável por estrato de área (ha) na microrregião de Três Passos – 1960-1995.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

A figura número 08 mostra uma forte concentração de estabelecimentos com menos de 20 hectares na microrregião de Três Passos. Ao longo do período (1960-1995) este tipo de unidade de produção (menos de 20 ha) representa entre 85 a 90% do total. Percebe-se que os estabelecimentos com menos de 10 hectares e aqueles de 10 a 20 hectares tinham em 1960 praticamente a mesma participação relativa (pouco mais de 40% do total em cada estrato). De 1960 até 1985 a participação relativa dos estabelecimentos com até 10 hectares aumenta (chegando a aproximadamente 60% do total), enquanto diminui a participação relativa dos estabelecimentos entre 10 e 20 hectares (30% do total). Em 1995 acontece uma pequena inversão nestas tendências. O predomínio de pequenos estabelecimentos na microrregião se confirma pelo fato de que,

[32] Muitos agricultores não incluem determinadas atividades em seus sistemas de produção simplesmente por que gostam ou como resultado de uma escolha deliberada dentre um conjunto de possibilidades, no sentido utilizado por Sen (2000), mas simplesmente porque dependem daquelas atividades pela sua maior capacidade de geração de excedente, ainda que impliquem em maior grau de sacrifício. É comum ouvir-se depoimentos de agricultores em que afirmam não gostar de lidar com leite, por exemplo, e que só o fazem por não disporem de alternativas mais favoráveis. Liberdade de escolha só para o agricultor que não tem limite de terra e que, por isso, pode escolher produzir apenas grãos com a utilização de máquinas, ainda que a produtividade do trabalho por unidade de área seja menor do que outras atividades.

[33] A estratificação usada é a mesma dos Censos Agropecuários do IBGE, com exceção do estrato menos de 10 hectares, que aquele Instituto subdivide em dois estratos (0 a 5 e 5 a 10) e do estrato mais de 100 hectares que o IBGE subdivide nos seguintes estratos: entre 100 a 200; 200 a 500; 500 a 1000; 1000 a 5000 e mais de 5000.

em todos os anos da série, menos de um por cento dos estabelecimentos possuem área maior do que 50 hectares.

No comparativo entre número de estabelecimentos (figura 08) e área ocupada (figura 09) percebe-se que, de 1960 a 1995, os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupam entre 20 e 30% da área, enquanto os estabelecimentos entre 10 e 20 hectares ocupam entre 40 e 50% da área. Já os estabelecimentos possuindo entre 20 e 50 hectares (em torno de 10% do total) concentram aproximadamente 25% da área total. Apesar de inexpressivos em termos de número (menos de 1%), chama atenção a tendência de aumento de concentração de área por parte dos estabelecimentos com mais de 50 hectares na microrregião de Três Passos, passando de menos de 2% até 1975 para mais de 6% da área total em 1995.

A estrutura fundiária do conjunto da região Noroeste Colonial, como se pode constatar pela observação das figuras 10 e 11, é significativamente distinta daquela da microrregião de Três Passos, particularmente no que diz respeito à concentração fundiária.

Enquanto na microrregião os estratos com menos de 20 hectares representam entre 85 e 90% dos estabelecimentos e concentram entre 65 e 75% da área total, no Noroeste Colonial como um todo os estabelecimentos com menos de 20 hectares representam entre 70 e 75% do total e concentram apenas entre 24 e 33% da área total, com uma clara tendência de redução da participação relativa na medida em que os anos passam (33% em 1960 e 24% em 1995).

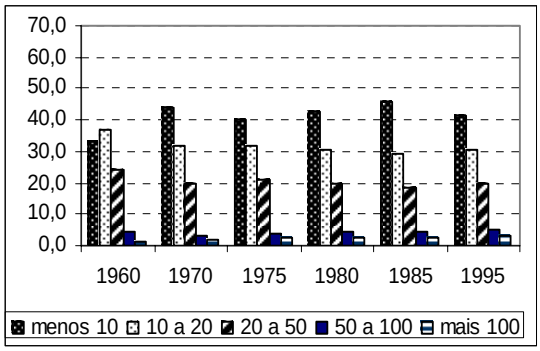

Figura 10. Participação relativa (em %) do número de estabelecimentos por estrato de área (ha) na região Noroeste Colonial – 1960-1995.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

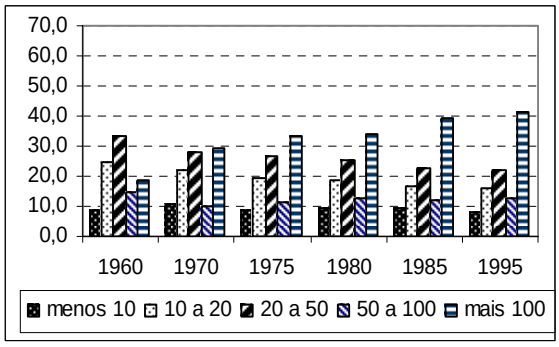

Figura 11. Participação relativa (em %) da área agricultável por estrato de área (ha) na região Noroeste Colonial – 1960-1995.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Esta tendência à diminuição é mais significativa no estrato de 10 a 20 hectares cuja participação relativa, que é próxima de 25% do total da área em 1960, cai progressivamente no período até chegar próximo de 16% em 1995, enquanto a participação relativa no total dos estabelecimentos se mantém estável em torno de 30%. Esta mesma tendência se repete no Noroeste Colonial para os estabelecimentos com estrato de área entre 20 a 50 hectares que no período 1960-95 representam em torno de 20% do total de estabelecimentos e uma queda constante no total da área ocupada (aproximadamente 33% em 1960 para 22% em 1995).

Outra evidência que pode ser observada nas figuras 10 e 11 é a participação relativa das explorações com mais de 50 hectares e, de forma muito especial, aquelas com mais de 100 hectares na área agricultável total. Enquanto na microrregião de Três Passos as explorações com mais de 50 hectares representam entre 0,3 a 0,9% do total dos estabelecimentos e uma participação relativa na área total de pouco mais de um por

cento nos anos 60, chegando a pouco mais de 6% em 1995, na região Noroeste Colonial os estabelecimentos com mais de 50 hectares passam de 5 (1960) para 8% (1995) do total e a participação relativa na área agricultável total cresce em cada ano da série, passando de cerca de 33% para aproximadamente 54% de 1960 a 1995. Destaque-se ainda que este processo de concentração fundiária é muito mais significativo nas explorações com estrato de área superior a 100 hectares, fato que por si demanda um conjunto adicional de informações. As tabelas 02 e 03 apresentam, respectivamente, a participação relativa do número e da área dos estabelecimentos na região do Noroeste Colonial, com desmembramento no estrato de menos de 10 e mais de 100 hectares..

Tabela 02. Participação de estabelecimentos (em %) por estrato de área (hectare) em relação ao total de estabelecimentos da região do Corede Noroeste Colonial - 1960-1995.

ANO	0 a 5 ha	5 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	TOTAL
1960	12,27	20,93	36,73	24,45	4,34	0,76	0,36	0,12	0,04	100,00
1970	22,21	21,83	31,89	19,42	2,96	0,89	0,58	0,12	0,11	100,00
1975	18,08	22,22	31,89	21,26	4,02	1,47	0,69	0,26	0,11	100,00
1980	19,93	22,87	30,54	19,82	4,24	1,51	0,78	0,22	0,10	100,00
1985	22,27	23,27	29,08	18,44	4,28	1,41	0,82	0,27	0,16	100,00
1995	18,07	23,45	30,61	19,81	4,89	1,62	1,00	0,38	0,17	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Se em 1960 as explorações com mais de 100 hectares no Noroeste Colonial representavam em torno de 1,3% do total dos estabelecimentos e pouco menos de 20% da área total, em 1995 elas passam a representar pouco mais de 3% dos estabelecimentos e 41,5% da área total. Como se pode ver nas informações das tabelas 02 e 03, este aumento na participação relativa no total de estabelecimentos e da área agrícola acontece ao longo do período e em praticamente todos os estratos de área com mais de 100 hectares.

Esta tendência de concentração fundiária pelos estabelecimentos dos estratos com mais de 100 hectares se reflete numa outra tendência que expressa a diminuição da participação relativa na área total dos estabelecimentos com menos de 50 hectares (de 67% da área total em 1960 para 46% em 1995), ainda que a participação relativa deste tipo de explorações no total de estabelecimentos tenha diminuído muito pouco (94,4% em 1960 para 91,9% em 1995). Por outro lado, observa-se um aumento do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, fruto do desmembramento de muitas explorações que inicialmente se situavam no estrato de 10 a 50 hectares.

Tabela 03. Participação da área dos estabelecimentos (em %) por estrato de área em relação à área total da região do Corede Noroeste Colonial - 1960-1995.

Ano	0 a 5 ha	5 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	TOTAL
1960	1,80	7,07	24,49	33,44	14,49	4,79	5,23	3,67	5,02	100,00
1970	2,94	7,81	22,26	27,96	9,94	6,08	8,79	4,53	9,69	100,00
1975	2,10	6,77	19,07	26,83	11,65	8,55	9,17	7,74	8,11	100,00
1980	2,27	7,09	18,50	25,60	12,48	8,91	10,36	6,68	8,10	100,00
1985	2,30	6,81	16,67	22,78	12,02	7,90	10,44	7,87	13,21	100,00
1995	1,80	6,15	16,08	22,11	12,41	8,29	11,52	9,77	11,89	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

As duas regiões aqui referenciadas - Noroeste Colonial e microrregião de Três Passos - participaram de forma diferenciada das transformações que aconteceram na agricultura regional a partir dos anos cinqüenta, capitaneadas pela ampliação da escala

de cultivo mecanizado de grãos comerciais (trigo e posteriormente a associação trigo-soja) e pelo uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos de origem industrial. Como foi visto na parte inicial deste capítulo, as condições agroecológicas e a forma de ocupação das terras agricultáveis foram bastante distintas na microrregião de Três Passos e na região Noroeste Colonial e elas possuem um forte peso explicativo para as tendências da estrutura fundiária de ambas as regiões.

A primeira diferença pode ser observada no processo de ocupação das duas áreas em questão. Nos primeiros projetos implementados nas colônias novas, começando pela colônia de Ijuí no final dos anos 1800, o processo de ocupação aconteceu em lotes regulares, com tamanho de 25 hectares. Já a ocupação na microrregião de Três Passos aconteceu de forma bastante irregular, sob a hegemonia de empresas privadas, com o predomínio de lotes com tamanho médio próximo a 10 hectares. Também em relação às condições agroecológicas a microrregião de Três Passos apresenta maiores restrições ao processo de concentração fundiária do que no restante do Noroeste Colonial já que ali há uma incidência maior de áreas com relevo acidentado e solos com forte presença de pedras, impedindo ou no mínimo dificultando a difusão das culturas mecanizadas. No restante da região Noroeste Colonial, ao contrário, existia uma grande proporção de terras de campo nativo e de terras de transição campo-floresta com solos profundos e de relevo ondulado a levemente ondulado.

Mesmo havendo um processo de desconcentração fundiária comparativamente às grandes extensões das estâncias originais, nestas regiões de campo se implantaram explorações que desde a origem (anos 50) tinham um tamanho médio bem superior aos estabelecimentos coloniais. A intensidade do processo de mecanização (tabela 04) pode dar uma idéia dos condicionantes agroecológicos das duas regiões e, por conseqüência, auxiliar na explicação das diferentes tendências em relação à estrutura fundiária. A tabela 04 relaciona o total de tratores e colheitadeiras com o total de estabelecimentos para ambas as regiões.

Tabela 04. Proporção de estabelecimentos (em %) com acesso a trator e colheitadeira no total de estabelecimentos na microrregião de Três Passos e na região Noroeste Colonial – 1970-95.

	Microrregião de Três Passos		Região Noroeste Colonial	
	% de estabelecimentos com		% de estabelecimentos com	
ANO	Tratores	Colheitadeiras	Tratores	Colheitadeiras
1970	0,4	0,9	8,6	5,4
1975	2,2	0,7	21,4	6,5
1980	4,0	0,9	29,6	10,9
1985	5,2	2,5	33,7	11,1
1995	9,0	3,6	40,1	13,6

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Observa-se que ao longo do período há uma expansão do processo de mecanização, bem mais saliente na região Noroeste Colonial do que na microrregião de Três Passos. Enquanto em 1995 em torno de 9% dos estabelecimentos possuiam trator na microrregião de Três Passos, na região Noroeste Colonial esta relação era de 40%. A proporção de estabelecimentos com automotriz naquele mesmo ano era de 3,6% na microrregião e de 13,6% no Noroeste Colonial. Sem a possibilidade da mecanização completa das operações, o tamanho da superfície agrícola explorável passa a depender diretamente da disponibilidade de trabalho. As dificuldades impostas à mecanização pelo tipo de relevo e o tipo de solos pode explicar porque não se dá um processo de

concentração fundiária na microrregião de Três Passos como o que se verifica no Noroeste Colonial, em particular com estabelecimentos com mais de 100 hectares[34].

Em síntese, a região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul faz parte da metade norte do estado gaúcho e, por conseqüência, integra a área cuja paisagem original é dominada predominantemente por florestas, com pequenas áreas de campo nativo e algumas áreas de transição campo-floresta. Trata-se de uma região ocupada em seus primórdios por populações nativas (índios e caboclos) e que no final do século XIX torna-se palco de transformações provocadas por programas de ocupação das terras por processos de colonização pela atração de imigrantes de origem européia ou de seus descendentes instalados anteriormente em outras regiões do estado.

Na própria região este processo de ocupação acontece em momentos distintos, começando por volta de 1890 na microrregião de Ijuí e estendendo-se progressivamente para as microrregiões situadas mais próximas do Rio Uruguai. A microrregião de Três Passos, base do estudo empírico, é uma das últimas a serem ocupadas. Diferente do que acontecera em Ijuí, onde o processo de colonização estabeleceu lotes regulares com explorações de 25 hectares, na microrregião de Três Passos os lotes eram já na origem irregulares, com o tamanho das explorações variando entre 10 e 20 hectares.

Processos de ocupação e características agroecológicas bastante distintas resultaram num processo de concentração fundiária bem maior na região Noroeste Colonial como um todo do que na microrregião de Três Passos. A forte predominância de estabelecimentos familiares com menos de 20 hectares, com relevos bastante acidentados e solos pedregosos são elementos importantes para explicar as trajetórias das famílias rurais nesta microrregião. Como as diferentes famílias nesta microrregião gaúcha montam suas estratégias para garantir sua reprodução é o objetivo básico do próximo capítulo.

[34] Os poucos estabelecimentos com mais de 100 hectares na microrregião de Três Passos estão se formando num período mais recente e curiosamente eles estão localizados nas áreas mais dobradas. Conforme foi constatado nas visitas e nas entrevistas feitas naquela região, estas áreas estão sendo adquiridas principalmente por comerciantes urbanos por preços muito baixos com a finalidade de criar gado e não implantar lavouras.

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

O foco deste capítulo está voltado para a análise de uma realidade local sob o olhar particular de duas abordagens que oferecem caminhos e instrumentos para observar dinâmicas de desenvolvimento local. Uma delas é a teoria dos sistemas agrários que privilegia o estudo do local a partir das trajetórias de reprodução das unidades de produção e das atividades agropecuárias. A outra é a abordagem proposta por Bebbington (1999) que privilegia o estudo das trajetórias de reprodução das famílias rurais tendo por referência a noção de acesso a um conjunto de ativos de capital e de atores que operam nas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Com o objetivo de delimitar o alcance das duas abordagens para diagnosticar situações de desenvolvimento rural local e, com base no diagnóstico, definir linhas de ação estratégicas sobre as realidades observadas busca-se, num primeiro momento, fazer a leitura de como se deu este processo na região Noroeste Colonial e na microrregião de Três Passos tendo como referência trabalhos já desenvolvidos com a utilização da abordagem de sistemas agrários. Num segundo momento procura-se aprofundar a observação sobre o desenvolvimento rural na microrregião de Três Passos com a utilização da abordagem de Bebbington a partir do trabalho de campo realizado nesta microrregião, envolvendo os municípios de Três Passos, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul.

3.1 Olhando o Local com Base na Visão da Teoria dos Sistemas Agrários

A teoria dos sistemas agrários explica o processo de desenvolvimento rural de uma localidade ou região a partir da dinâmica da agricultura influenciada, por sua vez, pelos condicionantes agroecológicos (tipo de relevo, solo, clima, vegetação, infra-estrutura), pelo processo de formação histórica (a forma de apropriação e de modificação do ecossistema) e pelo processo de diferenciação social (diferentes tipos de agricultores) dominantes na agricultura daquela região sob observação. A contribuição da agricultura para o desenvolvimento local é avaliada em função da sua capacidade de geração de valor agregado, enquanto que a capacidade de reprodução dos diferentes tipos de agricultores é avaliada a partir da renda agrícola proporcionada pelas atividades agropecuárias que compõem os seus sistemas de produção.

A análise da dinâmica da agricultura da região Noroeste Colonial e da microrregião de Três Passos, sob a ótica da teoria dos sistemas agrários, tem por base dois trabalhos de pesquisa[35] realizados nos anos noventa, os quais demarcam a base

[35] O autor teve envolvimento nos dois trabalhos em questão, como membro da equipe de pesquisa e responsável pela organização do relatório final publicado em 1998 no trabalho coordenado por Silva Neto e acompanhando de perto o trabalho de Dudermel, resultado da sua tese de doutorado, cuja pesquisa foi realizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul a partir da região de Ijuí, no quadro de um projeto de cooperação firmado entre a Universidade de Ijuí e o Ministério da Agricultura da França. A curiosidade despertada pela abordagem utilizada em seu estudo resultou no interesse em organizar a tradução de uma síntese de sua tese e que resultou na publicação de Dudermel et al. (1993).

conceitual e os procedimentos metodológicos desta abordagem: o trabalho de Dudermel (1990) que trata da agricultura da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, nela incluída a região Noroeste Colonial e o trabalho de Silva Neto et al. (1998) sobre a agricultura da microrregião de Três Passos.

Como foi explicitado na apresentação da teoria dos sistemas agrários (Capítulo I), a análise da dinâmica da agricultura regional se fundamenta num processo de observação direta (análise-diagnóstico), envolvendo na essência os seguintes passos: a) análise global da região, feita essencialmente a partir da observação das condições agroecológicas e da forma de exploração do meio cultivado; b) definição das categorias de produtores e da tipologia dos sistemas de produção; c) caracterização e avaliação técnica e econômica dos sistemas de produção; d) definição de propostas de intervenção. Os trabalhos acima, portanto, devem suprir as informações básicas para dar conta destes quatro passos ou etapas que, no seu conjunto, dão uma idéia da dinâmica da agricultura da região de estudo sob o olhar da teoria dos sistemas agrários.

3.1.1 Análise global da região Noroeste Colonial e microrregião de Três Passos sob as lentes dos sistemas agrários

Pressupondo que as características ecológicas e as formas de ocupação condicionam o desenvolvimento das atividades agropecuárias no interior de um dado território, a teoria dos sistemas agrários fundamenta a análise global da região de estudo em dois procedimentos básicos: a análise da paisagem para dar conta do potencial agroecológico e a recuperação histórica para dar conta da evolução da agricultura.

Um meio natural marcado pela dualidade campo-floresta é como Dudermel (1990) sintetiza sua descrição sobre o meio natural e os condicionantes agroecológicos para o desenvolvimento da agricultura da região Noroeste do Rio Grande do Sul. As características de solo e de relevo condicionam diferentemente o potencial agroecológico do Noroeste Gaúcho. Segundo Dudermel (idem, p. 16-8), três tipos de solos são predominantes na região, cada um deles influenciando a seu modo o delineamento de distintos sistemas de produção: - áreas com solos pedregosos (litossolos), sobre rochas basálticas, onde predomina um tipo de relevo acidentado; - áreas com solos muito argilosos, muito profundos e ácidos (latossolos roxos), sobre basalto, com predomínio de relevo suave; - áreas com solos argilo-arenosos, muito profundos e muito ácidos (latossolos vermelho-escuros), sobre arenitos e com relevos moderados.

O clima é subtropical úmido, com chuvas abundantes o ano todo e alto risco de erosão (idem p. 19). As temperaturas elevadas no verão, no entanto, podem provocar déficits hídricos, um dos principais fatores da variabilidade de rendimentos de um ano para outro na região. Já no inverno acontecem geadas de maneira irregular (idem, p. 20-1). Mas é o estado original da paisagem, com áreas de campo e de floresta bem definidas (idem, p. 22), a característica ecológica que exerce maior influência no potencial agroecológico da região, condicionando fortemente o modo de utilização do meio com distintas atividades agropecuárias. As relações sociais que se estabelecem na área de campo e na área de floresta são completamente diferentes, a ponto de se poder dizer que a diferenciação social e regional se inscreve atualmente no espaço como um prolongamento das condições ecológicas características das duas áreas do final do século XVIII, ainda que o meio natural original tenha sido praticamente todo transformado (idem, p. 24).

Mesmo fazendo parte da região Noroeste do Rio Grande do Sul, a microrregião de Três Passos possui algumas características ecológicas particulares que interferem no

seu potencial agroecológico. Uma dessas características é que todo o espaço territorial da região é originariamente coberto de matas, grande parte dele com relevo acidentado. Segundo estudo coordenado por Silva Neto, esta microrregião possui um clima subtropical, com precipitação média anual em torno de 1800 milímetros. As temperaturas médias indicam variações sazonais relativamente fortes, mas as médias mínimas do mês mais frio – julho – situam-se acima de 10 graus centígrados, o que indica que mesmo durante o inverno a temperatura não se constitui num fator de grande limitação ao crescimento das plantas de ciclo invernal (1998, p. 5).

A maior parte dos solos desta microrregião é constituída de litossolos pedregosos e de pouca profundidade o que, aliado à acentuada declividade, limita fortemente o seu cultivo mecanizado. De uma maneira geral, no entanto, este tipo de solo apresenta boa fertilidade natural, o que fez com que eles fossem os primeiros a serem ocupados, sendo também os mais valorizados para o uso agrícola até o advento das práticas da mecanização e da generalização do uso de insumos químicos industrializados na região. A alta suscetibilidade à erosão deste tipo de solo constitui-se, no entanto, numa forte restrição à sua capacidade de uso. Numa parte bem menor do território da microrregião ocorre a presença de solos planos, profundos e argilosos (latossolos vermelho-amarelo e vermelho-escuro) os quais, depois de corrigidas suas deficiências químicas (acidez e baixo teor de fósforo), apresentam excelente potencial para a produção de grãos em grande escala (idem, p. 6). O forte estímulo à derrubada da mata e ao destocamento que aconteceu nos anos sessenta e setenta em toda a região, inclusive com a concessão de crédito específico para esta finalidade, foi fundamental para tornar este tipo de solo apto à mecanização. Por fim, os balanços hídricos mensais de uma série de quinze anos indicam a existência de deficiência hídrica no verão, mais evidentes nos meses de dezembro e janeiro, período de desenvolvimento das principais culturas da região, podendo se constituir em um sério obstáculo para a competitividade da sua produção de grãos (idem, p. 11-2), particularmente em relação às culturas do milho e da soja.

Em síntese, pode-se dizer que as características ecológicas dão origem a duas dinâmicas distintas na região Noroeste Colonial em função principalmente de dois tipos de cobertura vegetal original (área de campo e área de floresta), mas também em função da manifestação de dois grandes tipos de classificação de solos (litossolos rasos e latossolos profundos), bem como de duas grandes definições de relevo (áreas de difícil mecanização, com relevo acidentado, afloramento de pedras e declividades acima de 15%, e áreas aptas à mecanização, com relevo plano a ondulado). O mesmo não se pode dizer da microrregião de Três Passos, mais homogênea quanto ao tipo de cobertura vegetal original (praticamente todo o território era coberto por floresta nativa). As trajetórias de evolução na microrregião se diferenciam mais em função do tipo de solo (em sua maioria composto de litossolos pedregosos e uma parte menor de latossolos mais ou menos profundos) e do tipo de relevo (terrenos predominantemente acidentados, pedregosos e com declividades acima de 15% e uma parte menor constituída de terrenos planos, ondulados a fortemente ondulados).

O segundo elemento que o enfoque dos sistemas agrários considera na análise do desenvolvimento rural da região é o processo de formação histórica da agricultura. Assim, a formação da agricultura da região Noroeste do Rio Grande do Sul pode ser caracterizada por várias fases que correspondem a vários modos de uso do meio agrícola nas diferentes zonas agroecológicas. Há uma trajetória particular na área de campo da região do Planalto, originalmente ocupada por estancieiros que desenvolvem uma produção pecuária extensiva com o uso de mão-de-obra de peões e escravos. Já na área de florestas, onde existiam produtores diretos (índios e caboclos) vivendo de

atividades extrativas ou explorando uma agricultura voltada essencialmente para a subsistência, a trajetória de evolução sofre forte influência dos processos de colonização a que foi submetida a região na virada do século XIX e início do século XX (DUDEMEL, 1990, p. 37-54).

A figura 12 procura representar, ainda que de forma simples e esquemática, a trajetória de evolução dessas duas agriculturas que se constituíram em cada uma das zonas agroecológicas originais. Os ocupantes originais da floresta (índios e caboclos) passam por um processo progressivo de exclusão, sendo os descendentes indígenas confinados nas reservas oficiais. Com o esgotamento da fronteira de expansão na região, os caboclos e seus descendentes vão compor a categoria de produtores minifundiários, alguns permanecendo até os dias atuais nesta condição e outros se incorporaram nos movimentos sociais ligados à luta pela terra e hoje compõem o grupo dos acampados ou assentados.

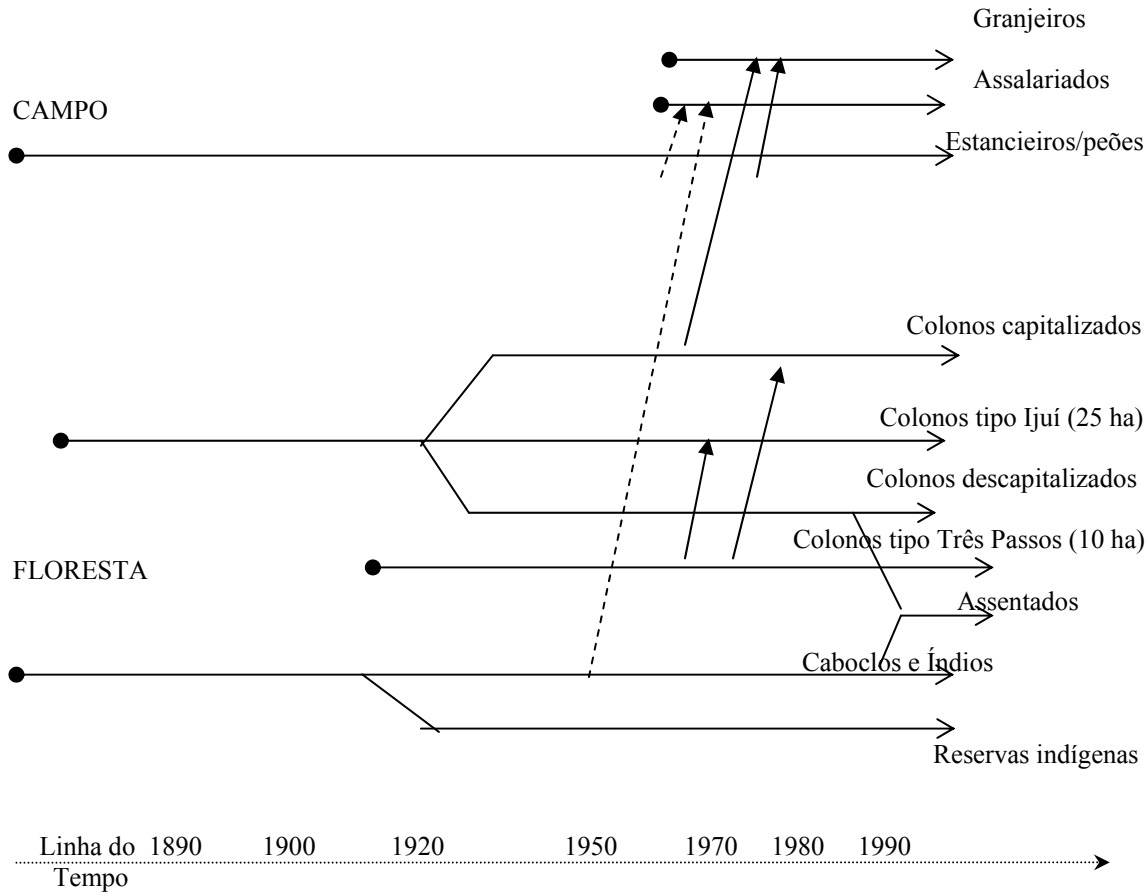

Figura 12. Diferenciação social dos agricultores na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul a partir de duas zonas agroecológicas originais (campo e floresta).
Fonte: Adaptado de Frantz & Silva Neto (2004).

Dos colonos que se estabeleceram na região de Ijuí[36] na primeira leva de projetos de colonização nas chamadas colônias novas em lotes regulares de 25 hectares pode-se extrair três grandes trajetórias: uma trajetória é representada pelos agricultores

[36] Na figura estes agricultores são identificados como "colonos tipo Ijuí" para representar exatamente as famílias típicas de agricultores que se estabeleceram na Colônia de Ijuí no final do século XIX em lotes regulares de 25 hectares, o que os diferencia dos "colonos tipo Três Passos" identificados na figura 12 que se implantam na microrregião entre 1920 e 1950 em lotes irregulares com tamanhos mais próximos de 10 hectares

que, passando por vários sistemas produtivos, conseguem manter as condições muito próximas da situação original, pelo menos em termos de tamanho de área. A condição básica para que garantam pelo menos as condições necessárias de reprodução simples é a inclusão de atividades mais intensivas nos seus sistemas de produção (suínos, fumo, leite, dentre outras).

Outra trajetória representa uma situação de descapitalização, explicada principalmente pelo desmembramento fundiário devido a processos sucessórios. Grande parte dos agricultores que se encontram nessa condição se soma aos produtores minifundiários, com renda agrícola normalmente insuficiente para garantir a reprodução, enquanto outros se incorporam nos processos de reforma agrária como assentados ou como militantes de movimentos que reivindicam o acesso à terra.

Uma terceira trajetória é representada pelos colonos ou descendentes que conseguem acumular em terra e em meios de produção graças inicialmente à renda auferida com a criação de suínos e, nos anos setenta de modo especial, pelo acesso diferenciado que tiveram aos incentivos oficiais oportunizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para a produção de grãos. É importante destacar que a acumulação em terra no período anterior, graças particularmente à suinocultura, foi a maior garantia de acesso a linhas especiais de financiamento. Como se pode observar no diagrama, de meados dos anos sessenta a início dos anos setenta alguns destes colonos passaram a arrendar ou até mesmo comprar terras de campo, aproximando-se das condições dos granjeiros em termos de área cultivada e de sistema de produção. Com a crise da produção de grãos dos anos oitenta, muitos colonos capitalizados passam a investir mais na bovinocultura de leite e na produção integrada de suínos.

Nas regiões mais próximas ao Rio Uruguai, fronteira com a República da Argentina, o processo de ocupação acontece depois de 1920, via projetos privados de colonização, com tamanhos de lote irregulares e menores do que na região de Ijuí, predominando explorações com tamanho entre 10 e 15 hectares (Colonos tipo Três Passos na figura 12). Muitas destas explorações ainda estão presentes na agricultura regional, mas um bom número delas se subdividiu com o passar do tempo, passando a compor a categoria dos agricultores minifundíários (descapitalizados) ou então a engrossar as fileiras dos movimentos de luta pela terra. Outros, no entanto, se bem que em minoria, conseguiram entrar num processo de capitalização, graças principalmente às características ecológicas de seus lotes e do bom aproveitamento de rendas obtidas especialmente com a suinocultura. Além de desenvolverem uma área de grãos (soja em particular) superior à média da microrregião fronteiriça, estes agricultores desenvolvem alguma atividade animal (leite, suínos ou ambas).

O processo de diferenciação na área de campo acontece a partir dos anos cinqüenta com o surgimento dos granjeiros que se envolvem com a cultura do trigo e nos anos sessenta consolidam o binômio soja-trigo. A consolidação das granjas, por sua vez, depende da consolidação de uma mão-de-obra assalariada, constituída no caso especialmente por antigos peões de estância e parte da mão-de-obra dos estabelecimentos familiares minifundiários. É muito difícil encontrar-se atualmente na região Noroeste Colonial estâncias praticando uma pecuária extensiva como na primeira metade do século XX. Mesmo acompanhando de perto o grau de capitalização que os granjeiros conseguem manter com a produção de trigo a partir dos anos cinqüenta, são poucos os estancieiros que se aventuram na produção deste cereal. Outros decidem lavrar os campos somente nos anos setenta, quando a soja se consolida como principal atividade comercial na região. A maior parte dos estancieiros, no entanto, vende suas terras ou as cede em arrendamento, o que significa dizer que estancieiros e peões de

estâncias são categorias sociais praticamente inexistentes na estratificação atual da região.

Tendo presente as condições agroecológicas e o processo de formação histórica do território estudado, os procedimentos da abordagem de sistemas agrários voltam-se então para a identificação e caracterização dos diferentes tipos de agricultores e sistemas de produção. Como diz Dudermel (1990, p. 189-190), "as atuais explorações são o produto da história agrícola regional" e "é a partir e somente a partir da sua história que nós podemos estabelecer uma classificação" dos agricultores e dos seus sistemas produtivos.

Em seu estudo sobre a região Noroeste do Rio Grande do Sul Dudermel (1990, p. 190-1) faz uma primeira distinção entre as explorações familiares e as explorações capitalistas. Num segundo momento o autor agrupa as explorações – familiares e capitalistas – em classes ou tipos de sistemas de produção homogêneos, considerando que os elementos constitutivos das explorações (terra, mão-de-obra e capital de exploração) e a maneira de produzir são semelhantes. Entre as explorações familiares distingue quatro categorias de agricultores, a saber:

a) minifundiários com superfície agrícola útil menor que cinco hectares, que desenvolvem uma policultura associada à produção animal orientada basicamente para a subsistência imediata da família (Tipo A);

b) agricultores com tração animal (TA), com superfície agrícola útil entre cinco e 20 hectares, os quais não conseguiram adquirir trator em função do tamanho reduzido da terra, normalmente associado a um tipo de solo e de relevo desfavoráveis, razões fortes para dificultar o acesso a empréstimos bancários. Alguns desenvolvem sistemas de produção baseados essencialmente na produção de grãos e uma pequena produção animal voltada ao atendimento das necessidades de subsistência da família (Tipo B), enquanto outros desenvolvem sistemas de produção que incluem, além da produção de grãos, pelo menos uma atividade animal com fins comerciais (Tipo C);

c) agricultores com tração motorizada simples (TS) com superfície agrícola útil entre 12 e 50 hectares. Nesta categoria de agricultores também podem ser encontrados dois tipos de sistemas de produção, ambos voltados apenas à produção de soja e trigo e uma produção animal apenas para a subsistência, diferenciando-se apenas em termos de escala, um tipo que mantém superfícies médias em torno de 22 hectares (Tipo D) e outro tipo que mantém uma área média de cultivo em torno de 50 hectares (Tipo E);

d) agricultores com tração mecanizada completa (TC) e produção animal comercial, com superfície agrícola útil entre 20 e 100 hectares, sendo que nesta categoria podem ser encontrados quatro tipos de sistemas de produção: um tipo que possui superfícies médias em torno de 27 hectares com produção de soja e trigo intercalada com milho e soja, associada a uma produção comercial de suínos e farta produção para a subsistência familiar (Tipo F); um tipo que possui superfícies médias de 35 hectares, com produção de soja e trigo associada a uma produção leiteira comercial e boa produção de subsistência (Tipo G); um tipo que possui superfícies médias de 75 hectares, com produção de soja e trigo associada com uma produção comercial de leite e de suínos, além de uma atividade de prestação de serviços com maquinaria agrícola (Tipo H); um tipo com superfícies médias de 90 hectares, com produção de soja e trigo associada a uma produção de leite relativamente intensiva (Tipo I).

Segundo Dudermel, as categorias de agricultores representadas pelos empresários capitalistas e os tipos de sistemas de produção que eles desenvolvem são as seguintes:

e) agricultores com grandes superfícies (GS) com área agrícola útil entre 200 e mais de 1000 hectares, entre os quais se pode distinguir pelo menos dois tipos de sistemas de produção: um tipo que possui superfícies médias em torno de 200 hectares, com produção de soja e trigo, sendo que muitos deles são agricultores de origem colonial (familiares) que entraram precocemente no processo de modernização e conseguiram crescer rapidamente comprando terras de campo, especialmente nas áreas de transição entre campo e floresta (Tipo J); o outro tipo possui superfícies médias de 1500 hectares e mantém uma produção de soja e trigo associada a uma criação de bovinos de corte e é constituído essencialmente por granjeiros que se instalam nas áreas de campo a partir dos anos 50 (Tipo K);

f) criadores extensivos (CE) com superfície agrícola útil maior que 1000 hectares que desenvolvem um único sistema de produção baseado na criação extensiva de bovinos de corte em superfícies médias de campo nativo em torno de 2000 hectares (Tipo L). O quadro 1 apresenta uma síntese das categorias sociais, da área útil explorada e dos sistemas de produção de cada um dos tipo de explorações agropecuárias descritos por Dudermel.

Quadro 1. Tipos de agricultores por categoria social e sistema de produção de acordo com tipologia formulada por Dudermel – Região Noroeste do Rio Grande do Sul – 1990.

TIPO	CATEGORIA SOCIAL	ÁREA ÚTIL EXPLORADA	SISTEMA DE PRODUÇÃO
A	Familiar: Minifundiários	Menor de 5 ha	Policultura mais produção animal para subsistência familiar
B	Familiar: Tração Animal (TA)	Entre 5 e 20 hectares	Produção comercial de grãos e produção animal para subsistência da família
C	Familiar: Tração Animal (TA)	Entre 5 e 20 hectares	Produção de grãos, uma atividade animal comercial, mais subsistência familiar
D	Familiar: Tração Motorizada Simples (TS)	Média de 22 hectares	Produção de soja e trigo e uma produção animal apenas para a subsistência familiar
E	Familiar: Tração Motorizada Simples (TS)	Média de 50 hectares	Produção de soja e trigo e uma produção animal apenas para a subsistência familiar
F	Familiar: Tração Mecanizada Completa (TC)	Média de 27 hectares	Produção de soja, milho e trigo associada a uma produção comercial de suínos e farta subsistência familiar
G	Familiar: Tração Mecanizada Completa (TC)	Média de 35 hectares	Produção de soja e trigo associada a uma produção leiteira comercial e boa produção de subsistência familiar
H	Familiar: Tração Mecanizada Completa (TC)	Média de 75 hectares	Produção de soja e trigo associada com produção comercial de leite e de suínos e prestação de serviços de colheita
I	Familiar: Tração Mecanizada Completa (TC)	Média de 90 hectares	Produção de soja e trigo associada a uma produção de leite relativamente intensiva
J	Capitalista: Grandes Superfícies GS)	Média de 200 hectares	Produção de soja e trigo
K	Capitalista: Grandes Superfícies GS)	Média de 1500 hectares	Produção de soja e trigo associada a uma criação de bovinos de corte
L	Capitalista: Criadores Extensivos (CE)	Média de 2000 hectares	Criação extensiva de bovinos de corte em superfícies de campo nativo

Fonte: Adaptado de Dudermel (1990).

Cada um dos tipos de unidade de produção, representado por um tipo de produtor e de sistema de produção, apresenta maior ou menor possibilidade de assegurar a sua reprodução ao longo do tempo. Não é demais relembrar que, para a abordagem

dos sistemas agrários, os fundamentos utilizados tanto para descrever as categorias de agricultores quanto nas discussões sobre a capacidade de reprodução dos diferentes tipos estão relacionados sempre ao desempenho técnico e econômico das atividades agropecuárias. Assim, ao afirmar que o critério de reprodutibilidade difere segundo a posição socioeconômica dos agricultores, a abordagem está dizendo que produtores familiares e produtores capitalistas possuem expectativas distintas frente às suas unidades de produção. Segundo Dudermel, o critério para avaliar a capacidade de reprodução das explorações familiares é "assegurar um salário mínimo anual por trabalhador familiar", enquanto para as explorações capitalistas o critério é "obter uma taxa de lucro anual que seja ao menos igual ao rendimento das aplicações mais acessíveis e menos arriscadas" (idem, p. 195), como é o caso da caderneta de poupança. O autor se refere ainda ao caso das empresas familiares[37] cuja capacidade de reprodução geralmente se aproxima mais do critério dos capitalistas do que dos agricultores propriamente familiares (idem, p. 196).

Dudermel lembra ainda que a capacidade de reprodução tem que ser vista numa perspectiva de longo prazo. O fato de algumas explorações estarem no momento abaixo do nível de reprodução não significa necessariamente que elas automaticamente desaparecerão. A definição de um salário mínimo mensal como nível de reprodução social está associado ao custo de oportunidade do trabalho, admitindo-se que se a exploração não oportunizar este nível de renda a tendência será a busca de outras formas de reprodução, inclusive fora da agricultura. No curto prazo pode-se pensar num patamar de reprodução relacionado às necessidades básicas de consumo do agricultor e sua família.

Dois indicadores de desempenho econômico são básicos numa análise de sistemas agrários, ambos resultantes do desempenho das atividades agropecuárias: o valor agregado é o indicador utilizado para avaliar a capacidade de geração de riqueza dos diferentes tipos de unidades de produção, enquanto a renda agrícola é o indicador utilizado para avaliar a capacidade de reprodução dos diferentes tipos de agricultores.

O cálculo do valor agregado (VA) leva em conta o valor bruto das produções vegetais e animais (incluindo o que for produzido e consumido para a subsistência), deduzidos os gastos diretos, também chamados de consumo intermediário, e os gastos indiretos ou depreciações. O cálculo da renda agrícola (RA) faz parte do processo de repartição do valor agregado, ou seja, a renda é a parte do valor agregado que fica com o produtor depois de remunerar outros proprietários de fatores que de alguma forma contribuíram para aquele resultado, dentre os quais destacam-se: salários para trabalhadores permanentes ou eventuais, impostos pagos ao Estado em seus diferentes níveis, juros pagos aos agentes financeiros por empréstimos e financiamentos, renda da terra paga a proprietários fundiários no caso de terras arrendadas.

Para melhor visualizar a capacidade de reprodução dos diferentes tipos de explorações a abordagem costuma fazer uso de modelos matemáticos simples a partir de informações de uma unidade de produção típica (representada pela situação mais comum) confrontadas com situações extremas possíveis (limite inferior e limite superior) para os diferentes tipos identificados. Esta formalização por meio de modelos lineares baseia-se na semelhança dos sistemas de produção adotados por um mesmo tipo de exploração agrícola, implicando que eles possuem os mesmos rendimentos e o

[37] Dudermel não define precisamente o seu entendimento sobre a categoria "empresas familiares", mas sua especificidade fica muito próxima das explorações Tipo J, representadas por colonos que conseguiram acumular em terra e em meios de produção na própria região colonial e, em especial, pela aquisição de áreas de campo para a produção de trigo e soja.

mesmo consumo de insumos por unidade de superfície cultivada e, por conseqüência, as mesmas margens brutas globais.

Para que se possa melhor comparar o desempenho dos diferentes tipos de unidades de produção os modelos relacionam o valor agregado e a renda agrícola por unidade de trabalho familiar (VA/UTf ou RA/UTF) com a superfície agrícola média por unidade de trabalho familiar (SAU/UTf). Cada segmento de reta (ver figura 13) representa o desempenho de um tipo de exploração e é dado por uma equação linear Y = ax + b, onde: Y = Valor Agregado ou Renda Agrícola; "a" é o coeficiente angular da reta e no caso analisado a seguir é representado pela renda agrícola do sistema de produção por unidade de área.

Quanto maior o "a" (coeficiente angular) da equação, mais inclinada será a reta indicando um sistema mais intensivo por unidade de área e, portanto, uma maior produtividade do trabalho. "x" é a variável dependente, neste caso representada pela Superfície Agrícola Útil (SAU) por trabalhador e o "b", por fim, é o coeficiente linear, indicando o ponto onde a reta cruza o eixo Y (intercepto) e é representado na equação pelos gastos indiretos ou não proporcionais à área cultivada, dando uma idéia dos gastos de estrutura demandados pelos diferentes sistemas de produção. A extensão da reta é dada pela área mínima e a área máxima por trabalhador para cada um dos tipos de exploração. O nível de reprodução social (NRS) tomado como referência para avaliar o desempenho das explorações familiares equivale a treze salários mínimos por ano para cada trabalhador familiar

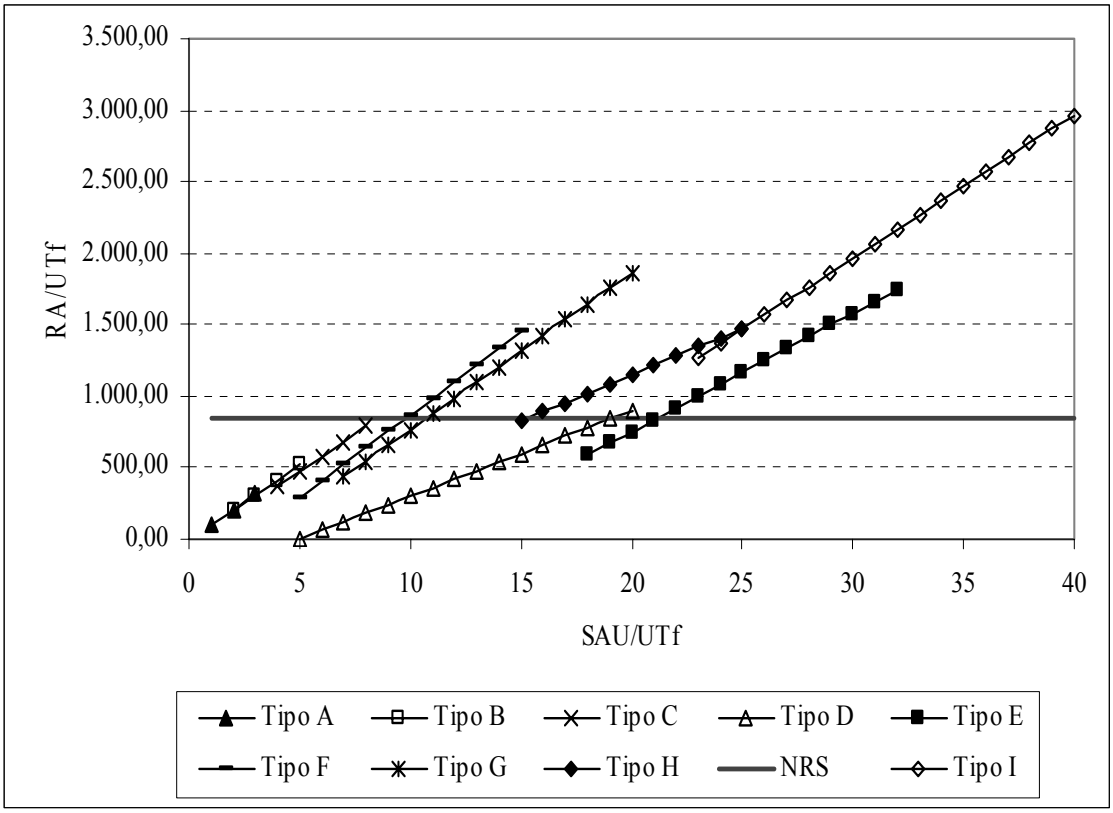

Figura 13. Capacidade de reprodução dos diferentes tipos de explorações familiares da região Noroeste do Rio Grande do Sul (valores em US$).
Fonte: adaptado de Dudermel, 1990.

Que tipo de leitura se pode fazer a partir da observação da figura número 13? Em primeiro lugar, o gráfico fornece uma visão de conjunto do desempenho médio das

explorações representadas pelos diferentes tipos de agricultores familiares da região Noroeste Colonial em função das distintas combinações de culturas e criações que eles desenvolvem[38]. Observa-se que alguns sistemas de produção são mais intensivos do que outros em relação à área explorada, contribuindo de forma mais significativa para a composição da renda agrícola. Apesar de mais intensivos, alguns tipos de explorações não garantem um nível de renda suficiente para garantir a permanência dos produtores na agricultura num horizonte de médio e longo prazo, contando apenas com o resultado de suas produções, sejam elas destinadas ao mercado ou à subsistência.

As explorações do Tipo A, nas quais se incluem os agricultores familiares minifundiários, com áreas agricultáveis por unidade de trabalho que variam de um a três hectares, não conseguem reproduzir-se no tempo de forma sustentável contando apenas com as rendas provenientes da produção própria na agricultura, produção esta predominantemente destinada ao autoconsumo. Como indica Dudermel (1990, p. 201), a tendência de evolução deste tipo de exploração depende essencialmente da evolução do mercado de trabalho urbano (migração) e do mercado de trabalho na própria agricultura. Apesar de reconhecer a necessidade de complementação de rendas com atividades não agrícolas, a abordagem de sistemas agrários não computa estas rendas como parte da estratégia de reprodução destas unidades produtivas.

As explorações Tipo B incluem agricultores familiares que não possuem tração motorizada e desenvolvem sistemas produtivos baseados essencialmente na produção de grãos e uma pequena produção animal voltada ao atendimento da subsistência da família. Uma grande parte dos que compõem este tipo tem origem na divisão de explorações coloniais e o número médio de unidades de trabalho familiar é de 2,5. A área média explorada por trabalhador familiar neste tipo é de três hectares, podendo variar de dois a cinco hectares. A capacidade de geração de riqueza (VA) deste sistema de produção é de U$ 125 por hectare e a sua margem de contribuição para a composição da renda agrícola é de U$ 105 por hectare. Para alcançar o patamar de reprodução o tamanho da área deveria ser de aproximadamente oito hectares por unidade de trabalho. A possibilidade de ampliação da área cultivada com o mesmo sistema de produção baseado no cultivo de soja é ameaçada tanto pelo limite imposto pela força de trabalho disponível (é um sistema não mecanizado), quanto pelo custo representado pelo arrendamento em si acrescido do pagamento de serviço a terceiros para executar as tarefas de plantio e colheita. Uma forte tendência para os agricultores deste tipo é a venda das terras e a migração para as cidades mais próximas (idem, p. 204).

As explorações Tipo C são representadas por agricultores familiares não mecanizados, mas que já possuem alguns equipamentos a mais (motor estacionário e trilhadeira) e uma área agrícola por trabalhador um pouco superior àquela do Tipo B (média de seis, variando entre quatro e oito hectares). O número médio de trabalhadores familiares é de três. A capacidade de geração de riqueza (VA) deste sistema de produção é de U$ 110 por hectare e a sua margem de contribuição para a composição da renda agrícola é de U$ 105 por hectare. A área média por trabalhador para atingir o nível de reprodução com este sistema de produção deveria ser de nove hectares. Como

[38] A figura 13 apresenta a situação dos tipos familiares da região no contexto estudado por Dudermel no final dos anos oitenta. Ainda que a realidade atual possa ser distinta, ele foi inserido aqui para demarcar os procedimentos utilizados pela abordagem de sistemas agrários tanto para descrever uma dada realidade como para extrair linhas de ação sobre esta realidade. Além de evidenciar que alguns tipos apresentam maior dificuldade para garantir sua reprodução social, os modelos também permitem observar que alguns tipos de explorações desenvolvem sistemas de produção mais intensivos do que outros, podendo ser tomados como referência para a formulação de políticas para melhorar a capacidade de reprodução daqueles que não atingem o nível de reprodução social.

se pode ver na figura número 13, o volume de renda das explorações fica abaixo do nível de reprodução, mas uma grande parte delas atinge um nível de renda pelo menos suficiente para garantir as necessidades biológicas de reprodução. O sistema de produção se baseia na produção de soja associada a uma produção leiteira em pequena escala e a uma produção de subsistência. Algumas dessas explorações têm sua origem no processo de colonização e outras têm sua origem em processos de desmembramentos de lotes coloniais nos anos 50-60. O não acesso à mecanização é explicado pelas condições de relevo e de solo deste tipo de explorações. Em função das condições agroecológicas e da disponibilidade de mão-de-obra (um pouco superior à média da região), a melhoria das condições de reprodução deste tipo de exploração passa pela maior intensificação da produção animal, em especial a produção leiteira.

As explorações do Tipo D são conduzidas por agricultores familiares parcialmente mecanizados, que possuem uma área média de 11 hectares por unidade de trabalho familiar (UTF), podendo variar de cinco a 20 ha, contando normalmente com 2 UTF, que desenvolvem um sistema de produção baseado fundamentalmente na cultura da soja alternada parcialmente com a cultura do trigo junto com uma diversificada produção de subsistência. São explorações que tiveram acesso, ainda que parcial, ao crédito rural subsidiado dos anos 70, tanto para a compra de máquinas (especialmente trator e equipamentos) como para destocamento, corretivos de solo e insumos industriais para a produção de grãos.

Devido à reduzida disponibilidade de trabalho, este tipo de exploração tem mais dificuldades para implementar e sustentar uma produção animal para fins comerciais. Este sistema de produção possui uma baixa capacidade de geração de riqueza, com um valor agregado em torno de U$ 65/ha e também uma margem de contribuição relativamente baixa para a composição da renda agrícola (U$ 60/ha). Com esse resultado econômico seriam necessários em torno de 19 hectares por unidade de trabalho para que este tipo de exploração não venha a enfrentar problemas de reprodução no médio e longo prazo, tamanho bem acima daquele da maioria das explorações que compõem o tipo. No curto prazo a reprodução pode ser garantida tanto pela diminuição do padrão de consumo quanto pelo sucateamento dos meios de produção já que os recursos que deveriam ser reservados para a reposição de máquinas, equipamentos e instalações acabam sendo utilizados para garantir a subsistência.

É possível imaginar diferentes tendências de evolução para este tipo de exploração, ficando evidente que a simples manutenção do atual sistema de produção representará dificuldades crescentes para a reprodução das famílias. Uma saída seria introduzir alterações com o desenvolvimento de atividades que apresentam maior margem de contribuição, como é o caso das produções animais. Neste caso, a baixa disponibilidade de mão-de-obra pode representar o aumento da penosidade do trabalho. Outra saída, bastante comum neste tipo de exploração, é abandonar a atividade agrícola, principalmente quando pelo menos um dos membros da família começa a receber proventos de aposentadoria. Enquanto alguns buscam uma nova forma de ganhar a vida fora da agricultura e para isso contam com os recursos da venda do patrimônio agrícola, muitos preferem não vender a propriedade, mas arrendá-la a outros agricultores em especial do Tipo E que possuem sistemas produtivos muito semelhantes, mas em superfícies um pouco maiores.

Os agricultores familiares Tipo E praticam uma monocultura alternando o cultivo de soja com trigo num nível de mecanização um pouco superior ao do Tipo D, incluindo a utilização de colheitadeira de segunda mão ou comprada nova em parceria com outros agricultores, em superfícies ligeiramente superiores à média regional. O modelo de exploração deste tipo possui uma área agrícola aproximada de 23 hectares

por trabalhador familiar, podendo variar de 18 a 32 ha, utilizando-se de 2 a 2,5 UTf, fator que restringe uma atuação mais forte com produções animais, as quais acabam compondo o sistema de produção apenas visando a subsistência. Os resultados econômicos indicam uma capacidade de geração de um valor agregado equivalente a U$ 90/ha, dos quais U$ 83 são apropriados a título de renda agrícola. Com este nível de renda este tipo de sistema de produção precisa em torno de 21 hectares para atingir um patamar de reprodução equivalente a um salário mínimo ao longo do ano, confirmando-se, como pode ser visto na figura número 13, que a maior parte das explorações ficam acima deste nível. A acumulação para este tipo de produtores se dá principalmente pela compra de terras de vizinhos que passam por dificuldades e pela ampliação ou melhoria do capital de exploração.

Os produtores Tipo F são agricultores familiares que praticam uma cultura parcialmente mecanizada de soja alternada com trigo, associada com uma produção comercial de suínos e uma produção diversificada para a subsistência. Como parte da área é de terreno acidentado e pedregoso, estes agricultores desenvolvem uma produção consorciada de soja com milho, sendo este aproveitado na alimentação dos suínos. São explorações que possuem em média três unidades de trabalho familiar, uma superfície agrícola útil média de nove hectares por unidade de trabalho, superfície que pode variar num intervalo de cinco a 15 ha/UTf. A capacidade de geração de valor agregado deste sistema de produção fica em torno de U$ 120/ha, resultando numa renda agrícola de aproximadamente U$ 117/ha, representando a necessidade de uma superfície agrícola próxima de 10 ha para garantir a remuneração de um trabalhador familiar com um salário mínimo ao longo do ano.

A tendência de evolução deste tipo de exploração é muito dependente das tendências dos preços do suíno e das estratégias das empresas compradoras, as quais apontam para um processo de maior especialização dos criadores aliado à exigência de ampliação de escala, dois fatores que podem resultar em maiores volumes de investimento por parte do agricultor. Outra tendência das empresas é impor um sistema de criação no qual toda a alimentação dos animais é suprida por elas, o que implica na eliminação da possibilidade de os agricultores produzirem eles mesmos pelo menos parte dos alimentos (especialmente milho), fato que normalmente reduz os custos de produção. Esta tendência, portanto, pode representar uma diminuição da margem de ganho dos produtores, comprometendo a sua capacidade de reprodução.

As explorações Tipo G também são conduzidas por agricultores familiares em condições muito semelhantes ao Tipo F, só que em vez de combinar as culturas de soja e trigo com uma produção suínos o fazem com uma produção comercial de leite e normalmente estas explorações possuem uma superfície agrícola média por trabalhador em torno de 12 hectares, podendo variar no intervalo de sete a 20 ha/UTf. O valor agregado gerado por este sistema fica em torno de U$ 117/ha e a renda agrícola fica em torno de U$ 110/ha, sendo necessários aproximadamente 11 hectares para atingir o nível de reprodução de um trabalhador familiar. A produção de leite entra neste sistema de produção para que haja um melhor aproveitamento da área especialmente no período de inverno em substituição ao trigo, cultura que tem exigido investimentos muito altos na sua implantação e riscos crescentes em função de problemas climáticos. Uma maior intensificação da produção leiteira, no entanto, passa por alternativas de reserva de alimentos para o gado no período de verão quando a cultura da soja ocupa a maior parte da área cultivada. A evolução deste tipo de exploração está muito associada à tendência de evolução dos preços da soja e do leite. Nos períodos mais favoráveis ao leite os produtores não só investem na melhoria das pastagens e de reserva alimentar por meio

de silagem, como também podem até reduzir a área de soja para a implantação de pastagens de verão.

As explorações Tipo H são conduzidas por agricultores familiares com mecanização completa, possuindo em torno de três lotes coloniais (75 ha) e uma disponibilidade média de trabalho familiar em torno de 4 a 4,5 unidades, bastante expressiva para a média da região. O intervalo de superfície agrícola por unidade de trabalho familiar varia de 15 a 25 hectares, com uma média de 19 ha. Com esta quantidade de terra e de trabalho, estas explorações desenvolvem um sistema de produção diversificado incluindo uma produção de grãos, com destaque para a cultura da soja, uma produção animal que inclui tanto a criação de suínos como a pecuária de leite, além da prestação de serviços de colheita e frete para terceiros. Este sistema gera em torno de U$ 85 de valor agregado e U$ 65 de renda agrícola por hectare, sendo necessários em torno de 15 hectares para garantir uma remuneração de um salário mínimo anual por trabalhador. A tendência de evolução deste tipo de exploração depende de como a família vai se portar em relação a se manter unida em torno de uma exploração conjunta ou se vai haver desmembramento da área e cada filho que constitui uma nova família passa a explorar a sua parte, desenvolvendo um sistema mais intensivo do Tipo F ou do Tipo G.

Nas explorações Tipo I, agricultores familiares, possuindo em torno de quatro lotes coloniais (100 ha), mas com uma menor disponibilidade de mão-de-obra familiar (em torno de 3 UTf), desenvolvem um sistema de produção baseado na alternância no cultivo de soja e de trigo e no desenvolvimento de apenas uma produção animal mais intensiva (normalmente leite), com sala de ordenha completa (ordenhadeira e tanque de resfriamento), rebanho especializado e número de animais bastante acima da média regional (em torno de 20 vacas em produção) e boa produção de forragens que garante uma maior regularidade de fornecimento de alimentos e de rendimento leiteiro ao longo do ano. Este tipo de exploração possui entre dois e três tratores e respectivos equipamentos e uma colheitadeira automotriz. A superfície agrícola útil por trabalhador familiar varia de 23 a 40 hectares. Como a capacidade de geração de valor agregado é de U$ 115/ha, representando uma renda agrícola média de U$ 100/ha, este sistema de produção precisa de aproximadamente 20 hectares para atingir um nível de reprodução que corresponda a um salário mínimo por trabalhador ao longo do ano. A maior necessidade de área para garantir a reprodução se deve ao maior volume de investimento que envolve este tipo de exploração, representando um gasto (coeficiente linear b) de uma estrutura mais elevada exigida para desenvolver este sistema de produção.

O modelo da renda agrícola por unidade de trabalho familiar deste tipo de exploração expresso na figura número 13 é dado pela equação RA = 100x-1033, onde 100 representa a capacidade de geração de renda por hectare (coeficiente angular), x representa o intervalo de superfície agrícola útil (área mínima e área máxima) para cada unidade de trabalho deste tipo de exploração (variável dependente) e 1033 representa os gastos não proporcionais ou de estrutura (coeficiente linear). Ainda que o preço do leite em algumas conjunturas possa não compensar, a atividade leiteira provavelmente será mantida no sistema de produção por representar uma entrada monetária mais constante ao longo do ano, servindo como garantia de complementação das necessidades de subsistência e o pagamento de despesas mensais, como os gastos com energia elétrica, combustíveis, saúde, etc.

As explorações Tipo J[39] são empresas familiares, enquadradas como capitalistas por Dudermel (diferente da tipologia sugerida por Garcia Filho, 1999, que as enquadra na categoria patronal), constituídas por colonos que conseguiram entrar mais cedo do que outros no processo de moto-mecanização graças ao acesso aos benefícios embutidos no sistema nacional de crédito rural entre meados dos anos sessenta e meados dos anos setenta. Os bons resultados neste período, principalmente com a cultura da soja, os capacitam a comprar terras de campo e com isso aumentar significativamente a superfície agrícola explorada. Além da mão-de-obra familiar (média de duas unidades de trabalho familiar), este sistema de produção precisa contar com mão-de-obra contratada (média de quatro unidades de trabalho assalariado). O sistema de produção está todo estruturado para a produção de grãos, com grande destaque para a cultura da soja que ocupa entre 85 e 90% da superfície na safra de verão, complementada com uma pequena área de milho e produções para autoconsumo. No inverno apenas um terço da área é cultivada com produções comerciais, com destaque para a cultura do trigo, sendo o restante utilizado como cobertura vegetal normalmente incorporada ao solo com a finalidade de reposição de fertilidade.

Estas explorações dispõem de grande infra-estrutura em termos de instalações (armazéns para guarda de máquinas, insumos e produtos) e de maquinaria (três a quatro tratores de grande potência, plantadeiras, pulverizadores, uma colheitadeira automotriz de grande porte e caminhão). Este sistema tem uma capacidade de geração de U$ 108 de valor agregado e de U$ 82 de renda agrícola para cada hectare cultivado. Como são estabelecimentos que exploram grandes áreas conseguem reproduzir-se com bastante facilidade.

As explorações Tipo K e Tipo L são estabelecimentos capitalistas que possuem grandes áreas de terra em regiões originalmente de campo, mas com fortes diferenças tanto na sua constituição quanto no sistema de produção que desenvolvem. As explorações tipo K são originárias das granjas de trigo surgidas na região a partir dos anos cinqüenta e que hoje desenvolvem um sistema de produção centrado na cultura da soja e uma parcela de milho num sistema de rotação de cultura para evitar o surgimento de doenças no solo em função da monocultura por longos períodos. No inverno em torno de um terço da área é cultivada com trigo ou outros cereais (aveia) e o restante da área permanece em descanso. Algumas explorações utilizam parte da área no inverno para a engorda de bovinos, comprados logo após a colheita da soja (maio) e vendidos para abate um pouco antes do período de implantação da nova safra de soja (setembro). Esta alternativa, no entanto, tem sido cada vez menos utilizada depois que se introduziu a prática do plantio direto.

Este tipo de exploração utiliza uma grande quantidade de trabalhadores assalariados, tanto permanentes (25 a 30) quanto temporários contratados somente em alguns períodos do ano. Segundo os cálculos de Dudermel (1990, p. 230), o valor agregado gerado por este tipo de exploração é de aproximadamente U$ 152 por hectare e a renda agrícola oportunizada pelo sistema de produção, em torno de U$ 116/ha, consegue remunerar o capital de exploração a uma taxa média de 16% ao ano. A acumulação deste tipo de exploração a partir do final dos anos setenta se dá

[39] Não foram feitas adaptações referentes às explorações Tipo J, K e L para serem expressas graficamente neste trabalho pelo fato de o mesmo estar centrado na reflexão das estratégias de reprodução das famílias rurais, especialmente as que enfrentam dificuldades para garantirem sua reprodução social, o que não é o caso da grande maioria das explorações capitalistas representadas por estes três tipos descritos por Dudermel (1990). Tampouco os sistemas de produção por eles desenvolvidos servem de base para recomendações de políticas para a maioria das explorações familiares da região Noroeste Colonial e, em especial, da microrregião de Três Passos.

principalmente pela compra de terras na fronteira agrícola do centro-oeste. Outros que ficam na região preferem investir no setor urbano, principalmente no segmento imobiliário e financeiro.

As explorações Tipo L são constituídas de descendentes diretos das estâncias originárias da região de campo e permanecem, ainda que em número bastante reduzido, praticando uma pecuária extensiva sobre grandes extensões de terras, utilizando-se, para tanto, exclusivamente de trabalhadores assalariados (os peões). A capacidade de geração de riqueza por unidade de área deste tipo de exploração é muito baixa (U$ 20/ha), o que permite uma renda por hectare também muito baixa (U$ 12). Como á área é muito grande, a renda global acaba por tornar-se suficiente para remunerar o capital de exploração (normalmente baixo) a uma taxa que varia de oito a 10% ao ano.

Para classificar as unidades de produção da microrregião de Três Passos, Silva Neto et al. (1998) também lançam mão de uma tipologia de agricultores e de sistemas de produção. Como a imensa maioria das explorações da microrregião é de natureza familiar, o que pode ser confirmado pelo comportamento da sua estrutura fundiária (figuras oito e nove), a definição dos tipos de agricultores procurou levar em conta o grau de diferenciação existente no interior das explorações familiares. No estudo mencionado, os autores evidenciam este processo de diferenciação em função do grau de capitalização, tendo por referência o tipo e o nível de mecanização. Com base neste critério, foram identificadas na microrregião três categorias de agricultores familiares, a saber:

- agricultores familiares com tração mecanizada completa (TC), dispondo dos equipamentos necessários para desenvolver suas produções animais e vegetais;
- agricultores familiares com tração mecanizada simples ou parcial (TS), dispondo de apenas parte dos equipamentos necessários para desenvolver suas atividades animais e vegetais;
- agricultores familiares com tração animal (TA), que não dispõem de equipamentos de tração mecanizada, sendo que, para desenvolver suas atividades, alguns destes agricultores utilizam sua força braçal e tração animal, enquanto outros utilizam serviços prestados por terceiros (SILVA NETO et al., 1998, p. 15).

O grau de capitalização não é o único e possivelmente nem o melhor critério para abordar o processo de diferenciação. O projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, por exemplo, como mostrado no Capítulo I, utiliza o nível de renda para classificar os produtores familiares como Agricultores familiares Capitalizados, Agricultores Familiares em Capitalização ou Agricultores Familiares em Descapitalização (GARCIA FILHO, 1999, p. 23-4). Não existe uma tipologia padrão e os critérios para defini-la, segundo Garcia (idem, p. 23), dependem da trajetória de evolução da realidade estudada e, pode-se acrescentar, do objetivo que norteia cada análise-diagnóstico.

Por mais que isso possa indicar uma abertura da abordagem para tratar as especificidades das diferentes realidades estudadas, esta abertura permanece restrita ao âmbito das unidades produtivas e das condições objetivas que elas dispõem para fazer acontecer a produção agropecuária. Isto explica a escolha do grau de capitalização para classificar os agricultores familiares da microrregião de Três Passos, já que o objetivo do estudo em questão foi diagnosticar a dinâmica da agricultura tendo em vista a definição de linhas de ação com a perspectiva de melhorar a renda, particularmente dos tipos de agricultores com dificuldades para garantir sua reprodução social, enquanto agricultores e a partir da agricultura.

Além da categoria social, no caso todos familiares, a definição de um tipo de exploração também leva em conta a combinação de atividades que compõem os

distintos sistemas de produção. Na figura número 14 são apresentadas as curvas de renda por trabalhador para os tipos de agricultores e de sistemas de produção predominantes na microrregião de Três Passos, tendo por base o trabalho coordenado por Silva Neto (1998).

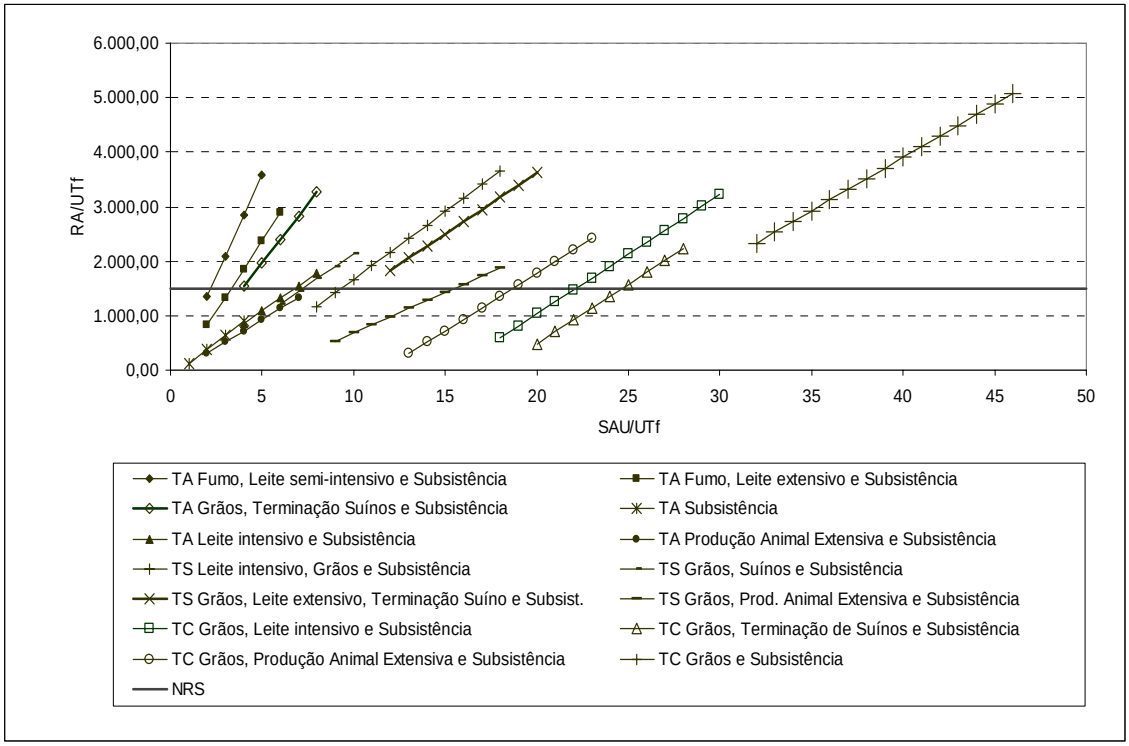

Figura 14. Capacidade de reprodução dos diferentes tipos de explorações familiares da microrregião de Três Passos/RS.
Fonte: adaptado de Silva Neto et al. (1998) (valores em reais; Salário Mínimo = R$ 112,00; Nível de Reprodução Social (NRS) = R$ 1.456,00)

Cada segmento de reta representado no gráfico identifica as possibilidades mais comuns para cada tipo encontrado, considerando-se a variabilidade de área disponível (eixo X) e de renda possível (eixo Y). Quanto maior o ângulo da reta em relação ao eixo X, maior é a margem de contribuição do sistema de produção representado, resultando em maior rendimento econômico por unidade de área.

A capacidade de reprodução dos diferentes tipos de agricultores e sistemas de produção pode ser observada pela comparação dos segmentos de reta de cada tipo com a reta que identifica o nível de reprodução social (NRS). O NRS indica quanto cada trabalhador precisaria ganhar na agricultura para permanecer na atividade e neste caso definido como equivalente a um salário mínimo mensal e treze salários por ano (SILVA NETO, et al., 1998, p. 18). Segundo os autores, os agricultores cujos sistemas de produção estão abaixo da linha do NRS seriam fortes candidatos ao êxodo rural, pois as atividades que desenvolvem não conseguem remunerar as unidades de trabalho com uma renda equivalente a um salário mínimo, lembrando que a produção voltada ao atendimento das necessidades de subsistência da família fazem parte da combinação de atividades e, portanto, estão incluídas no cálculo do desempenho econômico para todos os tipos em questão.

Pode-se constatar, observando a figura número 14, que nenhuma das combinações de atividades encontradas na microrregião de Três Passos, independente do grau de intensificação e de tamanho de área, consegue remunerar as unidades de trabalho com uma renda equivalente a mais de quatro salários mínimos. Da mesma

forma, pode-se refletir sobre as principais conclusões formuladas por Silva Neto et al. (idem, p. 20-1), tendo por base os procedimentos e as premissas da abordagem de sistemas agrários que orientaram a realização do diagnóstico da realidade local.

Percebe-se que para as explorações que dispõem de uma superfície agrícola útil menor do que cinco hectares por unidade de trabalho[40], muitas delas normalmente localizadas em terrenos acidentados e pedregosos, poucas das atividades analisadas possuem um grau de intensificação capaz de gerar um nível de renda suficiente para lhes garantir melhores condições de reprodutibilidade. Dentre estas poucas atividades merece destaque a cultura do fumo e a terminação de suínos.

A produção de fumo pode ser interessante para estes agricultores com baixos níveis de capitalização por apresentar uma boa margem de contribuição por superfície explorada, depender de investimentos não muito expressivos (um galpão rústico de madeira para a secagem do produto, normalmente construído a partir da utilização de material existente na propriedade) e o produtor não precisa de capital de giro para o custeio da atividade, pois este é bancado pela empresa e descontado só no momento da liquidação do produto. Além de demandar grande quantidade de trabalho, o que pode ser um limitante interno para algumas unidades de produção, o ingresso a esta atividade depende das condições impostas pela indústria fumageira, condições estas muito dependentes das conjunturas, ora favoráveis ora desfavoráveis, do mercado para esta cultura. Dependendo destas conjunturas as empresas adotam uma política de expansão ou de exclusão do número de produtores.

Na microrregião de Três Passos, por exemplo, na conjuntura do final dos anos noventa observavam-se muitos galpões de fumo abandonados, pois naquele momento as empresas priorizavam trabalhar com um menor número de agricultores com áreas individuais maiores. Entre 2002 e 2003, no entanto, a conjuntura era completamente distinta, podendo-se observar uma grande quantidade de novos galpões sendo construídos devido a uma política das empresas de aumentar a produção, tanto pelo aumento da área por produtor, mas também pela expansão do número de produtores.

A produção de suínos é outra atividade tradicional na microrregião de Três Passos com grande potencial de agregação de renda. O tipo de barreira à entrada e as condições de permanência nesta atividade, por sua vez, têm a ver com o sistema de criação dominante. Da mesma forma que na cultura do fumo, também com o suíno é o segmento industrial que normalmente define a dinâmica do sistema de criação. Até o final dos anos noventa, o sistema de criação permitia que os produtores produzissem pelo menos parte da alimentação dos suínos e, nestes casos, a sua viabilidade econômica estava fortemente correlacionada com a possibilidade de auto-abastecimento em milho. Como as empresas do setor passaram a exigir escalas mínimas de produção em patamares superiores à capacidade de produção própria de milho para grande parte dos agricultores, muitos tiveram que abandonar a atividade.

O novo sistema de criação proposto pelas empresas a partir de 2000, no qual os agricultores entram como "parceiros-terminadores", o problema do auto-abastecimento na produção de milho e o próprio problema de superfície agrícola deixa de existir, na medida em que toda a alimentação dos animais passa a ser fornecida pela empresa integradora. A barreira à entrada de agricultores neste novo sistema de criação se manifesta agora na capacidade de investimento para a construção do chiqueiro, do silo para a ração e de um tanque para os dejetos (exigência das normas de proteção ambiental).

[40] Com base nos dados da figura número 8 e considerando que em cada exploração existam pelo menos duas unidades de trabalho, pode-se estimar que estas explorações representam pelo menos 50% do total dos estabelecimentos da microrregião.

A produção de leite, ainda que apresentando uma margem de contribuição menos intensiva do que a produção de fumo e de suínos, também é importante na estratégia de composição de atividades que possam aumentar as possibilidades de reprodução para os tipos de agricultores, especialmente porque é uma das poucas atividades que se situam entre as mais intensivas que apresentam as menores barreiras à entrada para as pequenas propriedades. O problema é que para aumentar o grau de intensificação e com isso fazer com que a atividade apresente uma maior margem de contribuição, torna-se necessário não só aumentar e melhorar o plantel do rebanho como também ampliar a produção de alimento para os animais na própria propriedade, o que se torna mais fácil para aqueles agricultores que disponham de superfícies maiores.

Se de um lado um maior envolvimento com a produção de leite ou mesmo com a produção de suínos pode contribuir para melhorar as condições de reprodução, de outro estas opções são mais acessíveis aos tipos de agricultores que já estão em melhores condições econômico-financeiras, especialmente porque estão bem estruturados para a produção de grãos, com destaque para a cultura da soja. Isto explica porque muitos dos pequenos agricultores que se mantêm abaixo dos níveis de reprodução permanecem desenvolvendo um sistema de produção com margem de contribuição muito baixa, baseado no consórcio soja e milho para a venda de grãos. A substituição deste tipo de sistema de produção por outro envolvendo produções animais de baixa intensificação, além de normalmente exigir algum tipo de novo investimento, normalmente causa um impacto muito pequeno na margem de contribuição.

Mesmo que a teoria dos sistemas agrários avalie as estratégias de reprodução tendo por foco a unidade de produção e a capacidade de geração de renda das atividades agrícolas ali desenvolvidas, é importante evidenciar os pontos que a própria abordagem considera relevantes para analisar o processo de desenvolvimento rural. Um dos principais argumentos dos defensores da abordagem é que o desenvolvimento rural ainda é muito dependente do desenvolvimento agrícola e que existe considerável espaço para melhorar a eficácia das intervenções voltadas à promoção da agricultura.

Neste sentido, as noções de complexidade e de diversidade dos processos agrícolas, não apenas como princípio, mas identificadas nas realidades observadas através dos procedimentos utilizados e que se manifestam nos cálculos econômicos dos diferentes tipos de agricultores e de sistemas de produção que eles desenvolvem, enfatizam que não se pode falar de uma agricultura e de projetos para a agricultura e sim de e para diferentes agriculturas.

Voltando às figuras números 13 e 14, observa-se que existem alguns tipos de agricultores cujos sistemas de produção não conseguem gerar um nível de renda suficiente para garantir um padrão de reprodução que seja minimamente sustentável, enquanto outros apresentam resultados mais favoráveis. Ainda que se possa dizer que a vida é dura para todos os que se envolvem com a produção agrícola, a análise-diagnóstico de sistemas agrários permite que se diga que a vida é mais dura para uns do que para outros e, neste sentido, pode orientar escolhas e a definição de prioridades em termos de linhas de ação, mesmo que restritas ao processo produtivo.

Cruzando os resultados obtidos em seu trabalho de campo com dados do Censo Agropecuário, Dudermel (1990, p. 241-3) estima que as explorações mais ameaçadas de desaparecerem com o tempo devido à margem de contribuição insuficiente que geram os seus sistemas de produção, representadas pelos tipos A, B, C e D (ver figura 13), representam em torno de 76% das explorações, 61% da mão-de-obra e 20% da área agrícola da região de Ijuí/RS.

O autor parte do princípio de que o desaparecimento das explorações ameaçadas pela baixa ou nula capacidade de reprodução tende a afetar negativamente o conjunto da

economia agrícola regional, sugerindo que medidas de política agrícola adequadas poderiam reverter essas tendências. Dudermel simula dois tipos de intervenção pública para avaliar que ações poderiam produzir efeitos mais positivos frente às tendências regionais observadas: - uma intervenção generalizada sobre os preços; - uma intervenção orientada, dirigida a públicos específicos.

Segundo o autor, as variações das relações de preços teriam um fraco impacto sobre as tendências atuais. Uma política de elevação dos preços garantida pelo governo poderia até diminuir o ritmo da eliminação das unidades de produção mais frágeis, mas o processo como um todo não resultaria qualitativamente diferente, já que uma política de garantia de preço beneficiaria mais aos grandes produtores do que aos pequenos, provocando, por conseqüência, um aumento das disparidades existentes (idem, p. 273).

Uma política de intervenções específicas, ao contrário, poderia garantir a viabilização das unidades de produção mais frágeis. Dentre as ações orientadas para um público selecionado, constituído pelos agricultores familiares que enfrentam maiores dificuldades para garantir sua reprodução social, Dudermel sugere empréstimos para investimentos, particularmente voltados para a introdução de produções animais (leite) nos atuais sistemas de produção (idem, p. 294-5). O tipo de intervenção que teria um efeito mais significativo para reverter o quadro atual, no entanto, envolveria ações do Estado voltadas ao reordenamento fundiário (idem, p. 305) e até processos de reforma agrária, envolvendo principalmente as terras dos criadores extensivos na área de campo (idem, p. 315-6).

A utilização da teoria ou abordagem de sistemas agrários para o estudo do desenvolvimento da agricultura tem a vantagem de basear suas análises no reconhecimento e na identificação da diversidade e da complexidade dos processos agrícolas. Um dos limites desta abordagem, no entanto, é que ela se fundamenta quase que exclusivamente na evolução dos sistemas de produção desenvolvidos pelos diferentes tipos de agricultores em suas unidades de produção. Como se vê, o estudo da capacidade de reprodução leva em conta apenas as atividades produtivas desenvolvidas ou passíveis de virem a ser desenvolvidas na unidade de produção, em função da disponibilidade de fatores de produção (terra, trabalho e meios de produção). Neste tipo de análise não se consideram outras possibilidades que poderiam contribuir para a garantia das condições de reprodução no meio rural, como por exemplo, atividades não-agrícolas, o acesso a outros ativos de capital e a interação com outros atores sociais.

3.3 Olhando o Local a Partir das Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais com Base no Acesso a Ativos de Capital

Este procedimento de análise de processos de desenvolvimento rural centra o foco da observação nas estratégias adotadas pelas famílias visando garantir as condições de vida que assegurem a sobrevivência ou reprodução de seus membros. Por conseqüência, a unidade de análise privilegiada desta abordagem é o núcleo familiar e as várias fontes de renda que as famílias rurais podem acessar para alcançar condições de sobrevivência e melhorar o padrão de vida.

Um forte argumento que Bebbington (1999, p. 4) utiliza para justificar o foco na família e não na unidade de produção é a mudança do contexto vivenciado pelas sociedades, em especial nas regiões periféricas. De um contexto no qual as condições de vida baseavam-se essencialmente na agricultura e nos recursos naturais, as sociedades estão passando, segundo o autor, para um contexto no qual as condições de reprodução passam a depender crescentemente do acesso a uma variedade muito ampla de recursos, fontes de renda e mercados que normalmente ultrapassam as relações com o mundo da

produção primária em sentido estrito. É por isso que Bebbington, como visto no Capítulo I, chama atenção para o fato de que se deve ter uma concepção ampla de recursos aos quais as pessoas ou famílias precisam acessar no processo de composição de suas estratégias de reprodução, incluindo não só um conjunto de ativos de capital, como também um conjunto de relações com outros atores políticos, econômicos e sociais que operam nas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Uma característica importante da definição das condições de vida no meio rural tem a ver com a forma como os diferentes ativos se ligam às opções que as pessoas possuem na prática para desenvolver atividades alternativas com vistas a alcançar o nível de renda necessário para garantir a sobrevivência. Como diz Ellis (2000, p. 7), a forma de ganhar a vida pelos indivíduos ou pelas famílias rurais depende não só do acesso a ativos, mas também do acesso a atividades alternativas, acessos estes mediados por instituições e relações sociais.

De acordo com esta abordagem, as estratégias de reprodução das famílias rurais visando melhorar as suas condições de vida dependem não só do acesso, mas também do controle e da combinação de um conjunto de diferentes tipos de ativos (BEBBINGTON et al., 2002, pg. 93). Muitas vezes a forma como os ativos são combinados e utilizados pode ser até mais importante para capacitar as pessoas nas suas ações em busca da sobrevivência e da melhoria das condições de vida do que o próprio acesso em si.

A base para a discussão das possibilidades de desenvolvimento local deve partir, portanto, da discussão do potencial da região e particularmente das famílias rurais que a habitam, a partir da noção de acesso a diferentes ativos de capital, capitais estes não simplesmente entendidos como fatores ou recursos, mas como elementos que potencializam a ação dos atores locais.

Como proposto por Bebbington, os ativos de capital devem ser vistos não apenas como meios utilizados para potencializar ações instrumentais por meio das quais as pessoas ou famílias buscam ganhar a vida ou melhorar suas condições materiais. Eles também têm que ser observados como elementos que potencializam ações hermenêuticas que dão sentido ao mundo das pessoas e das famílias, influenciando as decisões que visam compor suas estratégias de reprodução. O autor vai ainda mais longe, dizendo que os ativos de capital devem ser vistos como instrumentos que capacitam para ações emancipatórias constituindo-se, por conseqüência, em fontes de poder por meio dos quais as pessoas e famílias conseguem reagir e, se necessário, insurgir-se contra as condições que impedem a melhoria das condições de vida (1999, p. 5), habilitando-as para participar, ativa e positivamente, nas discussões e nas ações relacionadas à construção das suas estratégias de reprodução (idem, p. 32) na condição de agentes de mudança, qualificando-as para questionar, desafiar, propor, buscar novas maneiras de fazer as coisas, mudar, enfim, as próprias regras que orientam o processo de desenvolvimento, como sugerido por Sen (1997, 2000).

A análise do processo de desenvolvimento da região sob as lentes desta abordagem deve se pautar na observação dos ativos que as famílias rurais dispõem e na composição das suas estratégias de reprodução, entendidas como as formas sob as quais as pessoas ou famílias podem combinar estes ativos de maneira sinérgica, de modo a transformá-los em níveis e formas de vida que lhes garantam as condições necessárias para a sobrevivência, considerando que as pessoas e famílias rurais tendem a compor aquelas estratégias de vida que: - sejam mais consistentes com o conjunto de ativos que controlam num dado momento, - reflitam suas aspirações mais imediatas, mas também aquelas de médio e de longo prazo, - pareçam ser as mais viáveis em função das

oportunidades e restrições impostas pelas circunstâncias econômicas do contexto sob o qual convivem (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4).

A diversificação de ativos, atividades e fontes de renda, segundo Ellis (2000, p. 15), faz parte do processo de construção das estratégias de reprodução das familiares rurais. A busca da sobrevivência e de melhorias nas condições de vida leva cada vez mais as pessoas ou famílias do meio rural a não restringirem suas estratégias de vida apenas a ativos, atividades e fontes de renda agrícolas ou até mesmo rurais. Este processo torna a unidade de produção agropecuária uma unidade de análise inadequada ou no mínimo insuficiente, justificando-se que se tome a família como foco de análise.

O olhar sobre a região, portanto, contempla a descrição e análise dos diferentes tipos de ativos (de capital natural, capital produzido, capital humano, capital social e capital cultural), assim como a forma como eles são combinados na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais, como meios de ganhar a vida, mas também como fontes de poder e instrumentos que potencializam a ação das pessoas. Isto envolve o relacionamento das famílias com ativos e atividades agropecuárias, rurais não-agrícolas e até mesmo urbanas. O estudo das estratégias de reprodução, portanto, tem como unidade de análise as famílias rurais e o conjunto de possibilidades que elas utilizam para buscar garantir a sua reprodução social, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

A análise das estratégias de reprodução deve não apenas avaliar cada um dos ativos de capital e a forma como eles são combinados, mas também relacioná-los com o tipo e a natureza das relações que as famílias rurais conseguem manter e sustentar com outras famílias e organizações nas suas comunidades e em particular com atores que operam nas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Compreender em que medida a disponibilidade de ativos e quais deles permitem reforçar o relacionamento dos agricultores com tipos variados de organizações e instituições e como estas relações potencializam o uso e novas combinações dos ativos existentes bem como o acesso a novos ativos é crucial para avaliar a capacidade de reprodução das famílias neste tipo de abordagem.

Os dados da realidade empírica para dar conta das estratégias de reprodução com base nesta abordagem foram levantados no trabalho de campo desenvolvido no território e com as famílias da microrregião de Três Passos que inclui, além do município sede, mais os municípios de Tiradentes do Sul e Esperança do Sul, ambos emancipados de Três Passos em 1992 e 1996, respectivamente.

3.2.1 Capital natural e estratégias de reprodução

O capital natural inclui ativos sob a forma de qualidade e quantidade de recursos naturais, onde se inclui de modo especial o acesso a terra (tamanho das explorações, qualidade dos solos, tipo de relevo e vegetação) e o acesso a água. Como assinalam Bebbington et al. (2002, p. 94), o capital natural constitui-se no principal ativo para as estratégias agrícolas e por isso as mudanças na sua qualidade e distribuição são fundamentais para considerar a relevância e os impactos das intervenções no desenvolvimento rural focadas na agricultura e para as famílias que têm nas atividades agrícolas a base da composição de suas estratégias de reprodução.

Em relação à qualidade dos ativos de capital natural que as famílias da microrregião de Três Passos têm conseguido acessar, avaliada na perspectiva do seu potencial de geração de rendas agrícolas, há que se iniciar dizendo que mais da metade da área da microrregião apresenta níveis de declividade acima de 15%, com uma densa rede de córregos, riachos e rios em cujas encostas muitos dos terrenos chegam a

apresentar níveis de declividade superiores a 30 e 40%. A capacidade de uso dos solos desta microrregião, por sua vez, indica que mais de dois terços das terras pertencem às categorias "B" e "C", as quais apenas esporadicamente podem ser utilizadas para o cultivo de culturas anuais, sendo mais propícias para o desenvolvimento de culturas permanentes, como a fruticultura, a silvicultura ou a implantação de pastagens. As principais limitações se devem não apenas à topografia acidentada, mas também à presença de pedras e solos de baixa profundidade, exigindo práticas intensivas de conservação dos solos (ver SILVA NETO et al., 1998).

A declividade e a pedregosidade em si não são impedimentos ao uso agrícola. Como foi visto, as terras dobradas e pedregosas foram as mais procuradas pelos agricultores nos vários programas de ocupação nas áreas de floresta na região norte do Rio Grande do Sul, preferência esta explicada pelos níveis superiores de fertilidade natural destas terras comparativamente às terras de campo, mais planas e mais profundas, mas com fertilidade natural muito baixa.

Na fase inicial de ocupação da microrregião, as relações homem-natureza se assentam de modo especial na força humana e animal. Relevos acidentados e solos pedregosos representam apenas uma demanda de maior esforço e sacrifício para desenvolver sistemas produtivos baseados mais na força humana e na tração animal, além da maior dificuldade para garantir a reposição de fertilidade.

Nestas condições, o que define as estratégias de reprodução das famílias não é tanto o tipo e o tamanho da área de terra e sim principalmente a disponibilidade de força de trabalho (o número de componentes da família), aliada ao acesso a alguns tipos de instrumentos de trabalho e animais de tração. Como dizem os agricultores, "naquela época se trabalhava muito, a vida era dura e exigia sacrifícios, mas não era difícil comprar terra que era paga com o resultado do trabalho normalmente em menos de cinco anos".

Esta situação se inverte diante de um novo contexto histórico marcado tanto pelo esgotamento da fronteira agrícola nas regiões mais próximas, impedindo o enfrentamento do problema de queda de rendimentos devido à diminuição da fertilidade natural, como também, e de maneira especial, quando o processo de desenvolvimento rural passa a incorporar novos procedimentos protagonizados pela introdução da mecanização motorizada dos processos agrícolas e do uso crescente de insumos de origem industrial, voltados prioritariamente à produção de grãos que, como foi visto, ocorre na microrregião depois de 1970.

Neste novo contexto, os ativos de capital natural apropriados por grandes contingentes de famílias rurais na microrregião, seja por problemas de relevo (declividade) ou por problemas de solos (solos rasos e com presença de pedras) tornam-se pouco adequados para os novos sistemas de produção que passam a ser estimulados tanto pela via do mercado (agroindústrias a montante e a jusante), quanto pelo Estado via política de crédito, pesquisa e assistência técnica.

Este problema é agravado em função da distribuição dos ativos de capital natural. Como se pode observar na figura número 08 do Capítulo II, pouco mais de cinqüenta por cento das famílias rurais na microrregião de Três Passos possuem estabelecimentos com menos de 10 hectares e próximo de noventa por cento delas têm estabelecimentos com menos de 20 hectares. O reduzido tamanho das explorações, a especialização das produções e especialmente a diversidade das condições agroecológicas (relevo e tipo de solo) resultam numa forte pressão sobre os recursos naturais nesta região.

Esta pressão sobre os recursos naturais acontece de forma diferenciada entre as famílias, principalmente em função da qualidade de seus ativos de capital natural,

qualidade esta que vai permitir explorá-los de forma mais ou menos intensiva, com maior ou menor facilidade de recomposição de fertilidade e, por conseqüência, garantindo que uns acumulem mais ativos de capital natural do que outros, tanto mudando para melhor a sua qualidade como ampliando a sua quantidade. Estas diferenças se manifestam entre famílias, mas também no interior e entre comunidades.

Como se pode observar na seqüência de figuras apresentada a seguir, existe um conjunto de famílias rurais cujos ativos de capital natural, não só pelo reduzido tamanho, mas principalmente pelo tipo de relevo, pela capacidade de uso de seus solos e pela disponibilidade de água, têm se constituído num fator restritivo para ampliar o acesso a mais e melhores recursos naturais, como também a outros tipos de ativos e em particular a atores do Estado, do mercado e da sociedade civil, tornando mais difícil a tarefa de compor estratégias sustentáveis de reprodução.

A imagem da figura 15, por exemplo, mostra que a forte presença de pedras, mesmo num terreno que não apresenta problema de declividade, dificulta a implantação de culturas anuais. Nestes casos, o preparo do solo, o plantio e a colheita são feitos com o uso da força humana e da tração animal. A retirada das pedras poderia deixar o terreno apto à mecanização, mas como este tipo de solo normalmente é muito raso, o risco de erosão aumenta de forma significativa.

Figura 15. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

A figura 16 apresenta uma visão mais ampla de uma paisagem comum na microrregião, onde predominam áreas com relevo bastante acidentado, solos pedregosos e de baixa profundidade. Pode-se perceber no espaço destinado ao uso agrícola que, nas áreas com maior declividade, a condição para o uso do solo é a construção de taipas de pedra para conter processos erosivos. Pela sua capacidade de uso este tipo de solo não deveria ser utilizado para culturas anuais.

Figura 16. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

A figura 17 explicita mais claramente os limites impostos às famílias que só têm acesso a recursos naturais com severas restrições para a geração de renda a partir de atividades agropecuárias.

Figura 17. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

Este tipo de exploração inicia na parte mais baixa e se estende por aproximadamente 1000 metros até a parte superior dos morros. A largura do lote é que vai determinar se uma unidade agrícola vai ser maior ou menor. Na parte em que o solo aparece mais exposto, preparado para a implantação de culturas, pode-se observar claramente a presença de duas explorações. A forma de exploração do solo é muito semelhante. A parte mais alta denota que já houve um desmatamento e o uso para fins agrícolas. Devido aos problemas de esgotamento dos solos, algumas áreas deste tipo começam a ser abandonadas, já sendo possível perceber a reconstituição de uma cobertura vegetal de capoeiras, o que poderá resultar num processo de recomposição florestal. A parte inferior também se mostra inapta para o uso de culturas anuais, onde se percebe também a presença de um capoeirão, com pequenas áreas de potreiro.

O grau de dificuldades para a reprodução das famílias rurais que só conseguem ter acesso a unidades de produção com recursos naturais escassos e de baixa qualidade, tendo como base apenas estratégias agrícolas, fica ainda mais evidente na figura número 18.

Figura 18. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais são de baixa qualidade e dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

Observa-se a formatação de um tipo de exploração que começa na parte inferior, normalmente próximo a uma via de acesso (estrada) e vai em direção ao alto do morro. A parte mais plana deste tipo de exploração normalmente é constituída de solos muito rasos, sendo muito comum o afloramento de rocha ou então são áreas de banhado, sendo ambas de pouco aproveitamento para uso agrícola. O preparo do solo é feito com o uso da tração animal e o plantio e a colheita são feitos manualmente. Pela pequena extensão este tipo de exploração não se reproduz com o cultivo de grãos. Pode-se ver que, neste caso, o acesso a água também é difícil, fato que associado às dificuldades do terreno, complicam o desenvolvimento de produções animais

Este tipo de ativo de capital natural mostrado nas figuras de números 15 a 18 é predominante no estrato de estabelecimentos com menos de 10 hectares e representam

aproximadamente um terço das explorações da microrregião. Problemas de declividade, solos com presença de pedras e de baixa profundidade e em alguns casos problemas de acesso a água para consumo humano e animal, aliados à exigüidade de tamanho, colocam os possuidores de ativos de capital com estas características entre os pertencentes à categoria da população rural mais pobre da microrregião. O limitado tamanho das explorações exige que se desenvolvam atividades agropecuárias mais intensivas em termos de uso da área, fato que, aliado às condições de relevo e de solo, provocam um forte desgaste, contribuindo para a degradação dos recursos naturais, agravando as condições dinâmicas de reprodução.

As estratégias de reprodução das famílias que só conseguem acesso a este tipo de ativo de capital dependem normalmente da composição da sua força de trabalho. A situação mais comum nestes casos é de famílias cujos componentes mais novos optam por algum tipo de migração e os componentes com idade mais avançada permanecem na exploração aguardando o momento da aposentadoria. O fluxo migratório nestes casos pode assumir o sentido rural-urbano, de caráter mais permanente, com a busca de algum tipo de trabalho nos centros urbanos mais próximos ou então em regiões-pólo de produção industrial, como é o caso do pólo coureiro-calçadista do Vale dos Sinos próximo à região metropolitana de Porto Alegre, opção de um grande número de jovens rurais da microrregião nos anos oitenta até meados dos anos noventa. Pode também assumir um sentido rural-rural, no qual as pessoas buscam ocupações agrícolas em outros estabelecimentos ou mesmo ocupações rurais não-agrícolas (agentes de saúde, professores e funcionários de escolas rurais, além de ocupações ligadas a atividades comerciais e serviços). Uma outra possibilidade para esta população mais jovem é a adesão aos movimentos de luta pela terra.

Uma alternativa de caráter mais individual, envolvendo principalmente jovens casais, é a aquisição de terras via Banco da Terra de agricultores das proximidades que querem vendê-las para comprar novas terras em regiões de fronteira mais distantes ou mesmo migrar para zonas urbanas. As facilidades de acesso a crédito em condições muito favoráveis garantem às famílias beneficiárias alavancarem processos produtivos mais intensivos, minimizando as restrições dos recursos naturais, via correção de solos, implantação de pastagens permanentes, aquisição de animais melhorados, etc. Ainda que interessante, poucas famílias até o momento conseguiram acesso a este tipo de alternativa.

Algumas famílias cujos casais possuem idade entre 30 e 50 anos, e no mínimo um filho solteiro com idade entre 14 e 25 anos, podem centrar suas estratégias de reprodução em cima de alguma atividade agropecuária intensiva em relação ao uso da área e da mão-de-obra, preferencialmente com baixa necessidade de capital construído. Na microrregião, este tem sido o caso da cultura do fumo, normalmente desenvolvida em pequenas áreas e que, por ser uma cultura essencialmente manual, pode ser implementada mesmo em terrenos pedregosos e acidentados. Além de ser uma cultura que apresenta uma margem de contribuição elevada por unidade de área cultivada comparada com outras produções, os produtores não precisam nem mesmo desembolsar capital de giro para as despesas de custeio, a qual é bancada pelas próprias empresas fumageiras. O montante de investimentos também é pequeno e quando necessário é financiado pelas empresas integradoras. O problema, neste caso, é que o poder de decidir se uma família vai poder produzir fumo ou não é da empresa integradora, podendo, dependendo da conjuntura, resultar em grande vulnerabilidade para os produtores.

Outras produções, como a pecuária de leite e a criação de suínos dificilmente se constituem em alternativas suficientes para garantir a reprodução destas famílias, tanto

por problema de insuficiência de área para a implantação de pastagem para alimentar os animais e garantir bom nível de rendimento em leite, como por insuficiência de capacidade financeira para bancar os investimentos necessários para estabelecer-se na suinocultura.

A venda das terras tampouco se constitui uma opção para garantir a reprodução destas famílias já que, dado o pequeno tamanho e o baixo preço devido à baixa qualidade, representa um volume de dinheiro insuficiente tanto para comprar terra de melhor qualidade, já que a fronteira mais próxima está esgotada, como para iniciar outro tipo de atividade rural ou urbana. A maioria das famílias que não consegue se reproduzir via exploração produtiva das terras prefere mantê-las inexploradas ou, quando possível, arrendá-las para terceiros e continuar morando na propriedade quando consegue algum tipo de renda não-agrícola (aposentadorias, auxílios públicos tipo bolsa-escola, bolsa-família, dentre outros) ou então se transferir para a cidade em busca de outras fontes de renda e estar mais próximo das redes de serviços públicos (saúde, educação...).

Diante do quadro descrito e considerando-se apenas o acesso a ativos de capital natural, pode-se presumir que as famílias cujos recursos naturais se resumem àqueles caracterizados nas figuras 15 a 18 apenas em raras situações conseguem alcançar condições de vida dignas se suas estratégias de reprodução ficarem limitadas ao campo das atividades agropecuárias desenvolvidas na microrregião. Nestas condições, o tipo de acesso deste grupo de famílias não é suficiente nem mesmo para potencializar suas ações no sentido meramente instrumental, quanto menos para ações hermenêuticas e emancipatórias.

Considerando-se a sua representatividade (em torno de um terço dos efetivos da microrregião), fica evidente a necessidade de se aprofundar a análise do acesso deste tipo de famílias a outros ativos de capital e a outros atores políticos, sociais e econômicos para que se possa avaliar e potencializar estratégias de reprodução compatíveis para este público alvo.

Na seqüência de figuras reproduzidas a seguir constata-se uma outra situação em que o acesso a recursos naturais pode efetivamente se constituir em capital natural, tornando seus possuidores agentes com potencial de acumulação e com perspectiva de melhoria de suas condições de vida, ainda que necessitando centrar-se em sistemas produtivos com altos níveis de penosidade do trabalho, como os que envolvem as produções animais (leite e suínos) e o cultivo de fumo.

Na figura 19 observa-se uma situação muito diferente das anteriores, pois aqui os recursos naturais permitem outras opções aos seus proprietários. Neste caso observa-se uma unidade de produção que possui uma área pequena (pouco menos de sete hectares no total), mas com um relevo e um tipo de solo de boa qualidade. A área residencial da família está próxima às árvores que aparecem no canto esquerdo e houve uma opção de utilizar a terra para desenvolver a produção de leite a pasto. Foi montado um sistema de piquetes com cerca elétrica, sendo que a cada dia os animais pastam em um dos piquetes, só retornando a ele depois de passar pelos demais, cerca de trinta e quatro dias depois, quando então o pasto já estará refeito. Neste sistema, os animais passam o dia e a noite no pasto, só saindo no momento da ordenha. O esterco e a urina dos próprios animais são os principais componentes de reposição da fertilidade, sendo as galinhas utilizadas para esparramar o estrume, além de controlarem o surgimento de insetos. As galinhas acabam contribuindo também para qualificar a subsistência da família.

Apesar do reduzido tamanho da propriedade, a qualidade dos recursos naturais permite implantar um sistema de produção mais produtivo, oportunizando uma renda equivalente a um salário mínimo mensal para cada um dos membros adultos da família.

Figura 19. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

É óbvio que o acesso a outros ativos de capital, particularmente o acesso a linhas especiais de crédito, é fundamental para sustentar uma mudança para melhor dos recursos naturais. Como as pastagens são permanentes, não há revolvimento do solo, bastando olhar para a qualidade do pasto para conferir a sustentabilidade e reprodutibilidade dos ativos de capital natural. É possível imaginar a dificuldade de se reproduzir uma situação semelhante nas condições de recursos naturais do tipo mostrado, por exemplo, nas figuras 16, 17 e 18.

Na figura 20 também se observa uma situação típica de pequena propriedade (12 hectares no total, dos quais oito aproveitáveis para uso agrícola), mas com boa parte da área com plenas condições para o desenvolvimento de atividades mais intensivas. Se a área fosse explorada para o cultivo de grãos, certamente a família teria muitas dificuldades para garantir a sua reprodução.

Para conseguir manter o casal (47 e 42 anos) e os dois filhos homens (com 19 e 23 anos) na propriedade, a família optou por desenvolver um sistema de produção baseado na produção de leite e na criação de suínos. Para isso, está sendo implantado um sistema de pastagem para a produção de leite e foram construídos dois chiqueiros (na parte superior direita da figura pode-se observar parte do telhado de um dos chiqueiros) que lhes permite produzir, em parceria com a Sadia, três lotes de 550 animais, totalizando em média 1650 suínos terminados por ano.

Deve-se destacar que esta produção de suínos só pode ser desenvolvida porque a alimentação é toda fornecida pela empresa integradora, não precisando a família destinar parte da área para produzir o milho para alimentar os porcos. Com isso, pode destinar praticamente toda a área agricultável para a produção de leite, com o que tem

sido possível manter um plantel médio de 15 vacas em lactação. Este sistema permite que a família consiga obter uma renda média para cada uma das quatro pessoas adultas de aproximadamente R$ 350,00 mensais (em torno de 1,5 salários mínimos).

Figura 20. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

Tanto no caso representado na figura 19 quanto na figura 20 percebe-se que, além do acesso a ativos de capital natural em condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas intensivas, também é crucial o acesso a outros ativos produzidos, como é o caso das instalações e equipamentos para a criação de suínos (chiqueiro e depósito para ração) ou para a produção de leite (estábulo, sala de ordenha, ordenhadeira, resfriador, implantação de pastagens permanentes e montagem dos piquetes), animais para engorda e vacas leiteiras. Da mesma forma, é imprescindível o acesso a linhas especiais de crédito (relações com o Estado), bem como um tipo de acesso especial com o mercado (nos dois casos as famílias conseguiram acesso ao mercado para o leite por meio da associação a pequenas cooperativas locais de produtores que fazem a ligação dos produtores locais com mercados mais amplos). Por fim, estes casos também são representativos de situações em que os agricultores têm uma densa participação em instituições locais (sindicatos, cooperativas, associações de produtores, conselhos comunitários).

Existem, nestas situações, evidências de que o acesso a ativos e a atores potencializa a participação destas famílias nos três níveis de ação que Bebbington reputa como fundamentais para não apenas ganhar a vida, mas ao mesmo tempo dar-lhe sentido e poder para transformar as situações, oportunizando-lhes melhorar a qualidade de vida.

Nas figuras 21 e 22 também é possível observar explorações de pequeno porte (menos de 8 hectares) com recursos naturais que apresentam condições para as práticas agrícolas.

Figura 21. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

Figura 22. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões muito reduzidas, na microrregião de Três Passos/RS.

Nestas situações, é possível desenvolver sistemas de produção mais intensivos, com o uso de tração animal e força humana, com boa margem de contribuição por unidade de terra e de trabalho, como é o caso da cultura do fumo que aparece em

destaque, tanto nas imagens da figura 21 quanto da figura 22. Nas mesmas condições também poderiam ser citadas a fruticultura e a horticultura, sem falar que nas duas situações poderiam ser implantados sistemas semelhantes aos da figura 19 ou 20 privilegiando a produção de leite.

As situações representadas pelas figuras 19 a 22, envolvendo pequenas explorações com recursos naturais favoráveis à especialização em uma ou em ambas as produções animais (leite e suínos), ou então produções vegetais de caráter intensivo (fumo, hortifrutis), incluem aproximadamente 25% das famílias rurais da microrregião.

Existe uma diferença importante entre as famílias cuja situação se assemelha mais com as características representadas nas figuras 21 e 22 e as famílias cuja situação é mais próxima daquelas apresentadas nas figuras 19 e 20 e ela se relaciona à natureza do acesso a outros ativos de capital e, em especial, a outros atores. Esta diferença será discutida mais adiante, mas é possível adiantar que as estratégias das famílias que têm acesso e o tipo de utilização de ativos de capital natural semelhantes aos apresentados nas figuras 21 e 22 são construídas com base numa teia de relações menos densa, especialmente aquelas que se reportam ao Estado e à sociedade civil, preferindo relacionamentos mais diretos com organizações do mercado, como é o caso da cultura do fumo.

Outro conjunto significativo de famílias da microrregião de Três Passos possui explorações com características semelhantes às que aparecem na seqüência de figuras apresentadas a seguir. As figuras 23 e 24 mostram explorações que possuem uma área média útil que varia de 10 a 20 hectares, com pelo menos parte da área em condições de implantação de culturas anuais (soja, milho), mas insuficiente para poder tirar o sustento da família apenas com este tipo de atividade. Nestas situações, a renda necessária para garantir a reprodução social da unidade familiar é normalmente buscada a partir de uma pequena produção de grãos (soja é o caso mais freqüente), associada a uma produção animal (leite na maioria dos casos).

Figura 23. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões pequenas, na microrregião de Três Passos/RS.

Na figura 23, por exemplo, observa-se uma paisagem rural ocupada por várias famílias explorando os recursos naturais de pequenos estabelecimentos. Algumas explorações, dependendo do tamanho da área mecanizável, até dispõem de trator e algum tipo de equipamento para as operações de preparo do solo e plantio. A maioria, no entanto, ainda implanta as atividades apenas com o uso da tração animal (figura 24) ou então pagando serviço para algum vizinho que possui o trator. Pelos dados da figura número 08 do Capítulo II e as observações realizadas na microrregião é possível estimar que em torno de 30% das famílias rurais possuem recursos naturais semelhantes aos que aparecem nas figuras número 23 e 24.

Figura 24. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória, mas dimensões pequenas, na microrregião de Três Passos/RS.

Observa-se também na região uma paisagem onde predominam terrenos com relevo ondulado a levemente ondulado, em grande parte mecanizáveis e com uma maior presença de explorações de porte médio (entre 20 e 50 hectares). As figuras número 25 e 26 fornecem uma idéia de como se apresentam as explorações com estas características na paisagem local, as quais, como observado na figura número 08 do Capítulo II, representam em torno de 10% das famílias rurais da microrregião de Três Passos.

Em ambas as situações os recursos naturais permitem uma trajetória de reprodução para as famílias a partir de estratégias envolvendo essencialmente atividades agropecuárias, com destaque para a produção de grãos, ancoradas numa diversificada e farta produção de subsistência. É neste tipo de família, no entanto, que se concentra a maior presença de terminadores de suínos no sistema de parceria com a Sadia de Três Passos. A funcionalidade da parceria com este tipo de unidade familiar se deve, por um lado, pela capacidade de pagamento do investimento das instalações necessárias por parte das famílias e, por outro, pela complementaridade de renda que este sistema oferece com baixo envolvimento de trabalho (duas a três horas diárias de uma unidade

de trabalho), não comprometendo a produção de grãos que permanece como atividade principal.

Figura 25. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho médio, na microrregião de Três Passos/RS.

Figura 26. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho médio, na microrregião de Três Passos/RS.

Também nestes casos podem ser encontradas explorações cujas famílias optam pela especialização completa na produção de leite, destinando a totalidade dos recursos naturais para a produção de alimentos para o rebanho leiteiro e uma produção complementar destinada à subsistência doméstica.

O acesso a explorações de maior tamanho de área normalmente faz diferença quando as terras têm relevo mais plano a ondulado e o tipo de solo for próprio para a prática da mecanização, como evidencia a paisagem retratada na figura 27. Nestes casos, o acesso a capital natural normalmente representa a possibilidade de acumulação, tanto de capital natural quanto de mais e melhores capitais produzidos.

Figura 27. Exemplo de acesso a ativos de capital natural por famílias cujos recursos naturais apresentam qualidade satisfatória e explorações de tamanho grande, na microrregião de Três Passos/RS.

Nas condições semelhantes a estas mostradas na figura 27 concentram-se os estabelecimentos da microrregião que possuem mais de 50 hectares e que no todo não chegam a representar 2% das famílias. A reprodução social deste tipo de família pode ser assegurada basicamente pelo cuidado no desenvolvimento das culturas de verão (soja e milho) e de inverno (trigo), com o emprego de práticas que garantam a conservação dos solos e a reposição da fertilidade. Como nestes casos as atividades são completamente mecanizadas, a penosidade do trabalho é mínima e o dispêndio de trabalho é muito reduzido durante o ano, com exceção do período de plantio e de colheita.

O que parece claro, a partir das observações e dos contatos mantidos com famílias rurais e lideranças da microrregião de Três Passos, é que o acesso a ativos de capital natural é bastante diferenciado entre as famílias locais, diferenciação que envolve tanto a distribuição quanto a qualidade destes ativos.

Para algumas famílias o acesso a recursos naturais representa a condição mais importante para, a partir deles, poder acessar outros ativos e, em especial, poder manter boas relações com o mercado, com o Estado e com organizações da sociedade civil, podendo estruturar estratégias de reprodução pautadas em sua essência em atividades

agrícolas. Para outras famílias, no entanto, o tipo e quantidade de recursos naturais a que têm acesso não são suficientes para garantir uma reprodução sustentável no tempo a partir da exploração de tais recursos naturais, forçando-as a compor estratégias de reprodução que incluam outras formas de ganhar a vida para além das atividades agrícolas.

Melhorar o acesso à terra na microrregião não é uma tarefa fácil. Uma reforma agrária, por exemplo, não cabe, pois não existem áreas ociosas e tampouco grandes propriedades passíveis de desapropriação. Por outro lado, as terras colocadas à venda por famílias que desistiram de continuar a explorá-las normalmente são terras de baixa qualidade, com problemas de declividade ou então por apresentarem solos de baixa profundidade, com presença de pedras e, por conseqüência, com baixa capacidade para produções anuais.

Algumas famílias, normalmente constituídas de casais novos, têm se instalado na região por meio da compra de explorações via Banco da Terra. Apesar de normalmente instaladas em áreas não muito favoráveis para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, algumas destas famílias que foram contatadas no período de levantamento de informações a campo estavam bastante entusiasmadas, particularmente pelas condições favoráveis do financiamento para a compra da terra (20 anos para pagar, com três anos de carência, juros de 6% ao ano, com rebate de 50% para pagamento em dia) e para montar a base inicial da exploração, como a construção de instalações, aquisição de máquinas e equipamentos, a compra de animais, a correção dos solos e a implantação do sistema de produção. Como beneficiárias do Banco da Terra, elas têm acesso a financiamentos na linha do Pronaf A, que oferece condições privilegiadas como 10 anos para pagar, três anos de carência e taxa de juros de 1,15% ao ano com rebate de 40%.

Como não existe nenhum programa de reestruturação ou reordenamento fundiário, o que tem se observado com freqüência crescente na microrregião de Três Passos é a iniciativa individual de alguns empresários urbanos que estão comprando terras de produtores descapitalizados, particularmente nas áreas de relevo mais acidentado e solos mais degradados, pagando valores baixos pela terra, cercando a propriedade para criar gado. As poucas explorações com mais de 100 hectares em sua maioria decorrem deste processo.

Um procedimento que poderia ao mesmo tempo conter uma tendência de concentração fundiária e oferecer possibilidade de reprodução social para muitas famílias que dispõem de recursos naturais de baixa qualidade poderia associar uma perspectiva de garantia de um nível de renda mínima com um programa de utilização das suas unidades de produção para projetos de recuperação florestal, a implantação de culturas permanentes (silvicultura, fruticultura) e em alguns casos a implantação de pastagens naturais e a criação de animais. Como seriam atividades de ciclo mais longo e a maioria das famílias não teria como esperar longos períodos para converter o resultado de suas atividades em renda, tais iniciativas teriam que ser articuladas em programas socioeconômicos mais amplos.

Programas de reflorestamento, por exemplo, poderiam ser articulados entre o poder público local, empresas do setor madeireiro e as famílias, garantindo-se não só a progressiva substituição dos atuais sistemas, mas especialmente assegurando o adiantamento de um montante de renda considerado necessário para que aquelas famílias garantam sua sustentação até que o novo sistema possa por si remunerar o trabalho das pessoas envolvidas.

Em algumas situações poder-se-ia até pensar em formas de transferência simples de renda para remunerar o trabalho de famílias rurais que simplesmente estariam

ocupadas com programas de proteção de recursos ambientais (bens públicos), no quadro de preocupações locais/regionais de promoção de turismo rural, proteção e conservação da natureza. Neste caso, ter-se-ia que dimensionar quanto a sociedade estaria disposta a pagar para que determinadas famílias passassem a desempenhar a função de "guardiãs da natureza" em vez de continuarem depredando-a com a prática de sistemas produtivos intensivos e que assim mesmo não lhes rendem o suficiente para garantir-lhes uma vida digna. Além da isenção de tributos, como o Imposto Territorial Rural, poderia se pensar na criação de prêmios ou estímulos para áreas de preservação, garantindo a manutenção das famílias nas suas explorações, através do pagamento de uma renda mínima, com a contrapartida de que elas vão se empenhar na recuperação e proteção dos recursos naturais. No médio prazo a região não só teria uma nova paisagem, como também poderia, aí sim, pensar em utilizar esta nova paisagem para o estímulo a atividades turísticas, por exemplo.

3.2.2 Capital construído e trajetórias de reprodução

Como visto no Capítulo I, os ativos de capital construído incluem tanto recursos materiais ou físicos, como recursos financeiros. Bebbington et al. (2002, p. 97) subdividem estes ativos em três categorias básicas, a saber: a) ativos coletivos, relacionados principalmente a obras de infra-estrutura, aos quais a grande maioria dos moradores, ainda que não necessariamente todos, têm acesso; b) ativos para uso privado de membros de grupos ou associações; c) ativos que são apropriados e utilizados de forma privada pelas famílias e indivíduos.

Assim, em vez de destacar apenas o que as famílias dispõem em termos de recursos físicos e financeiros para poderem organizar suas atividades produtivas, o esforço de análise está voltado para as condições de acesso das famílias rurais da microrregião de Três Passos a estas distintas categorias de ativos de capital construído e o seu significado na composição das estratégias de reprodução destas famílias.

O acesso a ativos de capital construído de uso coletivo é importante para a análise do processo de desenvolvimento rural local visto que, de um lado, eles possuem uma abrangência maior e com isso tendem a beneficiar um número maior de famílias e moradores e, de outro, pelo fato de freqüentemente constituírem-se em pré-requisitos para o acesso a outros ativos de capital, assim como facilitadores para o acesso ao mercado, ao Estado e a organizações de representação de seus interesses mais diversos. Além do mais, deve permitir também avaliar a atuação dos agentes, públicos e privados, no fornecimento deste tipo de recursos que podem ser qualificados de maneira geral como bens públicos.

As estradas, por exemplo, são essenciais para fortalecer o acesso a outros ativos coletivos e privados, facilitando a presença e a freqüência de serviços e instituições, públicas e privadas. Uma boa estrutura viária, com estradas ou caminhos apresentando boas condições de tráfego, é importante para garantir que ativos e atores cheguem até as famílias garantindo-lhes não só o acesso a recursos materiais e serviços necessários para o desenvolvimento dos processos produtivos, mas também a bens e serviços voltados à melhoria das suas condições de vida, facilitando por exemplo o acesso de agentes de saúde, professores, representantes de instituições em geral (sindicatos, cooperativas, padres ou pastores, poder público, etc.). Também é importante para facilitar o acesso das famílias a ativos e atores que normalmente são disponibilizados fora da comunidade, podendo incluir desde o recebimento de pensões ou aposentadorias, como a venda de produções, compras de insumos e bens de consumo para uso da família,

acesso a crédito, participação de reuniões, cursos, treinamentos realizados fora da localidade, atendimento hospitalar, dentre outros.

De maneira geral, pode-se afirmar que a malha rodoviária existente na microrregião de Três Passos é ampla o suficiente para atingir a praticamente todas as localidades do meio rural. Quanto à qualidade desta malha rodoviária, no entanto, não se pode falar de maneira genérica, pois em algumas localidades ela se apresenta com melhores condições de trafegabilidade do que em outras, resultando que ofertantes de bens e serviços podem predispor-se a dar melhor atendimento para algumas famílias do que a outras em função da simples facilidade de acesso a elas. Não é de graça que o delineamento do fluxo das linhas de coleta de leite privilegie alguns roteiros e não outros. Ou então que a adesão de parceiros terminadores de suínos junto à Sadia dependa da facilidade de acesso dos caminhões que fazem a entrega dos leitões e da ração e que recolhem os animais prontos para o abate.

As localidades nas quais as estradas se apresentam em piores condições de trânsito e que tendem a se manter por períodos mais longos nestas condições são aquelas onde predominam condições de relevo mais acidentado e onde se concentram as famílias mais pobres. Foi marcante o fato de muitas famílias pobres terem reclamado da ação do poder público local que, segundo elas, priorizam obras e ações nas localidades onde moram parentes, integrantes da mesma corrente política ou onde predominam famílias que apresentam condições socioeconômicas mais favoráveis. As prefeituras, por sua vez, justificam as piores condições das estradas nestas localidades em função das dificuldades do próprio terreno.

A própria política de concentração de escolas em localidades pólo nas zonas rurais contribui não só para o empobrecimento relativo de muitas localidades pelo fechamento de escolas, como também favorece a concentração de obras de infra-estrutura no entorno destes locais pólo. Isto vale também para outras obras de infra-estrutura como acesso a telefone público, rede elétrica, poços artesianos, postos de atendimento à saúde, salões comunitários, etc.

Pelas características da agricultura da microrregião de Três Passos, a própria Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf pode ser considerada no âmbito dos ativos de capital produzido de caráter coletivo na medida em que pode, em princípio, alcançar a grande maioria das famílias locais. Segundo dados do Escritório Regional da Emater de Três Passos, este município figura entre os que apresentam, relativamente, o maior número de financiamentos do Pronaf do país.

Entre os bens e serviços passíveis de serem enquadrados na categoria de ativos de capital construído de uso de grupos de famílias pode-se citar o caso de condomínios rurais onde alguns investimentos são feitos em comum por um número de famílias para facilitar o desenvolvimento de alguns tipos de atividades (condomínios de leite, de suínos) ou para facilitar o acesso a algum tipo de benfeitoria (armazéns para conservação e estocagem de produtos) ou de máquinas e equipamentos. Estes condomínios ou associações de produtores podem derivar de relações de parentesco, vizinhança ou meramente econômicas. Normalmente surgem a partir da provocação inicial e até mesmo do apoio do poder público, mas se constituem basicamente como iniciativas privadas.

Na microrregião de Três Passos não foi identificada nenhuma iniciativa relacionada a condomínio leiteiro ou condomínio de suínos. Os casos mais comuns de acesso grupal a ativos de capital construído se referem a associações entre famílias para aquisição de equipamentos especializados, como distribuidores de esterco e ensiladeiras, podendo envolver em alguns casos até 20 famílias. O que estimula a formação de um grupo, nestes casos, não é tanto o valor do investimento, normalmente

baixo, mas o pouco tempo de utilização do bem ao longo do ano e a possibilidade de uso em períodos distintos por parte dos associados sem prejuízo das suas atividades.

Poderiam ser incluídos no rol dos ativos construídos de uso grupal ou ativos tipo "clube", como denominam Bebbington et al. (2002, p. 97), os investimentos realizados na microrregião de Três Passos a partir do surgimento de pequenas cooperativas de produtores ligados à produção de leite, concretizados na instalação de postos locais de recebimento e resfriamento de leite e de maneira particular nos projetos de criação de terneiras. Não se trata da posse grupal das instalações e dos bens da cooperativa em si que, em sua grande parte, foram tornados realidade por meio de recursos públicos ou via empréstimos cobertos pela própria atividade cooperativa, mas o que este tipo de iniciativa representa para as famílias envolvidas, em sua maioria candidatas potenciais à exclusão dos mercados tradicionais. Além de poder pertencer a uma linha de coleta e de ter acesso aos mercados, fazer parte deste clube também representa a possibilidade de continuar acessando ativos coletivos. As estradas têm que permanecer em condições de uso para que os freteiros possam recolher o leite. Com as estradas em boas condições as crianças podem ir à escola. O acesso a energia elétrica, por sua vez, é condição para garantir o resfriamento do produto na unidade de produção do momento da ordenha até o momento da coleta.

Uma das manifestações de maior ampliação ao acesso de ativos de capital construído de uso individual para as famílias que produzem leite para vender, mas cujo acesso para algumas delas decorre do fato de pertencerem a uma cooperativa, é a que envolve projetos de criação de terneiras. Para a constituição de um rebanho leiteiro qualificado as famílias da microrregião normalmente recorrem à compra de alguns animais. Além do preço elevado[41], quando os animais são adquiridos de regiões mais distantes[42] existe um problema que envolve a sua adaptação às condições agroecológicas locais, normalmente distintas das condições originais, podendo não raras vezes representar rendimentos bem abaixo do potencial, quando não na perda de animais.

As famílias que pertencem ao "clube[43]" de associados de uma das cooperativas da microrregião (Cooperlab de Lajeado Bonito/Tiradentes do Sul) podem se beneficiar de uma de suas iniciativas voltada especialmente para a criação de terneiras. Neste caso, as terneiras nascidas de seus próprios rebanhos, a partir de esforços voltados ao melhoramento genético via inseminação artificial, são levadas para uma área comum de pastagens naturais controlada pela própria cooperativa. Neste local um técnico, sob a supervisão de um médico veterinário, dá atendimento para em média 75 terneiras, controlando peso, doenças e sistema de alimentação. Com aproximadamente dez meses os animais são devolvidos às famílias pesando em média 350 quilos, sendo inseminados entre 12 e 15 meses e, por conseqüência, chegando ao primeiro parto normalmente com menos de dois anos. Além de entrarem em produção mais cedo, pois tradicionalmente a primeira cria acontece com animais de 2,5 a três anos de idade, o custo para as famílias fica em torno de 30% do preço de uma novilha prenhe ou vaca em produção, sem contar que o valor é pago em litros de leite, sem envolver desembolso em dinheiro.

[41] O preço de uma novilha ou de uma vaca em produção varia entre R$ 1.200,00 a 1.500,00.

[42] Nos anos oitenta foi muito comum a aquisição de animais vindos do Uruguai e da Argentina. Nos anos noventa a região comprou muitas vacas provenientes da bacia leiteira gaúcha mais tradicional, em especial dos municípios de Teutônia e Carlos Barbosa.

[43] Considera-se um tipo de acesso de ativos de uso grupal ou de clube pelo fato de estar restrito a um grupo de aproximadamente 500 famílias associadas à cooperativa num universo de pouco mais de 5.000 famílias rurais da microrregião.

Se o número e o rendimento médio dos animais evoluíram em média 15% nos últimos oito anos na microrregião como um todo, como se observou na figura número 07, iniciativas como esta voltada à criação de terneiras, somada com o estímulo à implementação de sistemas de criação essencialmente a pasto, contribuíram para que no município sede desta cooperativa tenha havido um crescimento médio de 35% no rebanho leiteiro e de 50% no rendimento médio dos animais.

Entre os demais ativos de uso individual aos quais em geral as famílias tiveram um acesso ampliado recentemente destacam-se aqueles que em princípio as capacitam para levar adiante sistemas produtivos particulares. Dentre estes merece destaque o acesso a equipamentos para potencializar a pecuária de leite, tais como ordenhadeira, salas de ordenha, resfriadores, implantação de pastagens permanentes em sistemas de piquetes. Para facilitar o acesso a este tipo de ativos tem sido fundamental para a maioria das famílias o acesso a financiamentos pelo sistema Pronaf. Como se pode observar na figura 28, as instalações apresentam uma estrutura simples, mas ao mesmo tempo funcionais.

Figura 28. Exemplo de sala de ordenha num sistema de criação leiteiro na microrregião de Três Passos/RS.

Neste caso observa-se uma situação em que são ordenhados dois animais por vez com a utilização de uma ordenhadeira de dois conjuntos de teteiras. O leite vai direto para uma sala ao lado onde se encontra o resfriador no qual o produto fica armazenado até o momento da coleta. Como se observa na figura, a construção fica junto da área de pastagem de onde os animais saem somente no momento da ordenha, entrando em duplas por uma rampa de entrada em concreto até se localizar na parte plana que fica geralmente a sessenta centímetros do chão. À frente existe um coxo móvel de madeira onde os animais são tratados durante a ordenha (ração, mandioca ou cana picada). Na parte de traz existe uma abertura no chão coberta com grade de ferro onde caem a urina e as fezes dos animais no momento da ordenha. Terminada a ordenha o cocho é

removido por um sistema de roldanas e os animais saem pela rampa da frente direto num corredor de cerca elétrica para então entrar no piquete onde permanecerão até a próxima ordenha.

Outro ativo de capital construído ao qual muitas famílias têm tido acesso nos últimos quatro anos refere-se a galpão e estufas para a cultura do fumo, acesso este garantido graças à política de expansão das principais empresas fumageiras com atuação na microrregião e, em particular, à política de financiamento aos fumicultores diretamente pelas empresas que, além das instalações, também financiam e disponibilizam todo o pacote de insumos utilizados na cultura. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Passos, houve um incremento de 84% no número de produtores de fumo neste município no ano de 2002 comparativamente a 2001, expansão garantida especialmente pela entrada em operação de duas novas empresas na microrregião entre 2000 e 2001. Existe segurança de acesso ao mercado por parte das famílias, ainda que ele deva ser feito compulsoriamente com a firma com a qual foram firmados os contratos. Da mesma forma que é possível registrar este processo de expansão do acesso, a história da microrregião registra muitos contextos em que famílias pararam com o cultivo do fumo e principalmente os galpões foram abandonados ou então readaptados para outras finalidades.

Ainda que os recursos naturais da microrregião não sejam muito favoráveis à mecanização, mesmo assim existe uma trajetória de acumulação em ativos de capital construído no tocante a máquinas e equipamentos destinados à produção mecanizada, como se observa nos dados da tabela número 05. Mesmo que pelos números mais recentes menos de dez por cento das famílias rurais da microrregião de Três Passos tenha acesso ao trator, percebe-se uma tendência de ampliação ao acesso dos anos setenta até meados dos anos noventa.

Tabela 05. Número de equipamentos e máquinas agrícolas na Microrregião de Três Passos – 1970–1995.

ANO	Arado tração animal	Arado tração mecânica	Tratores	Colheitadeiras
1970	9639	17	22	58
1975	10375	300	139	46
1980	10756	447	257	58
1985	10959	450	346	168
1995	7951	572	469	191

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do Núcleo de Banco de Dados IPD/FIDENE/Ijuí

Os dados da tabela número 05 confirmam a forte presença da tração animal como instrumento privilegiado para trabalhar os solos da região, o que se explica pelas condições dos ativos de capital natural predominantes na microrregião (relevo acidentado e solos com presença de pedras).

Para as famílias que moram em localidades mais distantes das estradas principais de acesso à sede do município torna-se importante ter acesso a algum meio de transporte, tanto para a locomoção de pessoas como de algumas mercadorias. Estes meios de transporte incluem carroças, bicicletas, motocicletas e automóveis (fusca, brasília, ford corcel e del rey), em sua maioria produzidos nos anos setenta e oitenta.

O ativo de capital construído ao qual o acesso das famílias rurais da microrregião de Três Passos tem apresentado a menor evolução, quando não piorado, nos últimos vinte a trinta anos se refere às condições das habitações residenciais. Não foi difícil observar ao longo de 2002, período em que foi desenvolvido o trabalho de campo, reformas e até mesmo novas construções de galpões, estábulos, chiqueiros, mas as casas em sua maioria permanecem, com raras exceções, sem pintura e sem reformas.

A ausência de planos de financiamento para habitações no meio rural e a facilidade para acessar linhas especiais de crédito para financiar obras ligadas ao processo produtivo podem explicar este comportamento.

As exceções neste caso estão relacionadas à instalação de água encanada diretamente de fontes existentes nas proximidades[44] ou da participação em associações ligadas a poços artesianos comunitários, bem como a construção de sanitários domésticos junto à própria casa e construção de fossas para os dejetos. Deve-se registrar igualmente que a grande maioria das residências tem acesso a energia elétrica e as famílias que estão em melhores condições socioeconômicas já contam com antenas para captação de sinal de telefonia celular. Também com expansão significativa nas residências é a presença de antenas parabólicas permitindo às famílias rurais captarem sinais dos principais canais de televisão aberta, ainda que o rádio permaneça como o principal veículo de comunicação no meio rural.

Além das empresas ligadas ao setor fumageiro que, como visto, costumam manter uma relação direta com os agricultores integrados não só garantindo o acesso a insumos e ao mercado, mas também facilitando o acesso às instalações necessárias, outros atores jogam diferentes papéis no sentido de facilitar ou negar o acesso a ativos de capital construído às famílias rurais na microrregião de Três Passos. Este é o caso do seleto[45] grupo de famílias que mantém parceria com o Frigorífico Sadia, unidade de Três Passos, para a terminação de suínos. Neste caso, a empresa se encarrega do fornecimento dos leitões, da alimentação e dos medicamentos necessários, bem como garante o acesso ao mercado para os seus parceiros. No caso da suinocultura há que se registrar também que a administração pública local é forte parceira no estímulo à atividade, tendo capitaneado um movimento para a expansão da criação de suínos na região, já que esta era uma das condições para que a Sadia mantivesse sua planta industrial em operação no município de Três Passos. Para tanto a prefeitura criou o PES – Programa de Expansão da Suinocultura[46], auxiliando com recursos próprios nos investimentos dos produtores locais.

Os esforços realmente causaram impacto no volume de produção, pois no final de 2000 o município já respondia por 26% do volume de animais abatidos pela unidade local da Sadia. Este acréscimo no volume de produção, no entanto, foi conquistado com a inclusão de um número muito pequeno de famílias (68 produtores parceiros). O reduzido número de famílias parceiras pode ser explicado em função de barreiras que dificultam a entrada nesta atividade. Uma destas barreiras diz respeito ao atendimento das condições ambientais, pois a implantação de um projeto de criação de suínos deve ter licença do Ibama expedida por técnicos da Fepam (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente), cuja concessão depende principalmente da distância das instalações de fontes e córregos d'água e da construção de um tanque com proteção de lona plástica para recolher e conservar os dejetos oriundos da limpeza das instalações (fezes e urina) até estarem em condições de aproveitamento como adubo orgânico.

Outra barreira tem a ver com as condições de acesso ao local, pois para a empresa interessa ter economia de escala tanto para a entrega de leitões e ração, quanto

[44] Registre-se neste caso a existência de programas de proteção de nascentes desenvolvidos sob o patrocínio dos escritórios locais da Emater.

[45] Seleto porque, apesar das vantagens oferecidas, em 2002 as famílias que mantinham uma relação de parceria para a terminação de suínos representavam menos de cinco por cento das famílias rurais da microrregião.

[46] O PES foi lançado em fevereiro de 1999 e tinha como meta aumentar o número de criadores e principalmente o volume de produção de suínos já que naquele momento a produção do município representava menos de 4% dos animais abatidos pelo frigorífico local, contrastando com os anos setenta quando Três Passos ostentava o título de Capital Nacional da Suinocultura.

para a coleta de animais prontos, o que normalmente envolve caminhões de médio e grande porte. Por fim, a barreira que está no nível de decisão das famílias tem a ver com o investimento inicial necessário para a construção do chiqueiro e do silo para depósito da ração. O tamanho das instalações está relacionado com os ganhos de escala da empresa integradora, sendo mais estimulados os tamanhos múltiplos de 120 animais. Isto quer dizer que a condição mínima para que uma família possa se tornar parceira terminadora de suínos é ela dispor de instalações para terminar três lotes anuais (em média, um lote a cada 120 dias) de no mínimo 120 cabeças por lote. Não existe *a priori* a possibilidade de ir aumentando a capacidade de produção de maneira incremental, mas sim por tamanho dos lotes (120, 240, 360 animais).

A empresa não oferece nenhum tipo de auxílio na construção de chiqueiros com capacidade para terminar lotes de 120 cabeças de suínos, a qual deve ser bancada exclusivamente com recursos próprios da família interessada. Já as instalações para lotes de 240 cabeças a empresa financia 40% e a família banca os restantes 60%. O máximo que a empresa financia é 50% do valor para lotes maiores que 240 cabeças. As condições oferecidas pela empresa para estes níveis de participação no financiamento são as seguintes: cinco anos para pagar, com um ano de carência e juros de 4% ao ano, com rebate de 30% para pagamento em dia. O produtor pode optar em pagar a prestação anual em uma ou duas parcelas.

O exemplo do investimento realizado por uma família da microrregião pode dar uma idéia mais clara do quanto as instalações podem dificultar o acesso a este tipo de mercado. Para uma instalação capaz de abrigar lotes de 300 cabeças a empresa estimou um investimento no montante de R$ 24.000,00 e, por conseqüência, liberou um financiamento no valor de R$ 12.000,00. Pelos cálculos desta família, a obra final resultou num investimento total de R$ 30.000,00, isto sem contar com grande parte do trabalho envolvido, praticamente todo ele realizado por integrantes do núcleo familiar. Ou seja, a demanda de recursos próprios para concluir a obra e poder então dar início à produção envolveu um montante de R$ 18.000,00, quantia relativamente elevada e fora do alcance da maioria das famílias locais.

As prefeituras, através das Secretarias Municipais da Agricultura e respaldadas pelos Conselhos Municipais de Agropecuária, também têm tomado iniciativas operacionais que de alguma maneira facilitam o acesso a alguns tipos de ativos de capital construído, normalmente relacionados ao fomento de atividades agropecuárias específicas. Segundo o secretário de agricultura do município de Três Passos, a Prefeitura local mantém algumas formas de apoio a projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Para o projeto de apoio à suinocultura (PES) a prefeitura possui três formas de ajuda às famílias: a) auxílio financeiro para ajudar na implantação da infra-estrutura necessária, cujo montante está relacionado ao tamanho do lote de suínos, ou seja, R$ 5,00 por cabeça com um teto superior de R$ 1.500,00. Isto significa que se uma família quiser montar uma infra-estrutura para lotes de 120 cabeças (tamanho mínimo) o auxílio que receberá da prefeitura será equivalente a R$ 600,00 enquanto que o auxílio máximo de R$ 1.500,00 seria concedido para obras de infra-estrutura para terminação de lotes de 300 cabeças ou mais. Estes recursos são fornecidos em materiais utilizados na obra. A solicitação deste tipo de auxílio é encaminhada pela família interessada, sendo necessário juntar à solicitação a concordância da Sadia confirmando a realização da obra nas condições exigidas pela empresa, juntamente com o aval da Fepam. O auxílio é dado tanto para quem está querendo iniciar como para quem está querendo ampliar a atividade, sendo a ampliação normalmente feita no nome de algum outro membro da família (esposa ou filhos); b) auxílio com serviço de máquinas da prefeitura, como

melhoria de acessos e terraplanagem para a construção do chiqueiro e abertura de vala para a construção da estrumeira; c) auxílio na organização e encaminhamento da documentação exigida para a liberação de autorização pela Fepam.

Para o projeto Renda Leite, voltado para os agricultores que apresentam os menores rendimentos, o objetivo é estimular particularmente o sistema de alimentação, sanidade, higiene e o melhoramento do rebanho via inseminação artificial. Para estimular a inseminação artificial, a prefeitura capacita inseminadores nas próprias localidades, adquire e conserva o sêmen e ainda subsidia cada produtor com R$ 8,00 por dose de sêmen. Ao produtor cabe pagar a diferença do preço do sêmen e o serviço do inseminador, o que resulta num custo médio de aproximadamente R$ 20,00 por animal inseminado.

Para melhorar a qualidade das pastagens, a prefeitura paga o equivalente a R$ 8,00 por carga de esterco, até um limite de quatro cargas (média de 8.000 litros/carga) por produtor, serviço este prestado com um caminhão distribuidor da própria prefeitura ou então com pagamento para terceiros que se disponham a fazê-lo. Segundo o secretário de agricultura, este serviço contribui não só para melhorar a qualidade das pastagens e, por conseqüência, os rendimentos leiteiros, mas também contribui para diminuir o risco de contaminação dos solos e águas por dejetos de suínos nas poucas propriedades onde acontece a criação e ajuda a enfrentar o problema de fertilidade nas propriedades onde a produção animal é reduzida. Como a maioria das famílias está adotando o sistema de produção a pasto, no qual há o aproveitamento total do esterco e da urina dos próprios animais que permanecem praticamente o tempo todo a campo, acrescido deste serviço de apoio à distribuição do esterco de suínos que vem de suinocultores das proximidades, diminui bastante a necessidade de complementação para a manutenção e recuperação da fertilidade do solo com fertilizantes químicos, normalmente de custo elevado para os produtores.

Confirmando ter havido uma ampliação relativamente grande na área e no número de produtores de fumo na região nos últimos dois anos, o secretário de agricultura diz que a forma de auxílio da prefeitura, a partir da Secretaria de Agricultura, se dá via serviços de infra-estrutura para a instalação de galpões ou estufas, envolvendo basicamente serviços de terraplanagem que são prestados a partir de uma listagem fornecida pelos técnicos das empresas fumageiras que atuam no município contendo a relação dos agricultores incluídos no rol de produtores integrados daquela companhia. A prefeitura apóia todo o agricultor que pretender entrar nesta atividade, apesar da reação contrária que vem principalmente dos integrantes da Secretaria Municipal da Saúde[47], pelas seguintes razões: pelo fato de a região possuir solos adequados e uma forte presença de minifúndios e o fumo ser uma atividade que exige pouca terra, mas muita mão-de-obra; por ser uma atividade que se adapta bem às pequenas propriedades, mesmo nas áreas mais dobradas onde outra atividade teria poucas condições para se desenvolver; por ser uma atividade para qual as famílias recebem assistência técnica, orientação e cobertura de seguro diretamente das empresas integradoras; por ser uma atividade que gera uma renda alta por unidade de área, comparativamente às demais atividades, além de contribuir para o aumento da renda global gerada no município.

Segundo depoimento do próprio secretário de agricultura do município de Três Passos, "mesmo que não se queira ou não se tenha a intenção, estas políticas de auxílio acabam privilegiando certas famílias em detrimento de outras, diante de um quadro no

[47] A equipe da Secretaria Municipal da Saúde está engajada na luta de combate ao tabagismo pelos malefícios que causa à saúde das pessoas fumantes (ativas ou passivas) e, em função disso, posiciona-se contra o estímulo à produção da matéria prima que dá origem ao cigarro.

qual é muito difícil atingir a todos. Os mais capitalizados tendem normalmente a se beneficiar das iniciativas antes que os menos capitalizados. Só para dar um exemplo, é mais fácil um agricultor que já é parceiro na terminação de suínos beneficiar-se com a ampliação do seu investimento para a construção de estrutura para mais um lote, do que um não parceiro iniciar-se na atividade com um primeiro investimento. Ainda que se tente orientar algum programa para produtores menos capitalizados, o fato de normalmente não estarem organizados em algum tipo de associação dificulta o seu acesso até mesmo à informação de que eles poderiam ser alvo de algum programa".

Frente às condições de acesso aos ativos de capital natural analisadas anteriormente, pode-se assumir que os capitais construídos apropriados individualmente pelas famílias geralmente não jogam um papel destacado na composição das estratégias de reprodução das famílias da microrregião de Três Passos. Dizendo de outra forma, não é o acesso aos ativos de capital construído que em geral capacita as famílias a acessar outros ativos de capital e até mesmo para acessar outros atores das esferas do mercado, do Estado ou da sociedade civil. O acesso ao mercado, às organizações civis e aos serviços e benesses oferecidos pelas agências públicas dificilmente é condicionado à existência de ativos de capital construído, com exceção talvez para a suinocultura, cujo relacionamento com o mercado depende da disponibilidade de instalações.

Como disse o secretário de agricultura do município de Três Passos, até existem programas voltados prioritariamente às famílias menos capitalizadas, mas muitas vezes elas não são atingidas porque não chegam nem mesmo a tomar conhecimento da existência de tais programas, até pelo fato serem parte de um tipo de público que normalmente possui fraca participação e organização. A natureza e as condições de acesso a ativos de capital natural, portanto, interferem não apenas no acesso e na combinação dos ativos de capital construído, como também na composição das estratégias das famílias rurais na microrregião de Três Passos.

O conjunto de recursos materiais e financeiros que estas famílias têm acessado pode até ser importante para potencializar as ações instrumentais que lhes garantem sobreviver. Pode até mesmo ter dado um significado à ação de algumas destas famílias, como é o caso relatado de algumas pessoas ou famílias que já vivenciaram estratégias de vida baseadas no assalariamento em regiões industrializadas (região do calçado, por exemplo) e que agora se sentem mais seguras e felizes fazendo o que fazem no meio rural. É difícil, no entanto, imaginar-se algum tipo de ação emancipatória sendo potencializada a partir do acesso particular de algum tipo de ativo de capital produzido.

Pelo que representam enquanto facilitadores para oportunizar o acesso a outros ativos de capital, ao mercado e a entes públicos e civis capazes de potencializar suas ações, pode-se dizer que alguns ativos de capital construído de uso coletivo, também chamados de bens públicos, são mais importantes para as estratégias de vida da maioria das famílias rurais da microrregião de Três Passos do que os recursos materiais apropriados individualmente por cada um dos tipos de famílias ou até mesmo por pequenos grupos familiares. Incluem-se nesta categoria de ativos as obras de infra-estrutura de interesse público, tais como estradas em boas condições, rede elétrica, rede de abastecimento de água potável, linhas telefônicas, espaço físico para funcionamento de escolas, atendimento à saúde, realização de atividades religiosas, culturais, sociais e desportivas dos integrantes da comunidade.

Pela ordem, pode-se destacar também o papel representado para o conjunto das famílias rurais do acesso a recursos financeiros via linhas especiais de crédito como aquelas do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa do RS Rural (Programa do Governo do Estado com recursos do Banco Mundial).

Além da poupança financeira própria e aquela passível de ser obtida via empréstimos, outras formas de ativos devem ser incorporados entre os recursos financeiros, em especial aqueles que, nos momentos ou períodos de dificuldades, podem ser facilmente convertidos em dinheiro ou mesmo em consumo, dentre os quais se incluem animais de produção e de trabalho, produtos estocados, recursos naturais. Como diz um produtor de leite da região "o melhor negócio é pegar dinheiro do Pronaf e comprar vacas ou novilhas, pois se der seca ou qualquer outro imprevisto, pelo menos se tem as vacas" e algumas delas, em situações emergenciais, podem se converter em meios de vida (subsistência) ou dinheiro vivo para liquidar dívidas ou outros compromissos.

3.2.3 Capital humano e estratégias de reprodução

Os ativos de capital humano, como foi visto no Capítulo I, referem-se à capacidade de trabalho das pessoas ou das famílias e o seu acesso está relacionado principalmente aos atributos educação, saúde, destreza e habilidade (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4; ELLIS, 2000, p. 33). Assim, a análise do capital humano e a forma como as pessoas utilizam este tipo de ativo para compor as suas estratégias de reprodução deve estar embasada na avaliação da própria estrutura populacional e das condições que esta população dispõe para melhorar o seu nível de conhecimento (educação formal e informal) e de saúde, bem como suas habilidades ou aptidões.

O estudo dos ativos de capital humano e as suas relações com a composição das estratégias de reprodução das famílias rurais na microrregião de Três Passos, portanto, parte de uma análise mais geral sobre a dinâmica populacional para então se debruçar na avaliação de indicadores de acesso à educação e saúde, assim como de mecanismos utilizados pelas famílias para melhorar as habilidades e aptidões de seus membros.

Como a oferta e a qualidade dos serviços de educação, de saúde, de treinamento e capacitação, fundamentais para aumentar o nível de capital humano, dependem essencialmente de políticas e de recursos públicos, torna-se evidente a necessidade de relacionar o acesso das famílias a esses atributos em função de suas relações com o Estado, sem desconhecer e referenciar as situações em que o acesso dependa de ações de organizações privadas e civis. Uma oferta desigual destes serviços pode resultar em tendências de ampliação das desigualdades no acesso de capital humano, especialmente nas áreas rurais e regiões mais pobres.

A reflexão sobre a dinâmica populacional da microrregião de Três Passos se fundamenta no comportamento da população local em termos da sua composição entre moradores urbanos e rurais, bem como em função da faixa etária por gênero, relacionando, quando necessário, com o comportamento populacional da região Noroeste Colonial como um todo. A figura número 29 dá uma visão do comportamento da população total e a sua decomposição entre moradores do meio rural e do meio urbano na microrregião de Três Passos, observando-se um ritmo de crescimento mais ou menos constante do início dos anos sessenta até o final dos anos oitenta, quando tal tendência se inverte.

Entre 1988 e 2002 a microrregião perde em torno de 13.000 habitantes[48] (27%), sendo que mais da metade desta redução acontece entre 1988 e 1991, período em que

[48] A microrregião de Três Passos, constituída pelos atuais municípios de Três Passos, Tiradentes do Sul e Esperança do Sul, só perde área e população por desmembramento territorial entre 1992 e 1993 quando parte da área e da população do município de Três Passos é incorporada ao novo município de Bom Progresso. Na época, a população rural que pertencia a Três Passos e que passa a integrar o novo município foi de aproximadamente mil habitantes.

não há nenhum processo de desmembramento territorial. Como a população urbana tende a se manter constante na faixa de 20 mil habitantes desde 1988 até o final do período em análise, pode-se ver que a diminuição da população total acompanha o ritmo e a intensidade de diminuição da população rural.

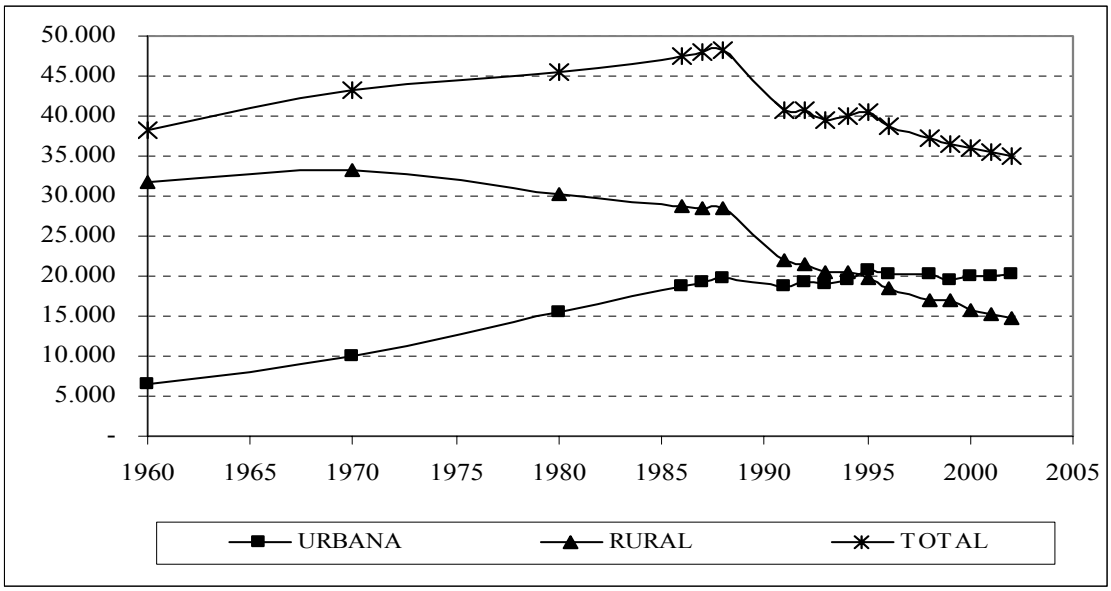

Figura 29. População rural, urbana e total – microrregião Três Passos/RS, 1960 a 2002.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Pode-se inferir ainda da observação da figura número 29 que, como a diminuição da população rural não é compensada com um aumento correspondente da população urbana da microrregião, existe evidência para inferir que a migração passa a se constituir numa opção para as estratégias das famílias rurais a partir do final dos anos oitenta, tendência esta reforçada a partir de meados dos anos noventa e sem nenhum sinal de reversão até o final do período sob análise.

Se a microrregião não está conseguindo absorver em seus espaços urbanos o fluxo migratório da sua populacional rural resta saber se este fluxo se dirige para o território mais próximo ou se esta dinâmica populacional da microrregião é uma manifestação de um processo mais amplo que atinge também as regiões mais próximas. Pode-se ver na figura número 30 que a dinâmica populacional da região Noroeste Colonial apresenta um comportamento semelhante à dinâmica da população observada na microrregião (figura 29).

Também na região maior observa-se uma diminuição absoluta da população rural que se manifesta desde os anos setenta, fluxo este que se dirige principalmente para o meio urbano da própria região até o final dos anos oitenta quando começa a se observar o mesmo processo de esvaziamento populacional, ainda que em ritmo menor, que aquele observado na microrregião (a diminuição da população total entre 1988 e 2002 é de aproximadamente 10% na região Noroeste Colonial contra 27% na microrregião).

Comparando-se a dinâmica populacional a partir da observação das figuras 29 e 30 percebe-se que as grandes tendências são as mesmas para as duas regiões estudadas, mas o momento em que a população urbana supera a população rural acontece em meados dos anos oitenta na região Noroeste Colonial, enquanto que o mesmo só vai acontecer na microrregião de Três Passos dez anos mais tarde, em meados da década de noventa.

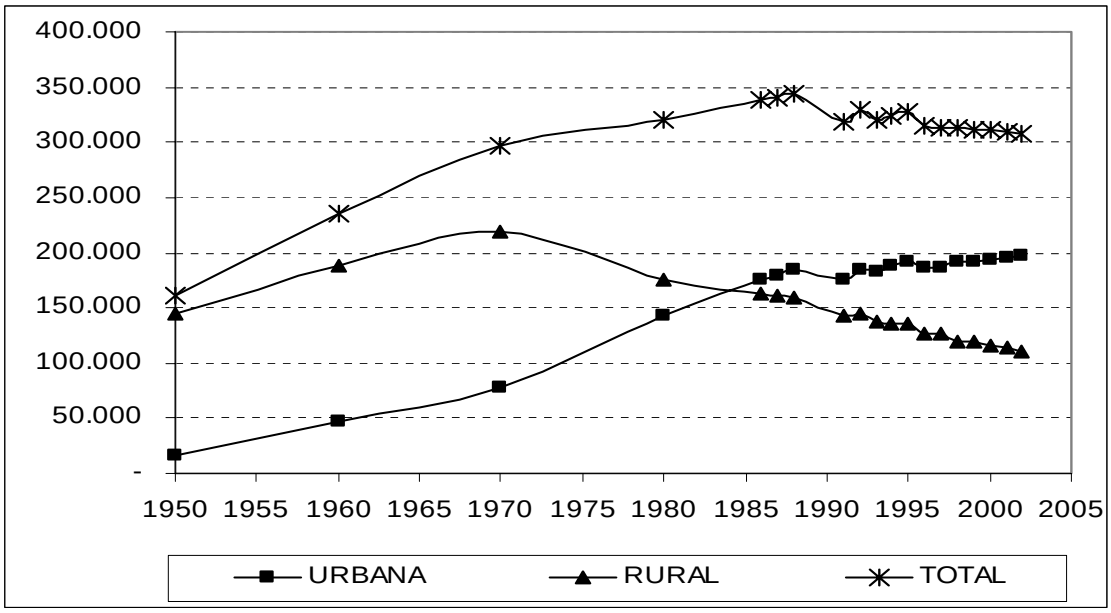

Figura 30. População rural, urbana e total – região Noroeste Colonial/RS, entre 1950 e 2002.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

As tendências observadas indicam que as pessoas que estão saindo da microrregião de Três Passos não estão buscando recompor suas estratégias de reprodução com base num fluxo migratório rural-urbano, e muito menos rural-rural, para localidades mais próximas, o que significa que o fluxo migratório se orienta para regiões mais distantes[49].

Se as primeiras observações sobre a dinâmica populacional indicam que a microrregião de Três Passos vem perdendo recursos humanos em termos absolutos a mais de uma década, redução esta verificada especialmente entre a população do meio rural, resta verificar como se compõe esta população no tempo em termos de faixa etária e em termos de gênero. Do ponto de vista da faixa etária da população, observa-se na tabela 06 uma tendência de diminuição da participação relativa das pessoas mais jovens e uma tendência de aumento na participação relativa das pessoas mais idosas na população total.

Tabela 06. Participação relativa da população por faixa etária na Microrregião de Três Passos/RS – 1960 a 2001.

ANO	0 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	Mais de 60 anos	Total
1960	57,4	26,4	12,7	3,6	100
1970	55,1	27,4	13,0	4,5	100
1980	48,9	29,7	15,0	6,3	100
1996	37,3	29,2	22,3	11,1	100
1997	36,8	29,3	22,9	11,0	100
1998	36,3	29,1	23,4	11,2	100
2000	34,4	27,4	25,2	13,1	100
2001	34,4	27,4	25,2	13,1	100

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do Núcleo de Banco de Dados IPD/FIDENE/Ijuí.

[49] Isto foi confirmado nas entrevistas com várias famílias, principalmente nas localidades com maior densidade de pobres rurais, bem como por representantes sindicais e da administração pública locais que enfatizam a migração especialmente da população mais jovem, mas que em alguns casos significou famílias inteiras, que se dirigem para pólos industriais regionais, com destaque para a região do pólo coureiro-calçadista do Vale dos Sinos.

A diminuição da população com até vinte anos de idade representa principalmente uma tendência de diminuição no tamanho das famílias[50]. A migração, especialmente a partir de meados dos anos noventa, é outro fator que explica a diminuição da população com até quarenta anos, indicando que muitos dos novos casais e alguns casais com filhos pequenos estão saindo em busca de outras formas de ganhar a vida em outras localidades. Além da queda da taxa de fertilidade soma-se ainda, portanto, o fato de muitas novas famílias estarem se transferindo para fora da região.

O aumento da participação relativa da população com mais de sessenta anos, por sua vez, explica-se pelo aumento da expectativa de vida. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), a esperança de vida ao nascer para o município de Três Passos passa de 68,2 para 74,8 anos de 1991 a 2000 e a probabilidade de sobrevivência até 60 anos que em 1991 era de 76,3% passa para 87,8% no ano de 2000. O acesso aos benefícios da aposentadoria ao homem e à mulher rural a partir do início dos anos noventa certamente contribui para sustentar estes índices de aumento da participação de idosos na população total da microrregião[51].

A figura número 31 fornece elementos para a análise da composição da população da microrregião de Três Passos, por sexo e por faixa etária.

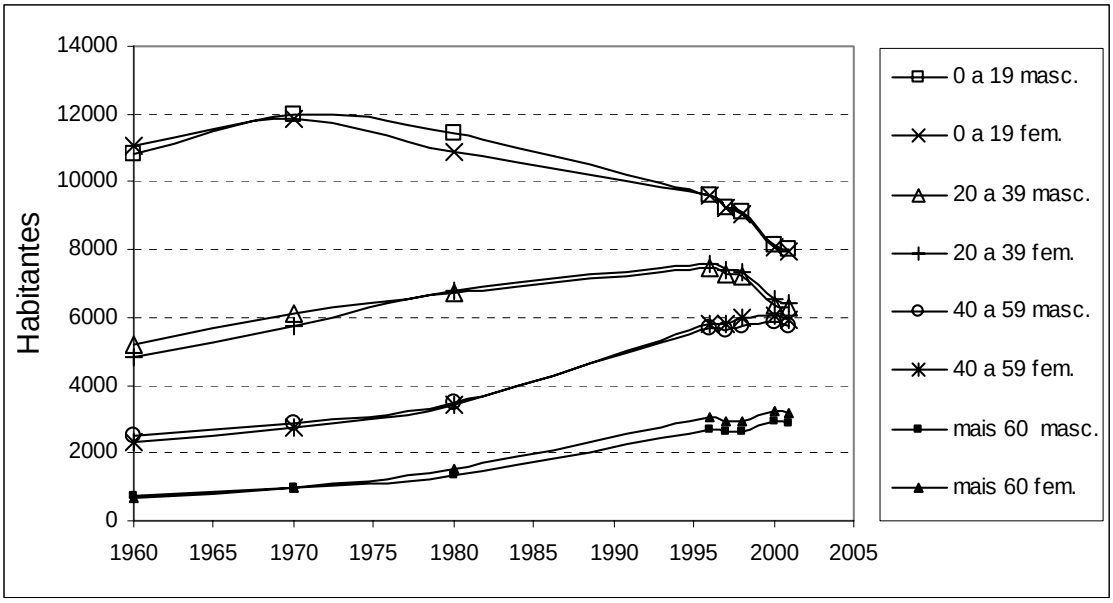

Figura 31. População, por sexo e faixa etária, microrregião Três Passos.
Fonte: elaboração do autor a partir de informações estruturadas pelo NBD/IPD/FIDENE/Ijuí.

Quanto à composição por sexo, percebe-se que somente entre os mais jovens há uma diminuição levemente superior das representantes do sexo feminino

[50] Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a Taxa de Fecundidade Total diminui na microrregião indicando que a média de filhos por mulher que era de 2,5 em 1991 passa para 2,1 em 2000 para o município de Três Passos. Nos dois municípios menores as taxas são um pouco maiores, mas mesmo assim indicam tendência de diminuição entre 1991 e 2000, sendo de 2,9 para 2,6 no município de Esperança do Sul e de 3,1 para 2,6 para o município de Tiradentes do Sul.

[51] Segundo levantamento disponibilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Três Passos, de um total de 6.952 pessoas do meio rural, 2.793 ou 40% eram beneficiárias da Previdência Social como aposentados ou incapacitados permanentes. Estes dados confirmam os resultados das pesquisas sobre o impacto dos benefícios da Previdência Social Rural na sobrevivência de famílias rurais no Brasil, em especial a partir da Constituição de 1988 (ver, por exemplo, DELGADO, 1997; DELGADO & CARDOSO Jr, 2000).

comparativamente aos representantes do sexo masculino, indicando não só a tendência de que quem sai das regiões agrícolas são principalmente os mais jovens, mas também que dentre eles destacam-se as moças, confirmando uma tendência já observada por Abramovay (2000, p. 390) segundo a qual os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes.

Nas demais três faixas etárias ocorre o inverso, destacando-se uma maior participação das mulheres do que dos homens e esta diferença parece ser maior conforme aumenta a idade das pessoas, indicando que a expectativa de vida das mulheres na microrregião tem sido mais elevada do que a expectativa de vida da população masculina. Também pode ser observado na figura número 31 que é bastante semelhante a trajetória das pessoas que compõem a população que mais se envolve com as atividades produtivas, correspondendo às faixas etárias que vai dos 20 aos 60 anos. Tanto na faixa etária das pessoas entre 20 a 39 anos como na de 40 a 59 anos as trajetórias de homens e mulheres são muito próximas, indicando decisões que envolvem o casal e não apenas membros da família. A tendência entre as duas faixas etárias, entretanto, sinaliza para direções distintas: homens e mulheres da faixa etária dos 40 a 59 anos têm uma trajetória de crescimento até meados dos anos noventa, apresentando um ritmo de crescimento menor de meados dos noventa até o final do período. A população masculina e feminina da faixa etária dos 20 aos 39 anos também apresenta um ritmo de crescimento até meados de noventa, ainda que com intensidade menor do que aquela apresentada pela população da faixa dos 40 a 59 anos, mas a partir de então apresenta uma acentuada redução, especialmente entre 1998 e 2000, evidenciando a migração como um caminho para definição de futuro para si e suas famílias.

A dinâmica da população urbana e rural na população total da microrregião de Três Passos e do Corede Noroeste Colonial pode ser conferida na tabela número 07.

Tabela 07. Evolução da população urbana, rural e total na região Noroeste Colonial e microrregião de Três Passos/RS

	Região Noroeste Colonial			Microrregião Três Passos		
Ano	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1991	100	100	100	100	100	100
1992	105	101	103	103	98	100
1993	104	96	100	101	94	97
1994	107	95	101	104	93	98
1995	109	94	102	110	90	99
1996	106	89	99	107	84	95
1997	106	89	98	98	89	93
1998	109	84	98	108	77	91
1999	109	84	98	104	77	90
2000	110	81	97	107	72	88
2001	111	80	97	107	70	87
2002	112	78	97	108	67	86

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do Núcleo de Banco de Dados do IPD/FIDENE

A dinâmica populacional em ambas as regiões evidencia que a migração da população, especialmente a mais jovem, atinge de maneira mais significativa o meio rural. Tomando como referência as informações para o período de 1991 a 2002 (tabela 07), observa-se que a população total apresenta uma tendência de queda em ambas as regiões. Na microrregião de Três Passos, entretanto, não só esta tendência é mais acentuada (14% contra apenas 3%), como também se inicia mais cedo (1993 contra

1996). Como se observou nas figuras 29 e 30, a participação da população rural na população total vem diminuindo nas duas regiões desde os anos setenta. Esta diminuição, como se pode conferir na tabela 07, se acentua ainda mais a partir de 1995 e ela é particularmente mais forte na microrregião de Três Passos, representando em 2002 apenas 67% do que representava no início dos anos noventa (menos 33% contra 22% no Noroeste Colonial).

Os dados apresentados sobre a dinâmica populacional servem de quadro de referência para a análise do potencial do capital humano e da forma como este ativo de capital em particular participa na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais da microrregião de Três Passos.

O acesso a ativos de capital humano deve ser avaliado a partir de indicadores relacionados com os atributos educação e saúde, bem como a mecanismos de treinamento e capacitação que as pessoas tenham tido acesso para melhorar sua habilidade e aptidão. A tabela número 08 apresenta índices de alguns indicadores que podem auxiliar na reflexão sobre o impacto da educação formal na constituição do capital humano na microrregião de Três Passos.

Tabela 08. Índice de evolução dos indicadores educacionais – microrregião de Três Passos/RS

	Professores regentes			Estabelecimentos			Matrícula inicial			Concluintes	
Ano	pré-escola	1º grau	2º grau	pré-escola	1º grau	2º grau	pré-escola	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
1985	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1986	122	102	107	171	100	133	131	98	104	85	90
1987	122	94	111	200	99	133	144	95	99	84	90
1994	165	85	149	229	90	167	199	94	207	169	171
1995	170	89	308	229	88	167	210	91	222	186	169
1996	165	108	177	s.i.	s.i.	s.i.	205	90	246	180	233
1997	183	103	182	s.i.	s.i.	s.i.	228	86	254	193	233
1998	165	90	173	s.i.	s.i.	s.i.	212	85	252	205	259
1999	187	85	138	271	73	233	245	83	268	203	268
2000	200	82	175	286	70	233	252	78	272	203	264

s.i. = sem informação

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações do Banco de Dados do IPD/FIDENE.

Percebe-se que os indicadores relacionados com o ensino fundamental (primeiro grau) são bastante reveladores do processo de esvaziamento populacional nas camadas mais jovens, fenômeno que é particularmente forte no meio rural. Como ficou evidente nos dados da tabela 06 e na figura número 31, o aumento da participação das faixas etárias de população mais idosa indica que seus filhos em sua maioria já passaram do ensino fundamental, embora muitos ainda possam estar em idade correspondente ao ensino médio, o que pode explicar a expansão que ainda se verifica para este nível de ensino. A tendência de diminuição relativamente acentuada de população na faixa etária dos 20 aos 40 anos (tabela 06 e figura 31) e a tendência de diminuição de matrículas iniciais para o primeiro grau revela que os jovens casais não só podem estar reduzindo o número de filhos, como também podem estar migrando para outras regiões.

A diminuição do número de crianças que se matriculam no primeiro grau vem acompanhada por uma redução no número de professores e de estabelecimentos envolvidos neste nível de formação, sendo freqüentes os casos de escolas abandonadas, em avançado processo de destruição, especialmente nas pequenas localidades do meio rural e a concentração de alunos em escolas pólos, localizadas normalmente nas sedes

distritais. Para o deslocamento até estas escolas as crianças dependem normalmente de transporte escolar.

Também chamam a atenção na tabela número 08 as informações relacionadas à pré-escola, cujos indicadores apresentam índices de crescimento relativamente impressionantes, especialmente diante das evidências de redução do público jovem. O que se pode dizer a respeito é que, primeiro, trata-se de um fenômeno marcadamente urbano e, segundo, trata-se de um nível de educação que tem sido incrementado mais recentemente. Apesar do crescimento, o número de estabelecimentos, de professores e de crianças envolvidas ainda é pequeno quando comparado aos outros níveis de ensino.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), a microrregião de Três Passos apresenta melhoria em vários indicadores relacionados ao atributo educação do ano de 1991 para 2000. O município de Três Passos, por exemplo, reduziu a taxa de analfabetismo da população adulta (pessoas com mais de 25 anos de idade) de 9,6% em 1991 para 5,7% em 2000. Este mesmo público adulto que em 1991 sustentava uma média de 5,1 anos de estudo consegue evoluir para uma média de 6,1 anos em 2000. Já a taxa de alfabetização total que era de 89,3% em 1991 passa para 93,4% em 2000.

Os outros dois municípios que compõem a microrregião e que se desmembraram do município de Três Passos (Tiradentes do Sul em 1993 e Esperança do Sul em 1997) também apresentam melhoras nos seus principais indicadores educacionais, mas ainda assim ficam em níveis inferiores àqueles do município mãe. A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade em 2000 era de 4,3 em Esperança do Sul e de 4,1 em Tiradentes do Sul. A taxa de alfabetização em 2000 era de 89,5% da população total de Esperança do Sul e de 86,7% em Tiradentes do Sul. O Índice de Desenvolvimento Humano melhorou para os três municípios que compõem a microrregião de Três Passos entre 1991 e 2000 e a Educação foi o componente que mais contribuiu para esta melhora, seguido de perto pelo atributo relacionado à longevidade.

Os indicadores de média de anos de escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais confirmam os dados levantados no trabalho de campo, ou seja, de que a maioria dos casais estabelecidos na agricultura na microrregião de Três Passos não possui o primeiro grau completo e, dos filhos que iniciam o ensino médio, poucos têm a perspectiva de permanecer no meio rural. Os próprios pais afirmam que não gostariam que seus filhos tivessem o mesmo tipo de vida que eles têm levado e que a educação é o melhor caminho para que possam "fazer uma vida melhor". Isto evidencia que a migração faz parte das estratégias de reprodução de famílias rurais da microrregião e que a educação é um dos atributos importantes para a consecução daquela estratégia.

Por outro lado, nos poucos casos em que pelo menos uma parcela dos filhos faz a opção de permanecer no meio rural e continuar trabalhando ao lado dos pais para futuramente substituí-los no comando da unidade de produção, muitos desistem de estudar por achar que para as atividades agrícolas o estudo tem menos importância do que a experiência. Nestes casos, alguns concluem o ensino fundamental e muitos abandonam os estudos formais com o primeiro grau incompleto. Como diz Abramovay (2000, p. 391), ainda persiste no Brasil e em praticamente toda a América Latina o costume de que fica na propriedade paterna aquele filho com menos vocação para o estudo, enquanto para os mais dinâmicos e empreendedores o caminho da migração é o apontado como mais promissor.

Para estes casos, então, há que se avaliar outras formas de acesso a ativos de capital humano que possam potencializar as habilidades das pessoas. Uma destas formas que vem sendo bastante utilizada na microrregião de Três Passos é a busca da capacitação por meio de cursos ou treinamentos oportunizados pelas diversas

organizações que atuam no meio rural, em especial as cooperativas, sindicatos e escritórios locais da Emater. O poder público local, em parceria com outras organizações especializadas na formação de recursos humanos, tais como universidades, Sebrae e Senar, também tem se envolvido em programas de capacitação no meio rural. Estes cursos estão voltados à capacitação das pessoas não só para se sentirem mais bem preparadas para desenvolver suas atividades produtivas, mas também no sentido de aprimorar suas práticas relacionadas à cooperação e solidariedade e até mesmo para superar ou minimizar problemas relacionados à saúde, higiene, saneamento, etc[52].

Existe efetivamente uma preocupação com a busca da melhoria da qualidade de vida da população na microrregião, melhoria esta que passa pela valorização e qualificação dos ativos de capital humano. Esta preocupação foi claramente manifestada no processo de consulta popular desencadeado pela Prefeitura Municipal de Três Passos que apontou, pela ordem, a saúde, a educação e a agricultura como as prioridades que deveriam constar no Plano Plurianual da administração municipal para o período 2002-2005.

Além de um desejo expresso num plano, esta preocupação tem sido de fato contemplada nos gastos públicos realizados pela administração local nos últimos anos como pode se observar pelos dados da tabela número 09.

Tabela 09. Participação relativa dos gastos na Agricultura, Educação e Saúde em relação à Despesa Pública Total da Prefeitura Municipal de Três Passos/RS.

Ano	Agricultura	Educação	Saúde	Subtotal	Outros	Total
1995	4,5	20,9	11,3	36,7	63,3	100
1996	4,5	24,7	12,1	41,3	58,7	100
1997	6,9	23,9	13,5	44,3	55,7	100
1998	8,8	26,7	13,9	49,4	50,6	100
1999	7,0	27,4	15,5	49,9	50,1	100
2000	7,0	28,7	16,8	52,5	47,5	100
2001	5,1	27,5	16,7	49,3	50,7	100

Fonte: Elaboração do autor com base em FEE – Resumos Estatísticos do RS: municípios.

A participação relativa da soma dos gastos em Educação, Saúde e Agricultura aumenta de forma progressiva de 1995 até 2000. Apesar do pequeno recuo apresentado em 2001 em relação a 2000, fica evidente que a aplicação de recursos nestas rubricas tem ficado muito próximo ao montante aplicado em todas as demais rubricas da despesa pública do município[53], quando em meados dos anos noventa ela ficava em pouco mais de um terço da despesa pública total.

Das três áreas, a educação é a que envolve o maior volume de recursos, seguida pela área da saúde e, por fim, com volume menor, aparece a área da agricultura. Em termos de tendência, entretanto, observa-se pelos dados da tabela número 10 que a área que tem recebido um volume crescente de recursos é a saúde.

[52] Dentre os vários temas tratados nos cursos de capacitação promovidos de maneira articulada pelas secretarias municipais de agricultura, de educação e de saúde entre 1998 e 2001 destacam-se: Produção de leite; Manejo de terneiras; Manejo de novilhas e vacas secas; Manejo de vacas em lactação; Fundamentos do manejo forrageiro; Reprodução e melhoramento genético do rebanho; Socorros e patologias de bovinos de leite; Produção de hortaliças; Saneamento básico; Gestão rural básico; Identificação e armazenagem de plantas medicinais; Agroindústrias caseiras. Todos os cursos tiveram duração entre 16 e 24 horas e foram reproduzidos em várias localidades do interior.

[53] Os outros componentes da despesa pública corrente do município incluem: Despesa Legislativa, Judiciária, Administração e Planejamento, Comunicações, Energia e Recursos Minerais, Habitação e Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviços, Assistência e Previdência, Transportes.

Tabela 10. Evolução dos gastos na Agricultura, Educação e Saúde em relação à despesa total – Prefeitura Municipal de Três Passos/RS.

Ano	Agricultura	Educação	Saúde	Despesa Total
1995	100	100	100	100
1996	105	126	114	107
1997	188	142	148	124
1998	333	219	211	172
1999	274	233	244	178
2000	305	272	296	199
2001	243	288	323	219

Fonte: Elaboração do autor com base em FEE – Resumos Estatísticos do RS: municípios.

De 1995 a 2001 houve um aumento significativo no montante da despesa pública total do município, ou seja, para cada R$ 1,00 gasto em 1995 gastou-se R$ 1,19 a mais em 2001. Mais importante é que o aumento na aplicação dos recursos foram ainda maiores na saúde, área em que o montante gasto em 2001 foi de 223% a mais do que o que foi gasto em 1995. Os gastos com educação também apresentam uma tendência de crescimento progressivo ao longo do período, só que em proporções um pouco menores do que aqueles efetuados na saúde. No caso da agricultura, além de representar menores volumes de recursos, como se pode ver na tabela número 09, também apresenta irregularidades em termos de aplicação de recursos ao longo do período, com aumentos mais significativos do que na saúde e educação entre 1997 e 2000, mas com uma redução importante em 2001.

Boa parte dos gastos em educação e saúde na microrregião, e particularmente no município pólo que é Três Passos, entretanto, são aplicados no meio rural como parte de uma estratégia de fortalecimento das famílias rurais por meio do programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar.

O programa[54] "visa integrar ações, promovendo o desenvolvimento rural sustentável através da melhoria na qualidade de vida dos agricultores e de seus familiares, a partir da geração de alternativas economicamente viáveis e ambientalmente adequadas, possibilitando a permanência das famílias, principalmente dos jovens no meio rural". Trata-se de um programa "que conta com o apoio das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Meio Ambiente e da Agricultura, pois são estas secretarias que coordenam e definem, com a participação da comunidade, das direções das escolas e o corpo técnico o plano de metas". O trabalho busca "educar as famílias rurais, através da assistência técnica, visitas domiciliares, aulas técnicas, cursos, acompanhamento dos agentes de saúde e o trabalho pedagógico interdisciplinar desenvolvido nas escolas rurais".

O trabalho se desenvolve a partir de cinco escolas municipais, localizadas nas cinco sedes distritais, envolvendo especialmente os professores e alunos de sétima e oitava séries do ensino fundamental e de uma escola estadual de ensino médio. Na escola, além do trabalho em sala de aula focado na realidade, os alunos recebem aulas teóricas e práticas no turno inverso, ficando dois dias na escola em turno integral. Além dos professores o programa conta com a colaboração de 15 agentes comunitários de saúde e um técnico agrícola em cada uma das cinco escolas envolvidas, sendo estes responsáveis para fazer a ligação entre os professores, os alunos e as famílias. Professores, agentes comunitários de saúde e técnicos agrícolas atuando conjuntamente

[54] As referências foram retiradas de um relatório interno do Programa feito em 2002 e disponibilizado sob a forma de documento não publicado.

com os alunos e as famílias rurais fazem a linha de frente de um programa que busca integrar ações de secretarias municipais, potencializando esforços públicos para melhorar as condições de vida da população rural.

O trabalho iniciou com a realização de um diagnóstico sobre as condições socioeconômicas das comunidades do entorno de cada escola, levantando a situação das famílias em relação às suas residências, condições de vida, formas de produção, as culturas, os costumes, a organização da propriedade, o saneamento, a produção e a renda. Através dos diagnósticos, a escola passou a ver e conhecer quem são os produtores rurais, o que eles pensam, quais são seus principais problemas, perspectivas e angústias.

Segundo relatório da Prefeitura Municipal de Três Passos, as ações dos 15 Agentes Comunitários de Saúde, selecionados nas próprias comunidades, estão voltadas à promoção e proteção da saúde, identificação de situações de risco individuais e coletivas, educação para a conquista da saúde, acompanhamento e encaminhamento de doentes às unidades de saúde, notificação aos serviços de saúde das doenças que necessitam de vigilância, cadastramento das famílias, estímulo à participação comunitária, registro de nascimentos e óbitos ocorridos, participação das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente, acompanhamento de todas as gestantes e do desenvolvimento físico e psicológico das crianças de 0 a 5 anos, incentivo à vacinação e ao aleitamento materno, orientação sobre cuidados de higiene, construção de privadas e cuidados com o tratamento do lixo. A partir do trabalho com hortas domésticas também são tratados temas ligados à nutrição e alimentação, alimentos saudáveis, hábitos alimentares, higiene dos alimentos, importância dos alimentos na saúde das pessoas.

Já os técnicos agrícolas, segundo o mesmo relatório da Prefeitura, além de trabalharem com os alunos nos turnos inversos na própria escola, também atuam junto aos agricultores pais de alunos, prestando orientações sobre culturas e criações, organização e gestão das unidades de produção, incentivando a formação de grupos de produtores e o trabalho associativo e comunitário, estimulando a participação dos jovens e das mulheres em atividades produtivas, assessorando os grupos Prorenda e fomentando a formação de pequenas agroindústrias associativas e familiares.

O recrudescimento do processo migratório especialmente entre o público jovem e o envelhecimento da população que permanece no meio rural são duas evidências constatadas na dinâmica populacional da microrregião de Três Passos. Estas evidências, por sua vez, permitem que se extraiam três grandes orientações para avaliar o impacto dos ativos de capital humano na definição das estratégias de reprodução das famílias rurais na microrregião.

A primeira orientação reflete a reação dos atores locais ligados a organizações econômicas, instituições corporativas, sociais e políticas e também de muitos agricultores no sentido da busca de alternativas que representem uma contraposição àquela tendência. Estas alternativas normalmente se relacionam à capacitação dos produtores para melhorarem as suas condições de produção, melhorando com isso sua renda agrícola e, por conseqüência, consigam manter-se no campo e vivendo a partir das atividades agropecuárias. Esta alternativa inclui a grande maioria dos cursos e demais oportunidades de treinamento que são organizadas e desenvolvidas tanto por empresas, cooperativas, sindicatos quanto por instituições públicas como a Emater, órgãos públicos locais (cursos voltados à capacitação de produtores de leite, fruticultura, horticultura, capacitação de agricultores para a instalação de pequenas agroindústrias, gestão da unidade de produção, etc.).

Também pode se incluir nesta direção a preocupação que está presente no programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar de redirecionar a formação do aluno do meio rural, convidando-o a refletir sobre a realidade e preparando-o para atuar de maneira mais qualificada sobre esta realidade. Esta mesma preocupação também está presente quando se trata da capacitação da mulher rural. Segundo depoimento da equipe do escritório local da Emater é importante envolver as mulheres nas visitas a propriedades para observar experiências e nos programas de capacitação, pois elas são mais atentas e normalmente possuem uma melhor percepção das coisas do que os homens, especialmente quando se trata da produção de leite. O estímulo para que as famílias observem e aproveitem experiências bem sucedidas que estão sendo desenvolvidas por outras famílias da região no sentido do melhor aproveitamento dos recursos locais também se inscreve nesta mesma direção.

A segunda orientação relacionada à qualificação dos ativos de capital humano das famílias envolve um conjunto de iniciativas e atividades voltadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas que permanecem no meio rural gerando estímulos para que elas ali permaneçam. Incluem-se aqui todos os esforços que visam: melhorar o acesso das crianças à escola, melhorar os serviços de atendimento à saúde no meio rural, capacitar as pessoas do meio rural para que tenham uma vida melhor através dos agentes comunitários de saúde e da própria escola no sentido de aprender a se alimentar melhor, produzir alimentos saudáveis, praticar atividades físicas, estimular a vida associativa (clubes de serviço, clubes de mães, grupos de terceira idade, dentre outros).

A perspectiva é fazer com que as pessoas do meio rural não precisem se deslocar para a cidade para poderem cuidar da sua saúde e, mais do que isso, gerar alternativas nas comunidades para que a vida tenha significado ali mesmo onde elas moram e convivem. Afinal, como diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tiradentes do Sul, problemas de saúde não só reduz a capacidade de trabalho da família como faz com que ela tenha que gerar mais renda do que outra que não precisa gastar com doenças e ainda pode contar com a capacidade de trabalho plena de todos os seus componentes. As condições de saúde da família, neste sentido, podem ser um diferencial importante entre os que estão em melhor ou pior situação socioeconômica e que apresentam maior ou pior capacidade de reprodução.

Iniciativas neste sentido realmente existem na microrregião e algumas foram arroladas anteriormente, em especial as que se referem às ações integradas articuladas pelo programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar.

A terceira orientação de atividades voltadas ao acesso de ativos de capital humano envolve a qualificação das pessoas para que elas, além de se sentirem mais bem preparadas para desenvolverem suas atividades e a terem acesso a bens e serviços que façam sentido para suas vidas, também se sintam instrumentalizadas para lutar por melhores condições de vida para si, seus familiares e para a sua comunidade. Este tipo de atividade volta-se não apenas à formação de lideranças, mas de maneira especial à formação de cidadãos, de agentes de transformação. Este tipo de atividade foi menos percebido no levantamento de campo realizado na microrregião, fato que certamente coloca as famílias e comunidades rurais na dependência de ações externas, propostas por suas entidades representativas, por ações isoladas de atores do mercado ou pelas agências estatais. Ainda que muitas ações se refiram ao fortalecimento da cidadania e da participação da sociedade, a maioria restringe-se a melhorar a capacitação para ações instrumentais e hermenêuticas. Poucas iniciativas voltadas a aumentar o poder das populações rurais, especialmente das mais pobres, foram identificadas.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que tradicionalmente faziam este tipo de trabalho de organização e conscientização dos agricultores, estimulando-os a lutarem

pela defesa de seus direitos, estão hoje mais preocupados com a organização da produção, envolvendo não só a produção em si, mas também as questões relacionadas com a transformação e a comercialização. Segundo depoimento do presidente de um dos Sindicados de Trabalhadores Rurais[55] da microrregião de Três Passos, "estamos numa fase muito mais propositiva, pensando em projetos de viabilização da agricultura familiar, envolvendo questões relacionadas à formação dos agricultores, alternativas de crédito para a instalação de jovens rurais". Segundo este presidente, "os cursos oferecidos pelo Senar não servem para os nossos agricultores, pois eles se baseiam na realidade dos grandes produtores. Os programas de formação voltados para a agricultura familiar devem partir da realidade dos nossos agricultores, a qual é muito diferente da realidade dos grandes produtores".

Há que se registrar, por fim, que não foi possível levantar nenhuma iniciativa voltada à capacitação das pessoas cuja estratégia de reprodução passa pela migração, a não ser o caminho natural da educação formal, mais restrita aos jovens. Como a migração, parcial ou total, torna-se uma alternativa crescente na composição das estratégias de reprodução de pelo menos parte dos membros das famílias rurais, é cada vez mais importante que as estratégias de desenvolvimento rural passem a incorporar novas alternativas de ocupação da mão-de-obra rural, especialmente aquela representada pela população mais jovem, conciliando-as com estratégias de capacitação destas pessoas para as novas funções, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, rurais ou urbanas.

3.2.4 Capital social e estratégias de reprodução

O quadro de referência para a análise dos ativos de capital social observados na área de estudo é o mesmo que foi desenvolvido no item 1.2 do Capítulo I, onde se viu que o acesso a ativos de capital social decorre das relações que as pessoas ou famílias mantêm com outras pessoas, famílias e organizações (BEBBINGTON et al., 2002, p. 4) e tais ativos são representados, na expressão de Narayan & Pritchett (1997, p. 2-3), pela quantidade e qualidade de vida associativa e pelas normas sociais correspondentes. A forma de manifestação do capital social, segundo estes autores, se dá pela participação em grupos ou associações voluntárias, pela característica destes grupos e associações, pela existência e pelo papel de normas sociais e cívicas, bem como pelas atitudes dos indivíduos para com os outros, evidenciando principalmente o grau de confiança das pessoas nos grupos sociais locais, tais como a família e associações comunitárias. O capital social, portanto, compreende o conjunto de normas, práticas e relacionamentos que estimulam a cooperação social e a solidariedade entre os membros de um determinado grupo e entre esse grupo e outros grupos ou organizações locais e externos.

Sem querer desconhecer a importância das várias contribuições arroladas no Capítulo I, a análise dos impactos do acesso a ativos de capital social na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais na microrregião de Três Passos privilegia aquelas que auxiliam no entendimento dos processos de construção de capital social, seja por iniciativa das próprias populações ou pela colaboração de outros agentes sociais.

[55] Deve-se registrar que há uma divisão no movimento sindical que representa os pequenos agricultores, sendo que um grupo filia-se à Federação Estadual e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (sistema FETAG/CONTAG) e o outro à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul – FETRAF/SUL, criada mais recentemente. Neste trabalho não se procurou aprofundar sobre os motivos da divisão, mas se sabe que o Sindicato representado pelo presidente que deu este depoimento é filiado ao sistema FETAG/CONTAG.

Fox (1996), por exemplo, considera que fatores tais como as condições agroecológicas, os tipos de recursos, os padrões de migração, a história político-econômica, as questões étnicas e religiosas, etc. podem influir para que haja mais ou menos sinergia nas relações Estado-sociedade, para que haja maior ou menor acesso a recursos, maior ou menor estoque de capital social. Para desenvolver estratégias para construir capital social como estímulo para o desenvolvimento rural, neste sentido, deve-se prestar atenção nas restrições, nas oportunidades e nas potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto local-regional.

Se, como sugere Franco, o processo de produção, acumulação e reprodução de capital social está associado à capacidade que tem o ser humano de colaborar ou de cooperar com outros seres humanos (2001, p. 67), o capital social não pode ser tratado como uma simples soma das virtudes humanas dos indivíduos, mas como algo que só tende a florescer plenamente em comunidades ou sociedades que promovam mutuamente o reconhecimento, a confiança, a reciprocidade, a ajuda, a solidariedade e a cooperação (idem, p. 54).

Estes atributos, no entanto, não fazem parte do cotidiano das pessoas e das comunidades. Ao contrário, questões políticas e conflitos de interesses estão normalmente presentes nas relações que se estabelecem entre pessoas, organizações e instituições estatais e privadas. Ao se assumir que nem todos os atores sociais presentes ou atuantes numa comunidade defendem uma maior participação política da população e de relações de sinergia, o estudo do desenvolvimento local sob a ótica do capital social, portanto, passa pela questão das alianças políticas, como sugere Fox (1996), envolvendo segmentos da burocracia estatal e das organizações privadas que efetivamente estão dispostos a contribuir na construção e consolidação de normas e regras para serem partilhadas, bem como de laços de confiança, solidariedade e colaboração entre os atores.

Ainda que normalmente seja mais difícil construir capital social e estabelecer relações de sinergia em contextos sociais, econômicos e políticos nos quais predominem fortes desigualdades sociais e a democracia funcione precariamente, é possível detectar grupos que interagem entre si e com representantes do Estado, de suas organizações representativas e até mesmo do mercado, em função de circunstâncias e problemas comuns.

É este quadro de referência, circunscrito especialmente na idéia de que é possível construir relações e de que é fundamental que as pessoas, grupos e comunidades se capacitem para esta construção, que vai se constituir de pano de fundo para a análise dos ativos de capital social observados na área de estudo, tendo por suposto que os processos de construção de capital social e de relações de sinergia entre os diferentes atores dependem do contexto social e político de cada região ou sociedade.

A medição de como se dá a apropriação e a acumulação de capital social e os seus efeitos sobre a vida das pessoas e das famílias é algo mais complexo do que a medição da propriedade e acumulação de ativos de capital natural, capital produzido e de capital humano. Esta dificuldade é ampliada pela carência de estudos empíricos desta natureza e a conseqüente inconsistência de muitos dos procedimentos empregados para fazer a observação numa realidade concreta, sem falar no viés dos investigadores que até então têm se utilizado de outras abordagens para dar conta de realidades locais.

A preocupação no trabalho de campo orientou-se para o levantamento de um conjunto de informações, mais qualitativas do que quantitativas, para verificar em que sentido a maior ou menor intensidade de vida associativa pode explicar trajetórias diferenciadas de famílias presentes numa mesma região. Na seqüência, portanto, apresentam-se algumas constatações observadas empiricamente na microrregião de Três

Passos para então inferir, se estas constatações permitirem, a importância do capital social como variável explicativa para as estratégias de reprodução das pessoas e famílias rurais naquela microrregião.

Uma das constatações surgidas a partir de contatos com famílias rurais e representantes de entidades representativas da população rural é de que as famílias que apresentam uma história de participação e envolvimento comunitário são as que normalmente apresentam as melhores trajetórias de reprodução, enquanto que as famílias que apresentam maiores dificuldades para garantirem sua reprodução social são aquelas que possuem uma baixa vivência de participação e que não acreditam nem confiam nas instituições em geral.

Entre as pessoas de famílias mais pobres existe uma percepção de que as suas condições de vida dependem do próprio esforço, podendo contar no máximo com a colaboração de membros da própria família, como se pode conferir em depoimentos como estes: "Cada um tem que se virar por si, ninguém se ajuda a não ser entre membros da própria família" (agricultor pobre, com área de cinco hectares, relevo acidentado e pedregoso, da localidade de Barra do Caçador/Tiradentes do Sul). "Em vez da ajuda e da solidariedade o que prevalece hoje entre os moradores é a inveja" (agricultor pobre, com área de oito hectares, com declividade e presença de pedras, da região de Linha Árvore Seca/Três Passos). Esta é a sensação que eles têm do tipo de relacionamento que existe entre as próprias famílias do meio rural e que se consagra numa visão pessimista quanto às possibilidades de poder contar com a ajuda de seus vizinhos, em sua maioria com as mesmas dificuldades para garantir a sobrevivência.

Estas mesmas pessoas também manifestam um sentimento de descrença nas instituições e organizações, como se pode ver em depoimentos como estes: "O sindicato só tem interesse na anuidade sindical; para ter acesso a qualquer financiamento do Pronaf precisa de um projeto que é feito pelo sindicato, mas só para quem é associado e está em dia com a anuidade; se a gente não se associar e não conseguir pagar a anuidade não consegue obter qualquer tipo de financiamento" (agricultor pobre, área de 8 ha em Baixo Herval Novo/Três Passos). "Participo cada vez menos de eventos que acontecem na comunidade, como bailes, festas, reuniões, etc., não sou sócio de nenhuma cooperativa e só sou sócio do sindicato por ter sido forçado a me associar para ter acesso a certas linhas de financiamento; se não fosse isso, certamente o número de sócios do sindicato seria muito menor; a prefeitura só presta serviço para parentes ou amigos" (agricultor pobre, área de 13,5 ha, dos quais só oito aproveitáveis produtivamente e assim mesmo só com tração animal, da Cabeceira do Lara/Esperança do Sul).

"Conforme o tempo passa é menor a solidariedade entre as pessoas; cada um tem que se virar por si, contando no máximo com a ajuda de membros da própria família; os mais pobres têm dificuldades para entrar nos grupos Prorenda, por exemplo, e os que conseguem entrar num grupo reclamam porque precisam participar em muitas reuniões" (agricultor pobre com área de sete hectares na Linha Árvore Seca/Três Passos).

Ainda no nível das constatações, percebe-se nestes depoimentos que a capacidade de cooperação e colaboração destas pessoas ou famílias, entre si e com outras pessoas e organizações, é muito baixa e, por conseqüência, é baixo o nível de confiança, reciprocidade, ajuda mútua, solidariedade e cooperação. Pessoas, famílias e até mesmo comunidades com auto-estima debilitada sentem-se impotentes para reagirem coletivamente e de forma organizada, a partir de iniciativas próprias, para reverter a situação com a qual se defrontam, sendo mais comum cada qual pensar nos seus problemas e buscar soluções na base do "cada um tem que se virar por si". Em função disso, têm uma fraca participação em clubes e associações locais que tendem a

fortalecer os laços sociais no interior da comunidade (clube de mães, escola, igreja, salão comunitário, etc.).

Também é frágil o engajamento em organizações que poderiam potencializar a ligação das famílias com o Estado, o mercado e outras associações civis, como no caso das cooperativas e dos sindicatos nas quais a participação, quando existe, não é voluntária e sim vista como uma imposição ou uma obrigação. De outro lado, muitas destas famílias têm uma percepção de que elas é que estão sendo isoladas, tanto pelos demais membros da comunidade, como pelas organizações que ou estão mais preocupadas com a sua própria reprodução econômica (caso das anuidades do sindicato) ou segmentam sua ação para privilegiar certos grupos sociais e não outros (caso das prefeituras que atendem mais as demandas de parentes, amigos ou os que estão em melhores condições de vida).

Já entre as famílias que conseguem manter um nível de reprodução um pouco mais elevado há um maior grau de confiança nas organizações, muito embora também entre este público se manifeste uma tendência ao individualismo e personalismo no interior das comunidades. Muitas das pessoas entrevistadas explicam a situação familiar como resultado dos atributos da família, com destaque para a capacidade e a predisposição ao trabalho e isto pode ser conferido em afirmações como estas: "para sobrar alguma coisa a gente tem que dar duro na propriedade, pois ela não anda sozinha ... o que explica o sucesso ou o fracasso não é a raça ou religião e sim o trabalho ... para tocar o negócio só podemos contar com o esforço e conhecimento próprios" (agricultor remediado, 18 ha, Linha Árvore Seca/Três Passos).

Ainda que este público tenha menos restrições à participação e até reconheça que é importante manter boas relações com vizinhos e participar mais ativamente, tanto nas organizações da comunidade como nas instituições de representação política e econômica, prevalece a crença de que o êxito ou fracasso depende essencialmente do esforço e dedicação dos membros da família e, para alguns, do esforço e dedicação individual do agricultor. Este tipo de percepção faz com que muitos dos que estão em condições socioeconômicas mais favoráveis expliquem as crescentes dificuldades de reprodução como resultado da falta de interesse e de vontade de trabalhar dos membros das famílias mais pobres.

Na fala de um dirigente sindical da microrregião, os que mais participam são aqueles que estão em situação econômico-financeira intermediária, já que os mais ricos não participam porque não precisam ou não dependem das instituições e os mais pobres porque não vislumbram muitas chances de melhorar de vida pela participação mais ativa no movimento social em geral e no movimento sindical em particular. O próprio sindicato, na opinião deste dirigente, não consegue oferecer alternativas para os mais pobres, normalmente localizados em regiões que apresentam condições desfavoráveis de solo e de relevo, sendo comum ouvir-se de dirigentes sindicais a preocupação com o desânimo e a baixa auto-estima dos agricultores, particularmente daqueles que estão em situação mais desfavorável.

Em síntese, as observações empíricas permitem constatar que boa parte das famílias que apresenta melhores condições de vida tem uma participação mais intensa nas organizações e associações da comunidade (associações sociais, culturais, religiosas e desportivas), não apenas como membros, mas em muitos casos como dirigentes. Também participam de entidades ou associações ligadas a atividades produtivas (associações de produtores de leite, de suínos, de hortifrutigranjeiros, etc.), além de manterem presença destacada no sindicato e em cooperativas agrícolas (grãos, leite) e de crédito. Muitas famílias também participam de grupos do Projeto Prorenda Agricultura Familiar RS, que integra o Programa de Viabilização de Espaços

Econômicos das Populações de Baixa Renda - Prorenda[56]. Outros ainda participam ativamente em comissões municipais, como conselhos municipais de agropecuária, conselhos municipais de desenvolvimento, comissões de bacias hidrográficas, associações locais de gestão do uso da água de poços artesianos, etc.

A constatação de que existe uma associação entre a maior ou menor participação e envolvimento associativo das famílias com a composição de estratégias que garantem melhores ou piores condições de vida, no entanto, é insuficiente para explicar a existência e, em particular, a possibilidade de construção de capital social, sendo necessário ir além das opiniões manifestadas para perceber se as condições de vida da população local podem ser explicadas pela quantidade e qualidade de sua vida associativa e pelas normas sociais que derivam deste seu envolvimento social.

Uma das situações observadas na microrregião de Três Passos[57] que pode confirmar a existência de uma relação de causalidade entre uma vida comunitária mais intensa, o acesso a ativos de capital e a atores sociais estratégicos e as melhores condições de vida das pessoas e famílias envolvidas é a que se refere ao surgimento de pequenas cooperativas locais de produtores de leite. Esta situação será apresentada e discutida em mais detalhes no próximo capítulo ao tratar sobre as estratégias de reprodução e o acesso a atores do mercado, mas já se pode adiantar aqui que estas cooperativas resultaram do envolvimento de famílias, inicialmente na formação de grupos de agricultores para barganhar preço melhor para seus produtos e, num segundo momento, para tornar a produção de leite dos pequenos agricultores menos dependente dos grupos econômicos tradicionais que controlavam a aquisição desta matéria-prima naquela região. Este processo resultou na constituição de dois postos de recebimento e resfriamento vinculados a cooperativas de produtores de leite na microrregião de Três Passos: a Cooperlab de Lajeado Bonito, distrito do município de Tiradentes do Sul e a CCCL, uma central de seis pequenas cooperativas de produtores dos municípios de Três Passos e Esperança do Sul e mais dois municípios próximos. Muitos representantes de entidades que atuam na microrregião reconhecem que estas cooperativas surgiram como resultado do esforço dos agricultores.

Pode-se dizer que este é um caso típico de construção de capital social pelas seguintes relações evidentes que ele gerou: muitas famílias de agricultores se defrontam com problemas ligados ao tipo de relacionamento que mantinham com o mercado em função da política das empresas compradoras de leite que atuavam na região (Elegê e Parmalat). Para pressionar o aumento da escala de produção dos produtores, a política das empresas foi premiar com preços mais elevados aqueles que entregavam maiores quantidades de produto ameaçando, ao mesmo tempo, aqueles que apresentavam baixos rendimentos a não receber a sua produção diária.

Muitos dos que produziam menos de trinta litros diários e outros que buscavam formas de melhorar os preços para o leite decidiram buscar soluções de forma organizada e coletiva e daí surgiram os grupos de famílias para a venda de leite em comum. Com este procedimento os produtores de pequena escala conseguiram não apenas continuar tendo acesso ao mercado, como também obter um preço melhor para o

[56] Este Programa resulta das discussões que se realizaram na segunda metade da década de oitenta em torno dos acordos de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha. O Projeto Prorenda Agricultura Familiar-RS é parte destes acordos e foi firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o governo alemão representado pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), sendo a microrregião de Três Passos uma das regiões atendidas.

[57] É importante reconhecer que, por deficiência do investigador, a forma como a realidade local foi observada não reuniu informações suficientes para explicar outras situações que pudessem confirmar este tipo de relacionamento causal entre intensidade de vida associativa, acesso a ativos de capital social e atores e as melhores ou piores condições de vida das famílias rurais na microrregião de Três Passos.

seu produto. As empresas então decidiram suspender o recebimento da produção de vários produtores no nome de apenas um deles, inviabilizando por conseqüência a existência dos grupos. Além de manter a exigência de aumento do volume de produção por produtor e remunerar com preços diferenciados os produtores de maior escala, as empresas também passaram a exigir investimentos para melhorar a conservação do produto nas propriedades, exigências que tornaria inviável a permanência de muitas famílias na atividade.

O estoque de capital social acumulado com a experiência de associativismo vivenciada nos grupos de venda em comum torna-se então o ponto de partida para algumas destas famílias buscarem o enfrentamento às novas imposições do mercado. Articulados entre si buscam o apoio de outros parceiros para construir soluções, com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos técnicos dos escritórios municipais da Emater da região. Com este engajamento o movimento consegue atrair mais famílias rurais e, aos poucos, agregar novos parceiros estatais no âmbito municipal e estadual. O resultado foi a constituição de pequenas cooperativas, através das quais as famílias passaram a ter um novo tipo de relacionamento não apenas com o mercado, mas também com segmentos da administração pública municipal e estadual e das organizações sindicais. Do exercício da solidariedade e da cooperação, do fortalecimento das relações de confiança e de ajuda mútua, a experiência resulta no aumento de capital social a ponto de oportunizar a mudança da própria inserção social de um conjunto de famílias no processo de desenvolvimento local.

Uma questão fundamental que exige maior reflexão é entender porque as famílias rurais mais pobres, que mais teriam a ganhar com o acúmulo de ativos de capital social, são aquelas que menos confiam e, por conseqüência, menos se envolvem em atividades associativas e têm menos pré-disposição para ações relacionadas com cooperação, solidariedade e ajuda mútua. Teriam razão estas pessoas ou famílias de se sentirem excluídas não apenas dos processos econômicos, mas também dos processos políticos e sociais?

O projeto Prorenda Agricultura Familiar, por exemplo, tem como espaço de atuação o município como um todo, onde interagem o poder público, o mercado e a sociedade civil, sendo seu objetivo envolver o maior número possível de atores sociais (BROSE, 1999, p. 122). Como cada município e cada comunidade convive com problemas bastante diferenciados, o projeto Prorenda se preocupa menos com o que discutir e mais em como acontecem as discussões, ou seja, "de que forma a comunidade organizada em grupos articula e define suas prioridades e as expressa e negocia junto às instituições municipais que lhes prestam serviços" (idem, p. 134).

A expectativa do projeto Prorenda Agricultura Familiar RS é de que os técnicos das diversas instituições que interagem com os agricultores atuem de forma organizada e que as comunidades, por sua vez, unam-se e atuem em grupos movidos pelo respeito e confiança mútuos (idem, p. 135) e por isso todos da comunidade - homens e mulheres - são convidados a participar e se envolver (idem, p. 141). Segundo Brose, a análise das experiências demonstrou que a realidade do espaço econômico é por demais complexa em função da diversidade de interesses envolvidos para que esse processo se dê sempre de forma harmoniosa. As divergências que normalmente existem entre os técnicos e as divergências internas e diferenciações econômicas presentes no interior das comunidades dificultam o consenso em torno de propostas de ação (idem, p. 135).

Só no município de Três Passos existiam 56 grupos do Prorenda organizados em 2002, sendo um tipo de iniciativa interessante para estimular a participação social, especialmente das famílias e comunidades rurais mais pobres, entre as quais esta participação é mais frágil. Isto pode ser percebido no depoimento da prefeita do

município de Três Passos, Zilá Breitembach, transcrito no livro de Brose (idem, p. 276-80), no qual ela diz, em momentos distintos da sua fala, que:

> uma das coisas que notei ao assumir foi a diferença entre a situação nas comunidades tal como as conhecia antes e como estavam agora após o processo de organização com a metodologia do projeto ... temos 55 grupos organizados envolvendo mais de 1000 famílias ... foi muito mais fácil implementar políticas públicas no município, na medida em que o agricultor já estava organizado ... sinto diretamente a facilidade que as comunidades estão tendo em organizar as suas idéias e propor ações ... o que me marcou bastante é o fato de eles estarem mais responsáveis no seu trabalho na comunidade e assim estarem em condições para cobrar maior responsabilidade dos outros ... pode-se perceber que o agricultor que atua nos grupos vem definindo suas demandas com maior clareza ... outra importante mudança que noto com o Prorenda foi a maior consciência dos agricultores sobre a importância da capacitação. Antigamente ninguém perdia tempo com cursos.

Ao mesmo tempo, portanto, que se reconhece que as famílias rurais participam de forma mais organizada, fica claro que não são todas que o fazem, já que como diz a prefeita, são aproximadamente 1000 famílias que participam de grupos organizados, quando o total de famílias existentes é de aproximadamente 2000, segundo consta no anexo ao Plano Plurianual 2002-2005 do Município de Três Passos[58].

O projeto Prorenda gostaria de atingir especialmente o público constituído das famílias mais pobres para devolver-lhes a confiança, elevar sua auto-estima, fazê-los voltar a acreditar em si mesmos e nas instituições, mas é exatamente a baixa auto-estima e a falta de confiança que faz com que muitas destas famílias não aceitem o convite à participação a não ser mais tarde, quando é possível perceber os eventuais ganhos[59] do envolvimento. Só que aí os grupos já estarão formados e isto justificaria o seu argumento de exclusão.

Isto sinaliza que não basta ter um bom projeto voltado à inclusão social para que as pessoas se sintam convidadas à participação, sendo necessário pensar estratégias que realmente atinjam este público. Como já foi dito, qualquer trabalho com famílias que se sentem excluídas deve começar fazendo renascer a esperança, a auto-estima e a autoconfiança. Os técnicos responsáveis pelas ações de desenvolvimento devem antes de tudo fazer com que as pessoas voltem a acreditar nelas mesmas, nos demais membros da comunidade e nas instituições.

Como as pessoas mais pobres costumam reagir só depois de verem como as coisas funcionam, não adianta esperar que as comunidades se manifestem espontaneamente quando se pretenda desenvolver ações visando reduzir a pobreza ou diminuir as desigualdades. Quem reage de maneira mais imediata aos chamamentos são aquelas pessoas ou famílias que já dispõem de recursos, que já estão numa trajetória de reprodução e aceitam participar para melhorar ainda mais suas condições de vida.

3.2.5 Capital cultural e estratégias de reprodução

Dentre os ativos de capital cultural Bebbington (1999, p. 31-2) inclui as práticas culturais, com ênfase aos costumes e tradições, que decorrem de relações de parentesco, vizinhança, étnicas e religiosas, práticas estas que podem ser importantes para a

[58] Disponível em www.trespassos-rs.com.br. Acesso em 17 de maio de 2004.
[59] Entendidos não apenas no sentido econômico e financeiro, mas no sentido de perceber que as famílias que participam se sentem motivadas para continuar lutando pela melhoria das suas condições de vida.

composição das estratégias de reprodução das pessoas ou famílias. Estas práticas influenciam nas próprias percepções ou significados que as pessoas e famílias vão ter sobre as questões com as quais se debatem, incluindo o próprio significado atribuído a determinadas noções como condições de vida, pobreza e desenvolvimento. Além de contribuírem para criar e sustentar certas formas de identidade e padrões particulares de interação, Bebbington considera que certas práticas culturais também se constituem, assim como os ativos de capital social, em fontes de capacitação, de inspiração e de poder.

Isto é importante para perceber porque determinadas pessoas ou famílias fundamentam suas estratégias de vida numa direção e não em outra que pareceria mais lógica do ponto de vista de quem está observando de fora, podendo envolver desde a definição de fontes de renda, como também questões tecnológicas e de rotina de trabalho.

Kliksberg (2001, p. 122), por sua vez, considera que os ativos de capital cultural estão relacionados com a identidade das pessoas, das regiões e das nações, identidade esta definida, dentre outros aspectos, por valores, percepções, imagens, formas de expressão e de comunicação que incidem de maneira marcante sobre o estilo de vida dos diversos grupos sociais.

Pode ser útil tanto para a sua identidade coletiva, quanto para sua auto-estima, considerar e valorizar a bagagem cultural dos grupos mais pobres, que possuem acesso limitado a recursos materiais. De maneira geral, entretanto, os pobres sentem que, somando-se às suas dificuldades materiais, existe um processo silencioso de desprezo cultural frente a seus valores, tradições, saberes e formas de relacionamento. Ao se desvalorizar a cultura, segundo Kliksberg, debilita-se definitivamente a identidade, gerando sentimentos coletivos e individuais de baixa auto-estima. Um objetivo relevante para as políticas de desenvolvimento, portanto, deveria estar voltado à reversão deste processo, buscando elevar a auto-estima pessoal e grupal das populações desfavorecidas, pois uma auto-estima fortalecida pode transformar-se num motor potente de construção e de criatividade (idem, p. 141).

Para o caso empírico em análise, de que forma o acesso a ativos de capital cultural ajuda a compreender as diferentes estratégias de reprodução social das famílias rurais da microrregião de Três Passos? Há que se registrar, de início, que esta tarefa foi ainda mais difícil para o pesquisador do que relacionar os ativos de capital social com as estratégias de reprodução das famílias. Esta dificuldade certamente tem a ver com as próprias deficiências do investigador, mas também em função da maior dificuldade para objetivar a relação entre os componentes culturais (costumes, tradições e relacionamentos) em função de fatores étnicos, religiosos, de gênero e de gerações, com as condições de vida observadas entre as várias famílias que fizeram parte do universo da pesquisa como fornecedoras diretas ou indiretas de informações.

Provavelmente por isso é que, nas primeiras constatações, tendeu-se a concordar com as pessoas entrevistadas que afirmavam não haver relação entre as condições de vida e o fato de as pessoas pertencerem a um determinado grupo étnico ou religioso, ou por pertencerem a uma comunidade ou outra.

Revendo o que os estudiosos consideram relevante para tratar a questão, como destacado acima em Bebbington (1999) e Kliksberg (2001), e os apontamentos registrados a partir das observações do trabalho de campo, pode-se organizar a análise a respeito do acesso a ativos de capital cultural e o seu impacto na composição das estratégias de vida das famílias rurais na microrregião de Três Passos, com base principalmente em questões de identidade e auto-estima.

Em relação à identidade e auto-estima constatou-se que em termos gerais a região apresenta uma perda em relação a estes componentes da cultura local, ainda que difícil de ser objetivamente mensurada. Pode-se dizer que os sentimentos de cooperação e solidariedade marcaram profundamente a identidade das famílias na origem do processo de ocupação da região, como foi descrito na parte inicial deste capítulo ao tratar do processo de formação histórica da agricultura regional. Os próprios moradores e os representantes de instituições locais afirmam com muita convicção de que no passado havia mais ajuda entre as pessoas, pautada por valores coletivos e menos pelo auto-interesse. Da mesma forma, as pessoas confiavam mais umas nas outras e isto explica a origem e pujança de muitos movimentos e ações que resultaram na constituição de cooperativas, sindicatos, associações. O sentimento de pertencer a uma mesma raça, religião, localidade certamente contribuiu muito para isso.

Os resultados do trabalho de campo realizado durante 2002 na microrregião de Três Passos evidenciam que a região empobreceu nestes aspectos. Praticamente todos os representantes de instituições entrevistados (sindicatos, cooperativas, Emater, poder público) registram a existência de um sentimento de desânimo e até de desesperança no meio rural, afetando negativamente a auto-estima da população, particularmente das parcelas mais pobres. Boa parte dos depoimentos identifica que a baixa auto-estima se verifica em função do aumento da situação de pobreza que tem se verificado, em especial entre os moradores das regiões de encosta, reforçando o papel do capital natural, e entre as pessoas de mais idade.

A questão que fica em aberto é explicar porque os sentimentos relacionados ao pertencimento à mesma raça, religião, vizinhança e até mesmo de parentesco, que inicialmente explicavam um período de relativo êxito em termos de desenvolvimento socioeconômico das famílias e das comunidades, agora não são mais suficientes para impedir o desencanto, o desânimo, a baixa auto-estima, sensações que estão sendo vivenciadas tanto no nível das pessoas e famílias, como no nível coletivo.

A afirmação de muitos agricultores de que "o que explica o êxito ou fracasso não é a raça ou religião e sim o trabalho", por um lado reforça o individualismo e o desânimo, pois remete para cada um, cada família ou cada localidade a responsabilidade pela sua situação, independente do grau de facilidade (ou de dificuldade) para garantir acesso a um conjunto de ativos e de atores sociais e, por outro, escamoteia o fato de que muitos valores importantes relacionados a sentimentos étnicos, religiosos, de vizinhança e de parentesco que contribuíram para a geração de solidariedade e ajuda mútua foram progressivamente sendo substituídos por um conjunto de outros valores que passam a focar o indivíduo e os seus méritos pessoais, destacando produtores-modelo para serem tomados como referência. E, como se refere Kliksberg, se os valores dominantes se concentram no individualismo, na indiferença frente ao destino do outro, na falta de responsabilidade coletiva, no desinteresse pelo bem-estar geral, no enriquecimento pessoal, no consumismo, dentre outros, é de se esperar que estas condutas levem ao enfraquecimento do tecido social e provoquem toda uma ordem de impactos regressivos, gerando poderosos entraves para um desenvolvimento econômico sustentável (idem, p. 144).

Não é de graça o surgimento também no meio rural de várias seitas religiosas, disputando a preferência de pessoas ou no máximo de famílias como entidades isoladas e não como comunidades de católicos ou comunidades de evangélicos. Também não é de graça que a segregação atinja de forma mais marcante os extratos mais pobres da população. Os grupos desfavorecidos, segundo Kliksberg (idem, p. 123), têm valores que lhes dão identidade. Ignorá-los ou desrespeitá-los pode não apenas comprometer

esta identidade como pode bloquear a potencialidade criadora e produtiva destes grupos sociais.

Parece claro que uma política de desenvolvimento rural ou uma política voltada à redução da pobreza e desigualdade social ou regional deve passar, sim, por medidas voltadas ao fortalecimento e, se for o caso, à reconstrução de alguns valores culturais que possam fortalecer a criatividade e a capacidade empreendedora das pessoas ou famílias. Pode até ser que estes valores não passem mais por questões étnicas ou religiosas, mas há que se buscar com tenacidade desvendar o que pode devolver a confiança e a esperança às famílias mais pobres e em torno disso inseri-las novamente como agentes de mudança e promotores de desenvolvimento. Como disseram os representantes do escritório municipal da Emater do município de Tiradentes do Sul, "qualquer estratégia de desenvolvimento voltada para o meio rural deve ter como ponto de partida e primeiríssima prioridade melhorar a auto-estima dos agricultores, pois não adianta chegar com um projeto ou uma proposta de trabalho se eles não estão abertos, se estão desestimulados, desanimados".

O fato positivo que pode ser retirado do estudo empírico vem novamente da experiência de criação das pequenas cooperativas de produtores de leite. Muitas das pessoas e famílias envolvidas por certo vinham de frustrações com experiências anteriores relacionadas à cooperação e solidariedade. O fato de estarem dispostas a se relançarem em novas experiências explica que os valores de cooperação, solidariedade e ajuda mútua não foram destruídos com as frustrações vivenciadas, mantendo-se como estoques de capital cultural das pessoas e famílias. Se isto for verdade, pode-se dizer que o desânimo e a desconfiança, sentimentos comuns especialmente entre as famílias rurais mais pobres, podem dar lugar à participação e engajamento a partir de ações que efetivamente sensibilizem estas pessoas e famílias.

3.2.6 Algumas considerações sobre acesso a ativos de capital e estratégias de reprodução

A idéia básica que orienta a análise das estratégias de reprodução das famílias rurais fundamenta-se nas condições de acesso que elas têm a um conjunto de ativos de capital. O acesso a este conjunto de ativos de capital, por sua vez, acaba por delimitar o acesso das famílias ao mercado, ao Estado e a organizações civis, indispensável para a concretização das suas estratégias de reprodução.

Vistos de forma independente, todos os ativos de capital parecem ser importantes e cruciais para a composição e a realização de estratégias de reprodução. No entanto, a literatura e as experiências analisadas nesta literatura dizem que os tipos de ativos e os tipos de atores mais importantes para uma determinada estratégia de reprodução podem não ser os mesmos para as estratégias de outras famílias. Se o capital natural e o capital construído são importantes para as estratégias de reprodução centradas na produção agropecuária, eles têm pouco sentido para levar adiante estratégias de vida que se pautem fortemente em atividades não-agrícolas.

Uma avaliação da importância dos diferentes capitais para as famílias rurais da microrregião de Três Passos começa, portanto, pela análise das distintas estratégias de reprodução observadas neste território. Para algumas famílias, o meio rural é visto principalmente como um lugar para morar ou para viver bem e suas estratégias de reprodução, neste caso, se fundamentam especialmente em rendas não-agrícolas. Para outras famílias, no entanto, o meio rural é visto como um espaço de produção e acumulação e as estratégias de reprodução, por conseqüência, são estabelecidas em torno de famílias cujas fontes de renda são essencialmente agrícolas, famílias cujas

fontes de renda dependem tanto de atividades agrícolas como da migração parcial e, por fim, famílias cujas fontes de renda dependem particularmente da migração.

Sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, pode-se dizer que o meio rural na microrregião de Três Passos é visto por algumas famílias como um espaço de vida, ou seja, "um lugar para se viver". Pode-se enquadrar neste caso as famílias de aposentados rurais, alguns aposentados urbanos que decidem adquirir um lote rural para "mexer com a terra", mais como terapia do que como negócio, bem como outras famílias urbanas que adquirem sítios no interior para passar os finais de semana. Nestas situações, a base de ativos restringe-se ao capital natural, independente de quantidade e qualidade, já que a estratégia de reprodução não depende da sua exploração e sim de rendas não-agrícolas. O envolvimento produtivo dos recursos naturais, quando existe, restringe-se à produção de bens de autoconsumo e, quando muito, com a venda de eventuais excedentes.

Para outras famílias, no entanto, o meio rural é visto como um espaço de produção e de acumulação. Dentre estas podem ser destacadas: famílias que montam suas estratégias em cima de atividades voltadas predominantemente à exploração da agropecuária; famílias cuja estratégia de reprodução implica em manter uma parte dos seus componentes dedicados à exploração agropecuária e outra parte envolvida com outras atividades agrícolas fora da unidade de produção familiar ou então com atividades não-agrícolas, no meio rural ou no meio urbano; famílias, por fim, que se mantêm na agricultura no curto prazo, mas cuja estratégia de reprodução de médio e longo prazo está voltada para a migração, começando com os filhos mais velhos, que se encarregam de preparar o terreno para a migração do restante da família, incluindo os pais e os filhos mais novos. A diferença entre as duas últimas situações é que no primeiro caso o casal e pelo menos um dos filhos, normalmente um filho homem, pretendem permanecer no meio rural e se dedicando à agricultura, enquanto no segundo caso a tendência é o abandono (migração) da família não só das atividades agropecuárias, mas do próprio meio rural.

Com isso se pode construir uma tipologia simples de estratégias de reprodução das famílias rurais da microrregião considerando: famílias cujas estratégias de reprodução se fundamentam essencialmente em atividades agrícolas, famílias cujas estratégias de reprodução envolvem tanto atividades agrícolas como a migração parcial e famílias cujas estratégias de reprodução são pautadas essencialmente na migração.

Para as famílias cujas estratégias de reprodução estão centradas na produção agropecuária o acesso a ativos de capital deve ser avaliado em função de duas situações bem distintas: uma envolvendo famílias mais bem dotadas e que apresentam uma situação econômico-financeira mais confortável e outra envolvendo famílias mais pobres, que vivem em condições bastante precárias.

No caso das famílias mais abastadas, o acesso a ativos de capital natural em quantidade adequada e de boa qualidade pode potencializar o acesso a outros ativos de capital, o que lhes permite melhorar ainda mais sua condição socioeconômica e financeira. Dentre estes se destacam os ativos de capital construído, na forma de meios de produção e de crédito, que permitem desenvolver sistemas agrícolas (culturas e criações) que garantem níveis de renda agrícola suficientes para dar conta das estratégias de reprodução dos membros da família, oportunizando melhorias de qualidade de vida, formação adequada (mais capital humano), acumulação em terra (mais capital natural) ou meios de produção e infra-estrutura (mais capital construído). A facilidade de acesso a informações e de envolvimento com grupos organizados (associações, organizações, redes) facilita-lhes também o acesso a mercados (de

produtos, de insumos e financeiros), ao Estado (linhas de crédito, programas especiais) e a organizações civis de alcance supra-regional.

Para este tipo de famílias, cujas estratégias de reprodução envolvem fundamentalmente atividades e rendas agrícolas, o meio rural e a agricultura permanecem como centro da análise e os acessos mais significativos são aqueles que se relacionam aos ativos de capital natural (especialmente terra em boas condições para uso agrícola e água) e ativos de capital construído (máquinas, equipamentos, insumos, crédito). O acesso a mercados de produtos e a assistência técnica também são importantes.

Como o aumento da produtividade e os ganhos de renda acontecem principalmente em função do aumento da relação capital-trabalho, muitas destas famílias podem incluir em suas estratégias uma proposta de formação para seus filhos, tanto na perspectiva de preparar a sucessão na atividade agrícola quanto, e particularmente, para prepará-los para ganhar a vida fora da agricultura, desempenhando outras funções como professores, engenheiros, médicos, odontólogos, advogados, só para citar alguns exemplos. Neste caso o investimento em capital humano não decorre da insuficiência de renda gerada pela agricultura, mas da subutilização da mão-de-obra em função da ampliação do grau de mecanização e do uso de insumos de origem industrial. A opção de permanência dos filhos na unidade de produção, quando acontece, normalmente está associada à incorporação de novas atividades no sistema de produção envolvendo, além da produção de grãos, a produção de suínos, a produção de leite, a prestação de serviços de colheita para terceiros, dentre outras.

Para as famílias mais pobres, que montam suas estratégias de reprodução a partir de atividades e rendas agropecuárias, a situação é bastante diferente. Na microrregião estudada, as famílias pobres de uma maneira geral não possuem uma boa dotação de ativos de capital natural, sendo várias destas situações evidenciadas nas figuras mostradas no item 3.2.1 em que foram discutidas as relações entre os ativos de capital natural e as estratégias de reprodução das famílias rurais de Três Passos. Esse acesso desqualificado de ativos de capital natural refere-se tanto a problemas de solo (solos rasos, com presença de pedras) como de relevo (declividades acentuadas) e de insuficiência no abastecimento de água. Esta acumulação insuficiente de ativos de capital natural repercute também de forma negativa no acesso a outros ativos de capital.

A qualidade do capital natural das famílias mais pobres limita-lhes o acesso a alguns itens consagrados de capital construído de uso individual, como máquinas e equipamentos de tração motorizada. Este tipo de ativo de capital construído, portanto, não tem nenhuma importância para estas famílias, mas, em compensação, suas estratégias de reprodução podem depender muito de ativos de uso coletivo relacionados à infra-estrutura (estradas, meios de transporte para o translado de produtos, mas também de pessoas que precisam de assistência à saúde fornecida na maioria das vezes nos espaços urbanos, eletricidade, dentre outros). Estes serviços nem sempre são realizados pelo poder público local, seja pelas próprias dificuldades topográficas, seja pelo reduzido poder de barganha das famílias que vivem nestas condições (baixa capacidade de produção e baixos níveis de organização). Como diz o secretário de agricultura de um município da microrregião, “os maiores problemas no município estão nas regiões mais acidentadas e de solos com elevado grau de pedregosidade, onde normalmente se localizam agricultores muito pobres. É também nestas localidades que existe o menor grau de organização e de participação social dos agricultores”.

Como as áreas são de tamanho reduzido e não aptas à mecanização, as atividades devem responder com uma boa margem de contribuição por unidade de área e são desenvolvidas basicamente com o uso da força de trabalho. Estes sistemas

intensivos em trabalho forçam a permanência dos membros da família na unidade de produção, dificultando a escolha de outras estratégias de reprodução baseadas, por exemplo, na migração. Da mesma forma, os membros da família enfrentam dificuldades para acessar recursos que poderiam melhorar o seu capital humano, pois eles são imprescindíveis e têm dificuldades para se afastar, ainda que temporariamente, das atividades envolvidas nos seus sistemas produtivos. O capital humano tende a ser afetado negativamente também em função de problemas relacionados à saúde ocasionados não só pela duração da jornada de trabalho, mas principalmente pelas difíceis condições de execução do trabalho em função das condições agroecológicas do capital natural.

Manter estratégias voltadas à exploração do meio natural com base em culturas anuais ou sistemas de criação intensivos certamente implicará num maior desgaste dos recursos naturais por processos erosivos e de esgotamento de fertilidade dos solos, dificultando ainda mais as condições de reprodução destas famílias rurais.

Estratégias de reprodução com potencialidade de melhorar as condições de vida de famílias que vivenciam este tipo de situação deveriam privilegiar a retomada e o fortalecimento de alguns valores coletivos que potencializem sentimentos de cooperação, solidariedade, auto-ajuda (ativos de capital cultural e capital social), buscando outras formas de ganhar a vida, se possível mantendo-se no meio rural e nas próprias explorações, mas não necessariamente condicionando a reprodução às atividades e rendas agrícolas. Estas estratégias envolveriam necessariamente novas qualificações (capital humano) para poder dar conta de outras formas de geração de rendas agrícolas (reflorestamento, fruticultura, engorda de gado de corte, etc.) ou não-agrícolas no meio rural (trabalho agrícola em outros estabelecimentos, serviços ligados à construção civil para a construção de casas, galpões, estábulos, chiqueiros, cercas, etc. para as famílias que se viabilizam a partir de atividades agropecuárias) e no meio urbano (migração parcial ou total).

Para as famílias cujas estratégias de reprodução envolvem tanto atividades agrícolas como a migração parcial, o acesso aos diferentes ativos de capital tem a ver tanto com o fortalecimento das rendas agrícolas quanto de rendas não-agrícolas. Como a estratégia implica que parte dos membros da família permaneça envolvida com atividades agropecuárias, a acumulação de capital natural, quando ocorre, dá-se por aquisições de pequenas parcelas com financiamento direto entre as partes ou então por compra via Banco da Terra[60] em nome de um filho. O tipo de ativo de capital construído mais adequado vai depender da escolha das atividades agropecuárias que serão priorizadas pelas diferentes famílias, mas normalmente envolve pelo menos uma cultura ou criação mais intensiva que melhor se adapta aos seus ativos de capital natural, dentre as quais as mais expressivas na microrregião são a pecuária de leite, a suinocultura, a cultura do fumo e, em algumas localidades, a fruticultura, cada uma delas demandando um conjunto específico de ativos físicos e financeiros.

Com a migração de parte dos seus membros que busca outras fontes de renda fora da unidade de produção, muitas destas famílias recorrem a um maior grau de mecanização para dar conta especialmente do preparo do solo, plantio e tratamentos culturais tanto de culturas comerciais, como de culturas que servirão de alimentação para os animais. O que tem facilitado o acesso à mecanização para este tipo de famílias que possui normalmente áreas aptas à mecanização relativamente pequenas é a presença de um mercado de máquinas e equipamentos usados. Para muitas destas famílias a

[60] Só no município de Três Passos, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura, 46 famílias haviam sido contempladas com recursos do Banco da Terra, envolvendo um montante de recursos de R$ 892.000,00.

aquisição do primeiro trator aconteceu recentemente e ele foi adquirido já com 20 ou até 30 anos de uso, depois de ter passado por uma reforma ou revisão. Uma política visando consolidar e estimular a intensificação deste tipo de família, portanto, deveria contemplar o financiamento de maquinaria e equipamentos usados.

Um elemento chave para que estas famílias consigam sustentar esta estratégia de reprodução, envolvendo culturas e criações, está relacionado às suas condições de acesso aos mercados. Cada uma das atividades agropecuárias, especialmente aquelas mais intensivas, citadas acima, possui a sua estrutura e a sua estratégia de mercado que ora tende a incluir, ora a excluir agricultores.

A densidade da vida associativa das famílias pode lhes facilitar não só o acesso aos mercados como também às agências públicas. Foi assim que muitas famílias da microrregião de Três Passos que estavam ameaçadas de terem que abandonar a produção de leite em função de que sua escala de produção não atingia os volumes exigidos pelos atores econômicos que operavam no mercado do leite na região. Através da sua associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da sua organização na comunidade, fortalecidos por valores de solidariedade e de cooperação, conseguiram envolver agências públicas como a Emater e representantes do poder público local e estadual para viabilizar a constituição de cooperativas de produtores e a montagem de uma estrutura de recebimento e resfriamento de leite, com previsão de instalação de uma planta local para a produção de derivados de leite.

Hoje a relação que os técnicos da Emater e das secretarias municipais de agricultura mantém com os agricultores não é de simplesmente apontar os viáveis e os não viáveis, os que podem e os que não podem permanecer como fornecedores de produtos agrícolas. A relação privilegia ações no sentido de projetar melhorias nos sistemas atuais a partir das condições econômico-financeiras das famílias. O produtor modelo já não é mais apenas sinônimo de quem possui as melhores instalações, obtém os maiores rendimentos físicos por área ou por animal e passa a incluir aqueles que conseguem melhorar o seu desempenho técnico e econômico a partir da introdução de pequenas e progressivas melhorias no seu sistema produtivo.

As preocupações com a acumulação de ativos de capital humano assumem duas direções: uma voltada à qualificação dos membros da família que tenderão a permanecer na exploração agrícola e outra voltada à formação e qualificação dos membros que buscam outras fontes de renda por meio da migração. No primeiro caso, a qualificação privilegiada se dá não por caminhos da educação formal e sim principalmente por treinamentos específicos (cursos, reuniões, seminários, dias de campo, visitas a propriedades, etc.), voltados tanto à qualificação profissional para melhorar o desempenho em relação às atividades que desenvolve, quanto à melhoria das condições de saúde, higiene e bem estar da família. A qualificação para facilitar o processo de migração envolve tanto a participação em cursos profissionalizantes quanto a seqüência dos estudos formais (nível médio e, se possível, superior).

Esta também é a preocupação das famílias cujas estratégias de reprodução são pautadas essencialmente na migração. O esforço da família está voltado principalmente para a acumulação de ativos de capital humano no sentido de se preparar para assumir novas funções, desenvolver novas atividades de modo a garantir a sobrevivência e melhores condições de vida a partir de outras fontes de renda. As rendas agrícolas atuais têm sentido na medida em que colaboram para a realização daquela estratégia de médio e longo prazo. O esforço redobrado dos pais que permanecem envolvidos com a produção agropecuária é encarado como um investimento necessário para preparar os filhos para enfrentarem novos mercados de trabalho, abrindo passagem para a migração do restante da unidade familiar. Em alguns casos a estratégia pode até envolver a

permanência dos pais na unidade de produção, desde que associada a outras fontes de renda, como é o caso da aposentadoria e até mesmo a ajuda financeira que pode vir dos filhos quando a migração resultar em ganhos financeiros significativos.

Em síntese pode-se dizer que a análise empírica dos processos de desenvolvimento rural local ganha contornos diferenciados e mais abrangentes quando procedida com o uso da abordagem referenciada no acesso aos distintos tipos de ativos de capitais proposta por Bebbington comparativamente à abordagem dos sistemas agrários.

O mérito da teoria dos sistemas agrários é ver o desenvolvimento da agricultura como um processo evolutivo marcado pela diversidade e complexidade, cujos contornos são explicados pelos condicionantes históricos e agroecológicos e pela natureza das relações sociais dominantes. Mesmo reconhecendo que muita coisa pode ser feita para manter a capacidade de reprodução de muitas famílias que têm nas atividades agropecuárias a base de composição de suas estratégias de vida, a abordagem dos sistemas agrários tem seu alcance limitado enquanto instrumento de análise das situações de desenvolvimento rural exatamente por restringir seu foco de análise ao campo de possibilidades eminentemente agrícolas, centrando por conseqüência sua análise ao que Bebbington chama de ativos de capital natural e de capital construído.

Mesmo sendo uma microrregião com forte predominância da agricultura, cujos sistemas de produção são conduzidos em quase sua totalidade por unidades familiares, os dados levantados indicam que poucas das famílias locais vivem exclusivamente de rendas obtidas com atividades agropecuárias. Isso indica que a análise da realidade local deve incluir não apenas o leque de atividades às quais as famílias ou seus membros estão incorporando em suas estratégias de reprodução, mas também os vários recursos que elas lançam mão para garantir a realização destas suas estratégias de reprodução em busca da manutenção e melhoria das suas condições de vida.

É neste sentido que a abordagem de Bebbington é mais abrangente, permitindo avaliar as distintas estratégias das famílias rurais da região em função do acesso que elas conseguem ter a um conjunto diferenciado de ativos de capital que ultrapassam os meros recursos naturais, materiais e humanos. Mesmo para estratégias de reprodução centradas na exploração agropecuária os tipos de ativos desempenham diferentes papéis e, em alguns casos, notadamente quando as famílias precisam exercer o seu poder de pressão para conseguir algo em seu favor, o acesso a ativos de capital social e capital cultural podem ser mais importantes do que o mero acesso a terra e outros meios de produção.

O que é importante enfatizar neste esforço de síntese é que mais importante do que separar ativos que são mais ou menos significativos para as famílias, o que importa para Bebbington é perceber que existem alguns tipos de ativos que contribuem mais para o desenvolvimento de ações tipicamente instrumentais e é normalmente neles que se pensa quando se analisa a situação das famílias a partir fundamentalmente das suas atividades produtivas numa perspectiva meramente econômica.

Existem, entretanto, outros tipos de ativos que, além de contribuírem para os ganhos materiais, também contribuem para dar significado à vida das pessoas, além de se constituírem em fontes de poder e de emancipação, ativos estes de acesso não meramente individual, mas normalmente acessado por grupos de famílias nas comunidades onde elas convivem. Estes ativos têm a ver com processos de formação e capacitação das pessoas (capital humano) e constituição de redes sociais e valores coletivos (capital social e cultural), fortalecendo a capacidade de luta e resistência social e de mudança das relações que elas sustentam com atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Assim, a abordagem que privilegia a análise das estratégias de reprodução das famílias rurais a partir do acesso e combinação de diferentes ativos de capital contribui para alargar o horizonte dos estudos empíricos sobre desenvolvimento rural local, pois inclui como público alvo não apenas as famílias plenamente integradas aos mercados agrícolas tradicionais, como tendem a fazer as análises que se fundamentam nas teorias da modernização, mas também as famílias que montam suas estratégias de reprodução com base em atividades agropecuárias e atividades não-agrícolas, famílias cujas estratégias não tem nenhuma relação com atividades agrícolas propriamente ditas e até mesmo famílias que montam suas estratégias rurais para deixarem de ser rurais pela via da migração total.

Como nem todas as famílias rurais da microrregião de Três Passos mantêm estratégias de reprodução estruturadas essencialmente em atividades agropecuárias e, em especial, como aproximadamente 40% das famílias rurais da microrregião vive em condições de pobreza[61], a abordagem de acesso a ativos amplia as possibilidades de ações incluindo a densidade de vida associativa, valores culturais centrados na cooperação e na solidariedade, além da capacitação das pessoas para assumirem a condição de agentes do seu próprio desenvolvimento.

As relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil que as famílias rurais da microrregião de Três Passos conseguem manter e sustentar em função do conjunto de ativos de capital que elas acessam e sustentam para viabilizar suas estratégias de reprodução, bem como as reflexões sobre políticas públicas que emergem da utilização da abordagem proposta por Bebbington serão alvo da análise do próximo capítulo.

[61] Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, a intensidade de pobreza dos três municípios que compõem a microrregião de Três Passos (Esperança do Sul, Tiradentes do Sul e Três Passos) no ano de 2000 era de aproximadamente 48%, enquanto a intensidade da indigência era próxima de 44%. Como ainda é reduzido o número de favelas urbanas, deduz-se que esta situação concentra-se em bolsões localizados no meio rural.

CAPÍTULO IV

ACESSO A ATORES DO MERCADO, DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS DE APOIO ÀS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS

A composição das estratégias de reprodução das famílias rurais passa pela escolha e definição de um conjunto de atividades e de rendas, agrícolas e não-agrícolas, rurais e não-rurais, em função de um conjunto de ativos de capitais que elas conseguem acessar e do tipo de relacionamento que elas conseguem manter com outras famílias e com atores estratégicos que operam em esferas situadas para além de suas comunidades e que representam as instituições do mercado, do Estado e da sociedade civil. A forma e as condições de acesso com que as diferentes famílias conseguem ter a estes distintos atores interferem, portanto, na conformação de suas estratégias de reprodução.

Dependendo do tipo e da dimensão do acesso a diferentes tipos de ativos e atores, as famílias vão atribuir maior ou menor peso às produções agropecuárias e, por conseqüência, tornar as suas condições de vida mais ou menos dependentes de rendas auferidas do envolvimento de seus membros com as atividades primárias.

O estudo empírico realizado na microrregião de Três Passos confirma que, por diferentes formas e razões, as famílias do meio rural são, em sua grande maioria, em primeiro lugar famílias de agricultores e, portanto, as atividades agropecuárias em geral e as rendas que elas oportunizam são importantes na composição das suas estratégias de reprodução. Isto reafirma a necessidade de manutenção e fortalecimento de relações qualificadas com mercados de insumos e mercados de produtos agropecuários, com instituições voltadas à execução de pesquisas e assistência técnica para melhorar o desempenho e a renda de culturas e criações, bem como com instituições sociais voltadas à defesa de seus interesses corporativos.

Por outro lado, o mesmo estudo também confirma que as famílias estão de forma progressiva buscando incluir outras fontes de renda no seu leque de possibilidades voltadas à garantia da sobrevivência e à busca de melhoria nas suas condições de vida. Estes novos envolvimentos normalmente afetam parte de seus membros e exigem outro tipo de relacionamento e de habilidades que precisam ser construídos pelas famílias rurais. Isto passa por relações com novos mercados, em particular com mercados de trabalho, com novas fontes de capacitação, com apoio e envolvimento público voltado à geração de postos de trabalho no meio rural e no meio urbano, dentre outros.

O reconhecimento de que o envolvimento como produtores rurais tem contribuído cada vez menos para garantir uma vida melhor faz com que boa parte da população rural adulta prefira dar outro encaminhamento aos seus filhos, para que eles tenham maiores e melhores oportunidades, preferencialmente fora da agricultura, e não precisem, como dizem eles, "passar pelo que nós tivemos que passar". A maior preocupação com a formação dos filhos pode tanto ter esta perspectiva ou estratégia de prepará-los para outras funções fora da agricultura, mas também pode estar associada em alguma medida, consciente ou não, com uma visão de proteção aos recursos naturais, buscando evitar a partilha dos já pequenos estabelecimentos, o que poderia redundar numa exploração exagerada dos recursos naturais (solos, águas, florestas...).

Com uma menor pressão demográfica sobre os recursos naturais, os membros da família cuja reprodução permaneça dependente da exploração agrícola conseguem implantar sistemas mais naturais, ainda que mais intensivos, como a produção de leite a pasto, a criação de suínos em lotes mais reduzidos, ampliando a utilização da adubação orgânica com a conseqüente diminuição do uso de fertilizantes químicos, mas evitando ao mesmo tempo riscos de poluição dos solos e águas em função da menor escala de produção e o menor volume de produção de dejetos.

Tendo como referência o estudo empírico realizado na microrregião de Três Passos a seqüência do capítulo focará as estratégias de reprodução das famílias em função do tipo e da natureza dos relacionamentos que conseguem manter e sustentar com atores do mercado, do Estado e da sociedade civil, sob o amparo da contribuição de Bebbington descrita no capítulo primeiro. Por fim, tratam-se das relações de sinergia entre as famílias rurais e diferentes atores locais como fator definidor de ações estratégicas ou de políticas para as comunidades locais tendo como parâmetro a melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias e assumindo como pressuposto que tais relacionamentos, seja por iniciativa das famílias organizadas ou dos atores externos, podem afetar positivamente o rumo do desenvolvimento.

4.3 Estratégias de Reprodução e Acesso ao Mercado, ao Estado e à Sociedade Civil

Observando algumas experiências resultantes de processos de interação social entre atores socioeconômicos da microrregião de Três Passos percebe-se que algumas questões são importantes para pensar sobre as trajetórias de reprodução das famílias rurais. Uma destas percepções, por exemplo, evidencia que algumas famílias mantêm uma trajetória de ascensão social ainda que com baixo nível de acesso a ativos de capital natural (pequena quantidade de terra) e de capital construído (instalações e outros meios de produção rudimentares). Uma apreciação mais fina destas situações indica que uma boa combinação destes e de outros ativos de capital, aliada a uma rede de relações mais densa do que a média local, permite a estruturação de estratégias de reprodução condizentes com os objetivos de vida destas famílias.

Desse modo, a compreensão das trajetórias de reprodução das famílias rurais na microrregião deve passar não apenas pela avaliação da quantidade de recursos materiais que elas dispõem, mas também de um conjunto de recursos imateriais, muitas vezes de difícil mensuração, que podem ser cruciais tanto para entender o significado das estratégias familiares em si, como o envolvimento de outros atores na consecução daquelas estratégias.

Isto envolve aquilo que no capítulo três foi referido como densidade de vida associativa das famílias, resultante da acumulação de ativos de capital humano, social e cultural, mas também do tipo e natureza dos relacionamentos que as famílias conseguem manter e sustentar com atores econômicos (mercado), políticos (Estado) e sociais (sociedade civil). Neste sentido, a capacidade ou o empoderamento de uma comunidade ou grupo de famílias para influir e interferir nos rumos do desenvolvimento depende, de um lado, do seu grau de coesão social e, de outro, do seu grau de confiança e de credibilidade em relação aos outros grupos e organizações externas e da confiabilidade e aceitação que estes outros grupos tenham para com a comunidade e grupos de famílias.

Como as famílias no interior das comunidades não são iguais e, por conseqüência, suas estratégias de vida são por vezes muito distintas, torna-se crucial para o desenvolvimento rural local trabalhar com estas diferenças, considerando que a

melhoria das condições de vida no meio rural passa especialmente pelo envolvimento daqueles grupos sociais que estão à margem da vida em comunidade e que, portanto, o processo deve começar reascendendo a esperança e a crença no poder da cooperação e da solidariedade nas pessoas ou famílias que estão desanimadas, sem esperança e com baixa auto-estima, resultado muitas vezes da precariedade do seu acesso a ativos de capital, mas também da fragilidade das suas relações com outros atores. Com base no estudo realizado na microrregião de Três Passos, busca-se na seqüência analisar as estratégias de reprodução das famílias rurais em função do tipo de relações que elas conseguem manter e sustentar com atores do mercado, do Estado e da sociedade civil, com ênfase nos relacionamentos com potencial para o fortalecimento de ações solidárias e fundadas na cooperação.

4.1.1 Estratégias de reprodução e acesso ao mercado

A natureza e o tipo de relação com o mercado depende fundamentalmente das estratégias de reprodução que as famílias estruturam em função do controle e combinação dos ativos de capital que elas conseguem acessar. As famílias que têm acesso a recursos naturais e recursos materiais podem e normalmente montam suas estratégias tendo por base produções agropecuárias. Nestes casos as relações privilegiam atores que operam nos mercados de insumos e de produtos das atividades que compõem o seu sistema de produção. Já as famílias cujas estratégias de reprodução envolvem rendas não-agrícolas montam sua rede de relações com atores relacionados ao mercado de trabalho, por exemplo.

Com base nas observações feitas na microrregião de Três Passos analisa-se, a seguir, o tipo de relações que as famílias rurais locais mantêm com o mercado tomando por referência três matérias-primas agrícolas importantes para a agricultura familiar da região: a cultura do fumo, a criação de suínos e a produção de leite[62]. Busca-se com esta análise identificar o significado destas relações para a sustentabilidade das estratégias de reprodução daquelas famílias que têm na agropecuária pelo menos uma das fontes de renda.

a) Acesso ao mercado das famílias rurais da microrregião de Três Passos com base na produção de fumo

Na produção de fumo as famílias rurais mantêm uma relação direta e individual com as companhias fumageiras, relação esta mediada pelos técnicos que as representam nas diferentes regiões produtoras. O tipo e a natureza das relações que o técnico mantém com os plantadores de fumo depende das estratégias das empresas processadoras em cada contexto histórico. No final dos anos noventa, a estratégia da Souza Cruz, única empresa que operava na microrregião de Três Passos, era aumentar a área média cultivada com fumo ao nível das unidades de produção, diminuindo assim o número de produtores integrados. A condição básica para continuar mantendo uma relação de integração com aquela empresa, única forma de manter a cultura do fumo no sistema de produção naquele momento, era dispor de terras aptas para aumentar a área cultivada e, especialmente, dispor de quantidade de mão-de-obra para dar conta de uma cultura altamente exigente em termos de trabalho. Obviamente que a história de lealdade e

[62] Para efeitos do presente trabalho a análise das relações com o mercado restringe-se aos relacionamentos em função destas atividades agropecuárias, ficando em aberto não apenas as relações com atores envolvidos com as demais atividades primárias e, em especial, as relações com os atores que operam em mercados não-agrícolas, como é o caso dos relacionamentos com o mercado de trabalho.

fidelidade conta no momento em que a empresa tem que fazer escolha entre quem permanece e quem não permanece como parceiro.

A realidade observada entre 2002 e 2003 naquela microrregião foi bem diferente da segunda metade dos anos noventa, a começar pelo número de empresas atuando no fomento da cultura do fumo. No início dos anos 2000 praticamente todas as empresas que atuam no ramo do tabaco no Rio Grande do Sul projetaram grandes investimentos[63] de expansão em suas unidades processadoras, concentradas em sua maioria na microrregião de Santa Cruz do Sul e região metropolitana de Porto Alegre, resultando na ampliação de suas atividades de fomento. Neste quadro, duas novas empresas passaram a fomentar a cultura do fumo na microrregião de Três Passos entre 2001 e 2002. Com isto uma tendência de restrição à entrada de novos produtores e até mesmo de previsão de exclusão de produtores já existentes no período entre 1995 a 1998, chega-se a uma conjuntura nos primeiros anos do século XXI em que as empresas estão estimulando a entrada de novos produtores.

Segundo informação fornecida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Três Passos, só neste município entre 2001 e 2002 houve um incremento de 84% no número de produtores e de 91% na área cultivada com fumo, como se pode observar na tabela número 11. A entrada neste mercado das duas novas empresas garantiu a ampliação do número de produtores e de área cultivada na produção de fumo neste município, triplicando o número de produtores com acesso a essa fonte de geração de renda comparativamente àquele que se envolvia com a única empresa que operava na região.

Tabela 11 Produtores e área cultivada de fumo no município de Três Passos/RS – 2001-2002.

Empresa	Produtores			Área cultivada (ha)		
	2001	2002	Δ%	2001	2002	Δ%
Souza Cruz	112	115	3	118	135	14
Universal	48	250	421	55	160	190
Dimon	36	96	167	40	112	180
Total	196	361	84	213	407	91

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Passos/RS.

No estudo desenvolvido por Silva Neto et al. (1998), o fumo foi a atividade que apresentou a maior margem de contribuição por unidade de área na microrregião de Três Passos, na safra 1996-1997, representando à época em torno de R$ 2.900,00 por hectare. A importância da margem de contribuição desta cultura foi reafirmada nos levantamentos realizados pelo autor no trabalho de campo feito na mesma região para a safra 2002-2003 (em torno de R$ 2.400,00/ha).

Sem entrar no mérito da utilidade social do produto final desta cadeia, o certo é que a cultura do fumo se adapta bem aos sistemas de produção numa região com as características agroecológicas e socioeconômicas da microrregião de Três Passos, em que muitas das famílias dispõem de explorações de tamanho reduzido em terrenos normalmente acidentados. Nestas condições, é crucial para a reprodução social destas famílias a inclusão de pelo menos uma atividade mais intensiva, e o fumo cumpre esta função.

[63] A expansão dos investimentos no Brasil é explicada pela indústria do fumo em função de uma conjuntura favorável às exportações devida, dentre outras razões, por problemas de oferta em alguns países do continente africano.

A questão que se coloca neste caso é entender se e de que forma as famílias rurais, especialmente as mais pobres, têm acesso para incluir esta cultura em seus sistemas de produção. Do estudo realizado em 1997 (SILVA NETO et al., 1998) e do levantamento de campo realizado para reunir informações para o presente trabalho, pode-se concluir que a possibilidade de inclusão de um número maior de famílias depende essencialmente da situação do mercado e, particularmente, do maior ou menor grau de concorrência neste mercado. Se a conjuntura de 1997 era nitidamente de exclusão, com uma tendência de concentração da produção em um número menor de produtores, a conjuntura mais recente é bastante distinta, com as empresas procurando novos parceiros para o cultivo do fumo.

A mudança entre as duas conjunturas está ligada à maior disputa no mercado local pela presença de novas empresas. Até o ano 2000 a empresa Souza Cruz ditava soberana as regras, pois atuava sozinha no mercado local e em suas estratégias, baseadas no aumento da escala das explorações, vislumbravam-se poucas chances de inclusão de novos produtores[64]. A entrada das duas novas empresas disputando no mesmo mercado local representa alterações importantes para as relações locais[65], já que a estratégia de concentração da produção sofre um revés importante. Basta observar os números da empresa Universal na tabela número 9, por exemplo, para se constatar que a média geral desta empresa em 2002 ficou em pouco mais de meio hectare cultivado por família, o que significa um nível muito baixo de restrições à entrada de produtores.

A relação de integração que o agricultor estabelece com uma das empresas faz com que ele simplesmente siga as orientações que ela fornece. Nesta integração a empresa fornece todos os suprimentos necessários para o cultivo, como sementes, defensivos, adubos, corretivos, bem como orienta e financia a construção e reforma de estufas e galpões. A empresa integradora garante o financiamento do custeio da safra, a assistência técnica ao produtor, o seguro para eventuais quebras de safra, bem como a garantia de compra de toda a produção. Já o produtor assume o compromisso de seguir as orientações técnicas e de entregar sua safra para a integradora.

Os maiores problemas que os produtores levantam em relação ao cultivo do fumo se referem normalmente à penosidade do trabalho, tanto no momento da implantação e acompanhamento dos canteiros de mudas, quanto no momento do transplante das mudas para o local definitivo e particularmente no momento da colheita, organização e acompanhamento na fase de secagem do produto nos galpões. Além disso, existem problemas relacionados com o uso de agrotóxicos[66] ao longo do ciclo vegetativo da planta.

Outra reclamação dos produtores de fumo contra as companhias fumageiras refere-se às regras de comercialização, particularmente no que diz respeito ao sistema

---

[64] Esta empresa sustenta a mesma estratégia mesmo na conjuntura expansionista dos anos 2000, pois o número de produtores mantém-se praticamente estável e a área cultivada expande-se cerca de 14% (ver tabela 11).

[65] É importante destacar que estas alterações são válidas para a microrregião, uma vez que o enfrentamento destas empresas nas tradicionais regiões produtoras já vem de longo tempo.

[66] O problema de envenenamento por agrotóxicos era muito grave na fumicultura, mas tanto as empresas quanto os produtores enfatizam que este problema tem se reduzido muito nos últimos anos. Segundo dados do Informativo Comercial Souza Cruz 100 anos (Zero Hora, 2003), várias iniciativas contribuíram para reduzir de forma significativa o uso de agrotóxicos nas lavouras de fumo, incluindo a busca de técnicas alternativas no controle de pragas e doenças, o melhoramento genético de variedades mais resistentes, assim como a introdução e estímulo ao uso do sistema *float* para produção de mudas em bandejas de isopor com utilização de substrato especial, eliminando conseqüentemente o uso de brometo de metila, produto utilizado até então na fumicultura e que mais impactos negativos gerava em termos ambientais e de saúde.

de classificação. Cada produtor faz a sua classificação, montando os fardos em função dos diferentes tipos do produto (qualidade das folhas), só que a classificação final é feita pela empresa, quando o produto chega na sua planta industrial. Os produtores reclamam que a classificação feita pela empresa, da qual não participam por estarem distantes, quase nunca confere com a classificação que eles próprios fazem. Estas diferenças são mais acentuadas quando a safra é boa.

Ainda que os produtores reclamem individualmente, não há instância na qual eles discutem os seus problemas e, de forma coletiva, negociam com os representantes da indústria. Nas regiões onde a cultura é mais expressiva (Vale do Rio Pardo, por exemplo) até existem associações de fumicultores e os próprios sindicatos incluem entre as suas lutas as reivindicações dos produtores de fumo. Em vez de criar espaços de discussão para debater questões socioeconômicas diretamente com os seus produtores integrados, as empresas normalmente adotam outras estratégias de relacionamento mais genéricas com as comunidades onde interagem. Principalmente no período de entre-safra (abril a julho), os técnicos procuram interagir nas regiões onde atuam, envolvendo principalmente as escolas, estimulando trabalhos com os alunos na implantação de hortas escolares, na produção de mudas e plantio de árvores (reflorestamento).

O tipo de relação que as famílias rurais da microrregião estudada mantêm com as empresas e instituições envolvidas no fomento e comercialização do fumo não contribui ou contribui muito pouco para fortalecer a solidariedade e a cooperação. Apesar de envolver muitos produtores, com áreas de cultivo e volumes de produção individuais muito pequenos, a cultura do fumo influi minimamente nas relações dos produtores entre si e deles para com os demais atores que operam nas esferas do Estado, da sociedade civil e do mercado.

Por ser uma cultura que apresenta uma oportunidade econômica real para os pequenos e micro produtores, particularmente para aqueles que estão localizados em terrenos não adequados para culturas mecanizadas e que, por conseqüência, possuem um leque muito reduzido de opções, poderia ser estratégico para a reprodução de muitas famílias da microrregião se em torno da economia do fumo fosse estimulada a criação de laços de solidariedade social entre os produtores, fortalecendo-se uma teia de relações sociais mais ampla do que a proposta pelas empresas, integrando novos parceiros como sindicatos, associação de produtores, poder público, Emater, grupos Prorenda, dentre outros. Uma nova relação, baseada nestes termos, certamente não deve partir das empresas integradoras, mas da articulação das próprias famílias entre si e delas com os demais parceiros e isto passa especialmente pela ampliação do acesso a ativos de capital cultural (fortalecimento de valores ligados à cooperação e solidariedade) e de capital social (definição e valorização de normas compartilhadas, confiança em si e nos outros).

b) Acesso ao mercado das famílias rurais da microrregião de Três Passos com base na produção de suínos

Um tipo de relação semelhante é o que se mantém entre os agricultores e o mercado de suínos na microrregião de Três Passos, com a diferença que em torno desta atividade se construiu uma relação local de parceria mais densa, ainda que os agricultores sejam dentre eles os parceiros mais fracos. Dadas estas especificidades, convém detalhar um pouco mais este tipo de relacionamento com o mercado.

A criação de suínos, como foi visto no capítulo dois, esteve na base da composição dos sistemas de produção da quase totalidade dos agricultores que desbravaram as terras do noroeste gaúcho. As primeiras relações comerciais da

agricultura da região aconteceram de forma particular com a venda da banha. Só a partir da década de 1970 é que a criação de suínos volta-se principalmente para a produção de carne.

A suinocultura, como visto na figura número 06, já foi muito mais significativa para a região Noroeste Colonial e para a microrregião de Três Passos. A grande maioria dos colonos conseguiu pagar suas terras, comprar novas terras e "colocar os filhos", como eles dizem, com o produto da suinocultura (SILVA NETO et al., 1997 e 1998). A mudança do foco de produção de banha para a produção de carne não causa impactos muito profundos nos sistemas de criação no nível das unidades de produção. Os novos animais (reprodutores e criadeiras) são de raças rústicas e têm uma boa adaptação aos sistemas de manejo e alimentação que os agricultores já vinham praticando. A escala de cada produtor delimitava-se pela sua capacidade de produção própria de alimentos para os animais.

O sistema de produção integrada que passa a vigorar a partir do final dos anos oitenta e as novas relações impostas pelas integradoras a partir dos anos noventa mudam significativamente este panorama. Como diz um produtor, "a Sadia forçou um sistema de produção e com isso eliminou muita gente" [67]. Outro produtor diz que, "antes da Sadia a suinocultura representava uma das melhores possibilidades de renda para o município e também para os agricultores. Depois que a Sadia assumiu as relações de fomento e de compra de suínos na região de Três Passos, a suinocultura praticamente desaparece dos sistemas de produção, pelas exigências da empresa e pelos baixos preços pagos ao produtor".

A criação de suínos, pela sua capacidade de agregação de renda, é uma atividade importante para ser incluída no sistema de produção dos agricultores da região, em sua maioria detentores de propriedades com áreas muito pequenas (idem, 1998). Uma das condições para que a contribuição seja positiva, é que cada agricultor possa dimensionar a escala da atividade (número de matrizes e reprodutores em sistema de ciclo completo) em função da sua capacidade de produção própria dos principais componentes do sistema de alimentação, com destaque para o milho.

Até os anos noventa os criadores de suínos da microrregião de Três Passos tinham várias opções para comercializar os animais em idade e peso de abate. Existiam vários comerciantes na região que intermediavam a compra e venda de suínos e, segundo alguns dos entrevistados, os colonos podiam escolher para quem vender em função do melhor preço. As estratégias que a Sadia adota a partir da sua entrada na microrregião alteraram de forma significativa as suas relações com os suinocultores e, porque não dizer, dos agricultores da região em relação à própria suinocultura. Como expressou um dos entrevistados, "empresas como a Sadia reduzem as opções para a agricultura de pequeno porte, não só pelas exigências que elas impõem para o sistema de criação, mas principalmente porque eliminam a possibilidade de venda de suínos, pois acabam eliminando os demais compradores locais".

Muitos agricultores afirmam que hoje a única forma de produzir suínos na região é através da Sadia e, para isso, em primeiro lugar é preciso ser aceito por ela e, em segundo, tem que adotar o sistema que ela propõe. Ainda que concordando que o sistema de criação é definido pela empresa, outros agricultores afirmam que a empresa não elimina *a priori* possíveis interessados em firmar contratos de integração ou de parceria. Mesmo assim, concordam que há um processo de exclusão, pois o sistema de

[67] A Sadia, tradicional empresa na área da agroindústria da carne (suínos e aves), tem origem no vizinho Estado de Santa Catarina. A extensão de suas atividades na direção do Rio Grande do Sul se dá a partir da aquisição de frigoríficos já existentes, incluindo o Frigorífico Damo de Frederico Westphalen e o Frigorífico Corcovado de Três Passos.

criação exigido pela empresa implica em volumes de investimento nem sempre acessíveis para muitos produtores. Existem também exigências legais, relacionadas à proteção ambiental, que acabam eliminando produtores cujas propriedades não se enquadram a tais exigências (proximidade de rios, córregos, nascentes...). Estas barreiras são de tal forma significativas no sentido de dificultar o acesso de produtores que, apesar dos esforços da empresa e dos estímulos do poder público local e ainda que a atividade ofereça uma boa margem de contribuição, o número de famílias que se envolve com a criação de suínos na microrregião não chega a dez por cento do total.

É preciso destacar, no entanto, que a suinocultura, diferentemente da fumicultura, é uma atividade assumida como muito importante por vários segmentos da sociedade local, especialmente pelo número de empregos que gera e pela contribuição na formação do índice de participação do município no retorno de tributos em função da unidade de processamento agroindustrial. A possibilidade de a empresa encerrar suas atividades no município de Três Passos no final dos anos noventa deu origem ao Programa de Expansão da Suinocultura – PES, numa iniciativa da administração pública local em parceria com um conjunto de outras entidades[68].

Mesmo que a preocupação estivesse mais voltada à viabilização da empresa do que com a melhoria das condições de vida das famílias ligadas à atividade, a movimentação e os esforços das lideranças locais, sob o comando da prefeitura municipal, foram fundamentais para dar um novo alento para a suinocultura na microrregião.

Quando do lançamento do PES, em fevereiro de 1999, a Sadia contava com apenas 17 famílias parceiras do município de Três Passos que produziam 6.800 animais por ano, correspondendo a 4,9% do abate total da unidade industrial local. A meta era chegar a fevereiro de 2001 com 100 famílias parceiras produzindo 34.600 suínos, correspondendo a 20% do abate. Segundo relatório do Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, no final de 2001 o número de produtores parceiros chegou a 68, bem abaixo da meta prevista para o início daquele ano que pretendia envolver 100 famílias parceiras, mas em compensação estas 68 famílias eram responsáveis pela produção de 70.000 animais, correspondendo a 26% da capacidade de abate da processadora, considerando que esta capacidade também teve uma ampliação, passando de 1.300 para 1.800 animais por dia. Ou seja, para os objetivos do Programa, que era viabilizar a presença da processadora industrial, o resultado foi excepcional, mas do ponto de vista do fortalecimento das famílias rurais os esforços voltados à expansão da suinocultura foram pouco significativos.

O tipo de relações que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos, em especial aquelas que se dão entre as famílias e comunidade com o mercado, representado neste caso pela Sadia, não são relações que favorecem o fortalecimento da

[68] Segundo um relatório do Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, documento não publicado, de uso interno, mas disponibilizado para consulta pelo Secretário Municipal de Agricultura, "a Sadia implementou na região um novo conceito de instalações, alimentação e tipo de genética do animal a ser criado ... pois os antigos criadores de suínos já não mais se enquadravam nas exigências do frigorífico abatedouro ... A verdade é que a maioria dos membros da comunidade não podia sequer ouvir falar em criação de porco". Diante deste tipo de considerações, o relatório conclui que a participação entrosada e em parceria dos diversos agentes interessados seria imprescindível, pois, além da retomada da produção, trabalhar-se-ia com um verdadeiro paradigma, segundo o qual a Sadia havia quebrado os suinocultores da região. As entidades citadas no relatório que se engajaram com a administração municipal e a Sadia S.A. na gestão do PES foram: Emater-RS, Universidade Regional, grupos Prorenda, Sindilojas, Câmara de Indústria e Comércio, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores Urbanos, Secretaria Municipal de Agricultura, Prefeitura Municipal, Núcleo de Criadores de Suínos e Comitê de Suinocultura.

solidariedade e da cooperação e são, por conseqüência, insuficientes para estabelecer um ambiente propício para a construção de capital social e de empoderamento dos suinocultores.

Ainda que exista uma associação de criadores, os próprios agricultores dizem que quem está no comando desta associação são suinocultores muito próximos à empresa. Não só os agricultores, mas também as entidades empresariais e o poder público permanecem muito dependentes do poder econômico da empresa. É óbvio que o fechamento de uma unidade industrial que gera um número considerável de postos de trabalho e de renda na região, tornando-se uma forte alternativa para as próprias estratégias de reprodução para membros das famílias que buscam a melhoria das suas condições de vida pela via da migração, não é nem um pouco interessante do ponto de vista do desenvolvimento local. Mas a questão que se quer discutir aqui não é essa e, sim, se o tipo de relacionamento que existe fortalece ou não laços de solidariedade e contribui para melhorar as condições de vida das famílias rurais.

Além de as relações entre empresa e suinocultores não serem promotoras de solidariedade, os agricultores são forçados a assumir um sistema especializado e intensivo, distinguindo produtores de matrizes e reprodutores, produtores de leitões e, por fim, produtores terminadores. A intensificação passa pelo sistema de parceria, no qual o produtor entra com a infra-estrutura (chiqueiro, silo para depósito da ração e estrumeira), energia elétrica, água e trabalho, enquanto a empresa fornece os leitões, a ração e os medicamentos. A intensificação também é forçada pelo sistema de preços, o qual é estabelecido em função do fator de conversão alimentar. Para receber um bom preço, o produtor tem que ser melhor (mais eficiente) que os demais, uma vez que o preço leva em conta não só o desempenho individual, mas também a média do índice de conversão dos trinta produtores que entregaram suínos para a empresa antes dele.

O preço pago aos produtores é definido por cabeça e depende, portanto, do fator de conversão alimentar[69]. O cálculo do valor que o produtor irá receber por cabeça de suíno é feito da seguinte forma: o peso médio por cabeça do lote que está sendo entregue (por exemplo, 33.000 kg/300 animais = 110 kg por cabeça), multiplicado pela taxa de conversão[70] que é obtida em função do índice de conversão alimentar do lote do produtor em relação ao índice médio de conversão dos últimos trinta criadores que entregaram seus lotes para a empresa, multiplicado finalmente pelo preço de mercado do quilo de suíno vivo praticado naquele momento[71]. Se num lote de entrega de animais o índice de conversão do produtor for 2,60 e o índice médio dos 30 criadores que lhe antecederam for 2,62, o produtor é premiado com uma taxa de conversão maior (mais próxima de 6%). Se, ao contrário, o índice de conversão do produtor for 2,62 e o índice médio dos últimos criadores for 2,6, o produtor é penalizado com uma taxa de conversão menor (mais próxima de 3%). O prêmio no primeiro caso se deve ao fato de o produtor ter conseguido engordar seus animais utilizando menos ração. No segundo

[69] O fator de conversão alimentar ou índice de conversão é dado pela quantidade de alimento (kg de ração) necessária para produzir um quilo de peso do animal. Um índice de 2,6, por exemplo, significa que foram consumidos 2,6 kg de ração para produzir um quilo de suíno.

[70] A taxa de conversão representa um prêmio ou uma penalização, em função de o índice de conversão alimentar do produtor ser respectivamente maior ou menor do que o índice médio de conversão dos lotes dos trinta últimos produtores. Esta taxa por conversão alimentar tem variado, segundo os produtores, de 3 a 6%.

[71] Tomando o exemplo acima, para um peso médio por animal de 110 kg, uma taxa de conversão de 5% e um preço de mercado correspondente a R$ 1,40/kg de suíno vivo, o preço por cabeça do lote entregue pelo produtor seria de R$ 7,70. Como os custos diretos são praticamente todos assumidos pela empresa, o produtor teria que deduzir ainda deste preço o gasto equivalente em energia e os gastos de estrutura (depreciação das instalações).

caso, ao contrário, a penalização se explica pelo fato de o produtor ter sido menos eficiente que os demais, precisando de uma quantidade maior de ração para cada quilo de suíno produzido. É bom lembrar que quanto maior a taxa de conversão maior será o impacto positivo no preço recebido pelo produtor e também que o prêmio que a empresa paga em função de um melhor índice de conversão alimentar se deve ao fato de que o custo do alimento é assumido pela empresa e não pelo produtor.

Segundo os criadores entrevistados, o índice de conversão depende dos cuidados ou, como muitos preferem, da eficiência de cada criador, particularmente no fornecimento de ração aos animais, pois se fornece mais do que o necessário haverá desperdício porque o animal não aproveita tudo o que come e se fornece quantidade insuficiente o ganho de peso será menor. A limpeza correta das instalações, o manejo adequado e o acompanhamento sistemático dos animais podem contribuir para evitar doenças e perdas. Mas a conversão também depende de fatores externos, em especial os que se relacionam à procedência e a qualidade do lote de leitões e da ração, sobre os quais o criador não tem controle.

Com este sistema de formação do preço, a empresa dilui um dos principais elementos de agregação nas reivindicações dos produtores que é exatamente a luta por melhoria dos preços pagos aos seus produtos, já que o preço praticado no mercado é apenas um dos componentes do preço final.

c) Acesso ao mercado das famílias rurais da microrregião de Três Passos com base na produção de leite

Se as relações entre as famílias rurais e os mercados relacionados com as produções de fumo e de suínos são potencialmente pouco significativas para a geração de laços de solidariedade no meio rural, os relacionamentos entre atores do mercado e produtores de leite apresentam não apenas um potencial maior de agregação de famílias, como também apresentam indícios de que em torno da atividade leiteira se tenha maior potencial de criação de capital social.

No final dos anos noventa as principais empresas processadoras de leite que atuavam como compradoras da matéria-prima na região do noroeste gaúcho (Elegê e Parmalat) haviam adotado uma estratégia de exigência de aumentos progressivos na escala de produção por parte dos produtores rurais. Para fazer frente a estas novas exigências, os agricultores foram estimulados a formarem grupos para a venda de leite em conjunto. Nas diferentes localidades o estímulo veio da Igreja, do Sindicato e até mesmo das cooperativas agrícolas, que funcionam como intermediárias entre os produtores e as empresas processadoras. A formação de grupos visava enfrentar pelo menos três problemas que atingiam os agricultores: a) a questão da escala de produção, b) a questão da conservação do produto entre o período da ordenha e o momento da coleta e, c) a questão do preço.

A escala dos produtores individuais deixava de ser um problema, pois para a empresa passou a contar o volume entregue pelo grupo. Assim, as famílias que só tinham condições de produzir 20 ou 30 litros por dia e com este volume de produção não seriam mais aceitas pelas empresas, no grupo a sua produção se soma à dos demais. Em relação ao armazenamento, as empresas começam a pressionar os produtores para resfriarem o leite na propriedade de um dia para outro, na medida em que a coleta passou a ser feita de dois em dois dias. A participação num grupo de venda em comum também foi crucial neste aspecto, pois em vez de cada família comprar o seu próprio resfriador – o que seria inviável para uma grande maioria -, a aquisição dos equipamentos foi feita em conjunto. Já em relação ao preço, a venda do leite de um

grupo de famílias no nome de uma só produtor faz com que todas as famílias, independente do volume individual de cada uma, beneficiem-se da política das empresas de pagar mais para volumes maiores.

Em 2000, as cooperativas agrícolas que fazem a intermediação do recebimento do leite para a Elegê Alimentos começam a reagir contra esta forma de organização dos produtores e passam a não mais aceitar venda de mais de um produtor no nome de apenas um deles. Em alguns grupos também começam a surgir desentendimentos entre os próprios agricultores, particularmente por problemas de qualidade e sanidade do leite. Se um dos participantes entregar seu produto com problema, em função de sanidade do rebanho ou mesmo da falta de cuidado com a ordenha e manejo do produto, compromete a qualidade de todo o produto entregue em conjunto, representando situações de conflito que, se não enfrentados e resolvidos, podem levar à desagregação do grupo.

Apesar destes fatores desfavoráveis à política de formação de grupos, a experiência deixou mais resultados positivos do que negativos e isto levou boa parte das famílias que haviam participado dos grupos a não se conformarem pura e simplesmente com a idéia de voltarem a ter uma relação de produtores isolados frente às empresas compradoras e decidiram então buscar alternativas. Chegaram a visitar alguns condomínios leiteiros, mas concluíram que este não seria um caminho interessante, pois teriam que concentrar a produção num determinado local e isto poderia dificultar o envolvimento direto de boa parte do grupo, o que acabaria exigindo a contratação de mão-de-obra assalariada.

A saída encontrada foi simplesmente dar personalidade jurídica aos grupos já existentes, transformando-os em pequenas cooperativas. Com isso, cada família continuava com as suas atividades e a sua produção de leite seria vendida através da cooperativa. Estas pequenas cooperativas teriam uma diretoria, mas não teriam nenhuma estrutura física e administrativa. Vários grupos então foram se transformando em cooperativas e o passo seguinte foi juntar estas iniciativas isoladas e pensar em estratégias comuns para a comercialização da produção. Em setembro de 2000 constitui-se a CCCL – Central de Cooperativas Celeiro Ltda, a qual passaria a centralizar o recebimento, o resfriamento e a comercialização da produção dos associados das diversas cooperativas singulares.

Tanto na transformação dos grupos informais em cooperativas singulares, como na constituição da central, merece destaque o papel dos sindicatos de trabalhadores. Já para transformar a idéia da central numa realidade, além da participação dos associados das cooperativas singulares, fundadoras da CCCL, foi decisiva a colaboração do poder público local e, em especial, do poder público estadual, seja pelo envolvimento das equipes locais da Emater, seja pela liberação de recursos financeiros para a implantação do posto de resfriamento.

Segundo a equipe técnica do escritório da Emater de Três Passos, o leite acabou substituindo a suinocultura na microrregião, só que na pecuária leiteira o trabalho é mais penoso do que na suinocultura. O medo de perder também o leite como fonte de renda, da mesma forma que acontecera com a suinocultura, fez surgir a CCCL, lembram os técnicos da Emater, fazendo questão de alertar que a Central foi uma iniciativa que partiu dos produtores e muitas das instituições achavam que a iniciativa não ia longe. O apoio do poder público foi muito frágil, especialmente na fase de estruturação da idéia e de esclarecimento à população rural. O grande interlocutor das famílias neste empreendimento foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Os dados da tabela 12 fornecem uma idéia do significado do empreendimento, com destaque para o número de associados e o volume de produção por cooperativa

singular associada, tendo por referência o mês de abril de 2001, mês de início das operações da CCCL.

Tabela 12. Número de produtores associados e volume de produção (litros de leite) por cooperativa singular integradas à CCCL, referentes ao mês de abril de 2001.

Cooperativa	Localidade	Associados	Produção (l)
COOPERANA	Linha Romana, Três Passos	42	31.628
COOPERPASSOS	Linha Cinamomo, Três Passos	33	40.996
COOPERSEDE	Sede, Três Passos	45	33.868
COOPERIVA	Bom Progresso	41	37.718
COOPRESSO	Bom Progresso	32	32.485
COOPERESPERANÇA	Esperança do Sul	116	77.590
TOTAL CCCL		309	254.285

Fonte: CCCL, Três Passos (RS).

Para se ter uma idéia do peso político dessa iniciativa basta ver que, com esta produção e estes associados, a Central começou suas atividades atendendo um público que estaria fora do mercado, pois pelo seu volume de produção (em média menos de 30 litros por dia), não faziam mais parte das estratégias das grandes empresas.

A partir de setembro de 2001, mais uma cooperativa singular se constitui e se torna associada da CCCL. Trata-se da Cooperfamiliar, com sede no município de Tenente Portela, com 150 associados e uma produção mensal de 138.965 litros.

Ao longo do ano de 2002 o número médio de associados às cooperativas singulares associadas à Central foi de 522 e o volume médio da produção recebida destes associados pela Central ficou muito próximo de 500.000 litros mensais, equivalentes a uma média diária de 16.500 litros. A figura 32 dá uma idéia da participação dos diferentes estratos de associados em função dos volumes médios diários vendidos ao longo do ano de 2002.

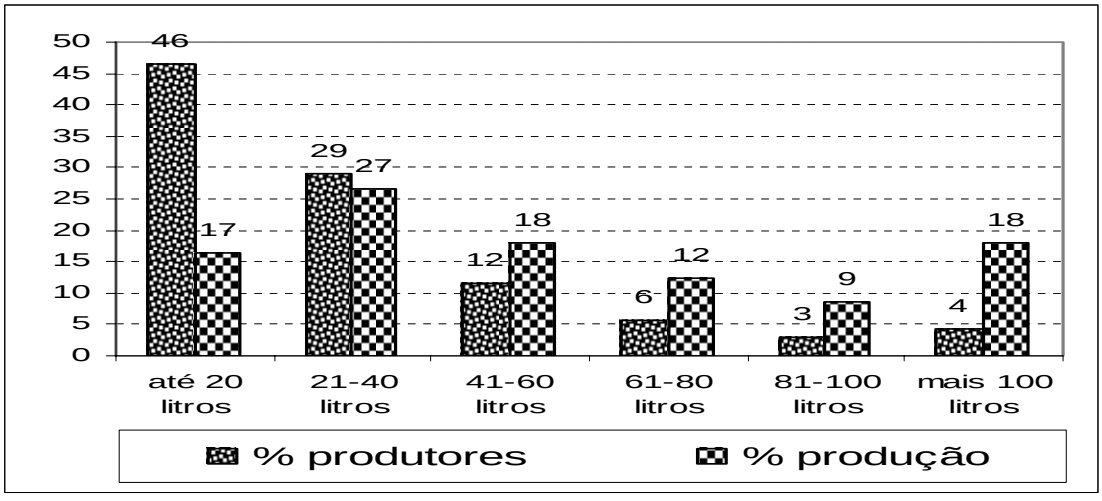

Figura 32. Participação relativa (em %) dos produtores e do volume de produção por faixa de venda média diária de leite (em litros) à Central de Cooperativas Celeiro Ltda de Três Passos – 2002.
Fonte: elaboração do autor a partir de estatísticas fornecidas pela CCCL

Observa-se que 46% das famílias que forneceram leite para a Central através das cooperativas singulares em 2002 entregavam em média menos de 20 litros por dia e 75% por cento das famílias associadas vendiam até 40 litros diários. Para a Central, no entanto, estas faixas de produtores são importantes, pois juntas representam quase a metade do volume total da produção recebida. Os maiores produtores de leite da CCCL

fornecem volumes que ficam no entorno de 100 a 120 litros diários, o que os coloca na categoria de pequenos ou médios produtores na perspectiva dos grandes laticínios privados[72] que operam na região diretamente ou por meio das cooperativas tradicionais que surgiram na região nos anos 1950-60 em torno das culturas do trigo e da soja e que nos anos 1980 passaram a estimular a atividade leiteira como parte de suas estratégias de diversificação[73].

Mas as cooperativas singulares e a Central não foram importantes para seus produtores associados apenas pelo fato de lhes garantir continuar sendo produtores de leite, independente dos seus volumes produzidos, ainda que isto tenha se constituído no principal ganho. A iniciativa também oportunizou melhoria nos preços médios recebidos pelos produtores. Aliás, os ganhos não se restringiram aos associados, na medida em que o surgimento de alternativas como esta da Central acabou por provocar mudanças no conjunto do mercado regional.

É consenso nas entrevistas com produtores associados, com dirigentes da CCCL e com dirigentes sindicais da região, que houve uma mudança de estratégia por parte das empresas que detinham a hegemonia no mercado local. Como atesta o presidente da CCCL, "houve reações e pressões muito fortes por parte das empresas estabelecidas, pressionando os agricultores nas linhas de coleta onde a Central passou a ser uma opção para o recolhimento de leite, primeiro argumentando que a iniciativa das pequenas cooperativas não daria certo e, depois, oferecendo um preço melhor para que voltassem a vender o leite para elas (...) enquanto os preços básicos pagos aos agricultores pelas empresas tradicionais na época em que passamos a operar no mercado local era menor do que R$ 0,20 por litro, a CCCL iniciou pagando um preço básico de R$ 0,25 (...) as empresas então passaram a oferecer um preço até melhor, mas apenas para os produtores das linhas ou localidades em que a Central estava operando (...) isto acabou sendo bom para a região, pois elevou os preços médios praticados".

Um dos produtores que participou na estruturação das cooperativas e da Central também enfatizou que "onde tem linha de coleta da CCCL as outras cooperativas propõem-se a pagar mais para os produtores, mas nas localidades onde a Central não atua os preços que elas pagam aos agricultores continua sendo mais baixo (...) alguns até já passaram de novo para a Cotricampo, mas temos que nos manter firmes na nossa central senão as grandes tomam conta de novo e o preço vai cair ainda mais".

Tem-se, aqui, um ponto que precisa ser destacado no trabalho, ou seja, diferente do que se observou para os casos analisados anteriormente envolvendo as produções de fumo e de suínos, no caso da atividade leiteira foi possível estabelecer laços de solidariedade e de cooperação. Aliás, como muito bem destacou o professor Nelson Delgado em seus comentários à primeira versão da tese, a questão central não se refere apenas ao fato de que a partir desta atividade foi possível estabelecer laços de solidariedade e de cooperação, mas sim que esses laços de solidariedade e cooperação transformaram-se em capital social, na medida em que permitiram uma ação coletiva dos produtores e suas representações que alterou a relação com as empresas e com o mercado. Como destacou o professor, este é o sentido da ação emancipatória que Bebbington foi buscar em Habermas (BEBBINGTON, 1999), ou seja, os laços de solidariedade e de cooperação transformam-se em ativos de capital social que se tornam estímulos, ou trunfos para a ação transformadora, cujos resultados poderão ser bem-

[72] Desde 1998 o produtor típico de leite para a Elegê Alimentos (CCGL), por exemplo, é aquele que consegue produzir mais de 500 litros por dia e os exemplos de eficiência tomados como referência pela empresa são de produtores com volumes médios diários de 2000 litros (BASSO & SILVA NETO, 1999).
[73] Na microrregião de Três Passos estas cooperativas estão representadas pela Cotricampo, com matriz em Campo Novo e pela Cotrimaio, com matriz em Três de Maio, ambas intermediárias da Elegê Alimentos.

sucedidos ou não. Estes laços de solidariedade e de cooperação, portanto, somente se constituem como capital social se forem transformados em ativos ou trunfos para a ação emancipatória/transformadora das famílias/grupos/comunidades, legítimas proprietárias ou detentoras destes ativos ou trunfos (*stakeholders*, como a literatura internacional tem se referido).

Outras iniciativas na área de laticínio estão acontecendo na microrregião de Três Passos e seu entorno. Dentre estas merece destaque a presença de outra cooperativa localizada no interior do município de Tiradentes do Sul envolvendo produtores de leite. Trata-se da Cooperlab – Cooperativa dos Produtores Rurais de Lajeado Bonito, fundada por 24 agricultores em 1994. Também ela surge como uma alternativa para os produtores de leite e, além do posto de resfriamento, oferece aos associados uma seção de mercado e um setor voltado à venda de insumos agrícolas e veterinários.

Segundo um dos produtores associados, "a Cooperlab é uma iniciativa de um grupo de agricultores para melhorar a renda com a produção de leite; ainda que a cooperativa recolha o leite e venda o produto *in natura* para a Parmalat, consegue melhorar a remuneração dos produtores". Segundo o mesmo produtor, ele e outros associados foram tentados pelas outras cooperativas (Cotricampo e Cotrimaio) que intermedeiam a compra de leite para a Elegê Alimentos na região a voltarem a lhes vender leite mediante um pagamento diferenciado. A cooperativa investigou e descobriu que as ofertas só valiam para os roteiros onde ela mantinha rotas de coleta, sendo que nas demais regiões o preço destas empresas era normalmente mais baixo que o praticado pela nova cooperativa, confirmando o mesmo procedimento apontado pelas outras iniciativas da região, como foi visto no caso da CCCL.

A Cooperlab também conta com aproximadamente 550 associados, dos quais recebe diariamente em média 20.000 litros de leite. Talvez o maior impacto que esta cooperativa tem produzido no sentido de melhorar as condições de reprodução social de seus associados, mas que também acaba transbordando para outros beneficiários, esteja relacionado com a introdução de melhorias nos sistemas de criação, oportunizando ganhos de produtividade aos produtores de leite a partir de investimentos acessíveis.

Uma das iniciativas neste sentido está voltada a um projeto de criação de terneiras com vistas a melhorar a qualidade genética do rebanho adaptado às condições locais e a um custo realmente baixo para os agricultores. Outra iniciativa que também tem produzido efeitos positivos para os produtores de leite está voltada a estimular um sistema de criação a pasto, reduzindo ao mínimo os componentes que teriam que vir de fora da unidade de produção. Segundo o presidente desta cooperativa, "se o sócio tiver um litro de leite para vender e o caminhão passar por perto, nós vamos fazer o possível para recolher, mas vamos estimulá-lo a progressivamente melhorar a sua produção através dos projetos que desenvolvemos por meio da cooperativa, como o projeto de criação de terneiras e o projeto de formação de pastagens e piquetes".

O presidente da Cooperlab é reticente em relação a projetos de industrialização para agregar valor quando a escala é muito pequena. Como ele diz, "partir para a industrialização não é bem assim; primeiro, porque industrialização requer investimentos e investimento tem que ser pago; segundo, porque tem a questão do mercado (...) hoje não temos nenhum problema para vender o leite resfriado, mas não temos experiência em vender queijo e outros subprodutos. Estes dois problemas são reforçados pelo fato de sermos pequenos e esses mercados exigem regularidade, qualidade e quantidade". Segundo ele, a solução para as pequenas cooperativas seria a associação em centrais regionais através das quais as cooperativas poderiam processar a sua produção com marca própria, assumindo a comercialização, ou então processar com marca da central e esta assumiria a comercialização.

Esta idéia pouco ufanista em relação à industrialização é partilhada pelos responsáveis por uma outra experiência desenvolvida na microrregião por um grupo privado (Grupo Recanto com sede no município de Sede Nova). No início dos anos noventa este grupo montou uma estrutura completa para o processamento de leite (leite C e creme de leite), começando com uma coleta de mil litros por dia, recolhidos de 23 produtores. Esta produção foi aumentada progressivamente e em 1998 já processavam 10.000 litros por dia. Para atrair produtores de leite foram utilizadas campanhas publicitárias veiculadas por rádio, jornal e televisão, tendo como atrativo o oferecimento de um ou dois centavos a mais por litro do que as demais empresas estavam pagando. Em 2002 o grupo recebia leite de 153 produtores representando um volume diário médio de 18.000 litros.

Em 1998 o Grupo Recanto decidiu suspender a produção de leite tipo C e passou a produzir queijo, mas já no ano seguinte percebeu que o mercado de queijo estava muito concorrido e os preços com tendência de queda. O grupo então decide suspender todo o projeto de processamento e passa, a partir do final de 1999, a vender o leite *in natura* para vários laticínios estabelecidos mais próximos à grande Porto Alegre. Segundo o raciocínio de um dos sócios da empresa, o valor recebido pela venda do leite *in natura* é muito próximo do que seria recebido pela venda do produto transformado em queijo, com a diferença que quando operavam com a queijaria tinham que manter 26 funcionários que se dividiam em turnos, pois a fábrica operava em regime de 24 horas por dia, além de o produto sofrer uma carga de 17% de impostos. Com o recebimento e venda de leite *in natura* todo o trabalho é feito por apenas dois funcionários, que trabalham em média 6 horas por dia e não há incidência de impostos.

Pela forma como os agricultores se referem à Sadia e às empresas tradicionais do ramo de laticínios (Elegê e Parmalat), representadas localmente pelas grandes cooperativas (Cotricampo e Cotrimaio), fica claro que o tipo de relacionamento é meramente comercial e isto não é suficiente para gerar laços de confiança, de solidariedade e de colaboração. Isto significa que a iniciativa de constituição de pequenas cooperativas que resultou da articulação dos agricultores somente se consolidará diante do seu quadro social se ela conseguir sustentar e na medida do possível ampliar a rede de solidariedade social que se estabeleceu entre as famílias que se uniram não apenas para conseguir melhores preços e garantia de poder vender sua produção, mas, antes de tudo, para confrontar um tipo de relacionamento excludente que o mercado lhes estava propondo num determinado momento. Outros atores locais, em especial o poder público, somente se envolveram, e ainda assim como coadjuvantes do processo, no momento em que perceberam que a iniciativa das famílias era consistente e esta consistência era dada por sua forte coesão social.

Num tipo de relação meramente comercial, os produtores tendem a mudar de parceiro assim que um outro lhe oferecer melhores vantagens de preço, assistência técnica, crédito, etc. Se a CCCL se preocupar apenas com preço, volumes de produção e qualidade dos produtos dos seus associados, com o tempo pode se tornar apenas em mais uma opção para as famílias que puderem garantir a sobrevivência a partir de atividades agropecuárias. Para fazer com que as famílias se "mantenham firmes" é preciso mais do que isso e o caminho parece ser o que fortaleça ações que capacitem as pessoas do meio rural a serem agentes do desenvolvimento na perspectiva emancipatória sugerida por Anthony Bebbington e por Amartya Sen, dentre outros.

Somente as famílias organizadas nas suas comunidades poderão impedir que as iniciativas que elas foram capazes de construir mantenham-se firmes nos propósitos para os quais foram criadas, ou seja, defender os interesses dos seus associados sem discriminá-los por sua situação econômico-financeira ou por sua escala de produção.

Isso pode parecer uma obviedade, mas é importante lembrar que as grandes cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul mantiveram amplos programas de capacitação e empoderamento de seus associados nos anos setenta, mantendo equipes qualificadas de profissionais para trabalhar diretamente na organização do quadro social, com núcleos espalhados em todas as comunidades do meio rural e lideranças que participavam da gestão da unidade cooperativa, eleitos pelas próprias comunidades. Foi só surgirem os sintomas de crise nos anos oitenta que todo este trabalho foi desmantelado em nome de uma "gestão profissionalizada" do empreendimento comum, passando a ser a viabilidade da empresa cooperativa, e não a reprodução das famílias associadas, o critério orientador deste tipo de gestão.

Este processo que aconteceu com as cooperativas empresariais do Rio Grande do Sul é um exemplo claro de diminuição do estoque de capital social no meio rural. As ações que atualmente orientam a gestão de muitas cooperativas[74] não estão centradas no fortalecimento de laços de solidariedade e colaboração entre as famílias rurais. A preocupação primeira é com a sobrevivência econômico-financeira da empresa e os valores da cooperação, quando lembrados, o são para chamar o quadro social a entregar suas produções na cooperativa.

Pela conjuntura que a região Noroeste Colonial e em particular a microrregião de Três Passos tem vivenciado a partir dos anos noventa, torna-se evidente que o acesso e em especial a ampliação do acesso das famílias rurais aos mercados passa não pela iniciativa dos representantes destes distintos mercados, mas pela densidade de vida associativa destas famílias. Quanto mais articuladas entre si e quanto mais entidades conseguirem agregar em torno de suas estratégias coletivas, mais facilmente poderão chegar aos mercados e, mais do que isso, criar formas alternativas para atingir mercados existentes ou novos. A constância com que surgem novas cooperativas, apesar de muitas histórias de fracassos, evidencia que os valores da cooperação e solidariedade permanecem vivos nas pessoas e famílias, os quais podem ser usados, sempre que necessário, como trunfos para ações coletivas.

Os mercados só podem ser vistos como uma "construção social", conforme a perspectiva defendida por Bagnasco (1988), se resultarem de grupos sociais organizados e tais mercados só se sustentarão na medida em que for mantida, de preferência aumentada, a coesão social destes grupos. É nesta perspectiva, portanto, que se deve analisar as experiências de surgimento de pequenas cooperativas no meio rural. Durante a fase de mobilização os agricultores e suas famílias foram os atores principais. No momento em que os empreendimentos coletivos conseguirem manter-se de forma independente dos seus associados, satisfazendo-se em prestar-lhes serviços – e mesmo que sejam bons serviços -, torna-se cada vez mais difícil colocar as estratégias de reprodução das famílias como orientadoras das ações da empresa.

Quando as estratégias de reprodução da unidade econômica coletiva ou da unidade processadora, no caso da suinocultura, tornam-se mais importantes para o desenvolvimento rural do que as estratégias de reprodução das famílias rurais, o acesso destas famílias torna-se mais difícil não só aos mercados, mas também às entidades do Estado e da sociedade civil. Como diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tiradentes do Sul, o leite continua sendo a base para a reprodução da agricultura familiar unicamente por causa da reação dos agricultores que criaram as suas próprias cooperativas, pois a tendência do leite era a mesma do suíno, marcada pela

[74] Pode-se citar o caso da Cotrijuí, mas vale para a maioria das cooperativas de trigo e soja constituídas no final dos anos cinqüenta como resultado da ação do Estado e dos próprios produtores rurais como foi descrito no Capítulo II, que já foram consideradas exemplos pela forma como envolveram o seu quadro social para decidir sobre os seus rumos.

seleção e exclusão de produtores. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Passos vai até mais longe dizendo que daria para se pensar algo parecido do que foi feito com o leite e, a partir da organização dos agricultores, criar pequenas cooperativas singulares de criadores de suínos e integrá-los num empreendimento comum para o abate e produção de embutidos, independente e até mesmo sem comprometer os projetos da Sadia para a região.

4.1.2 Estratégias de reprodução e acesso ao Estado

Em várias oportunidades ao longo do trabalho foram feitas referências de como as famílias rurais viam a ação do poder público no processo de desenvolvimento rural local. Em grande parte tais referências se reportam ao poder público local e fazem menção a um tratamento diferenciado em função do público alvo, principalmente no que se refere a obras públicas. Esta diferenciação no tratamento é identificada tanto em depoimentos que dizem estar o serviço público orientado para o atendimento de demandas em função de afinidades ("só fazem serviço para parentes, amigos ou integrantes da mesma coalizão política das administrações públicas locais") ou em função da estratificação social ("os mais ricos são sempre melhor e mais rapidamente atendidos"). As avaliações positivas da ação pública municipal se referem especialmente à interiorização dos serviços de atendimento à saúde, sendo citados os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, bem como os serviços de orientação dos técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura.

Dentre as ações do poder público estadual lembradas pelas famílias contatadas na microrregião merecem destaque: as ações dos técnicos dos escritórios municipais da Emater; o Programa RS-Rural que destina recursos a fundo perdido para recuperação do solo, aquisição de sementes e fertilizantes para a implantação de pastagens, melhorias nas habitações rurais, etc.; o apoio do governo do estado via Secretaria de Agricultura para os grupos Prorenda; a contribuição decisiva do governo gaúcho para a implantação do posto de recebimento e resfriamento de leite da CCCL, fato que é destacado principalmente pelas famílias que estão integradas às pequenas cooperativas de produtores de leite.

Do governo federal os agricultores reconhecem como importantes as ações relacionadas ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, especialmente no que diz respeito às condições de crédito para investimento. Outro programa federal que também foi mencionado como importante na microrregião é o que facilita o acesso à terra por meio do Banco da Terra. Em tom de crítica foram lembrados os vários programas federais compensatórios do tipo renda escola, renda mínima, cestas básicas. Este tipo de depoimento provém, principalmente, de famílias mais abastadas argumentando que todos estes auxílios, incluindo as aposentadorias rurais, servem para acomodar as pessoas em vez de estimulá-las a melhorar seus processos produtivos. Um dirigente sindical da microrregião diz que, em princípio, não é contra estes vários tipos de auxílios para as famílias mais pobres, até mesmo porque os grandes produtores sempre foram contemplados com benefícios públicos. Mesmo assim preferiria que este tipo de política, de caráter compensatório e paternalista, assumisse progressivamente o formato de ações voltadas à geração de rendas.

De acordo com dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da microrregião, representantes diretos da agricultura familiar, não é das melhores as relações entre as entidades do município que têm algum tipo de vínculo com o meio rural, particularmente as que envolvem representantes do poder público local. Reconhecem, entretanto, que tem surgido algumas iniciativas voltadas à agregação de

forças, com destaque para aquelas que se orientam para a elaboração de planos de desenvolvimento municipal. Um dos líderes sindicais locais afirma que as relações com a prefeitura, especialmente aquelas que envolvem a secretaria de agricultura, estão mudando. Por muito tempo os representantes da prefeitura pensavam que todos os agricultores tinham que ser modernos e isso fazia pensar que todos eram iguais e que as ações para o meio rural tinham que ser as mesmas para todas as localidades e para todas as famílias. Hoje, diz ele, está havendo um bom trabalho da prefeitura na área do leite. Em 1999 havia menos de 950 produtores de leite no município e a produção era em média de 18 mil litros por dia. Graças ao trabalho da prefeitura, em parceria com as cooperativas dos produtores, no final de 2001 eram 1004 produtores de leite e a produção média diária do município já havia alcançado 32 mil litros, representando um incremento médio de 68% na produtividade das famílias locais envolvidas com a atividade leiteira.

Outro fator positivo destacado pelos líderes sindicais é o esforço das lideranças políticas locais no sentido de estimular o debate entre os representantes de diversas entidades e dos próprios agricultores, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, de caráter mais amplo e preocupado com os rumos da comunidade local, e dos Conselhos Agropecuários Municipais, voltados à discussão sobre os rumos do desenvolvimento no meio rural. O Conselho Agropecuário de um dos municípios da microrregião, para dar um exemplo, é constituído por 29 membros sendo: dois representantes de cada instituição participante (Secretaria Municipal da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, Sicredi, três cooperativas de produtores com atuação no município e Associação Comercial e Industrial, com 16 representantes ao todo), dois representantes dos agricultores de cada localidade (doze ao todo) e um representante da Câmara de Vereadores.

As relações do governo estadual na microrregião se dão particularmente por meio da ação dos escritórios municipais da Emater. As equipes que atuam nestes escritórios são normalmente compostas por um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e um extensionista rural. Além do número reduzido de pessoas para compor as equipes locais, os técnicos reclamam que os serviços burocráticos consomem grande parte de seu tempo (emissão de laudos, cartas de aptidão e elaboração de projetos de financiamento de Pronaf, Pronafinho, dentre outros).

Os técnicos da Emater colocam que os processos de mudança no governo do estado e do município muitas vezes emperra o desenvolvimento de ações nas localidades, fato que torna mais difícil manter relacionamentos próximos e constantes com as famílias rurais. Como as eleições para o estado e o município acontecem em momentos distintos, a cada dois anos são necessários novos entendimentos sobre ações prioritárias, não raras vezes provocando a parada de programas em andamento e a necessidade de se implementar novas ações propostas pelos novos governos. Além disso, a grande rotatividade dos técnicos, que também pode resultar das mudanças políticas, acaba igualmente sendo um fator comprometedor da continuidade das ações, desacreditando os técnicos perante os agricultores.

Mesmo assim, algumas equipes destacam os esforços que têm desenvolvido para atuar diretamente no meio rural visando montar, junto com os moradores, um plano de desenvolvimento para suas comunidades. Tendo o meio agroecológico como pano de fundo, estimulam a valorização de recursos internos às explorações, como a produção própria de alimentos para os animais, a redução do uso de insumos industriais, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, bem como a proteção de nascentes e fontes.

Para os técnicos da Emater o que pode explicar condições de vida um pouco melhores de algumas famílias na microrregião é o fato de elas estarem introduzindo

algum tipo de melhoria na sua produção de leite, pois ela é a atividade que mais contribui para a manutenção da grande maioria dos agricultores locais. Chamam a atenção para o fato de que as principais linhas de financiamento para a agricultura familiar desestimulam, quando não impedem, a busca de rendas não-agrícolas por parte das famílias já que o seu acesso está condicionado ao envolvimento majoritário com atividades agropecuárias. Para o acesso a financiamentos do Pronaf, por exemplo, a renda não-agrícola não pode passar de 20% da renda total.

Na avaliação dos técnicos da Emater, está havendo uma tendência de aumento dos níveis de pobreza no meio rural, mais sentida nas regiões de encostas e entre as pessoas de mais idade, afetando a auto-estima da população rural. Por isso, a busca da elevação da auto-estima dos agricultores deveria ser considerada a questão estratégica fundamental, para a qual deveriam convergir os esforços de todos quantos se interessam pela promoção de melhorias das condições de vida das famílias rurais.

O relacionamento do poder público local com o meio rural passa fundamentalmente pelas secretarias municipais de agricultura e, segundo seus técnicos, as questões políticas locais dificultam a escolha de ações básicas de fomento para o desenvolvimento rural. A primeira dificuldade está no grau de prioridade que as administrações locais e as agremiações políticas que lhes dão sustentação atribuem à pasta da agricultura. A segunda dificuldade se relaciona ao "que fazer" com o volume, maior ou menor, de recursos que são destinados para as secretarias de agricultura e que público alvo deveria ser priorizado nas ações.

Nem mesmo as iniciativas de democratizar as discussões e as escolhas a partir da constituição de conselhos municipais conseguem superar as divergências políticas incorporadas pelos representantes das várias instituições com assento nestes conselhos. Isso explica porque muitos afirmam que "as instituições não trabalham em conjunto". Todos os representantes de instituições dizem que têm mais facilidade de realizar trabalhos em conjunto com algumas entidades e dificuldades de serem parceiras com outras, situações que podem se alterar conforme mude a conjuntura.

Perguntado se é possível ou se há espaço para políticas ativas para interferir na dinâmica do desenvolvimento rural a partir da ação do poder público local, apesar da limitação de recursos financeiros, humanos e materiais, um dos secretários municipais de agricultura da microrregião disse que dá sim para fazer muita coisa. Ele alerta, no entanto, que para além da vontade e pré-disposição no âmbito da secretaria, é fundamental que haja vontade política e interesse em priorizar ações voltadas para o meio rural no âmbito da cúpula dirigente do município e, de forma muito particular, do prefeito.

Na opinião deste secretário, apesar das divergências está melhorando a relação de parceria entre as várias organizações locais que participam dos vários conselhos existentes, em especial no Conselho de Desenvolvimento Agropecuário. O que dá para notar, segundo ele, é que os segmentos que mais interferem nas ações da prefeitura, e cujas propostas fluem melhor nas discussões no Conselho Agropecuário, são aqueles onde os produtores estão organizados, como é o caso da associação ligada à fruticultura e horticultura e à associação ligada à suinocultura. Das associações existentes, a que tem tido pouco peso e que está mais desorganizada no município é a ligada ao setor leiteiro que, em tese, deveria ser o contrário, pois é a que seguramente reúne o maior número de produtores e associados.

Para este secretário, existe uma clara percepção de que, em sua maioria, as entidades têm melhorado a sua aceitação e credibilidade perante os agricultores e isso tem sido fundamental para que o meio rural seja incorporado nas ações do poder

público, citando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como um exemplo claro deste reconhecimento.

Também existe o reconhecimento de que o desenvolvimento rural não depende apenas de ações na área da agricultura e neste sentido o secretário da agricultura destaca a boa relação de parceria existente entre a secretaria da agricultura, a secretaria da educação e a secretaria da saúde no Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, a partir do qual se busca uma atuação integrada nas ações públicas municipais no meio rural centralizadas em escolas rurais, com a presença de um técnico agrícola pago pelo programa que atua em atividades com os alunos e com a comunidade de cada um dos cinco distritos do município.

Quanto à opção por um público preferencial para ser alvo das políticas municipais, o secretário da agricultura de Três Passos diz que, diante de um quadro no qual é muito difícil atingir a todos, mesmo que não se queira acaba-se privilegiando alguns em detrimento de outros. Os mais capitalizados, por exemplo, tendem normalmente a se beneficiar das iniciativas antes que os menos capitalizados, complementando que ainda que se tente orientar algum programa para produtores com maiores dificuldades de reprodução, o fato de normalmente não estarem organizados em algum tipo de associação dificulta o seu acesso até mesmo à informação de que eles poderiam ser beneficiados com algum programa oferecido pela prefeitura ou por outras instituições.

Dos vários programas oferecidos pelo poder público municipal o que causa maior impacto positivo do ponto de vista dos agricultores é sem dúvida o que envolve ações voltadas à produção de leite. Segundo o secretário, a atividade leiteira representa um maior sacrifício para as pessoas envolvidas, mas em compensação é uma atividade praticamente sem barreiras à entrada e não existem dificuldades intransponíveis para a venda da produção.

Esta posição é reforçada por um profissional do quadro permanente da Secretaria de Agricultura do município de Tiradentes do Sul para quem os esforços locais deveriam convergir para a produção de leite como uma atividade básica, pois existem estradas em condições razoáveis de tráfego, tem freteiros interessados em fazer a coleta e é fácil para colocar a produção no mercado. Para este representante do poder público municipal os poucos recursos destinados para a agricultura não deveriam ser utilizados de forma pulverizada, pois "para alavancar qualquer sistema produtivo às vezes é preciso de um volume mínimo de recursos, nada de extraordinário, mas com migalhas pouco se pode fazer".

Na pecuária de leite, por exemplo, pouco adianta estimular as famílias a aumentarem de 20 para 30 ou 40 litros de leite por dia, pois isto não é suficiente para melhorar as condições de reprodução. Isto não quer dizer que se tenha que pensar em atividades intensivas e de grande escala, como gostariam as grandes processadoras. Para sustentar sua opinião ele usa como referência o caso da exploração que aparece na figura 19 do capítulo três que vendia em torno de 30 litros de leite por dia. Com poucos investimentos em termos de melhoria do sistema de alimentação do rebanho e os cuidados com a criação das terneiras, a mesma família já estava vendendo 70 a 80 litros por dia no final de 2002, com meta de em pouco tempo atingir 120 a 150 litros diários com o aproveitamento da estrutura já montada a partir do acesso de um Pronaf investimento no valor de R$ 2.900,00.

Na avaliação do secretário municipal de agricultura de Três Passos o relacionamento do poder público com as comunidades e as famílias rurais é mais difícil nas localidades em que o relevo é mais acidentado e os solos apresentam uma elevada presença de pedras, nas quais normalmente se concentram os bolsões de pobreza rural e

nas quais existe o menor grau de organização e participação social dos agricultores. O secretário cita os grupos Prorenda existentes no município (56 ao todo) como exemplos de organização e participação social dos agricultores. Isto por um lado representa um ganho para o desenvolvimento local, pois as discussões e definições de ações prioritárias que acontecem no interior destes grupos organizados permitem que seja feita uma filtragem das demandas da população rural para a administração pública. De outro lado, entretanto, o maior grau de organização oportunizado pelos grupos aumenta o grau de exigência por parte dos agricultores gerando muitas vezes expectativas que o poder público local nem sempre tem condições de atender, podendo gerar algumas frustrações.

No caso específico do município de Três Passos, destaca-se ainda a iniciativa da administração pública local para promover o desenvolvimento e a estruturação de agroindústrias familiares, incentivando a permanência do agricultor no meio rural. Esta iniciativa está consubstanciada no Programa Passo Saudável desenvolvido pela Administração Municipal por envolvimento conjunto da Secretaria de Agricultura e da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, em parceria com entidades técnicas e representativas e tem por objetivo melhorar a qualidade dos produtos, garantir-lhes mercado e competitividade, conferindo-lhes o Selo de Qualidade Passo Saudável, que oferece ao consumidor uma garantia de que o produto adquirido conta com o controle de qualidade.

Para oferecer estas garantias, a prefeitura implantou o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), a quem compete conferir o certificado e o selo de qualidade. O Programa também se envolve para viabilizar acesso dos interessados a linhas de crédito, auxiliando na elaboração de projetos, bem como na promoção e incentivo à comercialização dos produtos em supermercados, feiras e restaurantes locais. Existe também a preocupação voltada à capacitação para o desenvolvimento de produtos e para a gestão do negócio, bem como na ajuda para a legalização das atividades, para uma boa gestão ambiental e para a montagem da estrutura física necessária.

Segundo o secretário de agricultura, em 2002 este Programa contava com 32 agroindústrias estabelecidas de acordo com as normas técnicas, em sua maioria localizadas no meio rural, das quais 11 já contavam com o Selo de Qualidade Passo Saudável. Além de terem criado 102 postos diretos de trabalho, estes empreendimentos também contribuíram para consolidar a feira municipal do produtor.

Observando os relacionamentos das famílias rurais e suas comunidades da microrregião de Três Passos com as distintas esferas do Estado e destas com a sociedade local, em especial aquelas voltadas à população do meio rural, percebe-se que, por mais que a grande parte dos relacionamentos tenha como questão de fundo as práticas agropecuárias, são crescentes os esforços no sentido de ampliar o foco das ações.

Do ponto de vista das famílias isto fica evidente quando demandam um tratamento mais equânime das administrações municipais em relação aos serviços de caráter público, como boas condições das estradas em todas as localidades e não apenas onde estão as famílias que apresentam melhores condições socioeconômicas ou onde se localizam parentes, amigos e correligionários. O mesmo vale para as demandas de acesso à educação para todas as crianças em idade escolar, bem como a universalização do atendimento à saúde nas próprias comunidades. Mesmo nas comunidades rurais as demandas por melhorias nos serviços de saúde e educação vêm antes ou estão no mesmo patamar das reivindicações voltadas para a agricultura, conforme resultado da consulta popular realizada pela administração municipal de Três Passos para levantar as prioridades para serem incluídas no plano plurianual do município 2002-2005.

Do ponto de vista da administração municipal o Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar talvez seja o exemplo mais evidente da preocupação

em focar o meio rural não apenas sob os olhos das atividades agropecuárias, mas como um espaço em que o desenvolvimento passa a ser visto como a consagração da melhoria das condições de vida para as pessoas, com respeito e preservação dos recursos naturais. Pode até ser que a administração pública não tenha consciência desta dimensão, mas a forma como este Programa foi concebido e como foi prevista sua implementação, envolvendo um trabalho integrado entre os servidores públicos das três áreas, os alunos das escolas rurais e as próprias famílias rurais, abre caminho para a construção de novas possibilidades de desenvolvimento.

O êxito de um trabalho desta natureza depende essencialmente de relacionamentos sinérgicos entre os distintos atores envolvidos. Os servidores públicos de cada setor precisam querer participar e aceitar trabalhar em conjunto com os colegas das demais áreas e, além disso, precisam garantir o envolvimento e participação dos jovens, suas famílias e do restante da comunidade. Se a comunidade, por meio de suas diversas formas de associação (pais e amigos da escola, clube de mães, associações comunitárias, associações de produtores, etc.), perceberem que a proposta pode contribuir para melhorar as suas condições de vida, a sinergia da sociedade estimulará a ação dos servidores públicos e as ações tenderão a impulsionar laços de solidariedade e colaboração entre os servidores, entre as famílias e entre a comunidade e a administração pública.

Uma aliança entre os técnicos da Secretaria de Agricultura, os professores das escolas rurais e os agentes comunitários de saúde que atuam no meio rural em trabalhos conjuntos, centrados no fortalecimento das famílias rurais com base nas realidades locais, tem tudo para atrair a participação da comunidade. As discussões sobre educação, saúde, agricultura, infra-estrutura passam a orientar-se em função da melhoria das condições de vida no meio rural, implicando que tanto as famílias rurais como os agentes do Estado, pelo menos no âmbito local, começam a perceber que o desenvolvimento rural vai além do que simplesmente produzir mais e melhor.

Mesmo com acréscimos importantes na produção e na produtividade de suínos, leite e outras produções agropecuárias não se pode falar de desenvolvimento rural se muitas lideranças locais ligadas ao movimento sindical, poder público, Emater, dentre outros, reconhecem que muitas famílias[75] no meio rural vivem em condições de pobreza e de indigência.

Destacam-se, por fim, alguns avanços no aperfeiçoamento democrático da gestão pública local, dentre os quais pode-se citar a instituição de processos de consulta popular no âmbito municipal e a constituição e valorização de vários conselhos municipais. Mesmo que os gestores públicos possam querer utilizar estes processos como estratégia para promoção pessoal, isto pode se tornar irrelevante se a sociedade organizada efetivamente assumir os espaços abertos à participação, reforçando mais ainda a necessidade de se trabalhar a organização dos distintos grupos sociais como recurso estratégico para o desenvolvimento rural local.

Quase todas as ações arroladas aqui envolvendo relações da comunidade com as agências do Estado na microrregião de Três Passos são de natureza pontual, visando o suprimento de serviços públicos convencionais (saúde, educação, infra-estrutura) ou o fomento de algum tipo de atividade produtiva considerada importante do ponto de vista das estratégias da administração pública (o programa de estímulo à suinocultura, por exemplo). Foram observadas poucas relações que resultaram de estratégias de famílias ou grupos sociais específicos e que foram capazes de direcionar ou redirecionar as

[75] Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Passos, entre 40 a 50% dos agricultores têm muitas dificuldades para andarem sozinhas, necessitando por conseqüência de ajudas externas para garantirem a sobrevivência.

estratégias estatais. Nem mesmo o movimento relacionado à constituição das pequenas cooperativas de produtores de leite, relatado na seção anterior, teve o mesmo impacto, pois o poder público apenas incorporou-se, mesmo assim como ator coadjuvante, quando percebeu tratar-se de uma iniciativa consistente e que teria continuidade mesmo sem contar com apoio estatal formal.

Da mesma forma, as situações relatadas de acesso ao Estado e suas políticas tem estimulado principalmente a composição de estratégias de reprodução das famílias rurais enquanto atores independentes e beneficiários de projetos específicos (apoio à suinocultura, agroindústrias, renda leite, linhas de crédito do Pronaf, etc.). Os esforços orientados à busca de ações integradas, e que na microrregião envolvem no momento as áreas da educação, saúde e agricultura, ainda causam pouco impacto na composição das estratégias da população rural local porque ainda se mantêm como ações da administração pública municipal. Na medida em que forem assumidos pelas famílias e comunidades, programas como este podem potencializar estratégias de reprodução voltados à melhoria da qualidade de vida das pessoas, diminuindo as desigualdades sociais não apenas por meio das atividades agropecuárias, mas pela melhoria dos serviços de saúde e infra-estrutura, pela ampliação do acesso ao conhecimento, lazer e cultura.

A escassez de recursos que as administrações locais dispõem para estimular ações de desenvolvimento faz com que elas tenham que fazer escolhas e, neste processo, nem sempre as famílias que mais necessitariam de apoio são priorizadas. As relações das famílias e dos agentes do aparelho do Estado, nestas condições, acabam refletindo muito mais os interesses de grupos particulares do que os interesses gerais, como foi o caso típico relacionado à suinocultura na microrregião.

4.1.3 Estratégias de reprodução e acesso a organizações da sociedade civil

Tomando por base a declaração do secretário da agricultura de Três Passos, segundo o qual os segmentos que mais interferem nas ações da prefeitura são aqueles em que os produtores estão organizados em associações, pode-se dizer que as estratégias de reprodução voltadas para a melhoria das condições de vida das famílias rurais passam antes de tudo pelo nível de organização destas famílias entre si, por meio de associações as mais diversas. A efetividade das organizações, por sua vez, depende da integridade e capacitação de seus dirigentes, mas depende também, e talvez mais decisivamente, do envolvimento e participação dos seus membros.

Das várias organizações civis citadas pelas famílias rurais na microrregião de Três Passos a que aparece de maneira mais destacada é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O tipo de avaliação depende muito do tipo de agricultor. Os agricultores mais inseridos na dinâmica produtiva dizem que o Sindicato ajuda muito, tanto no encaminhamento de documentos em geral quanto nos procedimentos para obtenção de empréstimos do Pronaf. Já os agricultores mais pobres não fazem uma avaliação positiva da atuação do Sindicato e nesta avaliação o que pesa não é a linha política e sim a forma como os serviços da entidade são utilizados para forçar a associação e pagar a anuidade sindical. Como dizem, para se habilitar a um empréstimo precisa do laudo que é fornecido pelo Sindicato. Para fornecer o laudo os pretendentes têm que ser sócios e ainda estar com a anuidade em dia. Se não fosse isso, dizem, o número de associados seria provavelmente bem menor.

O que se pode depreender das entrevistas com os agricultores é que as reclamações que eles têm com a entidade sindical não se justificam apenas por questões

de ordem financeira como eles procuram argumentar[76]. As reclamações parecem estar mais associadas à falta de confiança não só no Sindicato, mas no conjunto de instituições. Para eles há uma inversão de valores, ou seja, parece que é o Sindicato que precisa deles e não o contrário.

Um ponto em comum nos depoimentos dos três presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Microrregião de Três Passos se refere ao desânimo, baixa auto-estima e baixo nível de participação de um número significativo de famílias rurais da região. Na avaliação do presidente do STR de Tiradentes do Sul, "as pessoas da roça não têm mais ânimo, pois seus produtos não têm mais valor, as exigências em termos de processo de produção são cada vez maiores e praticamente não sobra dinheiro, fenômeno este que atinge de forma mais marcante os integrantes das famílias mais pobres".

Vários fatores, segundo este dirigente sindical, podem explicar porque uns estão em situação um pouco melhor que os demais, dentre os quais se destacam: - as condições de saúde, pois a família que tem que enfrentar problemas de saúde de alguns de seus membros precisa manter sistemas mais intensivos e vender volumes maiores de produtos do que outra família que não possui dispêndios com médicos, hospitais, laboratórios, remédios, etc; - com o tipo de terra onde as famílias estão localizadas (áreas mais planas ou mais acidentadas; solos mais profundos e sem presença de pedras ou solos mais rasos, degradados e com presença de pedras; localidades com maior ou menor facilidade de acesso a água potável, energia elétrica, linhas telefônicas, linhas de coleta de leite, condições para a criação de suínos, etc.); - ao tipo de ajuda que recebem dos pais para compra de terra, animais e instrumentos de trabalho; - à forma como têm conseguido conciliar e negociar os seus conhecimentos com os conhecimentos dos técnicos, não recusando a ajuda externa, mas também não se submetendo cegamente à orientação de terceiros.

Para o presidente do STR de Três Passos, existe um problema sério de liderança no meio rural. Além disso, muitos agricultores não sabem bem o que querem e ficam esperando que alguém de fora – um político, um dirigente sindical, um representante de alguma cooperativa ou das empresas integradoras - diga o que serve e o que não serve. Segundo este dirigente sindical, as famílias rurais devem participar na definição dos processos de desenvolvimento envolvendo as suas comunidades e, mais do que isso, os próprios agricultores devem saber o que deve ser feito e como deve ser feito no interior de suas propriedades. Os técnicos e os atores externos podem e devem interagir e colaborar, mas a partir da idéia básica do agricultor.

Como o Sindicato é uma das principais instituições locais que fornece laudos para a concessão de financiamentos do Pronaf reconhece que muitos produtores encaminham projetos mais preocupados com o montante de dinheiro envolvido no financiamento, ficando em segundo plano o que vai ser feito com aquele dinheiro ou no que a aplicação daquele dinheiro poderá contribuir para melhorar a capacidade de reprodução para as famílias envolvidas.

Para os sindicalistas ligados ao sistema Fetag/Contag (Federações e Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), o sindicalismo rural passou por três fases: a primeira fase marcou os anos sessenta e setenta e baseou-se principalmente no assistencialismo (serviços odontológicos e de saúde), a partir de recursos públicos; a segunda fase foi marcada por mobilizações a partir de um trabalho de organização e

[76] Para 2002 a anuidade sindical cobrada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da microrregião de Três Passos variou de R$ 24,00 a R$ 48,00 dependendo do estrato de área, ou seja, R$ 24 para quem possui até cinco hectares, R$ 36,00 para quem tem entre cinco a 20 hectares e R$ 48,00 para aqueles que possuem mais de 20 hectares.

conscientização da base social e caracterizada pela luta política e reivindicações; o sindicalismo neste momento está vivendo uma terceira fase, mais pragmática e preocupada com a organização, transformação e comercialização da produção. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Passos, o movimento sindical ligado ao sistema Fetag-Contag está numa fase mais propositiva, pensando em projetos de viabilização da agricultura familiar, discutindo e propondo alternativas de crédito para instalação de jovens rurais. A formação dos agricultores é outra preocupação deste braço do sindicalismo rural, pois segundo seus líderes, os cursos organizados e oferecidos pelo Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) não servem para a maioria dos agricultores familiares, pois eles se baseiam na realidade dos grandes produtores, enquanto que a realidade dos pequenos agricultores associados dos STR's é muito diferente e os programas de formação deveriam partir desta realidade.

Esta estratégia pode ser interessante, mas ela pode correr o risco de abranger apenas parte do público alvo que compõe a base social do movimento sindical constituído daqueles considerados "viáveis" do ponto de vista da produção agropecuária, que por sinal é o mesmo público preferencial das ações do movimento cooperativo e das ações do poder público, sem falar das formas de produção integrada propostas às famílias rurais locais pela iniciativa privada.

Privilegiando o seu relacionamento a partir das questões que envolvem prioritariamente as atividades relacionadas com a agricultura, o movimento sindical dos trabalhadores rurais deixa a descoberto um contingente crescente de famílias rurais para as quais a melhoria das condições de vida passa por estratégias de reprodução que incluem outras fontes de renda.

O movimento sindical até reconhece que a legislação atual relacionada ao Pronaf e à Previdência não contribui e até mesmo não permite a busca de outras fontes de renda por parte dos agricultores. A legislação que regulamenta o acesso a financiamentos do Pronaf, por exemplo, limita em 20% o total de rendas não-agrícolas, enquanto que a lei que dispõe sobre a previdência não permite outra fonte de renda para que o agricultor ou agricultora possa se habilitar à aposentadoria rural. Se um número cada vez maior de famílias passa a ter a sua reprodução condicionada a outras fontes de renda, talvez fosse o caso de o sindicalismo pautar a revisão destas normas que condicionam as famílias a abrirem mão do acesso às linhas especiais de financiamento viabilizadas pelo Pronaf para poder ter acesso a outras fontes de renda ou ter que abrir mão de outras rendas para continuar a ter acesso ao Pronaf.

Das outras organizações civis envolvendo as famílias rurais pode-se citar aquelas relacionadas a atividades produtivas específicas, como a associação dos criadores de suínos, a associação dos produtores de leite, a associação dos produtores de hortigranjeiros e frutas. Outras associações de caráter comunitário se articulam em função da escola (Associação de Pais e Mestres), igrejas, clubes esportivos e recreativos, clubes de mães, etc. Na microrregião de Três Passos, ainda que sem uma estrutura jurídica formal, merece destaque a presença dos grupos Prorenda que, segundo os representantes do poder público municipal, exercem um papel importante nas comunidades, fazendo uma filtragem de demandas de serviços públicos, mas também dando mais consistência às próprias demandas. Além disso, os grupos estimulam a troca de experiências e o envolvimento dos seus membros em discussões relacionadas às perspectivas de reprodução social no meio rural.

Além do reconhecimento público do papel do Sindicato no movimento local que redundou na constituição das pequenas cooperativas de produtores de leite, muitos agricultores que participaram deste processo em particular também registram o importante papel desempenhado pela Igreja, tanto no encorajamento das famílias

envolvidas, como na divulgação da idéia para mais famílias se somarem à iniciativa. A escola e a igreja, tanto católica como evangélica, sempre foram duas instituições com ampla penetração no meio rural e que sempre exerceram forte poder de aproximação social e de vivência comunitária. Se a proliferação de credos religiosos por um lado amplia o leque de opções para aquelas pessoas ou famílias descontentes com a orientação das suas entidades religiosas tradicionais, por outro contribui para dividir e enfraquecer as comunidades rurais. O fechamento de um grande número de escolas rurais também retira das comunidades um fator de agregação o que, associado com a evasão dos jovens do meio rural, também contribui para fortalecer o isolamento das famílias.

Das organizações civis com atuação local, o movimento sindical ligado aos trabalhadores rurais constitui-se o agente que, neste momento, detém as melhores condições, por sua credibilidade e representatividade, para favorecer a ligação das famílias rurais com as esferas do Estado e do mercado. No passado recente, a luta empreendida pelo sindicalismo rural brasileiro foi garantia de acesso aos benefícios da previdência rural para muitas famílias. Na microrregião de Três Passos, como foi visto, este tipo de acesso tem sido fundamental para um número significativo de famílias rurais. O acesso ao sindicato também foi crucial para o grupo de famílias que se articulou em busca de alternativas para manterem a condição de produtores de leite, alterando as regras que o mercado havia estabelecido para o setor no final dos anos noventa e que implicavam na eliminação de muitas famílias pobres que não conseguiriam ajustar-se às novas exigências tecnológicas e de escala.

Por esse papel que desempenha na microrregião, por sua articulação regional (Regional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região Celeiro), estadual (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul) e nacional (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), seria importante que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais fizessem um esforço para alcançar e incluir o contingente de famílias mais pobres que, como todos reconhecem, não participam, estão sem ânimo e com baixa auto-estima, confiam muito pouco no seu próprio potencial e na ajuda que podem obter de outras famílias e das organizações socioeconômicas, políticas, culturais e religiosas que possuem base de atuação na comunidade, no município ou na região. Neste esforço subentende-se que o movimento sindical tenha que passar a considerar a família rural não apenas enquanto uma unidade de produção, mas essencialmente como uma unidade social, no sentido destacado por Carneiro (1999, 2000). Ou, como diria Bebbington (1999), ampliando as lentes para incluir outras preocupações que podem se tornar muito mais essenciais para a composição das estratégias de reprodução destas famílias mais pobres do que a viabilização de atividades agropecuárias.

4.1.4 Acesso a atores do mercado, do Estado e da sociedade civil e estratégias de reprodução social

A avaliação das relações das famílias rurais da microrregião de Três Passos com atores do mercado mostrou que, em sua grande maioria, elas envolvem relacionamentos em função das atividades agropecuárias e, dentre elas a produção de leite é a que possui atualmente o maior potencial para fortalecer laços de solidariedade e de sinergia, tanto entre as famílias[77], quanto entre as organizações públicas e privadas locais (entre elas e delas com as famílias envolvidas), condição básica para o estabelecimento de ações transformadoras. O potencial de agregação das famílias em torno da produção de leite

[77] Depois da soja, o leite é a atividade agropecuária que possui o maior número de famílias rurais envolvidas na microrregião de Três Passos.

com a formação de grupos para a venda em comum e particularmente com o movimento de constituição de pequenas cooperativas de produtores, pode ser explicado como uma reação destas famílias frente à ameaça concreta de perderem a própria condição de permanecerem enquanto produtoras em função de um tipo de relação que o mercado estava propondo na conjuntura do final dos anos noventa, exigindo escalas mínimas de produção cada vez maiores e impondo uma política de preços diferenciada em função dos volumes de produção.

A reação dos agricultores que resultou na organização de várias pequenas cooperativas de produtores de leite é um exemplo de ação que gerou e estreitou laços de solidariedade, não apenas entre as famílias que se sentiam ameaçadas de exclusão – experiência que eles já haviam vivenciado em relação à criação de suínos -, mas envolvendo também um conjunto de atores locais, com destaque para o movimento sindical dos trabalhadores rurais, o poder público local (técnicos da Secretaria da Agricultura) e estadual (técnicos da Emater). Ao transformar estes laços sociais em ativos de capital, este tipo de ação oportunizou uma mudança concreta no tipo de relacionamento entre famílias e mercado e neste sentido ela se transformou em fonte de poder.

O tipo de relacionamento entre as famílias rurais e o mercado ligado à cultura do fumo, ao contrário, não estimulou a construção de capital social e nem mesmo estabeleceu laços de cooperação e solidariedade entre os produtores e relações de sinergia entre os agricultores e as organizações públicas e privadas com atuação local. O acesso dos produtores ao mercado do fumo depende quase que exclusivamente da dinâmica e dos projetos da indústria fumageira.

Com um pequeno número de famílias envolvidas, a suinocultura é outra atividade que contribui muito pouco para fortalecer os laços de cooperação e solidariedade entre as famílias rurais na área estudada. Pelo peso socioeconômico (emprego, renda, impostos) que a unidade de processamento industrial do grupo Sadia mantém na microrregião, a suinocultura praticamente força a existência de relações de sinergia entre atores públicos e privados, ainda que tal relação fique confinada entre o poder público local e as entidades locais de caráter urbano (prefeitura, Sadia, associações do empresariado local, sindicatos urbanos).

Se as ações que se estabelecem entre as famílias rurais e os atores do mercado relacionados à cultura do fumo e à criação de suínos são meramente instrumentais e dizem respeito mais aos agentes individuais (agricultores e empresas), na produção de leite é possível se identificar algumas ações, especialmente aquelas que envolvem as famílias protagonistas do surgimento do movimento de criação das pequenas cooperativas, que além de contribuírem materialmente para a melhoria das condições de vida, também contribuem para dar sentido à vida destas pessoas e suas famílias na medida em que representam a possibilidade de manterem a própria condição de famílias rurais produtoras. Pelo grau de articulação que gerou entre as famílias e com um conjunto importante de organizações, este tipo de ação também fortaleceu o poder das famílias envolvidas, por intermédio de suas cooperativas e centrais, para garantirem a sua inserção no mercado do leite, provocando não só alterações nas estratégias de preço, mas em particular na inversão das estratégias dominantes que apontavam para um forte processo de exclusão social.

Para que mantenha esta perspectiva, as relações das pequenas cooperativas com as famílias rurais devem não apenas manter, mas fortalecer os laços de solidariedade e colaboração, caso contrário acabam virando apenas parte da história, como aconteceu com muitas das cooperativas empresariais que surgiram nos anos cinqüenta também como resultado da organização dos produtores de trigo da época, reforçadas pelo

ingresso de um grande contingente de produtores familiares de soja nos anos setenta e que hoje não se sentem mais donos das unidades cooperativas que ajudaram a construir.

No que diz respeito ao tipo de relacionamento Estado-sociedade ficou evidente a dificuldade que a população rural tem para ver e sentir a gestão pública voltada ao atendimento do bem público, independente da condição socioeconômica, laços de parentesco, amizade ou de filiação política. Para boa parte da sociedade local os governos que se sucedem atendem mais a uns do que a outros e os relacionamentos para o grande público são muitas vezes meramente burocráticos.

É certo que os administradores públicos têm dificuldades para, no exercício de um mandato, priorizarem ações e relacionamentos que criem laços de cooperação e solidariedade, repartindo o poder com as populações locais. As experiências como o Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, os Conselhos Municipais, os processos de Consulta Popular são iniciativas importantes na direção do empoderamento das comunidades, mas elas ainda estão sob forte tutela da administração pública.

Um processo de sucessão na administração pública pode reverter prioridades, suspendendo projetos da gestão anterior ou mantendo-os sem destinação de recursos. Para que isso seja evitado e para que experiências bem sucedidas se consagrem como iniciativas que realmente valorizam a participação social, elas deveriam passar progressivamente para o controle da sociedade civil organizada.

Programas como, por exemplo, o Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, poderiam ter uma gestão descentralizada a partir das escolas rurais sob o comando não de administradores eleitos, mas dos quadros efetivos das pastas envolvidas, juntamente com os alunos e seus familiares, público alvo prioritário das ações.

Com relação aos Conselhos Municipais ou Regionais duas questões precisam ser contempladas. A primeira diz respeito à sua composição, ou seja, em que medida os diferentes segmentos da comunidade estão representados nos diferentes Conselhos. Isto é importante frente ao consenso existente entre as entidades locais de que é muito difícil atingir os excluídos ou os candidatos à exclusão que, no meio rural, representam mais de um terço das famílias. A outra questão refere-se ao grau de autonomia destes Conselhos frente aos administradores públicos, o que certamente tem muito a ver com a vontade política e o espírito cívico destes gestores. O que fica evidente do estudo, entretanto, é que o maior ou menor envolvimento e sinergia do poder público com a sociedade local têm uma forte correlação com o grau de organização e participação das famílias nos diferentes grupos de interesse existentes, tanto aqueles de atuação restrita às comunidades quanto, e especialmente, aqueles que possuem uma área de abrangência que ultrapassa o âmbito local/regional.

As políticas e projetos construídos localmente, mesmo passando por processos democráticos como Consultas Populares e Conselhos Municipais, contribuem de forma diferenciada para garantir a reprodução social da população rural quando algumas famílias e comunidades são mais organizadas e participativas do que outras.

Neste sentido, a tarefa maior de qualquer processo de desenvolvimento rural local que vise contribuir para melhorar a capacidade de reprodução e a qualidade de vida da população rural, com redução dos níveis de pobreza e de desigualdade, é encontrar mecanismos que busque, em primeiro lugar, fortalecer a integração e a confiança entre as famílias rurais, envolvendo principalmente as mais pobres. Melhorar a auto-estima, reforçar os laços de solidariedade e colaboração das pessoas e famílias que estão ficando cada vez mais à margem, fazendo-as sentirem-se novamente úteis e importantes por pertencerem a uma comunidade, é uma tarefa para a qual, observando-

se os resultados das dinâmicas locais, poucas entidades estão preparadas para levá-la adiante, mais por limitações de capacitação do que por problemas materiais e financeiros.

Em segundo lugar, é preciso integrar as ações das famílias e suas associações locais com ações que ultrapassem o âmbito das comunidades e do município, o que exige relacionamentos com atores que possuem atuação em níveis mais amplos, sejam eles representantes de instituições do mercado (empresas e cooperativas ligadas ao comércio, indústria, prestação de serviços, crédito, mundo do trabalho, etc.), sejam representantes do Estado nos níveis local, estadual e federal ou da sociedade civil, com destaque para o movimento sindical ligado aos trabalhadores rurais.

Ainda que num primeiro momento as ações possam ter caráter compensatório, voltadas ao alívio da pobreza e indigência, elas devem ser assumidas como emergenciais, sinalizando-se desde o seu início para a necessidade de se implementarem ações de caráter estrutural que possam dar um novo significado à vida destas pessoas e, de maneira muito especial, que possam fazer com que as pessoas atingidas sintam-se cada vez mais sujeitos do seu próprio desenvolvimento e de suas comunidades.

4.4 O Processo de Construção de Políticas e Projetos de Desenvolvimento Rural Local

Diante das dificuldades normalmente observadas nos processos de elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento rural local, preocupados tanto com a inclusão social quanto com a questão da preservação dos recursos naturais, a proposta inicial do estudo visava contribuir também na definição de uma estrutura de análise que pudesse facilitar a produção de consensos, melhorar o processo de coordenação, contribuir para gerar entendimentos ou, como também tem sido chamada, a concertação social em torno de ações e públicos que deveriam ser priorizados nas intervenções com vistas à melhoria das condições e da qualidade de vida das famílias rurais.

Na realização do trabalho empírico não foi possível testar um modelo para analisar as bases com que são definidas as principais políticas de desenvolvimento rural na microrregião estudada. Mesmo assim, pretende-se iniciar aqui uma discussão, em caráter exploratório, tendo por base algumas contribuições que podem ajudar a refletir sobre políticas públicas a partir de diferentes estratégias de reprodução das famílias rurais de uma dada região, fazendo-se apenas referência a algumas experiências observadas na microrregião de Três Passos.

A diferenciação existente entre as famílias rurais da microrregião, fruto de níveis diferenciados de acesso e combinação de ativos de capital e da forma diferenciada como elas acessam os mercados, as agências do Estado e da sociedade civil, resulta em estratégias de reprodução distintas. Por conta disso, também são distintas as demandas que as famílias fazem ou gostariam de fazer para as suas organizações e para os representantes das diferentes agências estatais, do mercado e da própria sociedade civil com acento nas instâncias instituídas para diagnosticar a realidade e a partir dela propor políticas e projetos de desenvolvimento.

Diante da complexidade de situações e de atores presentes numa dada realidade, como esperar que possam surgir e serem implementados projetos de desenvolvimento rural que busquem melhorar as condições de vida das famílias rurais, especialmente as mais pobres? Diante de vários caminhos e possibilidades de ações levantadas por representantes que compõem um Conselho Municipal, por exemplo, como chegar a um entendimento de forma negociada sobre o que seria melhor fazer primeiro e o que

poderia ser feito depois, ou seja, como fazer escolhas de forma concertada e não pela imposição ou supremacia de atores ou entidades com mais poder do que outras?

Vários elementos precisam ser explicitados para que se possa ter idéia da possibilidade de se produzir consensos de forma negociada nos fóruns instituídos com a finalidade de representar a sociedade local, dentre os quais se destacam: a forma como são contempladas as diferenças na composição da representação social nos referidos fóruns ou conselhos; como são pautados os interesses dos diferentes grupos de famílias rurais; em que medida as propostas que são formuladas nestes fóruns ou conselhos acabam se concretizando efetivamente em políticas e projetos de desenvolvimento, tanto em nível de município quanto em nível estadual; como reagem representantes de organizações externas (poder público estadual e federal, organizações do mercado ou da sociedade civil com sede ou que têm abrangência para além da região) às propostas formuladas por representantes das comunidades locais; a forma como propostas de desenvolvimento para e sobre a região, mas formuladas externamente, são digeridas nas instâncias locais.

Muitas contribuições de pesquisas desenvolvidas especialmente a partir dos anos noventa abordam, a seu jeito, noções importantes para auxiliar no esclarecimento de questões relacionadas com os problemas do desenvolvimento local ou territorial, como é o caso das noções de redes, capital social, convenções, sinergia público-privado, instituições, dentre outras.

Tendo por base a noção de redes de poder territorial, Paulillo (2000) toma como referência a negociação ou interação dos atores - públicos e privados, individuais e coletivos – numa rede política local para avaliar os processos de formatação de políticas públicas de desenvolvimento local. O conjunto de regras e normas, os interesses, os recursos de poder e as ações oportunistas dos atores envolvidos nas redes políticas locais é que vão determinar a dinâmica do desenvolvimento territorial.

Segundo Paulillo, o Estado, por meio de suas agências públicas, é considerado como um dos atores envolvidos e, como tal, representa e distribui interesses e busca recursos de poder. Como os diversos atores envolvidos não têm a mesma influência na governança das redes políticas, assim como a postura do Estado junto a estes atores não é neutra, não se pode esperar que os processos de construção de acordos ou de concertação de interesses se dêem de forma harmoniosa, ou que se produzem consensos a partir de comportamentos altruísticos por parte dos atores envolvidos, mas sim como resultado de negociações e de disputas entre grupos de interesse.

Uma rede de poder territorial deve ser vista, de acordo com Paulillo, como o *locus* no qual podem ser elaboradas e administradas as políticas públicas como resultado de verdadeiros arranjos institucionais, proporcionados pelas organizações de interesses privados específicos, as agências públicas governamentais e não governamentais. Para o autor, estes arranjos institucionais, que definem e gerenciam a implementação das políticas públicas, dependem cada vez mais do concerto social desses grupos e organizações de interesses do que da regulação espontânea do mercado ou da regulação imposta pelo Estado (idem, p. 16).

Na mesma direção também merecem destaque as contribuições que enfatizam as relações de sinergia entre agentes públicos e privados como essenciais para produzir entendimentos em torno de ações prioritárias para a promoção do desenvolvimento local, entendendo que as condições de desenvolvimento tornam-se mais efetivas quando existe uma maior interação entre os agentes locais e os servidores públicos. Para tanto, é fundamental que se estabeleçam relações de confiança entre os atores envolvidos e que os técnicos possam visualizar no público alvo de suas ações não apenas sujeitos cujo

comportamento tenham que mudar, mas como pessoas a quem eles procuram respeitar e confiar.

Para que a sinergia floresça e qualifique as ações de desenvolvimento, os representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil local devem não apenas interagir entre si, mas estarem predispostos a manter e ampliar relacionamentos que consolidem laços de cooperação e solidariedade. Segundo Evans (1996), as relações de sinergia entre atores públicos e privados podem ser limitadas ou potencializadas em função de alguns fatores, com destaque para: - o estoque de capital social existente na sociedade civil; - elementos da estrutura social, como o grau de desigualdade e pobreza; - a existência prévia de tipos particulares de regimes políticos. Separadamente ou combinados, estes fatores podem constranger a possibilidade de construção de relações sinérgicas.

Além de se basear numa densidade inicial de laços de confiança e solidariedade no nível local, a construção de relações de sinergia depende da geração de laços de solidariedade e de ação social numa escala política e economicamente mais eficaz e mais ampla. A existência de relações de sinergia, conforme Peter Evans, depende mais da presença de um conjunto de instituições coerentes e confiáveis do que da existência prévia de laços de confiança e de solidariedade entre os atores locais.

Em vários momentos deste trabalho foi sugerido que a tarefa mais premente para melhorar as condições de vida das famílias rurais mais pobres teria que estar voltada exatamente ao restabelecimento de laços de confiança e de solidariedade entre estas famílias e delas para com as demais entidades atuantes nas comunidades rurais, com destaque para as organizações civis, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, e os representantes do poder público local. A posição de Evans pode não ser tão contraditória com a posição defendida neste trabalho à medida que se considerar que o restabelecimento de laços de confiança e de solidariedade, condição necessária para melhorar a auto-estima, dificilmente acontece a partir da iniciativa das próprias famílias marginalizadas, mas por intermédio de algum tipo de intervenção externa e, neste caso, a integridade e coerência das instituições pode ser a condição para serem aceitas nestas comunidades.

Muitas vezes, como sugere Fox (1966), as famílias e os demais atores se envolvem mais facilmente em ações coletivas visando enfrentar ou superar perdas do que simplesmente para aumentar os ganhos. Da mesma forma, afirma que o sucesso pode originar-se de erros ou falhas e não apenas de vitórias ou conquistas e a ação coletiva em função disso pode acontecer por um processo de reação contra situações repressivas, de falta de liberdades, de exclusão social e de empobrecimento. Esta contribuição de Fox é animadora quando se pensa na realidade de muitas das famílias e localidades rurais da microrregião de Três Passos, pois ela sinaliza que é possível construir-se relações de sinergia entre atores locais para enfrentar a situação de desalento, desconfiança e falta de solidariedade que predomina nestas comunidades como condição inicial básica para se construir alternativas voltadas à melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

Ao fazerem uma sistematização das várias pesquisas relacionando o capital social com os processos de desenvolvimento econômico, Woolcock & Narayan (2000) classificam as várias contribuições em quatro perspectivas distintas: a visão comunitária, a visão de redes, a visão institucional e a visão de sinergia. É importante reproduzir, ainda que resumidamente, a síntese que estes autores fazem destas quatro visões para então destacar, em seguida, o modelo de análise proposto por Woolcock (1998) para avaliar as condições de desenvolvimento com base numa perspectiva integrada das várias visões de capital social em suas relações nos níveis micro e macro.

Para a visão comunitária, na síntese de Woolcock & Narayan (idem, p. 229), o capital social confunde-se com o tipo, o número e a densidade de organizações locais, tais como clubes, associações e grupos cívicos. Para os defensores desta visão, o capital social é bom em si mesmo e sempre tem efeitos positivos para o bem estar da comunidade, assumindo implicitamente que as comunidades são entidades homogêneas que automaticamente incluem e beneficiam todos os seus membros, sem levar em conta problemas ligados à desigualdade racial, exclusão étnica e discriminação de gênero.

A visão de redes por sua vez busca caracterizar as diferentes comunidades com base nas suas dotações de capital social visto sob duas dimensões: em função dos laços existentes no interior da comunidade e das redes ou ligações externas à comunidade, explicando a variedade de resultados como fruto das diferentes combinações destas duas dimensões associadas ao capital social (idem, p. 231).

Na visão institucional a vitalidade das redes comunitárias e da sociedade civil é, em grande medida, vista como produto do ambiente político, legal e institucional, sob o argumento de que muito da capacidade dos grupos sociais para agirem em seu interesse coletivo depende da qualidade das instituições formais com as quais se relacionam. Os institucionalistas argumentam ainda que a performance dos Estados e das firmas depende muito de sua própria coerência, credibilidade e competência internas e do controle externo da sociedade civil (idem, p. 234).

A visão de sinergia, por fim, tenta integrar os campos de preocupação das visões de redes e institucional, buscando identificar as condições que criam sinergias favoráveis ao desenvolvimento por meio de alianças e relações profissionais dinâmicas entre e nas burocracias oficiais e vários atores na sociedade civil. Os estudiosos da visão de sinergia destacam, em primeiro lugar, que nem o Estado, nem as sociedades são inerentemente bons ou maus, ou seja, governos, corporações e grupos cívicos podem provocar impactos distintos no atendimento de objetivos coletivos. Em segundo lugar, Estados, firmas e comunidades, quando isolados, não possuem as condições necessárias para promover desenvolvimento local sustentado e, diante disso, devem buscar estabelecer complementaridades e parcerias. Finalmente, reconhecem que cabe ao Estado, dentre os três setores, o papel mais importante e problemático no sentido de facilitar resultados positivos para o desenvolvimento, considerando que não apenas é o último supridor de bens públicos (moedas estáveis, saúde pública, educação universal) e o árbitro final e executor da legislação vigente (direitos de propriedade, liberdade de expressão e de associação), mas é também o ator com melhor capacidade para facilitar alianças que perpassem os limites de classe, de origem étnica e de raça, de gênero, políticos e religiosos (idem, p. 236).

A estrutura de análise proposta por Woolcock (1998) assume como princípio que qualquer situação de desenvolvimento pode ser explicada em função de diferentes formas de combinação dos fundamentos das quatro visões sobre o capital social descritas anteriormente com base na síntese organizada por Woolcock & Narayan (2000).

O modelo analítico de Woolcock (1998, p. 167-170) fundamenta-se em quatro dimensões de capital social em função dos dois níveis básicos de análise dos processos de desenvolvimento: o nível micro ou local e o nível macro ou externo. Em cada um destes níveis o capital social aparece, e deve ser visto, de duas formas distintas, cada uma com o seu grau de importância e significado. A análise no nível micro incorpora basicamente as preocupações da visão comunitária e de redes, ou seja, a "integração", representando os laços entre os membros e organizações da comunidade e a "ligação", representando as relações da comunidade com atores e organizações externas a ela. No nível macro a análise incorpora tanto as contribuições da visão institucional como da

visão de sinergia, tendo como base a noção de "integridade" para destacar a coerência, competência e credibilidade das organizações e instituições e a noção de "sinergia" para se referir às relações do setor público com os atores do setor privado, representados tanto pelo mercado como pela sociedade civil.

O importante na proposta de Woolcock é que tanto no nível micro quanto no nível macro as relações que se estabelecem nem sempre favorecem o desenvolvimento. No nível micro, por exemplo, a combinação ótima em termos de resultado de desenvolvimento somente acontece se houver boa integração entre os atores no âmbito local, associada a elevadas e consistentes relações de ligação com atores externos à comunidade. Quaisquer combinações em que a integração, a ligação ou ambas sejam baixas vai gerar situações não ótimas de desenvolvimento. No caso de projetos de desenvolvimento rural local, portanto, supõe-se que deva haver, de um lado, elevado grau de organização das famílias rurais em grupos, associações, organizações e, de outro, boa capacidade de articulação destas organizações com grupos, associações e organizações externas à comunidade, sejam elas da esfera do mercado, do Estado ou da sociedade civil.

Esta capacidade de articulação do local supõe também a existência de bons interlocutores no âmbito externo e isto então supõe que no nível macro a integridade das organizações e instituições seja elevada e ao mesmo tempo exista alto grau de sinergia entre os atores do Estado, do mercado e da sociedade civil. Tanto no nível micro quanto no nível macro a presença de um dos fatores não é garantia da existência dos demais. A variedade de situações de desenvolvimento observadas nas distintas realidades investigadas pode então ser explicada pelas diferentes combinações com que o capital social aparece no nível micro, em termos de integração e de ligação, simultaneamente às combinações com que aparece no nível macro, sob a forma de integridade e de sinergia. Segundo o autor, portanto, em vez de estudar o desenvolvimento a partir das condições locais (nível micro) ou a partir das condições gerais ou globais (nível macro), a análise deve contemplar ambas as visões de forma concomitante.

Conforme Uphoff (1992, apud WOOLCOCK, 1998, p. 179), em vez de se pensar em termos de "ou ...ou", "mais de um e menos de outro" deve-se pensar que tanto as iniciativas locais quanto as iniciativas que vêm de fora são necessárias e devem interagir de forma positiva para a realização dos propósitos de desenvolvimento.

Para que um processo de desenvolvimento econômico seja sustentável, de acordo com Woolcock (idem, p. 180), as iniciativas de *baixo para cima* e de *cima para baixo* devem manter uma interação dinâmica. No caso de propostas de desenvolvimento *de baixo para cima* a integração, representada por laços intensivos intra-comunidade, deve coexistir de forma progressiva com a ligação, representada por redes mais extensivas, ainda que mais fracas[78], extra-comunidade. Ao mesmo tempo, proposições *de cima para baixo* devem combinar relações de sinergia entre o Estado e a sociedade com a integridade das instituições e organizações, representada por atributos como coerência, competência, seriedade e transparência. A presença, ausência ou interação destes quatro tipos de relações sociais – integração, ligação, sinergia e integridade – tem, portanto, conseqüências fundamentais para os resultados do desenvolvimento.

A análise e proposição de políticas ativas de desenvolvimento rural local, com preservação dos ativos de capital natural, melhoria das condições de vida das famílias

[78] A importância destes laços fracos, representados pelas relações com organizações com abrangência mais ampla do que o espaço local, foi destacada por Granovetter (1973) em seu trabalho intitulado *The strength of weak ties*. Bebbington (1996) também se refere à importância de se estabelecer relações com organizações de segunda ordem, referindo-se a Federações com espaço de atuação entre o âmbito local e nacional.

rurais, redução das desigualdades e alívio da pobreza devem estar fundamentadas nas quatro frentes destacadas na abordagem de Woolcock: fortalecimento dos laços de integração no nível das famílias, fortalecimento das relações de ligação entre as famílias e as organizações e instituições locais, estímulo das relações de sinergia entre atores locais e externos, públicos e privados e, por fim, aprimoramento da integridade das organizações e instituições do setor público, do mercado e da sociedade civil.

O diagnóstico que embasa a definição de ações deve, por conseqüência, apontar em qual destes quatro campos a região ou comunidade possui os maiores estrangulamentos para então definir uma seqüência de prioridades em termos do que fazer e do público a ser alvo das ações. Se a maior carência está relacionada à falta de organização entre as famílias, que tipo de ações e como os demais atores podem contribuir mais efetivamente para melhorar o grau de integração e solidariedade. Se o problema está no nível das agências do Estado, o que pode e deve ser feito para melhorar a competência, a transparência e a gestão democrática das administrações públicas. Se as organizações e instituições privadas, ligadas ao mercado ou à sociedade civil, não funcionam de acordo com os objetivos de desenvolvimento, o que pode ser feito para que cumpram com sua responsabilidade social ou, então, como viabilizar o surgimento de novas instituições mais adaptadas aos propósitos das novas propostas de desenvolvimento.

Um diagnóstico preciso da realidade, portanto, deve incorporar uma exposição das relações sociais que prevalecem na sociedade e a natureza das relações Estado-sociedade, sendo que as duas não podem ser entendidas separadas uma da outra. É impossível entender as perspectivas das políticas e projetos de desenvolvimento sem conhecer as características das relações sociais, tanto em nível micro como em nível macro, se e como aqueles níveis articulam-se entre si e como este grau de articulação emerge historicamente.

O desafio para os teóricos e formuladores de políticas de desenvolvimento, segundo Woolcock (idem, p. 185), é identificar os mecanismos que criam, alimentam e sustentam os tipos e combinações de relações sociais que estimulem a construção de sociedades participativas e dinâmicas, economias eqüitativas e sustentáveis e Estados que se relacionem com a sociedade e atuem com transparência. Para ele, a estrutura do Estado, a natureza e a extensão de seu envolvimento na vida cívica e corporativa, juntamente com a organização da sociedade, constituem os fatores básicos a partir dos quais as possibilidades de desenvolvimento de um país ou região podem ser identificadas.

Importante destacar finalmente que, na percepção do autor, a avaliação das combinações estratégicas de diferentes tipos de capital social também deve servir para mostrar que as relações entre o Estado e a sociedade não são inerentemente um jogo de soma zero. O bom ou o mau funcionamento e desempenho dos Estados depende de cada situação concreta e o tipo de resultado que prevalece tem a ver com a coerência, credibilidade e capacidade do Estado (integridade), a natureza e a extensão de seu engajamento com a sociedade civil (sinergia) e, mais importante, as características organizacionais da própria sociedade civil (integração e ligação). O mesmo raciocínio que se faz em relação ao Estado também vale para a avaliação do desempenho do mercado e da sociedade civil.

No caso empírico da microrregião de Três Passos a abordagem proposta por Woolcock poderia ser utilizada para analisar o envolvimento dos diferentes atores que interagem na realização de diagnósticos e proposições para o desenvolvimento local com base, por exemplo, nos Conselhos Municipais ou nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, observando, a partir da sua composição e do tipo de leitura e de

proposições, como estas instâncias contemplam as combinações estratégicas das diferentes formas de capital social: o nível de integração das famílias nas suas diferentes comunidades, o grau de ligação destas famílias com as organizações locais e externas, a intensidade de sinergia entre o setor público local e a sociedade representada por entidades corporativas ou civis, a integridade e credibilidade das organizações e instituições locais, tarefa que fica para ser tratada em outros trabalhos.

CONCLUSÕES

O objetivo principal deste trabalho foi diagnosticar a dinâmica local de desenvolvimento rural da região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul como recurso para a construção de políticas de intervenção voltadas à melhoria das condições de vida das famílias rurais, particularmente aquelas mais pobres. O olhar sobre o local foi feito com a utilização de duas abordagens particulares: a abordagem baseada na noção de sistemas agrários que tem em Marcel Mazoyer o seu expoente maior e a abordagem proposta por Anthony Bebbington que toma por base as estratégias de reprodução das famílias rurais em função do seu acesso a ativos de capital e a atores do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Em termos gerais, pode-se dizer que as duas abordagens conseguem captar e, a seu modo, explicar a diversidade e complexidade características dos dinâmicos processos de desenvolvimento rural local. A perspectiva em que ambas tratam dos problemas relacionados à dinâmica do desenvolvimento rural, no entanto, é bastante diferente em função do foco de análise de cada uma. Por considerar a unidade de produção como foco de análise, a abordagem de sistemas agrários delimita a sua reflexão sobre o desenvolvimento rural às possibilidades de reprodução dos diferentes tipos de explorações agrícolas com base na capacidade de geração de valor agregado e de renda agrícola de seus sistemas de produção. A abordagem baseada no acesso a ativos e atores vê o desenvolvimento rural tendo como foco a capacidade de reprodução das famílias rurais e, por conseqüência, nas várias opções que compõem suas estratégias de vida envolvendo, por um lado, um universo de opções que supera as atividades eminentemente agropecuárias e, por outro, a capacidade ou o grau de poder que estas famílias concentram para acessar, controlar e comandar um conjunto de ativos de capital e de relações com atores do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Os resultados do trabalho permitem concluir que existe um número crescente de famílias na área estudada que não têm conseguido garantir a sua reprodução com base no resultado exclusivo das culturas e criações que desenvolve tanto para fins comerciais como para o autoconsumo.

Apesar de confundir o conceito de desenvolvimento rural com o desenvolvimento da agricultura, a ênfase que a abordagem de sistemas agrários atribui ao detalhamento técnico, econômico e ecológico das atividades agropecuárias que compõem os sistemas produtivos de diferentes tipos de unidades de produção pode contribuir para melhorar a performance dos processos de desenvolvimento rural. Isto pode ocorrer na medida em que, mesmo que não de forma exclusiva, as atividades agrícolas ainda mantêm um peso relativo não desprezível na composição das estratégias de reprodução das famílias rurais da região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul e particularmente na microrregião de Três Passos, fato que até pode ser explicado pela presença insuficiente de outras fontes de trabalho e de renda. Ainda assim, o desenvolvimento rural visto nesta perspectiva potencializaria a ação das famílias rurais numa visão meramente instrumental.

O que propõe a abordagem de Bebbington vai mais além do que simplesmente superar a unidade de produção e as atividades agropecuárias. O desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução social das famílias rurais nesta concepção dependem sim do acesso destas famílias a um conjunto de recursos materiais, naturais, técnicos, culturais, intelectuais e organizacionais, mas dependem também da possibilidade que

elas têm para diversificar, incrementar e melhorar a qualidade desses recursos e, principalmente, da sua capacidade para transformar estes vários recursos em fontes de poder, qualificando as suas relações na comunidade, de maneira particular, com os representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil.

A análise das observações e das entrevistas feitas no trabalho de campo, junto com a apreciação das informações secundárias, evidencia uma realidade regional marcada por fortes desigualdades sociais, culturais, econômicas e agroecológicas. Estas diferenças implicam numa composição diferenciada das estratégias de reprodução, fato que gera um processo de diferenciação social entre as famílias e não apenas entre as explorações. Para muitas destas famílias, ações voltadas ao fomento de atividades agropecuárias, por melhores que possam ser as intenções de seus formuladores, podem ter um peso relativo muito pequeno quando não nulo. Nestes casos, a contribuição da abordagem de sistemas agrários, focada na unidade de produção e nos sistemas produtivos, teria pouco a contribuir na construção de um processo de desenvolvimento rural sustentável.

Mesmo admitindo as dificuldades enfrentadas na operacionalização da abordagem proposta por Bebbington, o estudo da realidade investigada permitiu identificar uma parcela da população rural local que se sente completamente à margem dos processos econômicos, sociais, culturais e políticos, apesar de se tratar de território com forte presença de iniciativas públicas e privadas que, em nível das intenções, estariam voltadas para a inclusão social, buscando melhorar as condições de vida, reduzir as desigualdades e preservar os recursos naturais.

Para estas pessoas e famílias faz pouco sentido concentrar energias e recursos voltados à consolidação e melhoria das atividades agropecuárias, já que como mostram os resultados deste trabalho, a maior parte deste tipo de esforço acaba sendo apropriada pelas pessoas e famílias que já estão numa posição mais avantajada. A garantia de processos sustentáveis de desenvolvimento rural, que abram a possibilidade de inclusão para este tipo de público-alvo, supõe primeiramente que estas pessoas se capacitem, no sentido de Amartya Sen, para qualificar a sua inserção social, melhorando e transformando o seu relacionamento com o mercado, com o Estado e com a sociedade civil. As primeiras ações neste sentido devem se concentrar na elevação da auto-estima, no fortalecimento de relações de autoconfiança, de confiança nas demais famílias e nos demais atores sociais da comunidade e fora dela, na recuperação e estímulo de valores baseados na solidariedade e na cooperação. Ou seja, ações no sentido de reforçar a organização social e a capacidade de intervenção coletiva das famílias e das comunidades rurais devem ser consideradas componentes indispensáveis das estratégias de desenvolvimento local.

Estas são ações que parecem ser tão simples e óbvias, mas são seguramente as mais difíceis, tanto de serem assumidas como necessárias, quanto de conseguirem apresentar resultados positivos na superação do desânimo que contagia as próprias famílias afetadas e até mesmo as demais instâncias, públicas e privadas, que interagem com as comunidades rurais. Basta lembrar dos depoimentos de muitas pessoas cuja sensação é de abandono e de desesperança. A mesma sensação é manifestada por servidores públicos locais quando se referem à falta de reação por parte das famílias que mais precisariam ser beneficiadas por alguns dos programas fomentados pela administração pública municipal. Ou dos dirigentes sindicais que reconhecem ser a melhoria da auto-estima o primeiro passo a ser dado, mas ao mesmo tempo admitem não saber como proceder nestas situações.

Estas considerações sobre o resultado do trabalho apontam para algumas conclusões que merecem destaque. Em primeiro lugar, confirma-se que a unidade de

análise para olhar as realidades locais para compor políticas e projetos de desenvolvimento rural, que sejam sustentáveis em suas várias dimensões, deve ser a que privilegia as estratégias de reprodução das famílias e não das unidades de produção. A opção de observar uma realidade utilizando as lentes das famílias rurais em vez das explorações agropecuárias exige esforços redobrados dos investigadores, em particular daqueles que tradicionalmente vêem o meio rural e as próprias famílias que nele habitam sob o foco das práticas agrícolas. As dificuldades enfrentadas pelo próprio autor na realização deste trabalho recomendam o desenvolvimento de novos trabalhos com a finalidade não de testar a metodologia em si, mas de aperfeiçoar os instrumentos para o levantamento e mensuração das informações necessárias para dar conta das distintas estratégias montadas pelas diferentes famílias visando garantir e melhorar as suas condições de vida.

Os resultados do trabalho apontaram para a existência de no mínimo quatro grupos de famílias que vivem no meio rural na microrregião de Três Passos, a saber: a) famílias que têm no meio rural um espaço para viver, mas cujas estratégias de reprodução não dependem de rendas provenientes do meio rural, como é o caso de famílias que possuem sítios rurais ou mesmo famílias que se aposentam no setor urbano e adquirem pequenas áreas rurais onde vão morar para viver bem. A maior parte das famílias rurais, no entanto, têm no meio rural um espaço de produção e de acumulação e dentre estas destacam-se: b) famílias cujas estratégias de reprodução se fundamentam essencialmente em atividades agrícolas; c) famílias cujas estratégias de reprodução envolvem tanto atividades agrícolas como a migração parcial; d) famílias cujas estratégias de reprodução são pautadas essencialmente na migração[79].

Em segundo lugar, a abordagem de sistemas agrários, em especial sua preocupação com o detalhamento técnico e econômico dos sistemas de cultivo e dos sistemas de criações dos diferentes tipos de unidades de produção, pode ser importante como instrumento auxiliar para as famílias cujas estratégias de reprodução contemplam prioritariamente atividades e fontes de renda originadas das produções agropecuárias. Mesmo nestas situações, entretanto, as estratégias das famílias poderão ser mais bem apreendidas se vistas sob o ângulo do acesso ao conjunto de ativos de capital e das formas e condições de acesso ao mercado, ao Estado e à sociedade civil. Além do mais, a abordagem de Bebbington apresenta maior afinidade com o tipo de análise dos processos de desenvolvimento como aquelas sugeridas por Woolcock, Sen, Fox, Evans, dentre outros.

Em terceiro lugar, foi possível perceber que a forma e as condições de acesso a um conjunto de recursos orientam não só a composição das distintas estratégias de reprodução das famílias, como também definem o tipo de relacionamentos que elas mantêm com outros atores externos. Dizendo de outra forma, em função de uma dada estratégia de reprodução as famílias atribuem valor maior para alguns tipos de recursos, que passam a assumir a função de ativos de capital, para a consecução de seus objetivos estratégicos. Assim, se a estratégia de reprodução familiar está voltada para a migração, recursos como a terra, máquinas, equipamentos, crédito, etc. só têm sentido na medida em que contribuírem para potencializar o estoque de capital humano dos membros da unidade familiar, capacitando-os para melhorarem suas condições de vida fora da agricultura. Da mesma forma, os atores externos com os quais estabelecerão relacionamentos privilegiados não serão os mesmos que tradicionalmente mantêm relações com o meio rural enquanto um espaço privilegiado em que acontece a produção rural. Por outro lado, se a estratégia familiar for aguardar o recebimento de

[79] Uma conclusão semelhante, embora construída a partir de outra abordagem, é sugerida no texto de Carneiro (1999).

algum tipo de renda não-agrícola, como a aposentadoria rural, por exemplo, o valor atribuído aos recursos naturais não é o mesmo que estes mesmos recursos teriam se a estratégia dependesse essencialmente do resultado da sua exploração.

Isto remete para o quarto ponto que merece ser destacado, ou seja, a orientação de políticas que emergem da utilização da abordagem. Não faz sentido pensar na formulação de políticas de fomento ao desenvolvimento rural sem antes fazer a identificação e a estratificação das famílias rurais em função das suas distintas estratégias de reprodução. É só a partir dessa identificação que se podem orientar ações específicas para públicos específicos. Esta orientação é importante para se projetar ações no âmbito local. Sem esta identificação e para políticas gerais definidas de cima para baixo (estado, país), o mínimo que precisa ser respeitado é que as ações não podem e não devem se restringir, se bem que necessárias, ao campo das oportunidades produtivas, ainda que orientadas para as famílias mais pobres, seja na concessão de crédito ou na pesquisa de alternativas de produção mais adaptadas às suas condições de produção. Pelo que se observou na região, as políticas genéricas que pretendam beneficiar as famílias rurais mais pobres devem orientar-se prioritariamente para programas que busquem melhorar as condições de saúde, educação e infra-estrutura, bem como na geração de frentes de trabalho e fontes de renda no meio rural ou nas comunidades próximas.

Mas o mais importante no que se refere à concepção e implementação de políticas de desenvolvimento rural local que sejam econômica, social e ecologicamente sustentáveis, é orientar as ações para a capacitação das pessoas para que elas sejam as verdadeiras e principais protagonistas do desenvolvimento. Isto significa dotá-las efetivamente de poder, processo que passa pelo fortalecimento das atuais e o surgimento de novas lideranças no interior dos grupos e das comunidades, a valorização das atuais e o surgimento de novas organizações a partir das quais as pessoas e famílias possam se sentir representadas e participantes, com chances de manter relacionamentos e, se necessário, redefinir relacionamentos com o mercado, com o poder público e com organizações civis. Para isso as políticas devem canalizar esforços humanos, materiais e também financeiros para valorizar o acúmulo de ativos de capital social e cultural. A política pública, por isso, deve estar orientada, de forma significativa, para o desenvolvimento da capacitação das famílias, fonte de poder por excelência dos atores sociais e de suas organizações representativas.

Uma última consideração, já que o trabalho não chegou a produzir conclusões a respeito, sobre o processo de concepção e de escolhas de prioridades em termos de ações de desenvolvimento, especialmente quando tais ações pretendam diminuir desigualdades e níveis de pobreza. A composição dos vários conselhos e fóruns locais e as suas deliberações deveriam contemplar a diversidade de estratégias de reprodução social e buscar facilitar a realização destas estratégias por parte dos diferentes grupos de famílias. Para tanto, obviamente, seria necessário começar pela identificação desta diversidade de situações. Ações mais modestas, mas amparadas na realidade social, podem por vezes produzir resultados muito mais promissores do que ações grandiosas e mirabolantes.

A construção de normas, regras, compromissos que possam ser partilhados por todos, apesar das diferenças e dos conflitos de interesses, passa pela construção de entendimentos em torno de objetivos estratégicos. Este processo no âmbito local não depende da boa vontade e pré-disposição das famílias, dos representantes do Estado, do mercado ou da sociedade civil enquanto atores autônomos, mas como resultado da ação integrada e inderdependente de todos eles. Não se trata portanto de saber se as iniciativas competem ao poder público ou ao setor privado, seja ele representado pelo

mercado ou pela sociedade civil. Todas as instâncias são estratégicas e necessárias e de todas elas deve-se cobrar coerência e envolvimento.

O estudo realizado na microrregião de Três Passos, no entanto, indica que as ações pró-desenvolvimento acontecem de forma mais fácil nas comunidades onde as pessoas e famílias têm um maior envolvimento e participação nas associações locais ligadas à escola, igrejas, clubes comunitários ligados ao lazer e desportos, nos sindicatos e cooperativas, etc. e é nestas situações que acontece um maior envolvimento e comprometimento dos atores públicos e das organizações do mercado. Ao contrário, muitas iniciativas bem intencionadas tiveram baixa receptividade, principalmente nas localidades onde predominam famílias mais pobres e onde se constatou um alto nível de individualismo, isolamento e baixa auto-estima entre seus moradores. Isto recomenda que o fortalecimento da organização social deve fazer parte das estratégias de desenvolvimento rural local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. "O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural". São Paulo. In. *Economia Aplicada*, V. 4, N. 2, 2000. p. 379-397.

AROCENA, J. *El desarrollo local:* um desafio contemporâneo. Caracas, Editorial Nueva Sociedade, 1995.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000. Disponível em meio eletrônico. Acesso em: 26 abr. 2004.

BAGNASCO, A. *La construzione sociale del mercato:* studi sullo sviluppo di piccola impresa in Itália. Bologna, Il Mulino, 1988.

BASSO, D.; SILVA NETO, B. "Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul". In. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 26, nº 4, 1999.

BASSO, D.; DELGADO, N. G.; SILVA NETO, B. "O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens". In. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, UNIJUÍ, Ano I, n. 1, Jan-Jun/2003. p. 73-105.

BATALHA, M. O. (Org). *Gestão Agroindustrial*. São Paulo, Atlas, 1997. V. 1 e 2.

BEBBINGTON, A. "Organizations and intensifications: campesino federations, rural livelihoods and agricultural technology in the Andes and Amazonia". In. *World Development*, Vol. 24, n. 7, 1996, pp. 1161-1177.

BEBBINGTON, A.; KOPP, A.; RUBINOFF, D. "From chaos to strength? Social capital, rural people's organizations and sustainable rural development". In FAO, *Working Group on Pluralism and Sustainable Forestry and Rural Development*, paper nº 2, December 1997.

BEBBINGTON, A. *Capitals and Capabilities:* a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies, January 1999, 54 p.

BEBBINGTON, A.; CARROLL, T. F. "Induced social capital and federations of the rural poor". In Social Capital Initiative, working paper nº 19, *World Bank*, March 2000, 47 p.

BEBBINGTON, A.; ROJAS, R.; HINOSOJA, L. (coords) *El programa de co-financiamiento de Holanda y sus contribuiciones al desarrollo rural en las zonas altas de Peru y Bolivia*. Informe de pesquisa. Boulder Colorado, September 2002, 206 p.

BENEDICTIS, M. de. *Desenvolvimento agrícola e políticas para a agricultura:* trinta anos de experiência na Comunidade Européia. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1990.

BERNARDES, N. *Bases Geográficas do Povoamento do Rio Grande do Sul*. Ed. Unijuí, Ijuí, 1997.

BISWANGER, H. P. Agricultural and rural development: painful lessons. Pretória: *World Bank*, 1994.

BISWANGER, H. P.; DEININGER, K.; FEDER, G. "Power, distortions, revolt and reform in agricultural land relations". In: Behrman, J. Srinivasan, T. (eds.) *Handbook of development economics*. v. III, Amsterdam: Elsevier, p. 2659-2772, 1995.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*: les économies de la grandeur. Paris, Ed. Gallimard, 1991.

BOURDIEU, P. *Contrafogos:* táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 1999.

CAMPOS, G.L.R. de. *Cooperativismo agrário e integração econômica:* a agricultura no Mercosul. Passo Fundo, EDIUPF, 1998.

CARNEIRO, M. J. "Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas". In COSTA, L. F. de C.; MOREIRA R. J.; BRUNO R. (orgs.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 323-344.

CARNEIRO, M. J. "Em que consiste o familiar da agricultura familiar?" In. *ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas*. Anais, Oficina de atualização temática. Londrina/PR, IAPAR, 2000. p. 153-163.

CORAGGIO, J. L. "Da economia dos setores populares à economia do trabalho". In. KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes. Rio de Janeiro, Capina. Salvador, CESE, UCSAL, 2000. p. 91-131.

DELGADO, G. *Previdência Rural*: relatório de avaliação socioeconômica. Projeto IPEA/MPAS. Avaliação socioeconômica da Previdência Rural – 1991/1995. Brasília, IPEA. Textos para Discussão 477, 1997.

DELGADO, G.; CARDOSO Jr., J. C. *A universalização de direitos sociais no Brasil*: a Previdência Rural nos anos 90. Brasília, IPEA, 2000.

DELGADO, N. G. "As relações entre a macroeconomia e a política agrícola: provocações para um debate interrompido". *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 14, 2000, pp. 173-180.

DUDERMEL, Thierry. *Brésil Meridional, les enjeux d'une agriculture en crise:* capitalistes et paysans du Nord-Ouest du Rio Grande do Sul face aux bouleversements économiques. Thèse de Doctorat. Paris: Institut Nacional Agronomique, 1990.

DUDERMEL, T.; BASSO, D.; LIMA, A.P. de. *Política agrícola e diferenciação da agricultura do Noroeste do RS*. Ijuí, Ed. Unijuí. Coleção Cadernos Unijuí, 1996.

DUFUMIER, M. *Les Projets de Développement Agricole. Manuel d'expertise*. Paris : Éditions Karthala. 1996.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford, University Press, 2000.

EVANS, P. "Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy". In. *World Development*, Vol. 24, n. 6, 1996, pp. 1119-1132.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil:* dossiê estatístico. Brasília, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, UFT/BRA/036, 1996.

FABIANI, G. "Um ciclo comum na evolução dos sistemas agrícolas contemporâneos". *Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 16, nº 1, p. 11-51, 1995.

FALKEMBACH, E. M. F. "Dinâmica social e cooperativismo: o caso da FECOTRIGO – 1958/72". In. BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. (coords). *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS: 1957-84*. Porto Alegre. FEE, 1985, p. 105-218.

FOX, J. "How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico". In. *World Development*, Vol. 24, n. 6, 1996, pp. 1089-1117.

FRANCO, A. de. *Capital social*. Brasília, Millennium, 2001.

FRANTZ, T. R. *Les granjas de blé et soja. Gênese et évolution d'um groupe d,agriculteurs capitalistes sur lê Plateau du Rio Grande do Sul – Brésil*. Paris, Universidade Paris I, 1980 – Tese de doutorado.

FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola:* o caso da COTRIJUÍ. Ijuí, FIDENE, 1982.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. "A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul". In. SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs). *Os Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul:* análise e recomendações de políticas. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004 (no prelo).

FRIEDMANN, H. "Uma economia mundial de alimentos sustentável". In: Belik, W.; Maluf, R. (orgs.) *Abastecimento e segurança alimentar:* os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP e CPDA/UFRRJ, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED HEUSER. *Resumo Estatístico do RS: Municípios*, disponível em www.fee.tche.br. Acesso em: 22 abr. 2004.

GARCIA FILHO, D. P. *Guia Metodológico: Diagnóstico de Sistemas Agrários*. Projeto Brasília. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, UFT/BRA/051, 1999.

GOHIN, A.; ROGER, C. (1999) *La politique agricole commune de l"Union Européene et les négotiations commerciales:* un rappel. Montpellier: ENSAM/INRA.

GRANOVETTER, M. "The strength of weak ties". *American Journal of Sociology*, 78, 1973, pg. 1360-80.

GRANOVETTER, M. "Ecomic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91, 1985, pg. 481-510.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Unicamp-IE, 1996.

GROOTAERT, C.; BASTELAER, T. "Understanding and measuring social capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative". Social Capital Initiative, working paper nº 24, *World Bank*, April 2001, 30 p.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. *Desenvolvimento Agrícola. Teoria e Experiências Internacionais.* Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasília, 1988.

HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em questão:* a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1998.

INFORMATIVO COMERCIAL SOUZA CRUZ 100 ANOS. Porto Alegre. Suplemento Especial encartado no *Jornal Zero Hora* na edição de 25 de abril de 2003.

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo, Cortez Editora; Brasília, UNESCO, 2001.

LIMA, A. J. P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C. dos; MÜLLER, A. G. *Administração da unidade de produção familiar:* modalidades de trabalho com agricultores. 2 ed., Ijuí : Unijuí, 2001.

LACERDA, N. G. de. *Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira*. São Paulo, IPE/USP, 1985.

MAZOYER, M. "Pour dês projets agricoles legitimes et efficace: théorie et méthode d'analyse dês systèmes agraires". In. *Land reform, land settlement and cooperatives.* Paris, FAO, 1992-1993.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine*. Ed. revue et corrigée. Paris, Ed. Seuil, 1998.

MOYANO, E. "La agricultura, entre el nuevo y el viejo corporativismo". In: Giner, S. e Yruela, M. P. (coord) *El corporativismo en Espana. Barcelona*: Ariel, 1989, pp. 179-225.

MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec, 1989.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. "Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector". *Economic Geography*, vol. 76, n. 2, April, 2000, pp. 107-125.

NARAYAN, D. "Bonds and Bridges: Social capital and poverty". Policy Research Working Paper 2167. *World Bank*, Poverty Reduction and Economic Management Network, 1999.

NARAYAN and CASSIDY. "A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory". *World Bank*, Poverty Reduction and Economic Management Network, 1999.

NARAYAN and PRITCHETT. "Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania". *World Bank,* Policy Research Working Paper 1796, July 1997. 40 p.

OFFE, C.. "A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade" In. BRESSER PEREIRA, L.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. 1 Ed. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/ENAP, 2001, pp. 119-145.

PAULILLO, L. F. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Carlos, EdUFSCar, 2000.

PEBAYLE, R. *Eléveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. Institut des Hautes Etudes de l´Amérique Latine. Paris, 1974 (Tese de Doutorado, não publicada).

PORTES, A.; LANDOLT, P. "The downside of social capital". In *The American Prospect*, nº 26, May-Jun, 1996, pp. 18-21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS. Plano Plurianual 2002-2005 Disponível em www.trespassos-rs.com.br. Acesso em: 17/05/04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS/RS. Relatório do Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar (documento não publicado).

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia:* a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

RAY, C. "Towards a Theory of the dialectic of local rural development within the European Union". *Sociologia Ruralis*, 37 (3), 1997, pp. 345-362.

ROCHE, J. *La Colonisation allemande et le Rio Grande do Sul.* Institut des Hautes Etudes de l´Amérique Latine. Paris, 1959 (Tese de Doutorado, documento não publicado).

ROMANO, J. O. "Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura". In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. *Mundo Rural e política:* ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROSSET, P. M. "The multiple function and benefits of small farm agriculture in the context of global trade negotiations". Oakland/USA: *The Institute for Food and Development Policy* (www.foodfirst.org), policy brief nº 4, 1999.

SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo:* globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, A. "Human capital and human capability". *World Development* 25 (12), 1997, pp. 1959-1961.

SEN, A. "The concept of development". In *Handbook of Development Economics*, Volume I, Edited by Chenery and Srinivasan, Elsevier Science Publishers B.V., 1988, pp. 10-26.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SERAGELDIN, I. & STEER, A. "Epilogue: expanding the capital stock". In SERAGELDIN, I. & STEER, A. (eds.) *Making development sustainable: from concepts to action*. Environmentally Sustainable Development Occasional Paper Series nº 2. Washington. World Bank, 1994.

SCHULTZ, T. *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

SILVA NETO, B. *Les potencialites de l'agriculture familiale dans une region de grands domaines d'elevage extensif:* contribuition à la reflexion sur la réforme agraire dans l'Etat do Rio Grande do Sul (Brésil). These pour l'obtention du titre de Docteur de l'Institut National Agronomique Paris-Grignon, France, 1994.

SILVA NETO, B. et al. *Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1997.

SILVA NETO, B. et al. *Estudo da dinâmica e perspectivas da agricultura da região de Três Passos/RS*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1998.

SINGER, P. "Economia dos setores populares: propostas e desafios" . In. KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes. Rio de Janeiro, Capina. Salvador, CESE, UCSAL, 2000. p. 143-161.

STEWART, F. "Grops for good or ill". *Oxford Development Studies*. Volume 24(1) : 9-25, 1996.

STORPER, M. *The Regional World*: territorial development in a global economy. New York, the Guilford Press, 1997.

STORPER, M. "Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento". In. RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. dos. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana:* o futuro das cidades brasileiras na crise. São Paulo, Civilização Brasileira, 1998.

TENDLER, J. *Bom governo nos trópicos:* uma visão crítica. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/ENAP, 1998.

UFRRJ/DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Manual de instruções para organização e apresentação de dissertações e teses na UFRRJ*. Seropédica, 2002. Disponível em www.ufrrj.br. Acesso em 28/06/2004.

UPHOFF, N. *Learning from Gal Oya*: possibilities for participatory development and post-Newtonian social science. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1992.

WAIBEL, L. *Die Europäische Kolonization Süd-brasiliens*. Bonn, Ferdinand Dummlers Verlag, 1955.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes e seus descendentes no Brasil*. Ed. Nacional, São Paulo, 1946.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo, Hucitec. CEPA/BA, 1986.

WORLD BANK – *Social Capital Initiative Working Paper Series*, disponíveis em www.worldbank.org/socialdevelopment (vários artigos a partir de 1998).

WOOLCOCK, M. "Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework". In *Theory and Society*, 27 (2), 1998, pp. 151-208.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. "Social capital: implications for development theory, research and policy". *World Bank Research Observer*, 15 (2), 2000, pp. 225-249.

ZARTH, P. *História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.

ZARTH, P. *História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí, Ed. Unijuí, 1997.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo, Pioneira. PENSA/USP, 2000.